

GRUPOS ISLAMISTAS RADICAIS

GEORGE JOFFÉ WHAT IS THE ENEMY? AMALENDU MISRA THEORISING PERFORMATIVE VIOLENCE: RADICAL ISLAM AND BEHEADING IN PERSPECTIVE NUNO LEMOS PIRES MOVIMENTOS JIADISTAS: IDEOLOGIAS, ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS IGNACIO FUENTE COBO YIHADISMO EN EL SAHEL: LA EXPANSIÓN DE LA AMENAZA OSCURA ALEXANDRA MAGNÓLIA DIAS RADICALIZATION PROCESSES IN THE SAHEL AND THE TRAJECTORY OF MILITANT ISLAMIST MOVEMENTS IN MALI (2012-2018) ANA SANTOS PINTO E BRUNO CARDOSO REIS O DAESH NO MÉDIO ORIENTE E MAGREBE: DERROTADO, MAS AINDA UMA AMEAÇA

GRUPOS ISLAMISTAS RADICAIS

GEORGE JOFFÉ WHAT IS THE ENEMY? AMALENDU MISRA THEORISING PERFORMATIVE VIOLENCE: RADICAL ISLAM AND BEHEADING IN PERSPECTIVE NUNO LEMOS PIRES MOVIMENTOS JIADISTAS: IDEOLOGIAS, ESTRATÉGIAS E OBJETIVOS IGNACIO FUENTE COBO YIHADISMO EN EL SAHEL: LA EXPANSIÓN DE LA AMENAZA OSCURA ALEXANDRA MAGNÓLIA DIAS RADICALIZATION PROCESSES IN THE SAHEL AND THE TRAJECTORY OF MILITANT ISLAMIST MOVEMENTS IN MALI (2012-2018) ANA SANTOS PINTO E BRUNO CARDOSO REIS O DAESH NO MÉDIO ORIENTE E MAGREBE: DERROTADO, MAS AINDA UMA AMEAÇA

NAÇÃO E DEFESA

Revista Quadrimestral

Diretor

Vítor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Conselho Editorial

Ana Santos Pinto, António Horta Fernandes, António Paulo Duarte, António Silva Ribeiro, Armando Serra Marques Guedes, Bruno Cardoso Reis, Carlos Branco, Carlos Mendes Dias, Daniel Pinéu, Francisco Proença Garcia, Isabel Ferreira Nunes, João Leal, João Vieira Borges, José Luís Pinto Ramalho, José Manuel Freire Nogueira, Luís Leitão Tomé, Luís Medeiros Ferreira, Luís Moita, Manuel Ennes Ferreira, Maria do Céu Pinto, Maria Helena Carreiras, Mendo Castro Henriques, Miguel Monjardino, Nuno Brito, Paulo Jorge Canelas de Castro, Paulo Viegas Nunes, Raquel Freire, Rui Mora de Oliveira, Sandra Balão, Vasco Rato, Victor Marques dos Santos, Vítor Rodrigues Viana.

Conselho Consultivo

Abel Cabral Couto, António Martins da Cruz, António Vitorino, Bernardino Gomes, Carlos Gaspar, Diogo Freitas do Amaral, Fernando Carvalho Rodrigues, Fernando Reino, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, José Manuel Durão Barroso, Luís Valença Pinto, Luís Veiga da Cunha, Manuel Braga da Cruz, Maria Carrilho, Nuno Severiano Teixeira, Pelágio Castelo Branco.

Conselho Consultivo Internacional

Bertrand Badie, Christopher Dandeker, Christopher Hill, George Modelski, Josef Joffe, Jurgen Brauer, Ken Booth, Lawrence Freedman, Robert Kennedy, Todd Sandler.

Antigos Coordenadores Editoriais

1983/1991 – Amadeu Silva Carvalho. 1992/1996 – Artur Baptista dos Santos. 1997/1999 – Nuno Mira Vaz. 2000/2002 – Isabel Ferreira Nunes. 2003/2006 – António Horta Fernandes. 2006/2008 – Isabel Ferreira Nunes. 2009/2010 – João Vieira Borges.

Núcleo de Edições

António Baranita, Cristina Cardoso

Colaboração

Luísa Nunes

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Normas de Colaboração e Assinaturas

Consultar final da revista

Propriedade e Edição

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

EUROPRESS – Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249 Lisboa – Portugal

Tel.: 218 494 141/43

Fax.: 218 492 061

E-mail: geral@europress.pt

www.europress.pt

ISSN 0870-757X

Publicação Electrónica ISSN 2183-9662

Depósito Legal 54 801/92

Tiragem 750 exemplares

Anotado na ERC

Registada na Latindex - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caraíbas, Espanha; MIAR e RedAlyC

Disponível no RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores

Editorial	5
------------------	---

Grupos Islamistas Radicais

What is the Enemy? <i>George Joffé</i>	10
Theorising Performative Violence: Radical Islam and Beheading in Perspective <i>Amalendu Misra</i>	28
Movimentos Jiadistas: Ideologias, Estratégias e Objetivos <i>Nuno Lemos Pires</i>	43
Yihadismo en el Sahel: La Expansión de la Amenaza Oscura <i>Ignacio Fuente Cobo</i>	61
Radicalization Processes in the Sahel and the Trajectory of Militant Islamist Movements in Mali (2012-2018) <i>Alexandra Magnólia Dias</i>	82
O Daesh no Médio Oriente e Magrebe: Derrotado, mas ainda uma Ameaça <i>Ana Santos Pinto e Bruno Cardoso Reis</i>	95

Extra Dossiê

Conservadorismo Americano e o Neoconservadorismo: A Dicotomia na Cultura Política Norte-Americana <i>Cristiano Cabrita</i>	116
Tornar-se Polícia: A Construção da Identidade de uma Profissão <i>Fernanda Carneiro da Silva</i>	139

Depois de nas décadas de 70 e 80 do século XX vários países da Europa Ocidental terem sofrido ataques terroristas levados a cabo por grupos nacionalistas, independentistas e de extrema-esquerda, o fim da Guerra Fria levou à quase oclusão deste fenómeno, então de cariz essencialmente ideológico. No entanto, desde o 11 de Setembro de 2001, que o terrorismo voltou a centrar a atenção da comunidade internacional, resultado das ações tão mediáticas quanto destrutivas contra dois dos principais símbolos dos Estados Unidos da América (World Trade Center e Pentágono).

O ataque em si foi uma afronta à ordem global estabelecida, um ataque inaudito ao território continental da única superpotência, anunciando que a ordem global do pós-Guerra Fria não tinha sido interpretada ou valorizada da mesma forma por todos os atores do sistema internacional, estatais e não-estatais.

Reivindicados pela al-Qaeda, os atentados de matriz islamita geraram um “franchisado” de grupos e células terroristas espalhados pelos mais diversos pontos do mundo, reivindicando em nome da al-Qaeda ou outros movimentos – os mais conhecidos dos quais o Daesh, Boko-Haram, al-Shabab, AQMI e Abu-Sayyaf – os inúmeros ataques feitos de forma indiscriminada contra alvos civis e/ou militares. Mas o que é o terrorismo? Quais as suas causas? Inúmeras definições e explicações existem, espelhando o facto de não ser um fenómeno recente, bem pelo contrário. O terror e o medo que produz estão no fundamento da evolução da ordem social. O terror tem sido a principal alternativa ao civismo nas relações sociais desde as primeiras reflexões registadas pela Humanidade. Nas suas raízes sociológicas, o terror, a força e a violência são integrativas e, como tal, o terrorismo como modalidade de ação, dificilmente se diferencia da coerção como estratégia ou da violência como tática. A violência é uma tática potencial em qualquer situação social e cada situação social tem uma expressão e impacto político. As causas políticas radicais atraem agentes da violência que procuram sempre uma racionalização, justificação e local para aplicarem o seu *modus operandi*.

O terrorismo é um nexó complexo de relações sociais: entre a ação individual e a coletiva, a emocional e a racional, a civil e a militar, a convencional e a não-convencional, o normal e o extraordinário, o protesto e a rebelião, a tática e a estratégia, a ideologia e o crime, o pessoal e o impessoal, o local e o remoto, o material e o espiritual. É muitas vezes distinguido tendo por base a sua motivação ou intenção política mais ampla, mas estas qualidades psicológicas do perpetrador são difíceis de identificar, atestar ou avaliar. Também se diferencia pelo seu impacto no público-alvo, mas essas características psicológicas são igualmente difíceis de medir.

As análises contemporâneas ao terrorismo têm alternado entre os extremos perceptivos inerentes às ideias de terror: as concetualizações do terrorismo são muito amplas para serem analiticamente úteis, muito estreitas para serem analiticamente significativas ou muito complexas para serem aplicadas de forma sistemática.

As conceitualizações em si são muitas vezes politicamente motivadas, à medida que se tenta racionalizar uma distinção entre as expressões “civilizadas” e “incivilizadas” da violência: terror (inútil) e aplicação (útil); terrorismo (não disciplinado) e guerra (disciplinada); e terroristas (desonrosos) e “lutadores da liberdade” (honrosos).

Embora tais estudos contemplem o reconhecimento da intenção política dos atos terroristas tendem, no entanto, a subalternizar os fundamentos estruturais do terrorismo, não incluindo, por exemplo, referências a ataques comparáveis contra agentes civis de instituições e/ou organizações internacionais como a ONU, Organizações não-Governamentais ou jornalistas *freelancers*.

O presente número da *Nação e Defesa* é mais um contributo para este debate, resultado, em parte, do seminário “Islamist Movements in the Middle East, North Africa and Sahel”, realizado no Instituto da Defesa Nacional em 20 de junho de 2017 e que contou com a participação de vários especialistas nacionais e estrangeiros.

No primeiro artigo, George Joffé contraria o argumento convencional (e mais comum) de que o comportamento extremista está enraizado em doutrinas derivadas do *corpus* islâmico e da sua suposta propensão para a violência, procurando demonstrar que uma explicação mais abrangente e satisfatória possa estar relacionada com fatores históricos, sociais e psicológicos. O autor refere, igualmente, que a atual onda de “terrorismo islamita” difere pouco das ondas precedentes de violência extremista que enfrentaram e tentaram substituir o Estado.

De seguida, Amalendu Misra examina os propósitos autóctones e os significados culturais do ritual da decapitação levado a cabo, esporadicamente, pelos talibãs no Afeganistão e os métodos de execução pública conduzidos pelos militantes do autodenominado Estado Islâmico. O autor segue uma linha argumentativa que problematiza a decapitação no contexto contemporâneo, examinando as várias perspetivas teóricas e filosóficas que ajudam a enquadrar este tipo de ato terrorista.

Nuno Lemos Pires efetua uma análise dos movimentos jihadistas segundo quatro grandes grupos: al-Qaeda, o Daesh, os independentes e os híbridos, diferenciando a ação dos grupos em jihadismo violento e não violento. A sua análise junta a geopolítica, o caráter interno dos Estados, a transnacionalidade do fenómeno e uma multiplicidade de critérios de classificação, segundo três dimensões: ideologias, estratégias e objetivos.

Ignacio Fuente Cobo foca-se nas circunstâncias que tornam necessário examinar a evolução dos grupos extremistas no Sahel e o complicado jogo político, económico e militar em que estão atualmente envolvidos, procurando identificar as suas estratégias e resiliência, e avaliar as possibilidades de sobrevivência à ação concertada dos governos regionais e da comunidade internacional, empenhados em evitar que o centro de gravidade da ação jihadista se mova para esta região.

O artigo de Alexandra Magnólia Dias situa a trajetória dos vários movimentos islamitas no Mali desde a crise de 2012. O seu argumento central desafia as explicações monocausais do terrorismo que apresentam a religião, e em particular o Islão, como a sua principal causa. Em contraste, a autora analisa o contexto local para identificar as múltiplas clivagens que permeiam a sociedade do Mali.

Por fim, Ana Santos Pinto e Bruno Cardoso Reis analisam o impacto e evolução da ameaça jihadista *takfiri* no Médio Oriente e Magrebe, tendo em conta a perda, pelo autoproclamado Califado do Daesh, do seu proto-estado territorial. O artigo argumenta que apesar da estratégia de territorialização desenvolvida pelo Daesh ter falhado, em resultado da derrota militar sofrida nos territórios do Iraque e da Síria, persistem fatores que explicam a resiliência do movimento, designadamente a fragilidade dos Estados na sua eficácia e legitimidade, a existência de “vazios de poder” decorrentes de ambientes de conflitualidade e a marginalização de setores das comunidades muçulmanas, em particular os mais jovens.

Na secção extra-dossiê, Cristiano Cabrita analisa o debate em torno do que é o conservadorismo tradicional norte-americano numa perspetiva concetual e metodológica, que emergiu durante as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, em torno do significado de “conservador”, em geral, e do “conservadorismo americano” e “neoconservadorismo”, em particular.

Fernanda Carneiro da Silva oferece um contributo para a compreensão do fenómeno da construção da identidade profissional do agente policial. A sua análise longitudinal e de natureza qualitativa capta a essência das transformações que se vão desenvolvendo e enraizando, ao longo do tempo, no contacto com a profissão de polícia.

Vítor Rodrigues Viana

Grupos Islamistas Radicais

What is the Enemy?

George Joffé

University of Cambridge. Research Fellow and Visiting Professor of Geography at Kings College, London University. Specialist in the Middle East and North Africa. Currently engaged in a project studying connections between migrant communities and trans/national violence in Europe.

Abstract

Despite the fact that the organisations involved in extremism and violence are well-known, as are their ideological justifications for the actions they undertake, much less is understood by most observers about the individual rationales of their members for the activities that they support. A common conventional assumption is that the rationale for extremist behaviour is rooted in doctrines derived from the Islamic *corpus* and its alleged propensity for violence.

This analysis, however, seeks to demonstrate that a more comprehensive and satisfying explanation is related to historical, social and psychological factors and that, furthermore, the current wave of “Islamic terrorism” differs little from preceding waves of extremist violence that seek to confront and replace the state.

Resumo

O que é o Inimigo?

Apesar do facto de as organizações envolvidas no extremismo e na violência serem bem conhecidas, tal como as justificações ideológicas relativas às ações que realizam, muito menos entendida pela maioria dos observadores são os fundamentos individuais dos membros que as apoiam e executam. A suposição convencional comum assenta no argumento de que o comportamento extremista está enraizado em doutrinas derivadas do corpus islâmico e da sua suposta propensão para a violência.

Esta análise procura demonstrar que uma explicação mais abrangente e satisfatória pode estar relacionada com fatores históricos, sociais e psicológicos e que, além disso, a atual onda de “terrorismo islâmico” difere pouco das ondas precedentes de violência extremista que enfrentaram e tentaram substituir o Estado.

The typical contemporary mainstream explanation for an act of terrorism, particularly in Europe, is that the perpetrator has become “radicalised” in some way, where the term “radicalisation” expressly means that the person concerned has usually adopted an interpretation of Islam that legitimises such extreme behaviour and that such interpretations are innate to Islamic doctrine and precept. Such assumptions seem to inform major official initiatives such as the British government’s “Prevent” strategy, designed to ensure that young Muslims in Britain should not join extremist Islamist organisations such as *Da’ish* (ISIS) or *al-Qa’ida* and similar programmes are in operation in most Western countries and in the Arab world¹. Now, as the caliphate of *Da’ish* is bombed into oblivion, we need to ask what will succeed it and what success will *Da’ish* V.2 actually enjoy and why?

It is the contention of this comment that such a view is fundamentally misplaced; not because there is not an elaborate theological justification for such attitudes but because it does not reflect the fundamental reasons why most of the recruits to extremist movements join them and what, therefore, the dispersion and destruction of *Da’ish* might really mean. Furthermore, there appears to be a popular and official consensus, in Europe and America at least, that such a form of extremist violence is novel, really developing only at the start of the twenty-first century, whereas in the Middle East and North Africa it has long been present, indeed has been an intrinsic feature of social and political order, buried in the social fabric but now overt and, therefore, threatening. This analysis seeks to demonstrate that both these views need to be challenged if we are to really understand the nature of the threats that we face and respond appropriately to them.

Middle Eastern Precursors

Terrorism, in short, even in the Muslim world, is not an ideology but a technique of resistance and reaction, designed to achieve its objectives through the inculcation of mass fear and, as such, has long been a concomitant of the historical European experience as well (Joffé, 2004). As David Rapaport has pointed out, Europe has experienced four separate waves of terrorism over the last one hundred years, all of them with very different ideological justifications but, nevertheless, all using very similar techniques of operation (Rapaport, 2002). He suggests that there was, first, an anarchist wave of violence, followed by an anti-colonial wave, itself succeeded by what he calls a “New Left” wave and now replaced by a wave of religious terrorism, with each of these waves lasting for 40-to-45 years. Jeffrey Kaplan, writing

1 “We judge that radicalisation is driven by an ideology which sanctions the use of violence; by propagandists for that ideology here and overseas; and by personal vulnerabilities and specific local factors which, for a range of reasons, make that ideology seem both attractive and compelling” (HM Government, 2011, *Prevent Strategy*, paragraph 3.5; p. 5).

at the end of the first decade of the twenty-first century, has suggested a fifth wave which seeks to recreate a lost golden millennium and is characterised, *inter alia*, by being, “Chiliastic in nature, deeply religious with eclectic or syncretic religious tropes assembled and interpreted by the leaders in support of a millenarian dream to be realized through a campaign of apocalyptic violence” (Kaplan, 2008).

Furthermore, throughout its history, the use of terrorism inside the Middle East has been far more restricted than conventional attitudes in the West would have led observers to expect. Although the Islamic world has experienced considerable violence throughout its history, violent extremism to achieve political purposes and legitimised through reference to Islamic doctrine typical of the contemporary era has, in the past, been extremely rare. Indeed until the epoch of anti-colonial liberation, it virtually never informed conflict in the Arab Islamic world. The most obvious example would apparently be the Assassins, notorious in the twelfth century for the murder of leading figures in the Islamic world, including two caliphs. Yet, in reality, the sect did not engage in the politics of fear in the sense of superficially indiscriminate violence against the population-at-large. Instead, its targets were prominent individuals, Muslim or Christian as it was active during the Crusades, who were murdered for specific political reasons. Nor did it engage in the indiscriminate use of hashish to predispose its assassins to fulfil their tasks, as is conventionally alleged. In reality, the sect was a branch of Nizari Isma’ilism in which its adherents were called the *al-asasyun* (the faithful) whose *fida’i* (fighters) were prepared to kill according to the instructions of the head of the order until they were dispersed by the Mongols in the thirteenth century².

The other obvious, albeit not exact, example would be the *kharajites*, the group of early Muslims who rejected both the idea of the transfer of caliphal authority by direct genealogical descent from the Prophet Muhammed through the line of Ali, as was claimed by the supporters of Ali, Muhammad’s cousin and son-in-law, and that of the right of the Bani Hashim in Mecca – the Prophet’s own clan – to maintain control of the caliphate in their own hands – the position adopted by Mu’awiya, the governor of Damascus, after the death of ‘Uthman. They particularly objected to Ali’s acceptance of Mu’awiya’s proposal for an arbitration of the competing claims, arguing instead that the position of caliph could be filled through election by any true Muslim who was irreproachably moral and faithful to Islamic doctrine, irrespective of agnatic descent (Lambton, 1981). Those who disagreed, they simply regarded as *takfir* (apostate), to be punished by death, as occurred to Ali himself who was subsequently killed by one of their members (Kennedy, 2016). An even earlier example would have been the rebellion between 132 and 136 AD, led by

2 See Lewis (1967).

Shimon Bar Kokhba, against the Roman presence in Palestine which used guerrilla tactics akin to terrorism as part of the struggle.

It is only when we come to the modern epoch that this picture changes significantly with the advent of colonialism. Even then, the phenomenon that we recognise today as “terrorism” did not initially emerge from within the Islamic corpus. Perhaps the first example of its sustained use to influence political outcomes comprised the activities of the Revisionist movement, together with the *Irgun Zvai Leumi* and *LEHI*, in British Mandate Palestine. As Simha Flapan relates:

“(…) the violation of the Haganah line of self-restraint (*havlaga*), and indiscriminate attacks of the civilian Arab population in 1937 led to a vicious circle of terror and reprisals; the attack on Deir Yassin in 1948; the ruthlessness of which shocked Jewish and world public opinion alike and drove fear and panic into the Arab population, precipitated the flight of Arab masses from their homes and villages; and so on” (Flapan, 1979, pp. 96-97).

He goes on to remark, “(…) members of the Irgun launched terrorist attacks on civilians causing an escalation of violence on an unprecedented scale. It can be said that the Irgun established the pattern of terrorism adopted 30 years later by Al-Fatah” (Flapan, 1979, p. 116).

None of this is to suggest that Revisionist Zionism was the sole progenitor of terrorist violence in the Middle East; there had been twenty years of violence there, including the Arab revolt that had preceded Revisionist attacks on British forces and the Arab population there. After all, too, the Algerian war of independence which was to erupt six years later was profoundly marked by the use of terrorist violence, particularly in the capital, Algiers, where indiscriminate violence, as the weapon of the weak, was initially highly effective at redressing the imbalance of power between the revolution and its French antagonists, although it eventually and unintentionally also legitimised the indiscriminate violence of the French state against it itself. Franz Fanon, a psychiatrist from Martinique who became a leading theoretician of the Algerian struggle, even justified the violence involved as a means of cleansing people subjugated by colonialism of their subjugation (Fanon, 1963, pp. 68-74). The Palestinian movements, too, as mentioned above, also used terrorism in the last thirty years of the twentieth century to facilitate, unsuccessfully, the realisation of their political objectives.

Motivation

The underlying issue here is that a vast array of different movements in the Middle East have increasingly used methods of struggle in recent times that are conventionally described as “terrorist”. Some were secular in terms of the theoretical justification of their actions, others were ostensibly religious, but the techniques of struggle adopted – “coercive intimidation” or the use of “indiscriminate” violence

to attain political ends (Wilkinson, 1986, p. 51) – was common to them all. The adoption of such techniques arises from the asymmetry of the conflicts in which the protagonists were engaged, in which they perceive of themselves as weak in comparison with their opponents. The apparently indiscriminate use of such violence is really a statement that individuals associated with a particular group held culpable for a collective offence are, thereby, considered legitimate targets, whatever their individual responsibilities for the actual offence may have been. Thus, when Émile Henry, a French anarchist, bombed the Café Terminus in Paris in February 1894, killing one person and injuring twenty others, and was arrested immediately afterwards, he told the court at his subsequent trial, “There are no innocent bourgeois!” for the café was a well-known haunt of the Parisian bourgeoisie whom he held responsible for the fearful exploitation of the French working class³.

I postulate that the motivation of the perpetrators of such actions is based on a shared awareness of political marginalisation, reflecting sentiments of resentment, exclusion or isolation. Furthermore, if all perpetrators of such actions do share common motivations and use common techniques by which to express them, their sense of marginalisation is so great that none of the ordinary mechanisms by which individuals can seek recompense from the community-at-large, or from the state, appears to be effective for their purposes. In adopting such extreme positions, furthermore, they also embrace violence to confront the state and the society that they perceive as responsible for their marginalisation. Such a stance, which restores agency to them, they regard as essentially moral, so that their actions delegitimize the state and the society that would normally be seen as legitimising it. In short, their own violent struggle against the state is innately moral and those who oppose it, whatever their reasons, are inherently immoral and thus become legitimate targets of their violence.

Of course, those who feel so rejected by the state and society-at-large usually form a small minority and take such extreme positions of contention of the narrative of the state because of their isolation and as a means of legitimising their positions. Those who endorse violence form a far smaller minority, a position which also reinforces their sense of marginalisation and weakness which, conversely, encourages them in constructing a perceptual cultural frame to legitimise their actions (Wictorowicz, 2008, p. 8). They also develop justifications for their actions in order to give coherence to what they do but it is open to question whether such justifications provide the real explanations for both their sense of marginalisation and the violence that they practise. An example of the confusion that can be generated between real motivations and the coherent justifications in which they are con-

3 The usual (erroneous) claim is that he said, “Nobody is innocent!”. See *Emile Henry's Defense*, available at <https://theanarchistlibrary.org/library/emile-henry-emile-henry-s-defense>.

cealed is provided by a comment made by Malise Ruthven with regard to al-Qa'ida's stupendous attack on the twin towers of the World Trade Center in New York on September 11, 2001:

"Their final act was not a gesture of Islamic heroism, but of Nietzschean despair. Their Islamic lineage is not in doubt. Like the Military Academy group they conceived the deed they committed on September 11th as an Outrage, a Fury for God. The Baader-Meinhof slogan – *Don't argue, destroy!* – could well have been their own" (Ruthven, 2002, p. 133).

Yet, of course, the attack was justified by a carefully-argued statement of salafi-jihadi extremist doctrine concerning the need to attack the "far enemy" – those non-Muslim states that supported the allegedly corrupt Muslim regimes of the Middle East, thus blocking the successful construction there of the normatively ideal society sought by militant Salafism (Gerges, 2005, pp. 119-150).

Justification

The formal justification for the contemporary wave of terrorist violence is well-known; it consists of a specific justification of *jihad*, which is usually translated as "holy war" (Cowan, 1976, p. 142). This is, however, to misconstrue the original meaning of the root term, *jahada*, which means to endeavour or strive, as well as to fight and which in one derivative (*ijtihad*) also means to develop an independent judgement over a legal or theological question. Indeed, historically jihad itself has also been construed as an intellectual struggle to improve an individual's moral status, the so-called "greater jihad", with the act of fighting in a holy war being seen as its subordinate cousin. The prioritisation of jihad as a violent act, admittedly in an allegedly moral cause, is therefore a relatively recent development, really emerging in response to widespread perceptions in the Muslim world, particularly in the Middle East and North Africa, of Western interference in the region and of the widespread defective and corrupt indigenous governance practices there which leading Western states allegedly support.

Conventionally, this process is dated as beginning from the advent of the Islamic revolution in Iran and the coterminous Soviet invasion of Afghanistan in 1979. The Islamic revolution, even though it involved Shi'ism in Iran, was seen throughout the Muslim world as dramatic proof of the relevance, vitality and authenticity of Islam in the contemporary world as the driver for the realisation of the (Islamic) ideal of good governance and social order. The response to the Soviet invasion of Afghanistan, both within the country and in the wider Middle East, was a further practical demonstration of this new self-confidence, this time within a Sunni, rather than a Shi'a context. Coincidentally, of course, it was also the opportunity for a covert Saudi and American engagement in a Cold War confrontation through their actions in providing logistical and financial support to the consequent uprising

against the Soviet move there. In parallel with this support, Saudi Arabia also organised the recruiting of Muslims throughout the Middle Eastern and North African region to physically support the Afghan rebellion⁴.

Those who were recruited – an estimated 40,000 by the end of the decade of the 1980s – found an ideology justifying and legitimating their engagement already at hand. It combined the ideas of Sayed Qutb, the Egyptian Islamist thinker who had been executed under the Nasser regime⁵, and Maulana Mawdudi, his Pakistani predecessor⁶, together with the vision of jihad of another Egyptian activist who was to be executed for his role in the assassination of Egyptian President Anwar Sadat, Muhammad Faraj⁷, as theorised by a Palestinian Islamist academic based in Peshawar in Pakistan, Abdullah Azzam⁸. Their ideas were set within a coherent framework provided by *Salafi-Jihadism*, a literalist evocation of the Islamist ideal society derived from the experiences and practices of the life of the Prophet Muhammad and the first four rightly-guided caliphs of the Rashidun epoch which, furthermore, required the active defence of the Muslim world against the corrupting influence of and direct interference by Western powers and their local surrogates, autocratic Arab regimes.

It was out of this environment that the modern Islamist violent extremist movements have evolved up to the present day. They have derived from their theoretical principles a praxis of action that has evolved over the past thirty-eight years and which has reproduced itself five times. Thus the obligation of the “defence of Muslim lands” first distinguished between the so-called “near” and “far” enemy – the western supporters of illegitimate Arab regimes and the Arab regimes themselves – as the legitimate and priority targets of Islamist hostility. It then prioritised pre-emption as a legitimate and viable procedure in large part justified by Western predilection for the same tactic, as subsequently made evident by the American-led attack on Iraq in 2003. These iterations were further elaborated into a kind of “nomadic” jihad in which any situation on the Muslim periphery that seemed to

4 See Coll (2005).

5 Sayed Qutb identified governance in the Muslim world as culpably defective because of its ignorance of Islamic archetypes and proposed a new vision of *hukumiyya* (good Islamic governance) instead, to be imposed by force if need be.

6 Maulana Mawdudi, who founded the Jama'at-e Islami in Pakistan, considered the modern state valid only if based on Islamic precept as elaborated by the Salafiyya movement at the end of the nineteenth and start of the twentieth centuries.

7 Muhammad Faraj regarded jihad as the sixth pillar of Islam and a personal obligation which had been neglected by Muslims.

8 Abdullah Azzam defined the parameters of jihad in his two famous *fatwas*: “In defence of Muslim lands” and “Join the caravan”, regarding jihad as an individual obligation (*ayn fardh*) on every Muslim whenever the Muslim world was threatened.

threaten its integrity could be confronted, as in Bosnia in the 1990s or in Chechnya. The next two stages of evolution involved new theoretical developments; Al-Suri's vision of leaderless jihad in which individuals could make their own decisions as to where action should occur without referring to a hierarchical chain-of-command⁹ and Naji's argument about the need to eliminate through exemplary violence what he called the "grey zone" – those areas in which Muslims and non-Muslims co-existed in situations of relative mutual tolerance (Naji, 2004).

It was from this intellectual environment that the vision of the *Islamic State* (ISIS or *Da'ish*) has evolved. It has added the concept of the revival of the caliphate as a territorial reality to the arguments of As-Suri and Naji, thus giving Muslims in theory an alternative to the "gray zone" and challenging the intellectual hegemony enjoyed by al-Qa'ida over the Salafi-Jihadi movement since 2001¹⁰. Al-Qa'ida itself has also mutated, becoming a brand rather than a network active in physical space and, as *Ansar al-Shari'a*, replacing the concept of eliminating *jahili* and *takfiri* regimes,¹¹ whether in the Middle East or in the West, by the concept of "good governance" in those areas, such as South Yemen or Libya, where it controls territory. Yet, even though it may now have lost its territorial base, Da'ish is far from finished for now it can invoke the concept of the "virtual caliphate" to replace the physical reality it has lost and to sustain the memory of what it had once achieved and will seek to achieve again within the ungoverned spaces of the region. It will thus remain as an intensely powerful rallying-point for the deracinated and disaffected of the Middle East and North Africa, emitting the same kind of spiritual magnetism as al-Qa'ida used to generate in the wake of the events of September 11, 2001.

Underlying Realities

However, if such a movement can maintain the same kind of power of attraction despite its political and practical failure, the question then arises as to precisely what that power of attraction really represents. Of course, it could be argued that the power of its ideology is the only attractor it requires but that also requires that adherents have sufficient knowledge of Islamic doctrine to be able to appreciate its significance, a requirement that is not generally fulfilled by a majority of those that do adhere to the movement. Indeed, when the phenomenon of extremism first became a matter of general official concern in the Middle East and North Africa – in the 1980s – sociologists began to consider the makeup of those who became engaged in the phenomenon.

9 See Lia (2009). For a discussion of his book see *The Global Islamic Resistance Call*.

10 See Joffé (2016a, 2016b and 2017).

11 *Jahili*, culpable and wilful rejection of Islamic praxis and dogma (regimes of the Middle East and North Africa); *takfiri*, apostate (Western states which support them).

Interestingly enough, the main support base for radical and violent movements tended to be drawn from those social strata which had been the most profoundly affected by the process of modernisation. These transitional groups had often come from relatively disadvantaged, traditional backgrounds but had been able to obtain access to education – in many cases including higher education and vocational education. A surprisingly high proportion of those involved had had scientific training or education and many had also been junior-level officers in the armed forces. Often such persons have subsequently had difficulty in finding employment or have been forced to take employment perceived as requiring education levels below those that they possess.

Another surprising fact that has been identified more recently is that an equally significant proportion of recruits tend to have been educated in the so-called STEM subjects – science, technology, engineering and mathematics – who should thereby have been inoculated against ideas that appear to run counter to the sceptical pragmatism that such subjects intellectually inculcate (Rose, 2015). Instead, when confronted with the innate cultures of their societies in which personal and communal piety continued to play a meaningful role, they found a profound conflict between the requirements of belief and piety as opposed to the secular pragmatism of scientific analysis that they had been taught to endorse. The contradiction was resolved by adopting a religious vision that provided certainty and personal salvation. The other characteristic that these groups shared was their belief in their exclusion from the political institutions and processes of the state, particularly if it was corrupt and autocratic, for they could not affect its operations through established and recognised systems of participation. In addition, exclusion was not necessarily limited to political perception, as there was also a very real awareness of actual economic exclusion, given the defective economic systems of the Middle East and North Africa. Furthermore, they often seem to have experienced a discordance between their formal education and aspects of their innate culture. This heightened their sense of exclusion, since it now applied on both the social and the political spheres. In part this was a consequence of the secularisation of knowledge attendant on the process of modernisation that ran at odds with the often very intense piety of traditional backgrounds. Not surprisingly, therefore, such groups, if unable or unwilling to integrate into the transitional societies that form the majority of regional states, tended to retreat into ideologies which are culturally appropriate and which explain their exclusion. In addition, such ideologies, if they were activist in nature, offer an alternative strategy for inclusion in or replacement of the discourses from which they feel excluded.

Furthermore, over time and as the confrontation between state and non-state groups intensifies, the social origins of those engaged in coercive violence change. Genuinely disenfranchised social strata are drawn into the non-state groups, so that the education level of participants declines. Similarly, in the past it has been notable that the

average ages of participants also declined. In Egypt, in the 1970s for example, the age of 61 per cent of Islamist members was between 25 and 30 years, 79 per cent of them had higher education and 51 per cent were members of a major profession, whilst 55 per cent of them lived in large cities. By the 1990s, 71 per cent were below the age of 25 and only had secondary or intermediate education, and 85 per cent lived in small towns, shanty-towns or villages (Ibrahim, 1982 and 2002). In Algeria, it was notable that the *hittistes* – unemployed youth – or those involved in *trabando* – the informal trading sector linked to smuggling (contraband; hence the name) – increasingly supplied recruits to the more extreme and often criminalized Islamist groups.

In short, the support enjoyed by Salafi-Jihadi extremism is a reflection not of an acceptance of the coherence of extremist Islamist doctrine but of the reification of Adorno's "theodicy of conflict" by those who implicitly accept that the world in which they live is inherently agonistic¹² because of their sense of exclusion, marginalisation and isolation (Adorno, 1951). If this is the case, then we can begin to investigate how extremist Salafi-Jihadism can be investigated in sociological, rather than ideological and religious terms in order to obtain an understanding as to why it has received so much support and what this may mean for its future. One Lebanese-based research project in 2015 identified nine different categories of person amongst recruits to Da'ish, based on status, identity, revenge, redemption, material benefit, excitement, ideology, justice and martyrdom. These categories give an idea of the wide range of motivations that exist amongst supporters of the movement and it is notable that only a minority were concerned with ideological justification (Tucker, 2015). Yet they still leave two key questions unanswered; why are individuals attracted to a movement that espouses values so at odds with those normally endorsed by most people and why are they so often attracted by its extreme and exemplary violence?

The first question then is why would individuals rally to an organisation whose values and objectives appear to be so far removed from the objectives of states and societies that reflect the essentially normative and moral values of the Enlightenment, whether in Europe or the Middle East and North Africa. One obvious reason lies in the fact that many regional states do not, in practice, reflect those values and another reflects the way in which that question has been posed. Enlightenment values may seem very different, depending on where the observer is situated, for

12 In the critical sense that it is irreconcilable with majority sentiment and society which it must, therefore, seek to destroy. As such it is opposed to Chantal Mouffe's view of "agonistic pluralism". See Mouffe (2000, p. 15): "Envisioned from the point of view of "agonistic pluralism", the aim of democratic politics is to construct the 'them' in such a way that it is no longer perceived as an enemy to be destroyed, but as an 'adversary', i.e. somebody whose ideas we combat but whose right to defend those ideas we do not put in question."

what may appear to Westerners to be humane reflections of universal principles may appear to be the coercive consequences of repeated interventions in Middle Eastern and North African affairs stretching back over two hundred years, back indeed to Napoleon's invasion of the region in 1798, if not earlier. Quite apart from the colonial experience, this has been particularly true over two instances of Western interference; the abject failure of Western powers to resolve the Palestinian issue since at least 1993, if not far longer, and the American invasion of Iraq in 2003 which basically destroyed the Iraqi state and failed to institute a viable alternative. Allied to that is the question of Sunni attitudes towards Iran and the way in which Iran has been the major, if unintended, beneficiary from Western attempts to regulate regional problems over the past two decades.

The anger felt over what is seen in the region as double standards and casual and brutal interference in regional affairs is today vast and, therefore, any organisation that highlights and targets Western intervention is likely to attract considerable support. The problem, though, is far wider than that; the outcomes of the Arab Spring have been, in large part, a huge disappointment for regional populations; economic circumstances have worsened and the parallel crises in Europe and the United States have meant that little attention beyond rhetorical support has been voiced by Western powers for the consequences inside the region itself (Joffé, 2015). There is thus a profound distrust of Western imperatives and concerns and a corresponding willingness to embrace radical alternatives, even if the concomitant violence might be a significant disincentive.

Then there is the enormous resentment felt by youth over the way in which it has collectively been the primary victim of the economic collapse throughout the region. Since it is increasingly denied access to an alternative in Europe for example, its resentments turn inwards and become directed towards regional government for its evident failure to offer employment and fulfilment. Da'ish at least offers employment and other benefits, too, some of which, like marriage and family life, however debased in practice, are increasingly important to a youthful population deprived of opportunities for independent life outside the confines of the family (Schmidt, Joffé and Davar, 2005, pp. 151-172). Allied to this is the natural exuberance of youth seeking to remake the world in a better image, even if – to outside observers – the model to be achieved is palpably worse than its precursors! After all, it worked very effectively to dynamise international support for the Spanish Republic during the Spanish civil war and achieved a similar outcome within North Africa during the Algerian war for independence¹³.

13 Indeed, the Algerian struggle had a much wider mobilising effect, offering a model for national liberation movements throughout the French colonial empire and inspiring Franz Fanon's vision of the purifying effects of violence. See Fanon (1963, p. 28).

Quite apart from these factors, however, there are some factors that are unique to the situation of Muslim minority communities, particularly in Europe, the United States and the Dominions. First of all, there is a profound sense of anomie and alienation which is a consequence of the relative failure of initiatives designed to integrate minority communities within the host communities inside which they live, whether through the French model of *laïcité* or the British vision of multiculturalism. This is, in part, a European failure to realise Jacques Derrida's vision of "hospitality" (Derrida, 2006). It is, in part, too, an attempt to share in a lost identity, that of parents frozen in an interstitial location between an identity of origin and an identity of displacement. The result is a search for authenticity in which the rejection of Western paradigms plays a major role, a sentiment which seems to be fully satisfied by the salafi-jihadi vision.

Yet ideological or religious knowledge or commitment do not seem to play a major role in recruitment, even if they become the rhetoric through which commitment is expressed; instead active grooming, social media and, as Sageman has shown, peer pressure seem to have been key (Sageman, 2004, pp. 107-134). It can be reinforced, strangely enough, by generational tensions, themselves the reflection of contradictions between the paradigms of the host society and the country of origin (Schmidt, Joffé and Davar, 2005, pp. 165-172). Then, finally, there is the sense of the purity of commitment to an ideal which transcends the commonplace, the day-to-day, and offers a vision of personal sacrifice – however perverted the ideal may be – that ordinary life can never offer. It is an ideal that Mohamed Tozy has captured in his description of Abdullah Azzam's account of his meeting with Ahmed Shah Massoud in the Panjshir Valley in Afghanistan, with its evocation of homoerotic idealism in the purity of such commitment (Tozy, 2008, pp. 22-30; Chafiq, 2015).

Even if these factors provide an explanation of what has emerged as an apparently predominant threat to the integrity of state and nation, both in Europe and in the Middle East and North Africa, they do not explain why often well-educated young men and women choose to endorse an obscurantist, literalist and brutal ideology to express their alienation. As noted above, it has been notable, for instance that a disproportionate number of individuals who have been educated in the STEM subjects (science-technology-engineering-mathematics) tend to adopt salafi-jihadi views, as compared with those who have been educated in the humanities. It has been suggested that the reason for this is that those educated in the natural and applied sciences have been accustomed to the simplicities of the certainties inherent in scientific truth and thus seek parallel certainties and simplicities within the politics of identity, whereas the humanities inculcate scepticism, complexity and uncertainty, sentiments which in themselves insulate the individual from the literalist determinism of the Salafi vision. It is certainly the case that many who adopt the literalist vision express their admiration and commitment to the ideological

certainties they espouse, whether they do so through education or through the actions of facilitators and it is equally clear that the nature of the education they have received can facilitate this process, not least because many converts have not been religiously active previously, nor do they necessarily have the basic knowledge to question the ideas they inculcate.

There remains one particular arena in which radicalisation takes place for quite specific reasons and that is amongst the minority communities inside Europe. It has been notable, for example, that virtually all the violent attacks that occur in Europe, particularly in France, Belgium and Germany, and that have been attributed to Da'ish or, before it, to al-Qa'ida, involved second or third generation European citizens of Maghribi origins, particularly from Morocco or Tunisia. In Britain persons from North Africa, except for Libyans, have not figured so highly, being replaced by Pakistanis instead for North African migrant minority communities there are relatively small when compared to those in continental Europe. They have often been joined by recent converts to Islam, often, too, from minority communities. It is also a pattern that is not of recent date for most of the violence in France in 1995 and 1996, itself a by-product of the Algerian civil war between 1993 and 1999, was carried out by young Frenchmen of Algerian origin, again often aided by recent converts to Islam and the attacks on Madrid in 2004 were the responsibility of young Moroccan migrants long resident in Spain.

The commitment of such groups to violent radicalism is the result of a combination of several factors, some innate to the minority communities themselves and some a product of cultural displacement and the legacies of the colonial past. First generation migrants tend, as they become part of a permanent minority community within European host societies, to reassert and consciously reproduce their cultures of origin as a means of establishing identity in a foreign setting. Typically, this means a reassertion of conservative Islamic values. However, their children who are, after all, second generation members of these minority communities, are trapped in an interstitial position between the traditional conservatism of their parents and the very different values of mainstream society in their countries of residence. Since they are also marginalised by their lack of equality of access to full participation in the social mainstream, they become alienated from it and turn back to the cultures of their countries-of-origin which they now idealise instead, holding the host country, the former colonial power, as responsible for the marginalisation they face. In such a situation, marked by alienation and anomie, they are particularly vulnerable to radicalisation (*Durkheim, 1897*).

The Psychology of Violence

There remains one final issue; even if we can now establish the manifold reasons why individuals – the Middle East and North Africa or in Europe – might become

radicalised, we must still explain why some of them should endorse violence or even wish to practice it, including the desire for altruistic suicide¹⁴. Quite apart from the pragmatic reasons for involvement with violent organisations discussed above, we must still explain what motivates individuals to overcome their social inhibitions to the use of violence and to actively and willingly engage in such behaviour. Of course, they are engaged in conflict but the asymmetry of the conflict does not provide an adequate explanation, nor does the fact of conflict in itself legitimise violence because the violence involved is so gratuitously extreme.¹⁵ Nor does the attractive power of the propagation of such gratuitous violence through social media provide us with an explanation in itself, although it does begin to hint at where an appropriate explanation might lie.

One explanation has been offered by Marc Sageman (2004), an American psychologist with long experience of extremist violence. He suggests that incorporation into an extremist organisation is a result of membership of a social network which is culturally isolated – as is often the case amongst minority communities in Europe. In such circumstances, individuals could easily be introduced to jihadist concepts and propaganda through social media or by a facilitator and some of them could be persuaded into accepting the extremism and violence that they offered. Some might well be persuaded by the ideology they were offered but the most important factor was that of peer emulation and peer pressure to join within the social network. His approach certainly helps us to understand the importance of such factors in Europe where such social networks act as a kind of surrogate family, given the tensions that exist between generations, in reinforcing cultural identity in what are, essentially, transitional generations trapped between their parents and the relatively inaccessible host society, and also in justifying and explaining the anomie and alienation felt by network members towards the host community. This explanation, however, does not explain the inculcation of a propensity to violence which has become the landmark of such incorporation into extremist groups.

To explain that aspect of the phenomenon, it is necessary to examine the ways in which individuals learn to relate to and cope with the realities of a complex world

14 The practice of self-sacrifice on behalf of other persons or groups, whether as an act of heroism or ritual which is marked by social approval and benefits the social order. See Durkheim (1897, p. 44 and p. 228).

15 The point here is that, in warfare, the state renders legal what it normally sanctions as illegal – the act of killing – on the grounds that it is a necessary act to ensure the security of the state itself. Violent non-state actors may well invoke the same justification but such arguments are rejected by their opponents – the state – and delegitimized if excessive, wilful violence is used contrary to The Hague Conventions of 1897 and 1907, the Nuremberg Principles or the Geneva Conventions of 1949. Such activities breach customary international law and invoke individual criminal responsibility.

as part of the process of evolving from childhood through adolescence into adulthood. A key explanation here, perhaps, is provided by the work of Melanie Klein (1975, pp. 1-25). It revolves around the way in which an infant learns, over time, to separate its psyche from the dominance of its mother, in order to become an autonomous adult. Melanie Klein identifies two stages in this process; the initial “paranoid-schizoid position” which eventually evolves into the more mature “depressive position”. In the paranoid-schizoid position, the ego¹⁶, essentially the infant personality, perceives itself to be threatened by its growing realisation of its mother’s autonomy and by its own internal self-destructive instincts. It reacts to this sense of threat by projecting its anxieties outward onto an external object which, in turn, it perceives as a threat to its own integrity whilst at the same time seeking to strengthen its relationship with the mother as its guarantor of love. As the infant matures, it learns to internalise its anxieties and to perceive external objects as they are, not as embodiments of its fears. Adolescence is the period during which this transition is most likely to take place but both positions exist in an antiphonal and dialectic relationship with each other. Furthermore, both positions continue to exist inside the adult in a constant struggle for dominance of the one over the other, driven by the way in which the individual feels either threatened or in charge of its external social environment¹⁷.

In the context of the Muslim world, however, where adolescence is not as prevalent a developmental state as in the West, this picture is complicated by the status and role of the infant’s father. Conventionally, the father figure is dominant within the family and his authority is unquestioned and unquestionable. As a result, the inevitable Oedipal conflict between father and son, which would normally be resolved through adolescence as the evolving ego developed a depressive position, has to be repressed until the father dies, when his son can replace him and thus become a fully autonomous adult. However, in the reality of the Middle East and North Africa, the father is often rendered impotent in social and political situations, whilst in Europe, intergenerational tensions generate a similar awareness within children as they grow up. The result is that the paranoid-schizoid position becomes the dominant reaction within the young evolving adult who looks for an external object onto which to project his anger. It is at this point that he becomes susceptible

16 “Ego”: that part of the mind which has a sense of individuality and is most conscious of self; (in Freudian theory) the part that mediates between the id and the superego and deals with external reality. “Id”: the inherited, instinctive impulses of the individual, forming part of the unconscious and, in Freudian theory, interacting in the psyche with the ego and the superego. “Superego”: in Freudian theory, the part of the mind which internalises parental and social inhibitions or ideals early in life and imposes them as a censor on the wishes of the ego; the agent of self-criticism (Brown, 1993, p. 788, p. 1303, p. 3146).

17 This is discussed in greater detail in Schmidt, Joffé and Davar (2005, pp. 154-158).

to the pressure of social networks and facilitators as they define new external objects onto which anger and fear can be projected and dissipated (Schmidt, Joffé and Davar, 2005, pp. 169-170).

The Implications

In short, this analysis proposes that young Muslims (and Muslim converts) are trapped within a psychological paranoid-schizoid position by their own arrested psychological development and by the external political and social circumstances that they face. In such circumstances, they embrace the extraordinary violence that jihadist extremism encourages as a means of psychic release of these unresolved internal tensions. This is not, however, to place their victims in the position of being simply the innocent and tragic consequences of unresolved internal psychological conflict. The objective external factors – the history of colonialism, Western interference in regional politics and anomic isolation inside Western societies, for example – still exist and contribute to regional anger. It does, however, seek to explain the extraordinarily violent vehemence of the reaction that the current ideological and practical conflict has generated. It is an indication, too, that the destruction of Da'ish's caliphate will not be the last word in the matter and that *Da'ish v.2* will continue to attract widespread support to the virtual caliphate that will replace it. This analysis also suggests that approaches to resolving or anticipating the problems that will emerge that rely only on addressing the explicit ideology are unlikely to succeed. In short far more inclusive strategies are needed to address the implications of jihadi extremism today that encompass the consequences of the failure of integration of Muslim communities in Europe and the implications of Western interference in the colonial and post-colonial worlds in the Middle East and North Africa as well. The difficulty is that such strategies need to be endorsed by European mainstream opinion as well and, in the current climate of European populism and antagonism to the consequences of Immigration, this may prove too difficult a task for democratic politicians with their limited five year purview to address. If that is the case, then this crisis will be with us for decades to come!

References

- Adorno, T., 1951. *Minima Moralia: Reflections of a Damaged Life* (trans. E. N. F. Jephcott, 1978). London: Verso.
- Brown, L., ed., 1993. *The New Shorter Oxford English Dictionary*. Oxford: Oxford University Press.
- Chafiq, C., 2015. Pourquoi l'offre islamiste séduit une jeunesse en mal d'héroïsme. *Le Monde*, February 6. Available at http://www.chahlachafiq.com/index.php?option=com_content

- &view=article&id=114:pourquoi-l-offre-islamiste-s%C3%A9duit-elle-des-jeunes-en-mal-d-h%C3%A9ro%C3%AFsme-le-monde,-6-f%C3%A9vrier-2015&catid=14&Itemid=121&lang=fr.
- Coll, S., 2005. *Ghost Wars: The Secret History of the CIA, Afghanistan, and Bin Laden: from the Soviet Invasion to September 10, 2001*. London and New York: Penguin.
- Cowan, J. M., ed., 1976. *The Hans Wehr Dictionary of Modern Written Arabic* (3rd edition). Ithaca: Spoken Language Services.
- Derrida, J., 2006. *The Politics of Friendship*. London: Verso.
- Durkheim, E., 1897. *Suicide: a Study in Sociology* (trans., 1951). New York: Free Press/Simon and Shuster.
- Émile Henry's Defense. Available at *The Anarchist Library* (<https://theanarchistlibrary.org/library/emile-henry-emile-henry-s-defense>).
- Fanon, F., 1963. *The Wretched of the Earth* (trans. C. Farrington, 1967). Harmondsworth: Penguin.
- Flapan, S., 1979. *Zionism and the Palestinians*. London: Croom Helm.
- Gerges, F. A., 2005. *The Far Enemy: Why Jihad Went Global*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HM Government, 2011. *Prevent Strategy*. London: Home Office, June. Available at https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/97976/prevent-strategy-review.pdf.
- Ibrahim, S. E., 2002. "The changing face of Egypt's Islamic activism", in S. E. Ibrahim, ed., *Egypt, Islam and Democracy: Critical Essays* (2nd edition). Cairo: American University in Cairo Press, pp. 66-79.
- Ibrahim, S. E., 1982. "Islamic militancy as a social movement: the case of two groups in Egypt" in A. Dessouki, ed., *Islamic Resurgence in the Arab World*. New York: Praeger, pp. 117-137.
- Joffé, G., 2017. States and Caliphates. *Geopolitics*, 22(3), pp. 1-20.
- Joffé, G., 2016a. The Fateful Phoenix: the Revival of Al-Qa'ida in Iraq. *Small Wars & Insurgencies*, 27(1), pp. 1-21.
- Joffé, G., 2016b. Global Jihad and Foreign Fighters. *Small Wars & Insurgencies*, 27(5), pp. 800-816.
- Joffé, G., 2015. "Barcelona, twenty years on" in Y. Zoubir and G. White, eds., *North African Politics: Change and Continuity*. London: Routledge.
- Joffe, G., 2004. *Global Terrorism*. EuroMeSCo Report n°30. Lisbon: IEEL.
- Kaplan, J., 2008. Terrorism's Fifth Wave. *Perspectives on Terrorism*, 2(2). Available at <http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/26/html>.

- Kennedy, H., 2016. *The Caliphate*. London and New York: Pelican.
- Klein, M., 1975. *The Writings of Melanie Klein*. London: Hogarth Press.
- Lambton, A. K. S., 1981. *State and Government in Medieval Islam: an Introduction to the Study of Islamic Political Theory: the Jurists*. London Oriental Series, volume 36. Oxford: Oxford University Press.
- Lewis, B., 1967. *The Assassins: a Radical Sect in Islam*. London: Weidenfeld and Nicholson.
- Lia, B., 2009. *Architect of Global Jihad: the Life of al-Qaida Strategist Abu Mus'ab al-Suri*. New York: Columbia University Press.
- Mouffe, C., 2000. Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism. *Reihe Politikwissenschaft* n°72. Vienna: Institut für Höhere Studien.
- Naji, A.-B., 2004. *The Management of Savagery: the Most Critical Stage through Which the Umma Will Pass*, (trans. W. McCants). Cambridge, MA: John M. Olin Institute for Strategic Studies, Harvard University Press. Available at <https://azelin.files.wordpress.com/2010/08/abu-bakr-naji-the-management-of-savagery-the-most-critical-stage-through-whichthe-umma-will-pass.pdf>.
- Rapoport, D., 2002. "The four waves of rebel terror and September 11". *Anthropoetics – the Journal of Generative Anthropology*, 8(1). Available at <http://anthropoetics.ucla.edu/ap0801/terror/>.
- Rose, M., 2015. *Immunising the Mind: How Can Education Reform Contribute to Neutralising Violent Extremism?* London: British Council. Available at https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/immunising_the_mind_working_paper.pdf.
- Sageman, M., 2004. *Understanding Terror Networks*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Schmidt, C.; Joffé, G. and Davar, E., 2005. The Psychology of Political Extremism. *Cambridge Review of International Affairs*, 18(1), pp. 151-172.
- Tozy, M., 2008. Desir de Guerre et Quête de Justice. *La Pensée de Midi*, 26(4), pp. 22-30.
- Tucker, P., 2015. Why Join ISIS? How fighter respond when you ask them. *The Atlantic*. Available at www.theatlantic.com/international/archive/2015/12/why-people-join-isis/419685.
- Wictorowicz, Q., 2008. "Introduction: Islamic Activism and Social Movement Theory" in Q. Wictorowicz, ed., *Islamic Activism: a Social Movement Theory Approach*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Wilkinson, P., 1986. *Terrorism and the Liberal State* (2nd edition). London: Macmillan.

Theorising Performative Violence: Radical Islam and Beheading in Perspective

Amalendu Misra

Senior Lecturer, Department of Politics, Philosophy & Religion, Lancaster University, UK and Professor at Centro de História, Universidade de Lisboa, Lisbon, Portugal. Specialist in theories of violence and author of following research monographs: "Towards a Philosophy of Narco Violence in Mexico" (Palgrave-Macmillan, 2017); "The Landscape of Silence: Sexual Violence against Men in War" (Hurst, 2015); "Politics of Civil Wars" (Routledge, 2009); "Afghanistan: The Labyrinth of Violence" (Polity, 2004); and "Identity and Religion" (Sage, 2004).

Abstract

This essay explores that most decisive and profound of corporeal violence – beheading. Once common across cultures, this form or punishment has lost favour in most modern societies. Yet, there are some societies who encourage beheading either on religious or cultural grounds. This study seeks to examine and comprehend the indigenous purposes and cultural meanings of ritual beheading.

The analysis central preoccupation is: Why behead? It is often difficult and almost impossible to elicit a direct answer from the culture or individual that is heart of this gory undertaking.

It is proposed a tentative line of argument that seeks to problematize beheading in contemporary context. While pursuing this question it is examined various theoretical and philosophical positions that help situate this rather gory undertaking. As per empirical evaluation discussion is confined to two well-known contemporary cases. They relate to the sporadic cases of beheading by the Taliban in Afghanistan and the dreaded methods of public execution by the militants of (the so called) Islamic State (IS).

Resumo

Teorizando a Violência Performativa: Islamismo Radical e Decapitações em Perspetiva

O ensaio explora uma das mais decisivas e profundas variantes da violência corporal – a decapitação. Em tempos, comum a todas as culturas, esta forma de punição desapareceu na maioria das sociedades modernas. No entanto, existem algumas sociedades que incentivam a decapitação por motivos religiosos ou culturais. O estudo procura examinar e compreender os propósitos autôctones e os significados culturais do ritual da decapitação. A preocupação central é: porquê decapitar? Muitas vezes é difícil e quase impossível obter uma resposta direta da cultura ou do indivíduo que é o coração deste acto sangrento.

Propõe-se uma linha argumentativa que problematiza a decapitação no contexto contemporâneo. Concomitantemente, examinam-se várias perspetivas teóricas e filosóficas que ajudam a enquadrar este fenómeno. De acordo com a avaliação empírica, confinamos a discussão a dois casos contemporâneos bem conhecidos: os casos esporádicos de decapitação por parte dos talibãs no Afeganistão e os métodos de execução pública conduzidos pelos militantes do (autodenominado) Estado Islâmico (EI).

Introduction

Beheading as a form of punishment has a long history. It has been practiced by all societies and civilisations at some point of their career. One cannot shy away from the fact that “decapitation is central to human politics because it has extraordinary ritual power. Moreover, it is primitive not in its human baseness but rather in its raw capacity to assert authority” (Vlahos, 2014). Yet, in view of some critics, “the idea of execution by decapitation is bizarre and horrific, though for millennia public beheadings around the world were fairly common. It is only in modern times that cutting a person’s head off has come to be considered barbaric” (Bradford, 2012, p.1).

Although it lost favour as a form of capital punishment in most modern western societies (the last execution by guillotine took place in the west in France on 10 September 1977) it is prevalent in some non-western societies such as Saudi Arabia. The Saudis have constructed a religious rationale for their prodigious ritual-legal beheading. They follow the traditional principle of *qisas*: retaliation on the principle of eye for an eye, as the legal basis for beheading. As part of capital conviction evil heads are severed. Here a vigilant and keen blade and righteous cut is a public celebration.

Though historically decapitation was essentially a means to an end, the beheading element itself carried a powerful message and continues to do so today. There are far cleaner and less gruesome ways to kill a person, but few things make a greater impression on the public than seeing a severed head. “That shock value is used to strike fear in enemies and ensure obedience” (Bradford, 2012, p. 2).

While mostly extra-judicial killing of innocent civilians and hostages the philosophy behind this undertaking is very complex, indeed. In the following pages it is examined the complex politics surrounding contemporary beheadings (in an Islamic non-state setting) from an anthropomorphic context. In doing so, I pay particular attention to culture and religion. This context is particularly significant as both culture and religion are invoked to legitimize such undertakings. Beheading, as some scholars have argued, is culturally satisfying, and is central to many a society’s consciousness (Vlahos, 2014).

Performativity

As is stressed earlier, use of particularised physical violence for specific political ends has been a part and parcel of all societies and civilizations at some point of their career or the other. Yet, forms of violence may be undertaken as a performance for their shock value or to make an impact on the targeted audience (which may consists of both the perpetrator and perpetrated communities).

For critics like Jacques Derrida (2013) and Judith Butler (1993) the importance of performative violence is an attractive option to a specific segment in the society or

for a given state. For Derrida, the very enactment of violence is preconditioned on a relationship between the spectacle and the spectator (2013). It is a mediated process where violence inflicted must be demonstrated [in order to have the desired effect]. In the absence of this representation violence has very *little* or *no* meaning.

When an actor or group of actors stage their vile enterprise on a communication device such as videotaping and later publicize it they are obviously using the occasion both as an enactment of real violence as well as emphasizing its symbolism. This, performance, in turn, facilitates the violator to speak to an audience. Very often it is the group, society, or the nation to which the hapless victim belonged which assumes the identity of targeted audience.

The basic characteristic of a performance is the existence of an audience. "The typical image associated with a performance is that of a theatre: on stage, with actors and an audience that observes and absorbs. What the audience absorbs is the message of the performance – this is its purpose. Whether to tell a story, bring attention to an issue, or express a feeling, a performance is done in order to convey a message" (Manzi, 2014, p. 3).

Equally importantly, "performative violence can be seen as a mode of communication through which activists seek to effect social transformation by staging symbolic confrontation" (Juris, 2005, p. 415). Throughout its years in ascendancy (2013-2016) the IS carefully choreographed its beheadings through its media outlet *Al-Furqān*. Thanks to the revolution in the information technology we were provided with a blow-by-blow account of the gory undertakings of Islamic State (IS) when it executed its victims on camera¹.

Yet, at another level, "performative violence is more than just a tactic to convey a message – it generates new symbols and social dynamics (thereby perpetuating itself), and increases social cohesion" (Manzi, 2014, p. 4). The primary objective behind such modes of violence is to "convince all those watching [the event] that they will benefit from obeying" (Osterholtz (2013, p. 139).

Additionally, one needs to reflect on the argument that "performative violence perpetuates itself" (Manzi, 2014). Such performance is fundamental in understanding the dissemination or mushrooming of violent radical Islamic activism across the world. It contributes to what one may suggest as copycat violence. We have several such cases like the beheading of Private Lee Rigby in broad daylight in a crowded London street on 22 May 2013 as a demonstration of this argument. Rigby's beheading also reinforces the argument that symbols of violence such as military attire, vandalism and arson all serve to convey a message or to open communication lines between groups (Rhodes, 2001).

1 On 16 November 2014 the Islamic State released a 16-minute video that displayed the severed head of 26-year-old former U.S. Army Ranger Peter Kassig.

While the performative aspect of radical Islamic beheading is not exceptional it is their ability to exploit their specific violence through the display of a spectacle as a form of ritual that is unique in itself. As one critic put it, “ritual intensifies emotions generated by group activity” (Richards, 2005b, p. 378). Hence, here was Mohammad Emawazi *aka* “Jihadi John” calculated and cruel, without an ounce of humanity. His behavior no longer surprised the world. But what he stood for offended and disturbed us. He, for a brief period, remained the face and voice of radical Islamic extremism in the world. More importantly, his actions made a lot of people believe as an acceptable conduct.

While performative violence is targeted at an external audience at times it may be undertaken in order to create a specific group dynamics. Juris, for instance, argues that “young militants enact performative violence in order to generate radical identities” (Juris, 2005, p. 414). This is particularly important in those contexts where there is a short supply of radicals.

As they, (the IS), began to get more hostages (Syrian military personnel, for instance) there was a need to find new recruits to observe ritual beheading of the captives. Hence, the videos that were produced of that specific massacre of 19 Syrian air force personnel we are presented with a whole group butchers made of different ethnicities and nationalities.

Furthermore, in contemporary international society, “decapitation as an act of public theater is crafted as a transfer of legitimacy” (Vlahos, 2014). It is a demonstration of the fact that “power that has taken control of both the body and life [in other words] of life in general” (Foucault, 2003, p. 253). It is this “communicative aspect of performative violence, which significantly interplays with the role of audience/witness” (Manzi, 2014, p. 4). In asymmetric conflicts, the weaker of the two antagonists, often resort to and engage in forms of violence, which are primarily communicative in nature. Through these undertakings the perpetrator communicates and seeks “to produce social transformation by staging symbolic rituals of confrontation” (Juris, 2005, p. 413).

Equally importantly, in this narrative *how* the victim is executed is as important as *why* s/he is executed. Interestingly, “performative acts of violence create connections with both the past and future because they create new logics and social structures, and because they keep past logics and traditions alive in the present. This way, the entire dynamic ends up perpetuating itself” (Manzi, 2014, p. 4).

Taking away the enemy’s head through a public ritual in a setting where there is an audience (captive or faraway) has great implications in the context of sovereignty. Severing the head of the person you consider as your opponent or someone who represents the enemy other is at once an engagement in offending the sovereignty that the former represents. Simultaneously, the successful enactment of dethroning the head symbolically affirms sovereignty of the violator over the violated.

Beheading in this narrative then is a performance in both offending and affirming sovereignty.

True, “performative violence creates a new logic which perpetuates itself by keeping the past alive” (Manzi, 2014, p. 4). Yet such violence does not necessarily create a consensus amongst the audience amongst whom it seeks to create that consensus. After the brutal execution of many of their victims, there was a chorus of voices from both the Islamic and non-Islamic world that “the free world cannot be intimidated by the brutal actions of these barbaric [radical Islamists] people” (quoted in Faiola and Cho, 2004).

Severing the Spirit

As for the very act of beheading, one could argue, it is all about separating the spirit from the body. An erect head, intact with the body, is a sign of autonomy. It could also be a symbol of defiance. By that definition, one could argue, the spirit continues to remain in the body if the head is not separated from it (even after the visitation of death on that body).

If the head is the repository of the spirit then it lives on when it is tied to the body. What if that head represents some ideology? A political ideology at that? How does one discredit that ideology? Or, disentangle and dismember that spirit from that body? Therefore, “to cut off the head is in symbolic terms to cut off ruling authority itself. Hence *De Capito* in political terms signifies severing the head of the state” (Vlahos, 2014).

As one critic stresses, “beheading is infused with statecraft: it is a public act asserting the legitimacy of the executor over the illegal and insurgent acts of the executed” (Vlahos, 2014). Sniffing out that spirit (political or otherwise), from the executor’s perspective, could seem the only possible way forward. Hence, from the point of view of the perpetrator the ideology that they are fighting against can be symbolically discredited if the head they are about to chop off could discredit itself before the actual act.

Thus some perpetrators like the IS could force their victims to discredit their own existence, the society and the world they represented to make a parting speech contrary to their beliefs before departing this life.

Consider the forced confession on videotapes of Alan Henning (one of the early victims of IS beheading):

“I am Alan Henning. Because of our [read British] Parliament’s decision to attack the Islamic State, I – as a member of the British public – will now pay the price for that decision” (quoted in Cobain, 2014).

Alan Henning was only one of the unfortunate victims who would literally lose his head in a long-line of public executions undertaken by the IS over a four year

period. Every high-profile execution was accompanied by a specific political message. These were justified as revenge undertakings not only legitimate but also just as a form of deterrence against Western military hegemony. Beyond the shock value, violence, in this trajectory, was clearly a means to an end. For the perpetrators of this violence it was both a duty and a necessity to enact such violence.

The Othering

Although there is the element of corporeal violence beheading is always premeditated. These are, what one might term, intentional dehumanisation undertakings. If violence is an expression of a specific relationship with another constituency then “the individual victim is likely to be chosen as representative of that constituency or category” (Schröder and Schmidt, 2001, p. 3).

Othering is fundamental to such an enterprise. The victim is defined in linear terms. The victim is never cipher for the violator. Very often he embodies the very essence of the community or group that the violator so hates. You can only sever the head provided you have placed the individual before in a category of the other. In this enterprise s/he has to be rendered juxtaposed to the violator’s identity. In the absence of such “othering”, the undertaking is either not comprehensible or impossible to justify.

Very often in a politically charged context these undertakings are expressions of some strong personal and communitarian emotion. It all boils down to the interplay of several layers of the violators’ emotions. One categorise such negative emotion as follows. The undertaking is a product of jealousy towards the victim. It is guided by a strong sense of hate. And, there is always an element of revenge.

In order for the actors to maximize their respective undertaking, it is fundamental that they publicize their performance in the outlet with maximum coverage. “[The effective use of violence] is a very efficient way of transforming the social environment and staging an ideological message before a public audience” (Schmidt and Schröder, 2001, p. 4). Consequently, these are forms of symbolic as well as ‘symbols of violence’.

Violence exerted against a victim in a closed confine can have only limited effect – mostly against that person and his or her body. It can, however, be amplified and the pain be transmitted on both the victim and the larger society he or she represents or identifies with if that action is somehow publicly displayed.

The victim, in these instances, can be a proxy for a whole group. The violence meted to that person, in these instances, can be amplified across the masses if it is executed in a specific manner and equally importantly produced in the public domain. As is stressed by some critics, very often the execution of violence is itself a demonstration on part of the violator. The violator undertakes a specific act in order to relay a specific message.

During their short-lived infamous rule the dreaded IS frequently engaged in acts of violence that bordered on the unthinkable. The multiple angle footage and depiction of the undertaking in slow motion shots were forms of butchery with no parallel in human history. Its media wing *Al Hayat* regularly produced footages and videos of its gory undertakings that included immolation of chained prisoner alive, executions with gun put to the head at point blank range, pushing people off from high rise roof tops and so on. But the most horrific of these were the video under the title of *Flames of War II*, which captured the multiple beheadings of its western hostages and Syrian prisoners of wars with knife and sword.

In copycat undertakings during this period Egyptian militants affiliated to IS beheaded 21 Coptic Christians on a beach in Libya. As a demonstration of their commitment to this mode of violence against non-Muslims they (the IS) even released a video showing this cold-blooded murder of innocents whose only crime was that they belonged to another religious community. What was the rationale behind this barbarity?

In the narrative of communicative violence *how* the victim is executed is as important as *why* s/he is executed. The now infamous “Jihadi John” in one of the IS propaganda videos justified their acts of beheading in the following words, “Just as your missiles continue to strike our people, our knife will continue to strike the necks of your people”.

In all these undertakings and in all such contexts, “the individual victim was chosen as representative of some larger category” (Schröder and Schmidt, 2001, p. 3). Therefore, as Vlahos argues, “it is not enough to say that Islamic State victims were simply journalists or aid workers. Americans and Brits in their very persons represented the majestic and imperial presence of big authority. They were, in the eyes of the righteous, full representatives of Western subjugation and pollution of the Muslim world” (Vlahos, 2014).

The clearest articulation of this act of “Othering” can be demonstrated by the IS propaganda quote below:

“You’re no longer fighting an insurgency, we are an Islamic army, and a state that has been accepted by large number of Muslims worldwide, so effectively, any aggression towards the Islamic State, is aggression towards Muslims from all walks of life who has accepted the Islamic caliphate as their leadership, so any attempt by you Obama to deny the Muslims their rights of living in safety under the Islamic caliphate will result in the bloodshed of your people” (quoted in Byrd, 2017, p. 219).

On another plain, strong group dynamics and social cohesion is built “through the development and destruction of the other” (Osterholtz, 2013, p. 124). In view of some critics, “ritual action intensifies emotion within groups, and performative violence creates distinct identities and serves to polarize them so that ultimately social cohesion within groups (and in contrast to others) increases” (Manzi, 2014, p. 4).

From the perspective of the violator or perpetrator this particularised violence can be summed up as having four key objectives. First, death is commodified in such contexts and the execution is conducted as a form of public consumption. Second, violence here is concerned *with* and concerned *about* effect and outcome. Third, the undertaking seeks to impose a binary amongst the perpetrator and the perpetrated (with the explicit aim of debasing the victim). Fourth and finally, the violator purports to demonstrate the specific action as part of a narrative that seeks to impose a specific political order.

Soliciting the Sacred

Religion has “a greater propensity to promote violence than what is not religion” (Cavanaugh, 2017, p. 23). As anthropologist Alain Daniélou, argues “every religion is founded on the notion of sacrifice and the consumption of the sacrificed victim” (Daniélou, 1979, p. 165). From an extreme purist religious perspective, if the individual is ritually sacrificed then the “sacrifice should be public, with a full consciousness of its value and its cruelty” (Daniélou, 1979, p. 165).

For Daniélou, “the creator [if there is one] is a cruel god who made a world in which nothing can live but by destroying life through the killing of other living beings” (Daniélou, 1979, p. 164). This killing, however, is restricted killing. Killing cannot be wanton. If it has to have the backing of the divine it needs to be conducted in a certain way. There cannot be any lust behind the enterprise of killing. It has to be situated in a specific context. Most important of all, the gods need to be invoked whenever the human beings engage in any form of slaughter. In the absence of such sanction the process would lack any concrete meaning.

On these occasions, by ritually sacrificing an individual or the victim, the violator is taking the gods (or his gods) as witness to his undertaking. It is also a statement in demonstrating the fact that life is not possible except by destroying life. Religion in these contexts becomes particularly incendiary, because, “it raises the stakes to another level, where reason is trumped by passion” (Cavanaugh, 2017, p. 24).

Now let us focus on some of the beheading enterprises undertaken by extremist Muslims from Pakistan to Syria in recent years. While there exists an overwhelming political meaning behind these executions, one cannot escape from the fact that there was a lot of emphasis on the religious. It is the ritual surrounding these barbaric acts that require closer introspection.

As some scholars have stressed, “jihadists’ beheading of their captives corresponds with aspects of cosmic war, particularly on how religious terrorists’ desires to please a deity and secure a place of honor in the hereafter has devalued the lives of both captor and prisoner” (Lentini and Bakashmar, 2004). Therefore, “the notion that people kill in the name of God [in a particular manner] is both undeniable and inescapable” (Cavanaugh, 2017, p. 23). In view of other critics the religious element

cannot be excluded from the IS sponsored high-profile beheadings. For brevity of argument I use Taylor's statement in full:

"The Islamic State often appears to use extreme violence such as beheadings as a way to provoke its enemies further into conflict and draw more gore-hungry recruits. At the same time, it also views itself as a legitimate religious authority and has cited various parts of scripture to justify its more extreme actions, despite considerable criticism and rebukes. Given that beheadings are mentioned in the Quran and that in some accounts of his life, Muhammad is said to have personally approved mass beheadings, some conservative clerics argue that beheadings are religiously justified, though they remain highly contentious with many Islamic authorities" (Taylor, 2016, p. 13).

We are all too familiar with the gruesome nature of IS beheading. Below is a reflection on that blow-by-blow representation of the IS beheading.

"...[t]he ritual procession continues with each jihadist taking a black handled knife out of a wooden box that contains the ceremonial weapons. The victims are immediately pushed to the ground, the camera keeps fading in and out of black in-between the cutting of throats, with the loud sound of hearts beating in the background. In one of the most inconceivable mass murders ever committed, 19 men are simultaneously beheaded at one time by 19 other men" (Perlmutter, 2014).

Such closely choreographed violence, sums up the fact that the IS was only following a long-established anthropomorphic religious practice while ritually sacrificing their hostages and enemies. As Manzi (2014, p. 4) puts it:

"Conceptually, ritual is not the same as performance. Rituals do not necessarily have audiences, but they can. Performance and ritual do intersect, when ritual becomes a *form of performance*. This occurs when there is an audience present that absorbs the ritual's message, except that part of, or the entire audience, also participates in the ritual".

Its [IS'] acts of violence were expressive actions that embodied "cultural and religious meanings for those who carried it. More importantly through their exhibition of particularised violence the violators were reaching out the audience to impregnate them with specific meanings" (Nanninga, 2017, p. 172).

Apart from the clear religious overtones, the violent methods adopted by IS can be construed as an expression of a triumphalist religion that at once unites people of various ethno-racial background but strikes at the very head of those who oppose its (radical Islam's) worldview.

The ritual ends with each soldier holding his bloodstained knife standing above his sacrificial victim, whose heads are placed on the center of their backs. The camera then shows the faces of the jihadist executioners, all from different countries, a multicultural mass murder team. They are somber and serious, not laughing or dese-

crating the bodies, demonstrating how a warrior should behave during and after the kill.

That the specific undertaking had clear temporal undertones would not be an exaggeration. Execution of a specific kind was not a free-standing idea. It had clear religious basis to it. This undertaking was a clear enactment of the jihadist ideologue Abu Bakr Naji's treatise on the management of violence in radical Islam titled *Management of Savagery* (2004). This treatise clearly outlined the need for the Muslims to engage in exceptional violence in order to facilitate and oversee the re-establishment of a Caliphate.

Therefore, while at one end the ritual beheadings by the IS were clearly propaganda tools they nonetheless had their basis in their specific religious invocation. Put simply these were also religiously-sanctioned violence. The Islamic holy book the *Qur'an* does not specifically talk about beheading. Yet, there are references to it in two *Surahs*:

When the Lord inspired the angels (saying) I am with you. So make those who believe stand firm. I will throw fear into the hearts of those who disbelieve. Then smite the necks and smite of them each finger (8:12).

Now when ye meet in battle those who disbelieve, then it is smiting of the necks until, when ye have routed them, making fast of bonds; and afterward either grace or ransom 'til the war lay down its burdens (47:4).

For critics like Lentini and Bakashmar of Monash University's Global Terrorism Research Centre "the religious and cultural symbolism that the sword carries with it in the eyes of the Muslims, particularly in the Middle East, is an important factor in determining the terrorists' choice to behead hostages" (Lentini and Bakashmar, 2004, p. 17). Hence killing is assumed as a sacred act, like the giving of life.

While staying on the topic of religious sanction one could also stress on the point surrounding enactment of violence and the reward. One performs before a visible audience or an invisible god as the performer feels his/her performance stands receiving recognition and approbation. According to a contemporary critic, "the demonization of enemies allows those who regard themselves as soldiers for God to kill with no moral impunity. Quite the opposite – they feel that their acts will give them spiritual rewards" (Jurgensmeyer, 2017, p. 21).

The violator violates on this particular occasion because he feels his performance is going to be received with reward(s). Hence the commitment to this performance. As Laqueur reminds us, a radical Islamists undertakes a specific act of violence as he or the group engages in that undertaking as they feel, "[a]waiting them in paradise are rivers of milk and honey, and beautiful young women. Those entering paradise are eventually reunited with their families and as martyrs stand in front of God as innocent as a newborn baby" (Laqueur, 1999, p. 100).

Penalty and Deterrent

At the root of the criminal justice system is “the principle of deterrence. A wrong-doer is punished so as to teach him that there is a price to pay for a crime and to prevent recurrence” (Malik, 2015). Can we include judicial beheading in this category? Islamic public beheadings can also be exercises in deep penalty. When the Taliban undertook beheadings during its infamous rule (1997-2001) there was a clear narrative surrounding these undertakings. These were primarily situated in the context of law and order. It was using public execution as an intimidation strategy. In volatile times such undertakings served a very useful purpose. These were primarily exercises in demonstrating its unwavering strength.

Through these severe public spectacles the Taliban was sending out clear messages to the masses to be aware of their own acts of volitions and violations. For all intent and purposes these were deterrent mechanisms. As a follow up to this one could reasonably ask, whether these undertakings succeeded in achieving this primary objective?

While the deterrent aspect in these undertakings is well established there are some other attendant issues that need examination to strengthen the performative argument that I stressed earlier. The Taliban not only executed those it found guilty for their supposed crimes but it also made it a public event. It invited the public to partake in this spectacle. When there was public reluctance to partake in these events it forced the masses to be a part of it. The regime turned these events into performance plays. It was both high drama and choreographed performance rolled into one. These were, by all means, disciplining mechanisms.

Clearly there was a demonstrative value in such undertakings. The evidence on the ground suggests that such extreme public punishment instilled deep fear among the masses and deterred potential criminals from committing crimes (Misra, 2004). More recently the resurgent Taliban and the IS in Afghanistan have both been involved in these enterprises. Again, these undertakings, had been carefully choreographed in order to send out a specific message to the audience. In 2012 the neo-Taliban beheaded 15 men and 2 women in the country’s Northern Helmand province. The crime of the victims? They were holding a late night party with music and dance. Their alleged crime involved following practices that according to neo-Taliban was “immoral”.

In some other occasions the neo-Taliban has summarily beheaded many of the country’s ethnic and religious minorities. The beheading of ethnic minority Hazaras in Afghanistan and Sikhs in the Taliban controlled Afghanistan-Pakistan border regions are cases in point. Very often the neo-Taliban has prominently displayed severed heads of the victims in public places in order to hammer home its message that it is not tolerant of non-Islamic faiths as well as various sects within Islam.

An implication of using such performative violence is the intimidation of individuals other than those receiving the violence. Seen from the trajectory of action-

-induced performance “it is intimidation that is exactly what these actions are all about” (Mufson, 2004). “It can also be the intimidation of individuals who witness symbols of violence (in cases where there is no physical harm involved)” (Manzi, 2014, p. 4).

Medium is the Message

Symbolic ritual enactment of violence to relay a specific message to the audience has been a part and parcel of politics throughout human history. Note, for instance, the ransacking and burning to the ground of Persopolis the capital of Achaemenid Empire by Alexander the Great in 330 BC². When Cesare Borgia the Duke of Valentinois invited some of his opponents for reconciliation and executed them in cold blood he too was staging a performance. Attila the Hun’s frequent engagement in displaying the severed heads of his opponents along the roads as he crossed a conquered territory is another case in point.

Forms of particularised violence, enacted by specific agencies, speak volumes about the nature of that violence. Violence in these contexts is never violence *per se*. Here medium is the message. The specific enactments assume the role as vehicles of communication. Through their particularised violence the perpetrators, as a rule of thumb, seek to impose a specific social, cultural, religious or political narrative or preference towards an ideology.

Since these undertakings are occasional, infrequent and selective and *not* repeated, regular or mass-based one cannot help but suggest that there is always a great degree of symbolism associated in such undertakings. If that is so, these “symbolic ritualised violence” seek to produce specific socio-cultural and political transformation in a given setting.

Furthermore, beyond the immediate effect of vanquishing the enemy, these are representation of a specific ideology. Hence as one critic argues, “beheading is infused with statecraft: it is a public act asserting the legitimacy of the executor over the illegal and insurgent acts of the executed” (Vlahos, 2014). When Sir Thomas More the Lord Chancellor was executed by decapitation by King Henry the event was a performance imbued with symbolism and public spectacle. For,

“... beheading is the most symbolically powerful way to show that you have literally separated the enemy from its leadership, its captain. Because decapitation is also the highest act of state, it is also the act of replacing a former legitimacy of rule. Decapitation is a powerful symbolic announcement of new Rulership” (Vlahos, 2014).

Some regimes even take the performance to a much higher level. When the Bulgarian fascists executed the Partisan leader Vela Peeva in 1944 they impaled the behe-

2 For an exhaustive discussion see, Diodorus Siculus, *Library of History*. Available at http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/diodorus_siculus/home.html.

aded head on a spike and strode around nearby villages to demonstrate their authority. For all practical purposes such violence are forms of communication. They are brutal theatrical expressions staged with an explicit aim to seek attention and make a statement at the same time.

Through the spectatorship of this violence the perpetrator or violator seeks to relay an ideology. Although heinous such undertakings are never products of lapses in judgment. They are carefully choreographed actions that seek to reinforce that specific individual or regimes narrative over their opponent and also a tool to inspire the constituency that rallies behind its actions.

Furthermore, as critics like Vivienne Jabri have suggested, violence cannot be studied in isolation or cannot be removed from the larger ideological context in which it manifests. 'Violence', in her view, "can be a form of political communication resulting from its social and cultural context" (Jabri, 1996). If that is so, the events and episodes I have analysed in the course of this discussion, would appear to be undertakings by groups seeking to overturn the tides of an impending reality that sits against their own conviction and outlook.

Conclusion

Normatively speaking, acts of violence are expressive actions that embody cultural meanings for the participants and 'say' something to the audience. The turning away from the visible display of violence is primarily an enlightened concept. Yet, some societies, with archaic worldviews, are guided by the fundamental understanding that violence in order to be effective must be publicly displayed. For critics like Foucault "in post-Enlightenment societies, arduous, painful, and slow deaths are a thing of the past" (Foucault 1977, p. 12). By the force of this definition the actors unleashing slow, painful deaths on their victims inhabit a pre-Enlightened society.

It would be fair to suggest that the larger international politics has been the catalyst in giving this cruelty an accepted form in radical Islam. Beheading a captive victim or someone found wanting remains integral to some sections of radical Islamic extremists. These are by all means, "performances in which the actors [through their specific violent engagement] display for others the meaning of their social situation" (Nanninga, 2017, p. 173). The severed head assumes an identity. It proves more effective as a signatory agency compared to the complete body. The key attraction here is the demonstrative value such undertakings offer.

As Vlahos reminds us, "beheading – especially as an act of civic theater – is not just a barbaric act: it is the deepest and most powerful tool of political legitimacy" (Vlahos, 2014). Seen from the perspective of the radical Islamists these undertakings articulate the vision of an asymmetric power relation that need to be balanced and levelled even if that requires visceral savagery.

References

- Bolt, N., 2012. *The Violent Image: Insurgent Propaganda and the New Revolutionaries*. London: Hurst.
- Bradford, B., 2012. Beheading: Once a Nobleman's Death. Available at <https://www.seeker.com/beheading-once-a-noblemans-death-1765773962.html>.
- Butler, J., 1993. *Bodies that Matter: On Discourse Limits of Sex*. London: Routledge.
- Byrd, D. J., 2017. "Post-Secularity and Its Discontents: The Barbaric Revolt against Barbarism", in D. J. Byrd, ed., *Islam in a Post-Secular Society: Religion, Secularity and the Antagonism of Recalcitrant Faith*. Leiden: E. J. Brill.
- Cavanaugh, W. T., 2017. "Religion, Violence, Nonsense, and Power", in J. R. Lewis, ed., *Cambridge Companion to Religion and Terrorism*. New York: Cambridge University Press, pp. 22-23.
- Cawthorne, N., 2006. *Public Executions: From Ancient Rome to the Present Day*. London: Arcturus Publishing.
- Cobain, L., 2014. ISIS Video Shows Murder of British Hostage Alan Henning. *The Guardian*, 04 October. Available at <https://www.theguardian.com/uk-news/2014/oct/03/alan-henning-isis-syria-video-murder>.
- Dawood, N. J. (trans.), 2015. *The Koran*. Harmondsworth: Penguin.
- Daniélou, A., 1979. *Gods of Love and Ecstasy: The Traditions of Shiva and Dionysus*. Rochester, VM: Inner Traditions.
- Derrida, J., 2013. *The Death Penalty*, vol. I (trans. P. Kamuf). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Faiola, A. and Cho, J., 2004. S. Korean Worker Slain by Kidnappers in Iraq. *The Washington Post*, 22 June. Available at <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A59948-2004Jun22.html>.
- Foucault, M., 1977. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Harmondsworth: Penguin.
- Foucault, M., 2003. *Society Must Be Defended: Lectures at the Collège De France, 1975-76*. Harmondsworth: Penguin.
- Jabri, V., 1996. *Discourses on Violence: Conflict Analysis Reconsidered*. Manchester: Manchester University Press.
- Juergensmeyer, M., 2017. "Does Religion Cause Terrorism?", in J. R. Lewis, ed., *Cambridge Companion to Religion and Terrorism*. New York: Cambridge University Press. pp. 11-22.
- Juris, J. S., 2005. Violence Performed and Imagined: Militant Action, the Black Bloc and Mass Media in Genoa. *Critique of Anthropology*, 25(4), pp. 413-432.
- Laqueur, W., 1999. *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*. New York, NY: Oxford University Press.
- Lantz, A., 2016. The Performativity of Violence: Abducting Agency in Mexico's Drug War. *Journal of Latin American Cultural Studies*, 25(2), pp. 253-269.

- Lentini, P. and Bakashmar, M., 2004. Jihadist Beheading: A Convergence of Technology, Theology, and Teleology?. *Studies in Conflict and Terrorism*, 30(4), pp. 428-456.
- Malik, A., 2015. Charged debate over Yakub Memon overlooked this. NDTV. Available at <https://www.ndtv.com/opinion/charged-debate-over-yakub-memon-overlooked-this-1202377>
- Manzi, Y., 2014. Performative Violence: Conceptual and Strategic Implications. *E-International Relations*, 28 February. Available at <http://www.e-ir.info/2014/02/28/performative-violence-conceptual-and-strategic-implications/>
- Mercer, J., 2008. *When the Guillotine Fell: The Bloody Beginning and Horrifying End to France's River of Blood, 1791–1977*. New York: St. Martin's Press.
- Misra, A., 2004. *Afghanistan: The Labyrinth of Violence*. Cambridge: Polity Press.
- Mufson, S., 2004. A Brutal Act's Long History. *The Washington Post*, 4 July. Available at <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A24986-2004Jul3.html>.
- Naninga, P., 2017. "Meanings of Savagery: Terror, Religion and the Islamic State", in J. R. Lewis, ed., *Cambridge Companion to Religion and Terrorism*. New York: Cambridge University Press, pp. 172-190.
- Osterholtz, A. J., 2013. Hobbling and Torture as Performative Violence. *The Journal of Southwestern Anthropology and History*, 78(2), pp. 123-143.
- Perlmutter, D., 2014. Latest IS Beheading Video: New Levels of Ritual Madness, a preview of what the Islamic State intends to do, 16 November. Available at <http://www.frontpage.com/fpm/245350/latest-beheading-video-new-levels-ritual-madness-dawn-perlmutter>.
- Richards, P., 2005. War as Smoke and Mirrors: Sierra Leone 1991-2, 1994-5, 1995-6. *Anthropological Quarterly*, 78(2), pp. 377-402.
- Schmidt, B. E. and Schröder, I. W., 2001. "Introduction: Violent Imaginaries and Violent Practices", in B. E. Schmidt and I. W. Schröder, eds., *Anthropology of Violence and Conflict*. London: Routledge, pp. 6-24.
- Siculus, D., n.d. *Library of History*. Available at http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/diodorus_siculus/home.html.
- Spens, C., 2014. Shock and Awe: Performativity, Machismo and IS. *E-International Relations*, 2 November. Available at <http://www.e-ir.info/2014/11/02/shock-and-awe-performativity-machismo-and-isis/>
- Taylor, A., 2016. How Saudi Arabia and the Islamic State Find Common Ground in Beheadings. *The Washington Post*, 05 January. Available at https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/01/04/how-saudi-arabia-and-the-islamic-state-find-common-ground-in-beheadings/?utm_term=.5d2ab3c2301f.
- Vlahos, M., 2014. About Beheading: There Is More to ISIS Decapitations than Mere Publicity. *The Huffingtonpost*, 21 March. Available at https://www.huffingtonpost.com/michael-vlahos/about-beheading-there-is_b_5953098.html.

Movimentos Jiadistas: Ideologias, Estratégias e Objetivos*

Nuno Lemos Pires

Coronel do Exército. Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais. Professor da Academia Militar. Participou em missões em Moçambique, Angola, Paquistão e Afeganistão. Tem nove livros publicados e participou em mais de 100 livros, artigos e projetos relacionados com a história militar, a estratégia, o terrorismo e as relações internacionais.

Resumo

Este artigo tem dois objetivos principais. Primeiro, apresentar os movimentos jiadistas em quatro grandes grupos: a Al-Qaeda, o Daesh, os independentes e os híbridos. Segundo, diferenciar a ação dos grupos em jiadismo violento e não violento. A análise junta a geopolítica, o caráter interno dos Estados, a transnacionalidade do fenómeno e a multiplicidade de critérios de classificação, segundo as três dimensões propostas: ideologias, estratégias e objetivos.

Abstract

Jihadists Groups: Ideologies, Strategies and Goals

The paper has two main goals. First, it presents the Jihadist groups dividing them into four groups: Al-Qaeda, Daesh, independents and hybrids. Second, it differentiates jihadism in its violent and non-violent manifestations. This analysis puts together geopolitics, States' domestic affairs, transnationality of the phenomenon, and the multiplicity of the classification criteria according to three proposed dimensions: ideologies, strategies and goals.

* Agradeço ao Embaixador Francisco Henriques da Silva as excelentes sugestões, as quais contribuíram para a melhoria do artigo. Artigo concluído em julho de 2017.

Os movimentos jiadistas podem ser divididos em quatro grandes grupos. Os que se associam à Al-Qaeda constituem um grupo, os que escolhem o Daesh são o segundo, os que afirmam a sua independência e autonomia relativamente a filiações diversas constituem um terceiro grupo e, finalmente, os que apoiam ou se identificam com ou como grandes movimentos de caráter político, os híbridos, serão o quarto grupo. Tanto para o caso da Al-Qaeda como para o Daesh há formas muito distintas de mostrar sintonia e objetivos comuns. Há grupos que se consideram ramos do grupo principal e há outros, com bastante mais autonomia, que se consideram afiliados aos primeiros. Assim temos, para os dois primeiros, para além do grupo central (Al-Qaeda e Daesh), os respetivos ramos e os afiliados declarados.

No terceiro grupo, dos jiadistas autónomos, encontramos uma tendência mais regional ou étnica. Embora se possam encontrar, em determinados casos que avaliaremos mais à frente, componentes de afirmação ideológica que são comuns à Al-Qaeda, ao Daesh ou a filiações xiitas, estes grupos encontram-se tipificados conforme as regiões. O que os distingue são os objetivos geopolíticos que perseguem, a influência de quem os apoia (desde possíveis Estados até interesses transnacionais) e o grau (modo) em que utilizam o jiadismo, ou não, como principal motor da sua ideologia afirmada.

Por fim temos o quarto e último grupo, os que apoiam ou fazem parte ou simplesmente se identificam com partidos e movimentos políticos, mostrando assim projetos híbridos, entre a ação política e o apoio a projetos jiadistas. É a classificação mais difícil de fazer porque gera sempre imensa controvérsia. É o caso do GIA, do AIS e do MIA e a sua possível ligação ao FIS na Argélia¹, as Brigadas al-Qassam com o Hamas, os movimentos políticos como a Irmandade Muçulmana ou o Hezbollah que recebem classificações muito diversas conforme o tempo, a circunstância e o ator internacional que a atribui. A classificação dada aos movimentos jiadistas varia de acordo com a proximidade geográfica, política e transnacional. O que para uns é um Movimento Jiadista, para outros, não passa de um simples partido político, de um movimento de resistência ou de uma organização cívica. Também, o que para uns se classifica de “terrorista” para outros pode ser “combatente da liberdade”. O facto de um determinado grupo estar dentro de um espaço geopolítico de um Estado também pode fazer toda a diferença em quem classifica, apoia e propõe, formas de combater os mesmos.

Também se deve destacar que os movimentos jiadistas podem ser separados pelo uso, ou não, da violência como meio de atingir um determinado fim político. Ou seja, podem existir movimentos jiadistas que utilizem linguagens, narrativas e programas, bastante assertivos, por forma a conseguirem determinados fins políticos

1 GIA, AIS e MIA, respetivamente, Grupo Islâmico Armado, Exército de Salvação Islâmico e Movimento Armado de Salvação (as siglas são em francês) e FIS (Frente Islâmica de Salvação).

mas que defendem, simultaneamente, o não uso da violência para o atingir. Esta diferença é significativa no entendimento da procura dos instrumentos de resposta e da ação política, como se esclarece mais adiante.

Que fique claro, o problema do jiadismo radical é grave, e todas as suas dimensões estão intimamente ligadas². Neste artigo, com base numa utilização das ferramentas da geopolítica, faz-se uma seleção cirúrgica de alguns dos mais importantes movimentos jiadistas que atualmente se conhecem e, a partir daí, tipificam-se as principais ideologias que defendem, as estratégias que perseguem e os objetivos que pretendem atingir.

O Daesh

O Daesh é “uma organização política híbrida” (Duarte, 2017, p. 157) que se organiza em três tipos de elementos: os “Jiadistas” propriamente ditos, que fazem o combate direto e a administração dos territórios ocupados; os “Islamitas” para conduzirem a política contra os restantes poderes e, por último; os “Fundamentalistas” apoiantes, que garantem uma corrente de adesão, quase sempre sem retorno, a uma visão de um Islão profundamente radical³, que alimentam os dois grupos anteriores.

A principal ideologia anunciada pelo Daesh é bastante simples: (1) que o Islão, como último passo na evolução das religiões do *Livro* (as outras são o Judaísmo e Cristianismo), constitui-se, assim, como “a religião superior a todas as outras” e capaz de se tornar na única no mundo (Qutb, 1964, p. 5 e 14); (2) que o profeta pregou, combateu e dirigiu a política superior, somando a condição inseparável de Estado e Religião⁴; (3) que as cisões no Islão ocorreram em ambiente de guerra/conflito⁵, ou seja, que é expectável o uso da violência, que é necessário um “caminho de sangue e combate” para demonstrar o caminho certo, mesmo entre muçulmanos, onde os xiitas são apresentados (atualmente) como uns dos maiores inimi-

2 “Hoje o jiadismo está ascensão. Osama bin Laden pode estar morto, mas temos um novo califado, um Estado Islâmico maior que a Grã-Bretanha, com uma população de mais de seis milhões de pessoas e uma coleta diária de 4 milhões de dólares. As pessoas estão a ser decapitadas, cruxificadas e queimadas vivas em nome de Alá. Soldados britânicos estão a ser decapitados nas ruas de Inglaterra. Jiadistas armados entram no parlamento canadiano. Fãs dos concertos em Paris são massacrados sem restrições por *mujahedins* armados com kalashnikovs e, funcionários públicos, numa festa de Natal na Califórnia, são insultados em nome do Imperador do Islão” (Gorka, 2016, pp. 52-53).

3 Usando retóricas apocalípticas e muito pouco religiosas: “Não é o Islão que oferece o racional para a violência (pelo contrário) mas sim o ambiente apocalíptico, radical e transcultural, que é importado para qualquer religião e para dentro de muitos secularistas” (Flanery, 2016, p. 10.).

4 “O Islão é um modo de vida” (Qutb, 1964, p. 25).

5 Xiitas, sunitas e carajitas, depois da batalha de Siffin em 657 D.C.

gos e apóstatas⁶ ou, sempre que possível, trazendo também o caráter étnico, como o de árabes contra yazidis ou curdos.

A ideologia apregoada é radical, absoluta e profundamente violenta. De um lado estão os que escolheram o lado certo, ao lado do Daesh, e do outro estão todos os restantes, que estão errados. Ao contrário dos afiliados da Al-Qaeda, que referiremos à frente, a prática de morte e tortura sobre outros muçulmanos é permitida e, praticamente, não há limites para o uso da violência e dos instrumentos de submissão. Usam todos os meios possíveis para difundir a sua mensagem radical e intimidatória. Das mesquitas aos carros com megafones nas ruas dos territórios ocupados até, e principalmente, usando o espaço virtual para tentar chegar ao máximo número de pessoas possível. Ou seja, fazem operações de propaganda e ações em todos os *media* e plataformas cibernéticas disponíveis⁷, desde as revistas *Dabiq*, *Dar-al-Islam*, *Konstantiniyye* e *Rumyiah* às *webpages* *Al-Furan* e *Al-Hayat*⁸, tudo sustentado por uma sólida organização financeira⁹.

A ideologia anunciada aposta numa postura global. A solução é só uma mas divide-se em várias fases. O estado final (*end-state*) é o mundo sob dominação neo-salafista radical – a *Umma* (comunidade dos crentes) estendida a todos¹⁰. Por fases, será – consolidar a *Umma* nos países de religião maioritariamente muçulmana¹¹, expul-

6 A revista *Dabiq* n.º 13 é toda dedicada ao combate aos xiitas a quem chamam *rāfidah* (que significa rejecionistas). “Os xiitas são apóstatas por isso merecedores da morte e também não poupam outros grupos sunitas: a Irmandade Muçulmana e o Hamas traíram o Islão” (Rato, 2016, p. 14).

7 Fundamentalmente dirigida para o interior das comunidades muçulmanas: “a esmagadora maioria da propaganda terrorista nos *media*, das passadas três décadas, tanto do Daesh como da Al-Qaeda, é propaganda interna, dirigida para recrutar e encorajar novos adeptos” (Nance, 2016, p. 383).

8 O Al-Hayat Media Center socorre-se de vídeos propagandísticos como o “Flames of War”, revistas como a *Dabiq*, a *Dar-al-Islam* (dirigida fundamentalmente contra a França), a *Konstantiniyye* (dirigida contra a Turquia), e desde setembro de 2016, a revista *Rumiyah*, quer em árabe, quer em inglês e outras línguas europeias.

9 Após a conquista de Mossul ficaram com 313 milhões de dólares em ouro que havia no banco local (Luizard, 2016, p. 23). Humud, Pirog e Rosen (2015) identificam como principais fontes de receita do Daesh: a venda de petróleo e de gás natural; a venda de antiguidades; a imposição de impostos, extorsão e apreensão de bens; raptos para resgate; ajuda externa e a produção agrícola. A falta de pagamento de impostos pode implicar a decapitação (Nance, 2016, pp. 107 e 260-276).

10 “A grande sociedade islâmica de árabes, persas, sírios, egípcios, marroquinos, turcos, chineses, indianos, romanos, gregos, indonésios, africanos (...) incluía pessoas de todas as nações e raças (...) Esta civilização maravilhosas não era árabe (...) era uma civilização islâmica. Nunca foi uma nacionalidade mas sempre uma *comunidade de crentes*” (Qutb, 1964, p. 38, *itálico no original*).

11 Através da *Sharia*, como pode ser lido na revista *Dabiq* n.º 8 em que se afirma, na capa, que a *Sharia* irá dominar todo o continente africano. “Em quase todos os vídeos de propaganda do

sar os infiéis, substituir os governos corruptos e, em oposição ao grande projeto iraniano-xiita, com a afiliação de cerca de 35 grupos espalhados pelo mundo que juram obediência ao Califa¹². Em segundo – refazer o “Califado histórico” (numa versão agora alargada que vai desde a Península Ibérica aos confins da Ásia, incluindo as regiões das Filipinas e da Indonésia) e, por fim – dominar o mundo¹³. Na revista do Daesh, a *Dabiq* n.º 1, estão os passos que Al-Zarqawi (considerado com o fundador deste grupo, embora ainda não tivesse a designação atual de Daesh/ISIS) identificou para levar a cabo um plano estratégico: primeiro fomentar a *hégira*, ou seja, convencer o maior número de adeptos possíveis a viajar para as “Terras do Islão”; em segundo lugar, com todos os que chegassem, e reunindo os que lá estavam, fazer a *jama’ah*, a congregação e preparação dos verdadeiros crentes, para o combate futuro; em terceiro lugar, atuar para conseguir destabilizar os *taghut*, os denominados idólatras, e perseguir outras confissões e etnias adversárias como os xiitas, os yazidis ou os curdos; em quarto lugar, conseguir o *tamkim*, ou seja, a consolidação do território; e finalmente, em quinto lugar, conseguir “reerguer o Califado”.

Num segundo plano da sua estratégia geral utiliza uma postura regional. O Daesh propõe a destruição das organizações estatais impostas pelos “ocidentais” e alimentadas pelos “governos corruptos”¹⁴. Sem propor diretamente novos Estados

Estado Islâmico, veem-se jiadistas a fazer um gesto com um dedo a apontar para cima. Muitos interpretaram este sinal incorretamente como sendo um apontar para o Céu, para Alá. É, de facto, um sinal salafista-jiadista que significa unidade, *tawhid*. Todos devem pertencer à comunidade, *Umma*, ou então devem morrer” (Gorka, 2016, p. 75).

- 12 Qutb (1964, pp. 14-15) escreve que não se pode negociar com povos de outras religiões “Nunca! A implantação do verdadeiro Islão será um longo caminho, mas é o único caminho”. A descrição exaustiva de todos os grupos que juraram aliança e obediência ao Daesh encontram-se no capítulo “Where they are” em Nance (2016, pp. 69-137), incluindo grupos presentes no Líbano, Jordânia, Líbia, Egito, Nigéria (Boko-Haram), Turquia, Iémen, Índia, Afeganistão (*khorsan*), Bangladesh, Filipinas, etc.
- 13 “Os jiadistas querem recriar o que eles entendem como um Califado através da junção de dúzias de países muçulmanos no mundo. Querem impor ordens e leis religiosas justificando que são ordens de Alá. Não têm qualquer tolerância por leis escritas por homens e toda a política deve estar subordinada à fé. Os jiadistas opõem-se ao secularismo e tentam impedir o crescimento das democracias, em especial nos países muçulmanos. Pretendem um objetivo milenar – dominar o mundo” (Phares, 2007, p. 19).
- 14 Inspirado nas acusações de Al-Suri e Naji onde se faz referência ao período que medeia desde as segundas e terceiras cruzadas, respetivamente, passando por Napoleão Bonaparte até à Guerra do Golfo em 1991; assunto também desenvolvido no meu livro *Resposta ao Jiadismo Radical* ou ainda, relevando o carácter histórico, do século XIII, deste argumento: “numa *fatwa* de Ibn Taymiyya (...) que qualquer governante muçulmano que não fizesse cumprir a *Sharia* ou seguir a rigorosa prática islâmica já não seria muçulmano mas, de facto, um apóstata e um descrente” (Andrews, 2016, p. 37).

(para o Daesh há apenas um Estado no mundo, que é o “Estado Islâmico”), destrói fronteiras e aponta amigos e inimigos baseados na religião e etnia – de um lado estão os sunitas salafistas radicais e do outro estão os xiitas, os yazidis, os curdos, os cristãos, os judeus, os descrentes (cada um com graus muito diferentes de aceitação, e anunciada repulsa, para propor ações punitivas distintas – no tempo, na fase da campanha, na violência exercida, conforme a importância relativa sobre as populações).

Num plano mais focalizado, a estratégia passa por privilegiar as autoridades locais. Tal como Al-Suri defende na sua obra do Jiadismo global, primeiro é preciso cooptar as tribos locais, deixando-as manter o poder sobre o comércio e as populações, desde que, em troca, lhes sejam dadas algumas condições – a aplicação estrita da *Sharia*, o respeito pelo poder absoluto das chefias superiores e a implementação de uma organização política de um “Estado Islâmico”¹⁵. Aposta ainda no bem-estar social dando ênfase aos serviços prestados, como por exemplo, através da ajuda aos pobres, inválidos, órfãos, viúvas, familiares das vítimas de ataques aéreos, subsídios às escolas, restabelecendo serviços públicos, controlando e verificando os preços dos bens essenciais, apoiando os tribunais e forças de polícia local no seu território, cobrando impostos e assegurando a distribuição¹⁶. Faz e anuncia castigos muito populares como, por exemplo, punindo a corrupção e os atos que consideram indecentes como a pedofilia, homossexualidade, adultério, consumo de droga ou outros vícios (publicamente de forma cruel e específica de acordo com o *crime* através de decapitações e crucificações)¹⁷.

15 O Daesh exerce a sua governação em espaços afastados através das *wilayat*, que são províncias – territórios – que juraram fidelidade e obedecem ao “Califado” e, como “Estado”, através de *diwans* (departamentos) que correspondem a todas as áreas governativas (Al-Tamimi, 2016). Nance (2015) identifica quatro medidas que o Daesh adota para que a população local o reconheça como governo legítimo: a proteção dos comerciantes, a distribuição de comida e caridade aos pobres, a oferta de perdões aos antigos inimigos e o estabelecimento de tribunais de *Sharia*.

16 “As tarefas nesta fase são: (1) disseminar e preservar a segurança interna; (2) providenciar comida e medicamentos; (3) defender a região de ataques externos; (4) impor o sistema da *Sharia*; (5) treinar a juventude para uma sociedade de combate; (6) trabalhar para a expansão da *Sharia* e das ciências mundiais; (7) edificar uma agência de informações; (8) unificar as pessoas através de financiamento e da governação da *Sharia*; (9) obrigar os hipócritas internos a esconder a sua descrença e obedecer à autoridade; (10) atacar os inimigos; (11) estabelecer ligações e (12) conseguir meios para participar como um emirato dentro do Califado” (Naji, 2006, pp. 17-19).

17 São os grupos denominados de *Hisbah* (prestar contas), uma espécie de Comité da Virtude e para a prevenção dos vícios, organizados em batalhões sob o comando de um Emir da *Sharia* e geralmente atuam em veículos com um ou dois homens, vestidos de preto (*dishdashas*) (Nance, 2016, pp. 221-222).

A ação visível do Daesh prende-se com o primeiro objetivo da grande campanha política do jiadismo radical, ou seja, de consolidar um território sob o seu domínio. A atuação fora destes domínios deve ser compreendida como acessória e em apoio a esta matriz. Os ataques na Europa¹⁸, nos EUA, ou em qualquer outra parte do mundo, visam dois grandes objetivos, um interno (e o mais importante) e outro externo. O interno é mostrar aos muçulmanos que apoiam o Daesh que os inimigos exteriores, nomeadamente os ocidentais, são fracos e vulneráveis (doutrina defendida claramente nas obras de Sayyid Qutb em 1964, ou por Al-Suri e Naji em 2004 e 2006). O motivo externo visa desmoralizar as opiniões públicas para que os respetivos países deixem de enviar forças e meios no apoio aos seus aliados regionais e, concomitantemente, conseguir levar a um afastamento (expulsão) constante das pessoas de outras origens e religiões dos territórios de predominância muçulmana (tanto em áreas de negócios, como nas comunidades, ou evitando o turismo e a cooperação internacional). A revista do Daesh, *Dabiq* n.º 15, é toda dedicada à luta contra os cristãos e outros “descrentes” e a mensagem é muito simples: “porque vos odiamos e vos vamos combater”. O objetivo final é sempre muito claro “a guerra só terminará quando a bandeira negra (*tawhid*) flutuar sobre Constantinopla e Roma” (*Op. Cit.*, p. 7).

A Al-Qaeda

A Al-Qaeda tem vindo, em especial no último ano de 2017, a capitalizar o apoio dos *desiludidos* pela ação demasiado violenta do Daesh e, simultaneamente, a tirar o melhor partido possível da força que esse grupo conseguiu transmitir. A Al-Qaeda, em 2013 e 2014, quase que se “apagou” do espaço mediático mas, a partir do Verão de 2016, regressou em toda a força¹⁹.

Para não se repetir muitos dos princípios, que são parecidos com os do Daesh, salientam-se as grandes diferenças entre o que a Al-Qaeda defende e pratica face à ideologia e ação do Daesh. Para tal adota-se a excelente análise de Sajjan M. Gohel (2017) que sintetiza a visão e estratégia anunciada tanto pelo líder da Al-Qaeda, Ayman Al-Zawahiri, como pelo porta-voz da Al-Qaeda, Adam Yahiyeh Gadahn (publicada na revista *Ressurgence*²⁰).

A primeira grande transformação da Al-Qaeda é a dedicação ao espaço próximo das nações muçulmanas²¹ em vez de se dirigir, como foi a sua narrativa até 2010,

18 “A Europa e os EUA são apenas mais um teatro de operações do Daesh” (Duarte, 2017, p. 160).

19 “Em 5 de janeiro de 2017, a Al-Qaeda lançou uma mensagem de al-Zawahiri: a todos os que não se submetem a Alá, que tinha por objetivo principal confirmar as credenciais jiadistas e restabelecer as prioridades operacionais da Al-Qaeda e, ao mesmo tempo, denunciar o Daesh” (As-Sahab, 2015, p. 61).

20 Ver As-Sahab Media (2015).

21 “A Al-Qaeda conseguiu estabelecer-se em áreas estratégicas, como a Al-Qaeda da Península Arábica, e de se juntar e explorar grupos jiadistas pré-existentes, como os Talibãs no Afeganis-

contra o inimigo afastado, os Estados Unidos da América. Outra das grandes *nuanças* da atual estratégia é capitalizar os descontentes da ação brutal do Daesh para o lado da Al-Qaeda, mostrando um caminho menos violento e mais estruturado e respeitador. A união dos crentes em torno da *Umma* sempre foi, também, uma ambição da Al-Qaeda, desde a sua fundação²², mas agora aparece mais consolidada²³.

Zawahiri não fez qualquer declaração pública, desde setembro de 2014 até agosto de 2015, o que demonstra inteligência e frieza face à atuação do seu grande rival, o Daesh. É importante não ter ilusões, por mais divididos e em conflito aberto que se encontrem a Al-Qaeda e o Daesh, ambos sabem e continuarão a saber tirar partido das ações do outro contra o inimigo comum, que é simbolizado pelos “ocidentais”, os “EUA” ou “o Grande Satã e os seus aliados”. A extensa entrevista de Adam Yahiye Gadahn, entretanto morto por um ataque no verão de 2015, é a prova mais viva deste sentimento. A aversão da Al-Qaeda ao Daesh é imensa (e vice-versa), e as críticas são ferozes à forma como lidam dentro do mundo muçulmano, mas a ação contra os “ocidentais” continua como o mote mais perseguido da sua retórica. O primeiro fator, que gostaríamos de destacar, foi o juramento sagrado que Zawahiri fez, no Verão de 2015, ao novo líder dos Talibãs, Mullah Mansour. Recordemos que Osama Bin-Laden tinha feito o mesmo juramento ao líder Mullah Omar e que sempre honrou a sua obediência. Este juramento (*Ba'yat*) mostra várias das dimensões da estratégia de Zawahiri. Primeiro que o Afeganistão e Paquistão, o projeto dos Talibãs, continuam como relevantes para a Al-Qaeda. Em segundo lugar que apoiam a existência física de “Estados Islâmicos” onde defendem, claramente, e ao contrário do Daesh, que o modelo político e a forma de aplicação da *Sharia* deve

tão ou o Al-Shabaab na Somália. Estes grupos tinham agendas puramente nacionais e não estavam a pensar num califado mas bin Laden conseguiu alterar este pensamento de forma hábil, manipulando os seus objetivos para integrarem o movimento jiadista global” (Gorka, 2016, p. 82).

- 22 “Azzam [um dos fundadores e principais ideólogos da Al-Qaeda] advogava o estabelecimento de um califado que englobasse a totalidade das terras muçulmanas (...) a recuperação das terras que foram islâmicas, incluindo a Palestina, a Somália e o Al-Andaluz (...) Os inimigos próximos teriam de ser depostos antes de se proceder com o combate aos inimigos longínquos.” (Rato, 2016, pp. 20, 23 e 25). Para além da estratégia anunciada por Azzam na sua *fatwa* “Defense of the Muslims Lands” também foi determinante a publicação da obra do Brigadeiro-General Malik *The Quranic Concept of War* que definiu uma estratégia de recurso ao terror como tática principal sobre a “alma” do adversário – sobre os infiéis e não sobre as nações (Gorka, 2016, p. 106).
- 23 “Mesmo que o *inimigo afastado* se mantenha como prioridade, e que não será abandonado pela Al-Qaeda, al-Zawahiri renovou uma nova fase operacional sobre o *inimigo próximo*, tentando criar bases em todo o mundo islâmico para que a Al-Qaeda e as suas afiliadas possam crescer e desenvolver-se” (Gohel, 2017, p. 54, *italico no original*).
-

seguir a doutrina Talibã. Por fim, prova que a sua estratégia tem várias dimensões globais, que incluem a de apoiar regimes políticos (como o dos Talibãs – estes, por sua vez, também apontam o exemplo de Zawahiri como um líder internacional da “*jihad* global”)²⁴ e, simultaneamente, conseguir a destabilização de outras regiões. Gadahn faz a apologia dos Talibãs, na entrevista referida, dedicando muitas das suas palavras a elogiar a forma exemplar como os Talibãs governavam e, mesmo reconhecendo alguns abusos, afirma que é o projeto mais consolidado no mundo como exemplo de um verdadeiro “Estado Islâmico”²⁵.

As diferenças mais significativas (anunciadas), entre a Al-Qaeda e o Daesh, serão então: (1) apelos ao rapto de ocidentais, para troca com jiadistas, por parte da Al-Qaeda, enquanto o Daesh executa e decapita os reféns (Gohel, 2017, p. 55); (2) a Al-Qaeda ataca as lideranças iranianas mas pede para que não se ataquem os xiitas, enquanto o Daesh declara os xiitas apóstatas e promove a perseguição e execução dos mesmos acusando, simultaneamente, a Al-Qaeda de ter relações especiais com o governo do Irão²⁶; (3) a Al-Qaeda acusa o Daesh de serem carijitas ou “neo-carijitas”²⁷, que incentivam a divisão sectária e o princípio *taqfir* aplicado a outros muçulmanos enquanto que, para o porta-voz da Al-Qaeda, Gadahn, “o sangue muçulmano é sagrado” e como tal não se podem atacar outros muçulmanos, incluindo os xiitas²⁸; (4) a Al-Qaeda aceita a imagem e a informação nas plataformas mediáticas como essenciais para uma comunicação “séria” e acusa o Daesh de vulgarizar a violência furtiva como se de um videojogo se tratasse (As-Sahab, 2015,

24 “Manifestou o seu *bay-ah* perante o novo líder dos Talibãs, Mullah Mansour, mas também o descreveu como o Emir Al-Mu’minim (“comandante dos Fiéis”) em vez de usurpar o título para si e, assim, desafiar o anúncio de Abu Bakr a-Baghdadi como Califa. Mansour aceitou o juramento e retribuiu descrevendo al-Zawahiri como o “líder da Organização Jiadista Internacional” (Gohel, 2017, p. 59).

25 Ver as páginas 35 a 38 da entrevista de Gadahn: “Em geral, o Emirato Islâmico [o regime Talibã no Afeganistão] distingue-se pelo seu equilíbrio, pela flexibilidade e por uma abordagem da *Sharia* com uma política consequente (*as siyaasah al-shar’iyyah*)”. No campo oposto, o Daesh costuma fazer fortes ataques aos Talibãs como se pode ler na *Rumiyah* n.º 10, de junho de 2017, onde os acusam de estar ao lado da Rússia e do Irão (Gohel, 2017, pp. 42-43).

26 Al-Adnanni, o porta-voz do Daesh, fez essa acusação em 2014 (Gohel, 2017, p. 60).

27 Ver o meu livro *Resposta ao Jiadismo Radical* onde explico, com detalhe, o aparecimento deste grupo. Os carijitas ou neo-carijitas não são, muito resumidamente, nem sunitas nem xiitas, são “literalistas” que afastam qualquer tipo de racionalidade para o Islão – o Rei da Jordânia, o Presidente do Egito, entre muitos outros, deixam bem claro que o Daesh não pode, nem deve, ser confundido com sunismo ou xiismo – são carijitas, ou seja, são “fora da lei do Islão”. Ver, por exemplo, a entrevista do Rei da Jordânia à CNN em 2015 sobre este aspeto e disponível em <http://edition.cnn.com/videos/tv/2016/01/13/jordans-king-abdullah-wolf-blitzer-intv-part-1-tsr.cnn>.

28 Na página 72 da entrevista de Gadahn estão os grandes pontos da discórdia da Al-Qaeda face ao Daesh.

p. 72); (5) que ninguém se pode autoproclamar como Califa, como fez Abu Bakr Al-Baghdadi (líder do Daesh) sem consultar as chefias da “*jihad* global”; (6) que nada justifica o massacre de milhares de vítimas inocentes, bem como a sua exploração e violação consistente, como faz o Daesh nos ataques e na exploração de mulheres e crianças yazidis (ou outras origens) capturadas; (7) que as lideranças locais devem sempre prevalecer sobre os que chegam de fora ao contrário do Daesh que coloca combatentes estrangeiros a governar áreas conquistadas; (8) que se deve recorrer à arbitragem e aos pareceres jurídicos (dos *fuqahaa*) (As-Sahab, 2015, p. 64), para resolver diferendos ou interpretações entre muçulmanos, enquanto o Daesh recusa liminarmente estas práticas acusando de serem consideradas *bid'ah* (inovação).

A estratégia da Al-Qaeda parece então apoiar-se nas seguintes linhas: (1) voltar a atacar, sempre que possível, alvos nos Estados Unidos ou na Europa ou os de outros aliados principais mas, por enquanto, apostar mais, ou seja, prioritariamente (esta é uma alteração significativa face à estratégia anterior de Bin Laden) em alvos ocidentais dentro dos países muçulmanos; (2) direcionar o esforço interno para as grandes regiões do Afeganistão, Paquistão, Índia, Bangladesh e para a Ásia em geral (Gohel, 2017, p. 58; Gad As-Sahab, 2015, p. 84)²⁹; (3) incentivar a ação individual (de lobos solitários) em todo o mundo; (4) relançar o nome dos bin-Laden através do filho Hamza (também conhecido por Abu Moaz e que está casado com uma das filhas de Zawahiri) apresentado como o “filho do *Leão da Jihad*”; (5) demonstrar aos jihadistas em geral que o modelo da Al-Qaeda é mais estruturado, consequente e aceite, que a violência defendida pelo Daesh; (6) atacar a liderança iraniana chamando-lhes de “safávidas” (relembrando os projetos imperiais persas contra a destruição das minorias sunitas no Iraque) mas separando o combate político de um ataque à religião xiita; (7) reforçar a linha política de Sayyid Qutb³⁰, denunciando a “moderação exagerada” que teve a Irmandade Muçulmana no exercício do poder no Egipto e na exposição, simultânea, da hipocrisia ocidental em

29 A Índia é uma das prioridades. Curiosamente, também o Daesh na sua revista *Rumiyah* n.º 10, de junho de 2017, direciona toda a sua atenção para a Ásia.

30 No capítulo sobre a *Jihad* em Sayyid Qutb (1964, pp. 45-60) pode-se ler de forma muito clara: “Para se estabelecer o Domínio de Deus em todo o Mundo, abolir o domínio do Homem (...) impor a Divina Lei da *Sharia* retirando todas as outras leis escritas por homens, não se consegue através da pregação (...) Como o objetivo da mensagem do Islão é a declaração decisiva da liberdade do Homem, não meramente uma reflexão filosófica mas sobre as reais condições de vida, temos de empregar a *Jihad* (...) Deus instrui que devemos dar um passo em frente e tomar o controlo da autoridade política para implementar o sistema divino no planeta embora mantenha o princípio da escolha de fé como uma escolha individual”. Ou seja, permitindo a alguns seguir a sua própria fé mas, sem qualquer dúvida ou discussão, dentro dum sistema político Islâmico de acordo com a governação divina. Referências também muito claras nos documentos encontrados com Osama bin Laden aquando da sua captura no Paquistão (Flynn, 2016, p. 5).

apoiar um golpe militar; (8) apoiar a luta de todos os muçulmanos contra os “tiranos” para conseguir a sua libertação, buscar a cooperação entre *mujahedins* e procurar chegar a um “Califado Universal” com base na *Umma* e assente na *Sharia*.

Os Grupos Autônomos

A Rússia tem no seu imenso território vários movimentos jiadistas que operam com grande autonomia face ao Daesh e à Al-Qaeda. Embora haja inúmeros combatentes nas fileiras destes grandes grupos originários das províncias russas (Chechênia em particular), os principais objetivos traçados são muito precisos e geo-localizados. Essa diferenciação também é clara nos Uigures chineses, nos grupos indonésios, das Filipinas, entre os indianos ou no norte de África. Entre os mais falados estão a Jemaah Islamiyah (Indonésia), Lashkar-e-Taiba (Paquistão)³¹ e Ansar-al Sharia (Líbia). Também existem grupos, nestes mesmos espaços, afiliados ao Daesh e à Al-Qaeda, mas a sua ação tem demonstrado uma estratégia com objetivos muito precisos. Também existem grupos de combatentes, que para uns são terroristas e para outros são movimentos guerrilheiros, como os Talibãs que, pela sua importância, detêm uma estratégia e objetivos muito próprios, quase sempre ao nível regional e, neste caso, são as grandes “marcas”, como a Al-Qaeda, que lhes pretendem dar apoio e destacar.

Há grupos que têm afinidades com um dos dois maiores ou com a linha de extremismo xiita, mas distanciam-se para prosseguir uma linha operacional diferenciada. É o caso, por exemplo, do Tahir Hayat Al-Sham, que na sequência da Frente Al-Nusra, se demarcou firmemente do Daesh e mostrou-se um aliado da Al-Qaeda. Depois e, em virtude da ação operacional, desligou-se da Al-Qaeda mantendo, no entanto, a sua declaração de “simpatia”.

Uma das formas de tentar perceber a variedade destes grupos é através dos mecanismos de resposta, em especial, pelos Estados Unidos da América. Na Central Intelligence Agency (CIA) existe um grupo, permanente, dedicado a acompanhar múltiplos grupos no mundo inteiro – chama-se Counter-Terrorism and Middle East (CT-ME) e é responsável pelos brífingues periódicos a quem decide (Panetta, 2014, p. 239). Uma das primeiras dificuldades é encontrar as verdadeiras dependências e objetivos autônomos que têm as grandes redes terroristas. A rede Haqqani, apoiante da Al-Qaeda e dos Talibãs, é acusada de ser ajudada pelos serviços secretos paquis-

31 A Jamaat e Islami também existe no Paquistão e em muitos dos países da Ásia: “Para Mawdudi (1903-1979), o fundador da Jamaat e Islami, que se viria a transformar na maior organização islamita na Ásia, era imperativo politizar o Islão com o objetivo de estabelecer um verdadeiro Estado Islâmico, cujos súbditos viveriam no respeito pelo Alcorão. O seu trabalho marcou o Paquistão pós-Raj da Índia. Ele ensinou que o Islão era universal: ‘Tudo no Universo é Muçulmano porque cumpre a submissão a Alá e às suas leis’” (Gorka, 2016, p. 64).

tanenses que também permitiram o santuário da Al-Qaeda, situado na FATA (Federal Administrative Tribal Area) dentro do território paquistanês. Foi nesta última área onde se planejaram os ataques, felizmente gorados, contra dez aviões comerciais americanos em 2006, ou contra o Hotel Marriot em Islamabad em 2008 (Panetta, 2014, p. 241)³².

Através dos mecanismos de resposta são encontradas, muitas das vezes, as pontas soltas dos apoios e das ligações entre estruturas, aparentemente, dissociadas. A tática antiterrorista prevê manobras diplomáticas, monitorização dos fluxos financeiros, ações encobertas de espionagem, de infiltração de agentes até às ações diretas de ataque militar contra os grupos. “Find, Fix and Finish” é o mote para a ação final contra os grupos, geralmente executada pelas operações especiais militares em todo o globo. Assim conseguimos perceber onde e como se classificam os variados grupos que pretendem uma determinada causa ou ação. Por exemplo, quando a comunidade internacional decidiu, em 2011, iniciar conversações com os Talibãs, separou claramente a classificação destes, como grupo insurgente, da classificação de terrorista atribuída à Al-Qaeda (Panetta, 2014, pp. 249 e 251).

Para além das possíveis classificações dos movimentos também temos a caracterização, sempre presente, da dimensão geopolítica na determinação de quem age e de quem responde. Um grupo pode agir dentro de um Estado, de forma regional, de forma global ou ter aspirações transnacionais, ou mesmo, como é o caso da narrativa extrema da Al-Qaeda e do Daesh, supranacionais. Daí que determinados grupos, que se afirmam jiadistas, muitas vezes pretendem, mais do que uma ideia, afirmar uma posição local com vista a uma maior autonomia dentro do Estado ou procurando alterar a política do Estado em geral³³. No âmbito regional temos grupos que ambicionam, muitas vezes, criar um novo espaço à custa de parcelas de mais do que um Estado. Os curdos (que não são propriamente jiadistas, mas onde existem grupos associados, como o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que é considerado como terrorista pela União Europeia e pelos EUA, são um bom exemplo porque, embora parecendo todos caminhar no sentido de formar o “tão desejado” Curdistão, atuam de forma diferente conforme o ambiente geopolítico o permita – os Curdos do Iraque, da Síria, do Irão e da Turquia porque, as respostas, neste caso com mais do que um Estado, são muito diferentes caso a caso e conforme

32 Na página 379 pode mesmo ler-se uma afirmação do antigo Secretário da Defesa e Diretor da CIA dos EUA, corroborando o parecer do Joint Chief, Almirante Mullen: “A rede Haqqani, um grupo insurgente na frente do combate contra as forças americanas no Afeganistão, era um braço armado do serviço de informações do Paquistão”.

33 Como tem sido característica do Grupo Abu Sayaf, que embora se tenha declarado afiliado ao Daesh tem, há muito, procurado conseguir a autonomia/independência de uma das principais ilhas das Filipinas. Ver França (2017).

os restantes poderes que apoiam³⁴. Temos grupos que anunciam objetivos de caráter global, como a Al-Qaeda e o Daesh mas que, como vimos, o que define a sua atuação é muito mais a forma organizada ou caótica face ao “concerto global” que se lhes opõe. Para fazer frente às ameaças transnacionais deve haver coerência e concertação estratégica, mas os interesses e os inúmeros alinhamentos geopolíticos (os labirintos das relações internacionais), impedem uma ação global e concertada por parte dos Estados. Por sua vez, os Estados, como entidades políticas supremas na ordem internacional, são os principais visados por estes grupos que defendem a existência de entidades supranacionais como objetivo final.

Em síntese, embora existam, de uma forma ou de outra, muitos movimentos jiadistas que se identificam com um dos dois grandes ou com outras afiliações gerais, na prática, atuam completamente dissociados e de forma independente.

Os Grupos Híbridos

A discussão é intensa nos Estados Unidos da América, mas também o tem sido em inúmeras regiões do mundo: a Irmandade Muçulmana (IM) é um grupo terrorista? É um Movimento jiadista violento? É um Movimento jiadista não violento? Ou é um simples partido político? E a Frente Islâmica de Salvação (FIS) da Argélia e a sua ligação ao Grupo Islâmico Armado (GIA) na Argélia? E o caso do Hamas? E como se classifica o grupo xiita Hezbollah? Há mais casos mas estes são dos mais conhecidos e de muito difícil objetivação. Os factos políticos dizem que a IM no Egipto, a FIS na Argélia e o Hamas na Palestina, ganharam eleições de forma legítima, que defendem projetos políticos sem recorrer à violência³⁵. Mas, por diversas razões e por motivos nem sempre claros e demonstráveis, foram ilegalizados, acusados de subverter regras democráticas e, até, de apoiar a violência.

A obra recentemente publicada por José Manuel Rosendo, *Ascensão e Queda da Irmandade Muçulmana no Egipto*, apresenta boas pistas no caso do Egipto, pelo que não entraremos em detalhes. O que importa salientar, como está bem evidente na obra de Michael Owen, *Islão Político*, é que há muitas formas de perseguir um determinado jiadismo sem que a violência tenha de fazer parte da escolha estratégica.

Há grupos, como o Hezbollah ou o Hamas, que são considerados partidos políticos por uns, movimentos de defesa, milícias armadas, grupos jiadistas ou mesmo terroristas por outros. Como apresentam programas políticos, demonstram ações reais de apoio social e de integração das comunidades, torna-se difícil encontrar consensos na sua caracterização. O Hezbollah, por exemplo, apontado como terrorista

34 Ver o excelente artigo de Franc Milburn (2017) sobre os grupos curdos no Irão.

35 O critério atual dos EUA inclui a relevância do grupo representar, ou não, uma ameaça ao país, aumentando assim a complexidade de análise. Ver <https://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>.

pelos EUA, Canadá, Argentina, Israel, por várias das monarquias do golfo (entre outros) (Observador, 2016), também se divide na ação conforme a área onde atua, do Iraque à Síria³⁶, do Líbano ao Iémen e, de acordo com o líder regional que o representa. O Hamas, histórico, também considerado terrorista por muitos Estados, apresenta princípios de atuação que são diferentes do que defendem nos dias de hoje (Middle East Eye, 2017), à imagem dos princípios defendidos pela IM de Hassan Al Banna (em 1937) e da Irmandade Muçulmana de Morsi (em 2014) (BBC, 2013). Nada garante também que os princípios defendidos no início de um projeto não mudem na sua evolução futura, como é a história dos partidos nazis, anarquistas e outros. Podem ter uma retórica pacifista e mudar para a violência ou começar pela violência e mudar para uma retórica pacifista sem recurso à violência. Também podem delegar em outras entidades subsidiárias (o Hamas, político, nas Brigadas Izzedine al-Qassam³⁷ para a ação violenta ou, ao contrário, o IRA, violento, no Sinn Féin, político³⁸) para partidos e movimentos que não apelam à violência para impor a sua ideia. Estes, o que usam a violência, são os que denomino de grupos de apoio. São geralmente jiadistas (que se reveem no extremismo sunita ou xiita) e que apoiam partidos políticos (ou movimentos). Se fazem mesmo parte, se estão associados ou se nada têm a ver e apenas reclamam pertença é tema para outra análise que garantimos ser muito difícil e nada consensual. Mas, mesmo quando há dificuldade em caracterizar grandes movimentos políticos como violentos, ou mesmo terroristas, é sempre possível encontrar movimentos jiadistas que com eles se identificam.

Da Escolha ou não pela Violência

Aprofundando a visão estritamente jiadista, assistimos em inúmeros países, desde os Estados Unidos, a Europa, a Austrália, em África ou na Ásia, como alguns movimentos que propunham, inicialmente, “narrativas jiadistas” de imposição de sistemas rígidos sem o recurso direto à violência, se transformaram, de um momento para o outro, em grupos terroristas. Basta lembrar os recentes ataques no Reino Unido para recordar que alguns dos atacantes já tinham sido avistados a fazer propaganda violenta e, depois, porque deixados em liberdade, acabaram mesmo por a executar³⁹.

36 Onde atua em conjunto com a Guarda Revolucionária do Irão, tornando a sua classificação ainda mais complexa (Ranstorp, 2016).

37 Ver breve descrição das ligações do Hamas e das brigadas referidas, bem como o anúncio de uma retórica muito distinta da inicial, a partir de maio de 2017, disponível em <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-13331522>.

38 Pode ser encontrada uma breve explicação para esta separação, na ação, em <https://www.britannica.com/topic/Sinn-Fein>.

39 Como um dos terroristas dos atentados em Londres que apareceu num documentário do Channel Four, ver <https://www.theguardian.com/tv-and-radio/2016/jan/20/jihadis-next->

O estudo da narrativa, a análise do discurso, a procura das mensagens e da propaganda efetuada, boca a boca, em mesquitas, em madraças, em espaços públicos variados, em papel ou por DVD, *online* ou nos *media*, as “guerras das ideias” têm de ser escrutinadas⁴⁰. Há terror nas palavras que se podem transformar em terror efetivo nas ações⁴¹. Expor narrativas violentas, fundamentalistas e irracionais é essencial⁴². Tudo o que puser em causa a Declaração Universal dos Direitos Humanos deve ser exposto, discutido e rebatido. Depois é essencial a construção da contra-narrativa, o de provar os corretos entendimentos de mensagens racionais, abrangentes e pacíficas, as que garantem igualdade de oportunidades e liberdade para escolher, aderir, sair e mudar de opinião.

Na pureza do sentido da palavra *jihad*, a existência de movimentos que buscam e procuram obter dominações através da imposição da *Sharia*, usando para isso o número dos adeptos e o poder do voto, afastará estes grupos da classificação de jiadistas⁴³? É de difícil resolução até porque, a escolha pela violência pode não ocorrer até à tomada do poder mas poderá tornar-se visível imediatamente após a mesma. Vários grupos, movimentos políticos, afirmam a não-violência mas a sua prática, tanto a passada como a posterior, podem provar uma intenção obscura de recorrer à violência; já demos o exemplo da Irmandade Muçulmana mas pode-se também apresentar os casos da Frente de Ação Islâmica da Jordânia ou o Hizb-ut-Tahrir da Crimeia (Stephan, 2009, p. 66)⁴⁴. Poderá ser a escolha da violência, após a tomada do poder, que ditará a forma do movimento se, na prática governativa

door-review-channel-4-isis-abu-rumaysah. Ver também, por exemplo, as entrevistas na CNN a vários destes radicais que podiam andar, em liberdade, a espalhar mensagens de violência e de ódio (Amanpour, 2007).

- 40 “Em especial, em nações árabes e muçulmanas, a guerra das ideias está em ascendência. Inflamou milhões de leitores, espetadores e ouvintes, transformando grande número deles em militantes e manifestantes, alguns em bombistas suicidas, e muitos em votantes” (Phares, 2007, p. 11).
- 41 “Os críticos argumentam, embora seja verdadeiro, que muitos dos islamitas não violentos nunca se tornarão radicais, é inquestionável que alguns sim. Umar Farouk Abdulmutallah, que tentou detonar uma bomba num avião sobre os EUA no dia de Natal de 2009, e Cüneyt Çifti, o primeiro bombista suicida alemão, são dois exemplos de militantes cuja radicalização começou em grupos islamitas não violentos antes de progredirem para a violência” (Vidino, 2010).
- 42 Disponível em <http://www.religionandgeopolitics.org/ideology/islamism-and-jihadism-difficult-conversation>.
- 43 “Salafistas, wahabistas, takfiris, tablighs, e outros sunitas islâmicos rejeitam o conceito de pluralismo e opõem-se, de forma radical, ao governo popular. Só Alá e os seus ensinamentos, afirmam, podem ser a base da governação” (Phares, 2007, p. 11). Rabil distingue três tipologias, bastante distintas de salafismo: *Madkhalis* (que se separa em absoluto de qualquer atividade política); *Harakis* (ativistas na política e muitas vezes identificados com a Irmandade Muçulmana) e os *Salafi-Jihadis* (que defendem o restabelecimento do Califado com recurso à violência) (Rabil, 2014, p. 3).
- 44 Ver http://www.files.ethz.ch/isn/125726/RU_41.pdf.

posterior, se verificar efetivamente que a violência é exercida contra outras minorias, ou diferentes religiões. Mas ainda assim, estaremos a confundir jihadismo com ditaduras? Não, a resposta não é fácil e requer uma análise detalhada caso a caso.

Em Síntese

Não pode ser apenas o meio que determina a classificação de um movimento de jihadista mas sim o fim que persegue. Sabemos que muitos dos nazis mais brutais e violentos, ou os algozes de Pol Pot, eram, antes de se iniciarem na atividade da violência, simples simpatizantes de um ideal político que propunha fins totalitários e excludentes. De um momento para o outro, seres humanos com elevada preparação académica e com aparentes valores sociais, transformaram-se em seres brutalizados, capazes dos atos mais inomináveis⁴⁵. Não mudou o que pensavam, mudou a forma de o imporem, mas através de um estudo atento da narrativa e da ideologia que o propunha, podia-se fazer adivinhar o caminho que perseguiriam.

É fundamental estudar cada movimento em detalhe. O que pretende, o que defende, os meios que está disposto a usar, com recurso ou não à violência, para o atingir. É muito relevante encontrar as diferenças entre a Al-Qaeda e o Daesh, entre os vários ramos e afiliados, entre os muitos grupos autónomos e os casos híbridos de partidos políticos que também se confundem com movimentos jihadistas ou, simplesmente, contam com um braço armado em determinados grupos de apoio. É essencial, ainda, estudar movimentos que se afirmam de não violentos mas que defendem objetivos políticos muito idênticos aos grupos anteriormente enunciados.

O terrorismo, como técnica ou tática, é perene, mas os grupos que o usam não. Podemos vencer, com determinação, com clareza nas abordagens, que terão de ser distintas e viradas para cada um, nos múltiplos grupos em concreto. No geral, temos e devemos de atuar com determinação implacável, na defesa de direitos e valores que consideramos universais⁴⁶. Esses não se discutem e têm de ser aplicados e garantidos, contra a retórica ou contra a ação, violenta ou pré-violenta.

Referências

Al-Suri, A-M., 2004. *The Call to Global Islamic Resistance*. CENTRA Technology, Inc, trans., sponsored by the DCIA Counterterrorism Center, Office of Terrorism Analysis, EUA. Disponível em www.opensource.gov/portal/server.pt/gateway/PTARGS_0_0_6093_989_0_43/http%3B/apps.opensource.gov%3B7011/opensource.gov/content/Display/6719634/pdf?file=2006.pdf.

⁴⁵ Ver, por exemplo, Holocaust Encyclopedia. Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10007080>.

⁴⁶ Como aparecem, cada vez mais, iniciativas importantes para dar respostas também internas. Ver Barcelona Centre for International Affairs (2017).

- Al-Tamimi, A. J., 2016. How the Islamic State Governs. *The Journal of International Security Affairs* n.º 30. Disponível em <http://www.securityaffairs.org/issues/number-30>.
- Amanpour, C., 2007. Amanpour: Radical, moderate Muslims battle for young English minds. CNN, 22 de janeiro. Disponível em <http://edition.cnn.com/2007/WORLD/europe/01/17/warwithin.amanpour/index.html>.
- Andrews, J., 2016. *Os Grandes Conflitos Mundiais: Uma Análise Estratégica sobre as Zonas mais Perigosas e as Ameaças à Estabilidade do Nosso Mundo*. Lisboa: Clube do Autor.
- As-Sahab Media, 2015. An Exclusive Interview with Adam Yahiye Gadahn. *Ressurgence*. Disponível em https://azelin.files.wordpress.com/2015/06/al-qc481_idah-e2809cresurgence-2e280b3.pdf.
- Barcelona Centre for International Affairs, 2017. Resilient Cities: Countering Violent Extremism at Local Level. Disponível em https://www.cidob.org/es/actividades/temas/seguridad/resilient_cities_countering_violent_extremism_at_local_level#.WTqssw-a4d0.facebook
- BBC, 2013. Profile: Egypt's Muslim Brotherhood. *BBC*, 25 de dezembro. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-12313405>.
- Duarte, F. P., 2017. O futuro do DAESH no mundo ocidental. Em A. Mateus, *Olhar o Mundo*. Lisboa: Marcador, pp. 153-166.
- Flannery, F. L., 2016. *Understanding Apocalyptic Terrorism: Countering the Radical Mindset*. London: Routledge.
- Flynn, M. T., 2016. *The Field of Fight: How We Can Win the Global War against Radical Islam and its Allies*. New York: St. Martin's Press.
- França, A., 2017. Que faz o Daesh no sul das Filipinas? *Observador*, 3 de junho. Disponível em <http://observador.pt/2017/06/03/que-faz-o-daesh-no-sul-das-filipinas/>.
- Gohel, S. M., 2017. Deciphering Ayman Al-Zawahiri and Al-Qaeda's Strategic and Ideological Imperatives. *Perspectives on Terrorism*, 11(1), pp. 54-67. Disponível em <http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/577>.
- Gorka, S., 2016. *Defeating Jihad: The Winnable War*. Washington: Regnery Publishing.
- Holocaust Encyclopedia (sem data). Disponível em <https://www.ushmm.org/wlc/en/article.php?ModuleId=10007080>.
- Humud, C.; Pirog, R. e Rosen, L., 2015. *Islamic State Financing an U.S. Policy Approaches*. Washington: Congressional Research Services. Disponível em <https://fas.org/sgp/crs/terror/R43980.pdf>.
- ISIS/Daesh, 2014-2016. *Dabiq* (n.º 1 a 15). Disponível em https://ds-dupal.haverford.edu/aqsi/resources/jihadi-magazines?sort_by=title&sort_order=DESC&page=2&order=title&sort=desc.
- ISIS/Daesh, 2016-2017. *Rumyiah* (n.º 1 a 10). Disponível em https://ds-dupal.haverford.edu/aqsi/resources/jihadi-magazines?sort_by=title&sort_order=DESC&page=2&order=title&sort=desc.

- Luizard, P-J., 2016. *A Armadilha Daesh*. Lisboa: Antígona.
- Middle East Eye, 2017. Hamas in 2017: The document in full. *Middle East Eye*, 1 de maio. Disponível em <http://www.middleeasteye.net/news/hamas-charter-1637794876>.
- Milburn, F., 2017. Iranian Kurdish Militias: Terrorist-Insurgents, Ethno Freedom Fighters, or Knights on the Regional Chessboard? *CTS Sentinel* n.º 5. Disponível em <https://www.ctc.usma.edu/posts/iranian-kurdish-militias-terrorist-insurgents-ethno-freedom-fighters-or-knights-on-the-regional-chessboard>.
- Naji, A. B., 2006. *The Management of Savagery: The Most Critical Stage through which the Umma Will Pass*. Disponível em <https://azelin.files.wordpress.com/2010/08/abu-bakr-naji-the-management-of-savagery-the-most-critical-stage-through-which-the-umma-will-pass.pdf>.
- Nance, M., 2016. *Defeating ISIS: Who They Are, How They Fight, What They Believe*. New York: Skyhorse Publishing.
- Nance, M., 2015. *The Terrorists of Iraq*. Boca Raton: CRC Press.
- Observador, 2016. Líder do movimento xiita libanês Hezbollah recusa acusações de terrorismo de monarquias do Golfo. *Observador*, 3 de junho. Disponível em <http://observador.pt/2016/03/06/lider-do-movimento-xiita-libanes-hezbollah-recusa-acusacoes-terrorismo-monarquias-do-golfo/>.
- Owen, J. M., 2016. *O Islão Político: Ontem e Hoje*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Panetta, L., 2014. *Worthy Fights: A Memoir of Leadership in War and Peace*. New York: Penguin Books.
- Phares, W., 2007. *The War of Ideas: Jihadism against Democracy*. New York: Palgrave Macmillan.
- Pires, N. L., 2016a. *Resposta ao Jihadismo Radical*. Lisboa: Nexo.
- Pires, N. L., 2016b. Do Terrorismo Transnacional ao Choque de Valores. *Nação e Defesa* n.º 143, pp. 79-87.
- Qutb, S., 1964. *Milestones*. Disponível em <http://holybooks.lichtenbergpress.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/Milestones.pdf?5c9fb2>.
- Rabil, R., 2014. *Salafism in Lebanon: From Apoliticism to Transnational Jihadism*. Washington: Georgetown University Press.
- Ranstorp, M., 2016. Hezbollah's calculus after the Iran nuclear deal. *CTS Sentinel* n.º 1. Disponível em <https://www.ctc.usma.edu/posts/hezbollahs-calculus-after-the-iran-nuclear-deal>.
- Rato, V., 2016. Nos Desertos de al-Zarqawi: da Al-Qaeda ao Estado Islâmico. *Nação e Defesa* n.º 143, pp. 10-42.
- Rosendo, J. M., 2017. *Ascensão e Queda da Irmandade Muçulmana no Egipto*. Lisboa: Edição do autor.
- Stephan, M. J., 2009. *Civilian Jihad: Nonviolent Struggle, Democratization, and Governance in the Middle East*. New York: Palgrave Macmillan.
- Vidino, L., 2010. The Role of Non-Violent Islamists in Europe. *CTS Sentinel* n.º 3. Disponível em <https://www.ctc.usma.edu/posts/the-role-of-non-violent-islamists-in-europe>.

Yihadismo en el Sahel: La Expansión de la Amenaza Oscura

Ignacio Fuente Cobo

Colonel. Senior Analyst at the Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE) in Madrid, where he covers the area of Magreb/Sahel. Spanish representative at the Steering Committee of the Euro-Maghreb Center for Strategic Studies (CEMRES) within the 5+5 Initiative. Has a Master Degree in Security and Defense by the University Institute "General Gutierrez Mellado" of the Open University. Guest lecturer at several Spanish universities such as Universidad Complutense (Madrid), Universidad Rey Juan Carlos (Madrid) and Universidad San Pablo CEU (Madrid). Member of the Euro-med Association of the Institut des Hautes Études de Défense Nationale (IHEDN, France). Published in several journals on such topics as the Mediterranean, the European Union, the Maghreb and Sahel regions, jihadism, energy geopolitics, and national strategies. Author of the book "The Conflict in Western Sahara" published by the Ministry of Defense and the University Carlos III (Madrid).

Resumo

Jihadismo no Sahel: a Expansão da Ameaça Obscura

O Sahel é uma região extraordinariamente complexa na qual as organizações extremistas coexistem e interagem em diferentes graus com organizações criminosas, milícias étnicas, grupos armados e autoridades governamentais, criando um ambiente de insegurança que dificulta a ação do controle dos governos sobre o seu território, ao mesmo tempo que facilita a expansão da mensagem jihadista e da insurgência armada.

Um elemento-chave na avaliação do futuro cenário de segurança na região é dado pela situação na Líbia, um país que parecia destinado a tornar-se uma base de retaguarda e apoio aos grupos que combatiam na Síria e no Iraque, bem como um novo território de jihad para o Daesh no norte de África. A conquista de Sirte em dezembro de 2016 abre a possibilidade de que os restantes grupos jihadistas vencidos, juntamente com os combatentes que conseguem sobreviver aos combates na Síria e no Iraque, se mudem para o Sahel tornando-se este no teatro principal para as operações jihadistas internacionais. As presentes circunstâncias tornam necessário examinar a evolução dos grupos extremistas no Sahel e o complicado jogo político, econômico e militar em que estão atualmente envolvidos, para que possamos identificar as suas estratégias, analisar a sua resiliência e avaliar as suas possibilidades de sobrevivência à ação concertada dos governos regionais e da comunidade internacional, empenhados em evitar que o centro de gravidade da ação jihadista se mova para esta região complexa.

Abstract

Jihadism in Sahel: The Expansion of the Dark Menace

The Sahel is an extraordinarily complex region in which extremist organizations coexist and interact in varying degrees and in different ways with criminal organizations, ethnic militias, armed groups and government authorities, creating an environment of insecurity that hampers action of control of governments over their territory, while facilitating the expansion of the Jihadist message and the armed insurgency.

A key element in assessing the future security landscape in the region is given by the situation in Libya, a country that since 2011 seemed destined to become a rearguard area and logistical support base for the groups fighting in Syria and Iraq, as well as a new land of jihad for the Daesh in North Africa. The seizure of Sirte in December 2016 opens the possibility that the remains of the vanquished Jihadist groups, along with the combatants who managed to survive the fighting in Syria and Iraq, move to the Sahel making it the main theater of operations for international jihadism.

The current circumstances make it necessary to examine the evolution of the extremist groups in the Sahel and the complicated political, economic and military game in which they are currently involved, so that we can identify their strategies, analyze their resilience and assess their possibilities to survive the concerted action of regional governments and the international community committed to prevent the center of gravity of jihad action from moving to this complex region.

Introducción

Hablar del Sahel, no es hacerlo de un espacio sin gobierno, sino más bien de un espacio gobernado de una manera diferente, en absoluto convencional (Foreign & Commonwealth Office, 2013). Se trata de una amplia región semidesértica en la que los lazos familiares y tribales trascienden las fronteras y donde los estados no tienen el monopolio de la fuerza. La ausencia de control efectivo de sus territorios de soberanía, ha favorecido la aparición de nuevas estructuras transnacionales de carácter tribal, e incluso familiar, que han desbordado las fronteras y han creado unas formas de relación social sobre la base del comercio y los tráfico ilícitos que son muy distintas de las que se conocen y practican en Occidente.

En el inmenso espacio geográfico del Sahel, que abarca más de cuatro millones de kilómetros cuadrados, los movimientos yihadistas asociados al crimen organizado no son un fenómeno nuevo, sino que sus orígenes se remontan a la llegada del Islam en los siglos XIII y XIV. Desde entonces, los diferentes líderes políticos y religiosos han usado el mensaje de la yihad más violenta para expandir su esfera de influencia y sojuzgar a sus enemigos. Este mismo lenguaje de empleo de la fuerza como herramienta de reforma y purificación religiosa ha sido ampliamente utilizado por los diferentes grupos yihadistas, para captar adeptos y subvertir el orden político establecido.

Aunque la inmensa mayoría de los musulmanes que habitan el Sahel pertenecen a la escuela (*fiqh*) de derecho islámico *malikí* de la corriente suní, más moderada que la rigorista escuela *hanbalí* de la península arábiga (comúnmente conocida en Occidente como *wahabí*), en las últimas décadas se ha venido apreciando en el Sahel un cambio significativo hacia una expresión más rigorista del Islam (Pintado, 2017). Este cambio se ha visto favorecido por las importantes ayudas financieras procedentes principalmente de los países del Golfo Pérsico que han alentado una versión a menudo intolerante del Islam y una “narrativa del agravio” que ha sido aprovechada por individuos ambiciosos y grupos oportunistas para captar seguidores y revertir el orden establecido (Harmon, 2014, pp.158-164). Este proceso ha sido seguido con mayor o menor intensidad por todos los grupos y células islamistas, tanto los franquiciados al Daesh como los que lo están con Al Qaeda, a pesar de las significativas diferencias en cuanto a las estrategias operativas entre estos dos grupos que comparten, sin embargo, el objetivo común de expansión del Islam por todo el mundo.

No obstante, el lenguaje y la ideología de la yihad violenta no han sido suficientes para captar seguidores y garantizar su lealtad, por lo que las estrategias de reclutamiento han venido incluyendo cada vez más medidas tales como la llamada a los sentimientos étnicos, o de clase, con vistas a crear un sentimiento de agravio entre los segmentos de la población más bajos de la pirámide social. También la coacción se ha convertido en una importante herramienta gratuita para obligar, especialmente a los jóvenes, a unirse a las filas de los grupos yihadistas.

Si atendemos a la implantación geográfica del yihadismo, se pueden delimitar cuatro zonas de influencia: (1) el Cuerno de África, con los llamados *Shabab Haraka el Shabba* que extienden su influencia por Somalia, Kenia y Tanzania; (2) otra zona sería la que recorre los países del Sahel que van desde Chad hasta Mauritania, que está compuesta por grupos yihadistas heterogéneos e independientes; (3) una tercera área se sitúa en la cuenca del lago Chad donde opera el grupo Boko Haram; (4) por último, estarían los grupos del Norte de África que operan en el Magreb, en Libia y en Egipto.

En este trabajo, por cuestiones de espacio y oportunidad nos vamos a centrar en los grupos que se encuentran en las órbitas de Al Qaeda y del Daesh que actúan en la región de Sahel, pero que también se mueven y tienen un importante apoyo en el Magreb, principalmente en Argelia, Túnez y Libia. Para ello, estudiaremos los grupos asociados a la franquicia de Al Qaeda en la región, incluyendo la propia matriz local conocida desde el 2007 como Al Qaeda en el Magreb Islámico (AQMI), para a continuación analizar aquellos que en los últimos años se han afiliado al su gran rival global representado por el Daesh.

La cuestión que nos planteamos y que intentaremos resolver en este artículo es cuál es la situación actual de los movimientos yihadistas en la región y cuáles son las tendencias que apunta el futuro. La tesis que defendemos es la de que, en la lucha que han mantenido en los últimos años estas dos organizaciones por el liderazgo de la yihad regional, AQMI ha salido mejor parada pudiendo considerarse el principal grupo terrorista de carácter yihadista que opera en la región del Sahel. Su extraordinaria capacidad para sobrevivir en circunstancias especialmente adversas, nos permiten afirmar que AQMI, una organización que llegó al Sahel antes que el Daesh, seguirá allí cuando el Daesh se haya ido.

Los Orígenes de la Yihad Saheliana

Sus orígenes se encuentran en la guerra civil argelina que azotó este país tras el frustrado proceso electoral que tuvo lugar en 1992. La decisión de las autoridades argelinas de la época de impedir el acceso al poder al Frente Islámico de Salvación (FIS), un grupo político de tendencia islamista, provocó que un sector radicalizado de la población, al que se incorporaron los muyahidines argelinos retornados que habían combatido en Afganistán contra los soviéticos, fundaran en 1994, con Abdelhak Layada como líder, el Grupo Islámico Armado (GIA) de tendencia takfirí. Considerando como apóstatas y no musulmanes a todos aquellos que no siguieran su pensamiento radical, el GIA se lanzó a la lucha armada contra el gobierno de Argelia. Lo que vino después fue una sangrienta guerra civil que desgarró al país y produjo más de 100.000 muertos en la que se conoció como la “década negra” (Martínez, 1998). En 1997, la brutalidad de las acciones del GIA, hizo que este grupo fuera perdiendo fuerza, de manera que muchos de sus combatientes fueron pasando al Grupo

Salafista Para la Predicación y el Combate (GSPC), en lo que puede considerarse una operación de marketing con el objeto de mejorar su imagen ante la opinión pública argelina. Su centro de gravedad operativo se encontraba en la zona de la Cabília y su principal líder era Hassan Hatab que rechazó la política takfirista de matanzas indiscriminadas contra la población civil (Johnson, 2006). Aunque en el año 2000 Osama Ben Laden se refería a este grupo armado como “el mejor formado de la zona” (Echeverría, 2007), la realidad es que los éxitos policiales y militares de las autoridades argelinas y la importante desmovilización de sus afiliados y simpatizantes, en buena parte consecuencia de la política de reconciliación llevada cabo por el presidente Bouteflika a partir de 1999, debilitaron profundamente al grupo hasta dejarlo sin capacidad para derribar al régimen argelino.

En junio de 2004 su principal líder pasó a ser Abdelmalek Droukdel, alias Abu Musab Abdel Wadoud, un antiguo combatiente en Afganistán, especializado en el manejo de explosivos ya que había estudiado química en la Universidad de Blida donde se licenció en 1994 (Touchard, 2012). Su modelo operativo sería el de Al Qaeda en Irak de Abu Moussab Al Zarkaoui. Bajo su mandato, y ante los éxitos de la política antiterrorista argelina, el grupo fue progresivamente desplazando su base de operaciones a la zona del Sahel donde mejoró sus recursos por medio de un proceso de hibridación con el crimen organizado, adquiriendo notoriedad por iniciar una rentable industria del secuestro de ciudadanos occidentales.

La captura en el 2003 de 32 turistas centroeuropeos (El Periodista Digital, 2014) y su liberación final tras el pago de un rescate, permitió al GSPC iniciar un círculo vicioso de secuestros y rescates que resultó tremendamente rentable para las arcas yihadistas; a medida que se secuestraban nuevos ciudadanos occidentales, el grupo exigía mayores cantidades lo que, a su vez, incentivaba el secuestro. El precio fue incrementándose a lo largo de los años pasando de 150.000 euros en 2003 a 7.5 millones de euros en el 2014 (Fuente, 2014), lo que permitió a los grupos yihadistas que operaban en el Sahel convertirse en una extensa y próspera red criminal transnacional basada en la mutua necesidad y utilidad, cuyo carácter híbrido se mantuvo en el tiempo.

De esta manera, los traficantes facilitaban, los medios humanos, logísticos y financieros que necesitaban los grupos terroristas para llevar a cabo actuaciones criminales, mientras que los yihadistas proporcionaban a las organizaciones terroristas el acceso a poder político, así como capacidad militar y repercusión mediática. El resultado fue un notable incremento de las capacidades operativas y de control territorial de un grupo que había llegado muy debilitado a la región de Sahel, hasta el punto de que a mediados de la primera década de este siglo empezó a llamar la atención de la dirección de Al Qaeda.

La Creación de Al Qaeda en el Magreb Islámico

En el 2007, el GSPC se convirtió en una franquicia de Al Qaeda con el nombre de Al Qaeda en la Tierra del Magreb Islámico (Echeverría, 2013) y una ideología inscrita en la familia del salafismo yihadista. Su objetivo era el combate, por medio de la yihad contra los enemigos del Islam, entendiendo por tales a “los apóstatas, los judíos y los cruzados”, así como sus aliados en la región. Se produjo así un cambio estratégico del grupo, hasta entonces argelino al orientar gradualmente su combate desde el “enemigo próximo o interior” (Argelia) al “enemigo lejano o exterior” (países occidentales).

Con un proyecto político consistente en establecer un emirato islámico en el Magreb desde Marruecos hasta Libia a través del desierto del Sahel, Abdelmalek Droukdel dividió este extenso territorio en varias regiones en la que operaban las diversas partidas yihadistas, denominadas “katibas” bajo el liderazgo de personajes carismáticos como Abu Zeid, o Mojtar Belmojtar (Lounnas, 2012, p. 44). Esta reorientación estratégica hacia el sur estaba motivada por el fracaso de las operaciones en el norte de Argelia ante el acoso de sus autoridades y la incapacidad de AQMI de actuar en suelo europeo, como originalmente había previsto Osama Ben Laden (Reinares, 2013).

La afiliación con Al Qaeda incrementó el perfil global de la nueva franquicia saheliana cuyo liderazgo siguió siendo argelino, pero cuyas filas se vieron reforzadas por un número creciente de voluntarios islamistas procedentes de Malí, Mauritania, Nigeria y Senegal. Ello dio lugar a la aparición de una “yihad negra” de carácter local, en la que los nuevos combatientes, a menudo muy jóvenes, surgían, vivían e interactuaban con la población local, lo que supuso para los estados de África Occidental una amenaza de carácter endógena y difusa.

Al mismo tiempo, sus actividades criminales se expandieron a otros campos como el tráfico de estupefacientes (Caulderwood, 2015) donde establecieron relaciones estrechas con las redes de contrabandistas a los que cobraban una tasa “de protección” por el tránsito por su zona de actuación. Para ello, utilizaron una táctica oportunista pero eficaz, de asociación con las tribus y clanes regionales a los que se hacía partícipes de los beneficios obtenidos con sus actividades criminales y en la que jugó un papel importante la política de matrimonios con mujeres locales procedentes de familias influyentes.

Desde el punto de vista organizativo, la región Sur de AQMI correspondiente a la región de Sahel-Sahara pasó a denominarse “emirato del Sahara” (diferenciándose del “emirato del Magreb” o “emirato central”) y, desde octubre de 2012, pasó a ser dirigido por el argelino Djamel Okacha, alias Yahia Abou el Houmâm quien en nombre de Droukdel asumió la responsabilidad de coordinar todas las actividades de la AQMI en la zona.

Operativamente AQMI se dividió en cuatro katibas principales o brigadas compuestas entre 50 y 100 hombres cada una (Baud, 2013). La principal de estas katibas

fue la denominada *Tarik ibn Ziyad*, por el general bereber que conquistó la península ibérica en el siglo VIII. Su mando recayó en el argelino Mohammed Ghadiri (más conocido por su nombre de Abdelhamed Abu Zeid) que se hizo famoso en el 2012 por encabezar el ataque al sur de Mali, parado en última instancia por la intervención francesa en la “operación Serval”. Eliminado por fuerzas francoafricanas en febrero de 2013, fue sustituido en septiembre de 2013 por Abu Mouqâtil, alias Abu Said al-Djazairi, otro argelino antiguo lugarteniente de Abou Zeid e informático de formación, quien había dirigido en septiembre de 2010 el ataque contra las instalaciones de uranio de Arlit (Níger) con la toma de rehenes franceses cuya liberación también negoció.

Las otras tres katibas eran: *Al Fourkan* dirigida por el propio Djamel Okacha antes de ser promovido a emir del Sáhara en el 2012 y que, desde septiembre de 2013, está dirigida por el mauritano Abderramán Talha, alias Abu Talha al Mauritani. La katiba *Al Ansar* compuesta mayoritariamente de tuaregs fue inicialmente dirigida por el maliense Hamada ag Hamada alias Abdelkrim el Tuareg sobrino del fundador del grupo yihadista Ansar Dine, Iyad ag Ghali, quien sería abatido en mayo de 2015 quedando esta célula prácticamente desactivada. La última y más reciente de las katibas sería la denominada *Yusef bin Tasfin* en homenaje al primer sultán de la dinastía de los almorávides y vencedor del rey castellano Alfonso VI en la batalla de Sagrajas. Fundada en el 2012 y compuesta principalmente de tuaregs está dirigida por el maliense Sedán ag Hita alias Abu Abdel Hakim al Kidali.

Algunos de los personajes de AQMI dedicados a la actividad yihadista adquirieron una notable fama al ser capaz de extender sus actividades ilícitas a todo tipo de mercancías, como contrabando de tabaco, coches, armas, o personas. Entre ellos destacaría el argelino Mojtar Bel Mojtar, otro veterano de Afganistán, cuyas actividades alcanzarían renombre internacional al ser el responsable del ataque en enero de 2013 a la estación gasística de Tigantourine en In Amenas con un resultado de 39 rehenes muertos (Echeverría, 2013).

Las Disensiones y los Errores Estratégicos de AQMI

No obstante, durante estos años, la estrategia seguida por AQMI puede calificarse como errática. Las diferencias entre sus líderes en cuanto a ideología, tácticas operativas, líneas de responsabilidad, actividades comerciales, u objetivos a alcanzar, restaron cohesión al grupo yihadista y produjeron diversas escisiones entre sus filas, que se vieron alentadas por las rivalidades étnicas y de clase.

Así en el 2011, y como consecuencia de los recelos ante el liderazgo argelino y de las quejas por el reparto del botín obtenido de los secuestros de occidentales, surgía el Movimiento para la Unidad y la Yihad en el África Occidental (MUYAO) como una escisión regional de AQMI, pero que siguió siendo una franquicia de Al Qaeda centrada en la extensión de la yihad en el oeste de África. El grupo se dio a conocer

el 12 de diciembre de 2011 reivindicando el secuestro de tres cooperantes occidentales – dos españoles y un italiano – en los campos de refugiados saharauis de Tinduf (Jordan, 2014).

Bajo la dirección de jefes malienses y mauritanos y formado por activistas procedentes de un amplio abanico de tribus de raza negra Shongai/Peul (Fulani), así como de comunidades árabes de la zona del Sahel (Reinares, 2012), este grupo empleó una aproximación pragmática en la defensa de los intereses de las comunidades locales haciendo coincidir la retórica yihadista con sus preocupaciones económicas. Así por ejemplo, en Tombuctú y Gao, la MUYAO proclamó que los impuestos y tarifas de todo tipo iban contra “la voluntad de Alá” y, por tanto, no podrían ser recaudadas por una administración que se definía como islámica. Su líder era el mauritano Hamada Ould Mohamed Kheirou, un especialista en explosivos con Belmojtár que sentía un profundo resentimiento hacia la dirección de AQMI, con cuya katiba había colaborado, no obstante, desde el 2009 suministrándola explosivos.

Otro grupo yihadista estrechamente relacionado con AQMI es Ansar Dine (“Los defensores de la fe”) creado por Iyad ag Ghali, un antiguo líder tuareg durante las revueltas malienses de los años noventa. Este personaje hizo fortuna como mediador del gobierno de Mali en los secuestros de los ciudadanos europeos de los primeros años de este siglo hasta que, desengañado en el 2011 al haber sido rechazada su candidatura como líder de la revuelta del “Movimiento para la Liberación del Azawad” (MNLA) en el norte de Mali, decidió crear su propio grupo sobre la base de la tribu Ifora, mayoritaria en la parte sur de la región de los Tuareg, al que se unieron voluntarios argelinos, malienses y nigerianos (Gurfinkiel, 2012).

Desde su creación, el grupo de Iyad Ag Ghali ha jugado un importante papel multiplicador de AQMI en las regiones de Malí central y meridional, llegando hasta Burkina Faso y Costa de Marfil con la creación de dos brigadas: la katiba *Macina* (o “Frente de Liberación de Macina”, FLM) fundada por el predicador Amadou Koufa de la tribu Peul y la katiba *Khaled Ibn al-Walid* (también llamada “Ansar Dine Sur”) liderada por Solimán Keïta.

La multiplicación de grupos yihadistas que actúan en la órbita de Al Qaeda, ha hecho que las fronteras orgánicas entre los distintos grupos locales y AQMI sean lo suficientemente permeables como para permitir a los combatientes intercambiarse, en función del contexto y de las necesidades. Lo que, a primera vista, parece una estructura jerárquica piramidal bien establecida y controlada desde la Cabilia argelina es, en cuanto a la forma de operar, una organización ampliamente fragmentada y descentralizada en múltiples alianzas.

Las Divisiones Internas en el Seno de AQMI

Otro tanto puede decirse del propio Belmojtár, verdadero señor de la guerra Y anterior líder de AQMI, pero cuya actuación durante los primeros años de esta década

se caracterizaron por una creciente autonomía y por la negativa a someterse a la autoridad central de AQMI y a informar sobre sus cuentas. Sus relaciones conflictivas de poder se vieron expresadas en dos ejes: uno horizontal definido por el enfrentamiento personal con el otro comandante principal de la zona meridional, Abou Zeid, y un eje vertical de oposición a la dirección central de AQIM en la Cabilia argelina.

La principal causa de las desavenencias internas hay que buscarlas en las disputas que mantuvo sobre la propia estructura de la organización y sobre la legitimidad del mando de Droukdel desde la Cabilia sobre la zona del Sahel. Belmojtar defendía una organización fuertemente descentralizada y rechazaba el sistema jerárquico piramidal que, en su opinión, se oponía a la realidad política y social del Sahel. Su modelo era el yemení de “Al Qaeda en la Península Arábiga” (AQPA), por lo que exigía la creación de una rama saheliana independiente de AQMI, (Al Qaeda en el Sahel Islámico), directamente ligado a Al Qaeda central y a su Jefe, Ayman Al-Zawahiri (Guidere, 2014). Sin embargo, esta propuesta fue categóricamente rechazada por Droukdel cuyo modelo pasaba por la unión sagrada de todos los grupos armados del norte de Malí en un “emirato islámico de Azawad” que sería encabezado por el jefe de Ansar Dine, Iyad Ag Ghaly.

Esta diferente concepción de lo que debía ser el movimiento yihadista en la zona del Sahel, llevó a un enfrentamiento directo entre Belmojtar y Abu Zeid que se extendió al campo financiero y a la estrategia operativa. A diferencia de Droukdel y Abu Zeid, Belmojtar consideraba un error oponerse a las fuerzas francesas y prefería optar por una estrategia más prudente de retirada a Libia vía Malí y Níger, aprovechando las numerosas complicidades locales (Mémier, 2017, p. 43).

Las desavenencias internas produjeron una ruptura del movimiento yihadista de AQMI, con la destitución en octubre de 2012 de Belmojtar al frente de su katiba *al-Mulathameen* (“la Brigada de los hombre enturbantados”) cuya zona de acción se extendía desde el suroeste de Argelia hasta el norte de Mali y Mauritania. Como respuesta, Belmojtar creó una nueva unidad de élite dentro de su kátiba a la que denominó “Los que Firman con la Sangre” (*El Mouaqqine Biddam*) y cuyo objetivo era la extensión del reino de la *sharia* por el norte de Mali y Mauritania. Con este grupo llevó a cabo en enero de 2013, el audaz ataque sobre la instalación gasística de Tigantourine en In Amenas, lo que consolidó su reputación como líder militar y caudillo yihadista (Roggio, 2013).

La falta de cohesión de los distintos grupos yihadistas que operaban en el Sahel no impidió que todos ellos – AQMI, MUYAO, Ansar Dine, al-Mulathameen – vieran la revuelta en el Azawad como una oportunidad estratégica para hacer causa común con el MNLA y asentarse sólidamente en un país como Mali, de manera que pudiera declarar un califato independiente.

La realidad es que el nivel de ambición de todos estos grupos superaba ampliamente sus capacidades operativas. El fracaso militar que supuso la imposibilidad de tomar Bamako en enero del 2013 por las Katibas del AQMI lideradas por Abu Zeid y las graves pérdidas que sufrieron estos grupos, tanto de personal como de material, produjeron un fuerte golpe a su prestigio al tiempo que redujeron notablemente sus posibilidades de operar estratégicamente durante los años siguientes.

El único grupo que quedó relativamente inmune a la derrota militar fue el de Mojtar Belmojtar ya que no había participado en el ataque a Mali, aunque sí había sufrido importantes bajas durante su frustrado ataque sobre la planta gasística de Tigen-tourine en In Amenas. Ello le permitió conservar, al menos en un primer tiempo, la mayor parte de sus fuerzas y extender, desde su refugio en Libia convertida en nueva base de operaciones del yihadismo, su influencia en África del norte atrayendo a su causa a ciertas milicias libias, como la brigada 315 dirigida por el jeque Ahmed Omar Al-Ansari (Gallet, 2015, p.107).

Así, a mediados del 2013, Mojtar Belmojtar, fusionaba en la villa costera libia de Derna su “Brigada de los Enturbantados” con una parte de la MUYAO dirigida por el maliense Abderramán Ould el-Amar, alias Ahmed al-Timlesi dando al nuevo grupo yihadista el nombre Al Morabitum (“Los almorávides”) (Roger, 2013). Con inspiración en el movimiento Talibán y en la doctrina de Al Qaeda, este nuevo grupo se marcó el objetivo de “unir a todos los musulmanes del Nilo al Atlántico” (Cristiani, 2013). Juntos atacarían el 23 de mayo de 2013, por medio de un doble atentado suicida, las instalaciones de la sociedad francesa Areva en Arlit (Níger) y al ejército nigerino (Le Monde, 2013).

Sin embargo, esta fusión no fue aceptada por todos y su anuncio produjo una fuerte crisis en el seno de la nueva organización. El 13 de mayo de 2015, uno de sus lugartenientes Lehbib Ould Ali Ould Saïd Ould Joumani, alias Adnane Abou Walid Al-Saharaui, antiguo miembro de la MUYAO, desafiaba la autoridad de Belmojtar y se presentaba como nuevo emir de Al-Morabitum jurando lealtad al Daesh. El rechazo de esa proposición por parte de Belmojtar (Caballero, 2016) supuso la ruptura del grupo dando lugar a la aparición de una rama disidente en el seno de la organización liderada por Al-Saharaui que se denominó “Estado Islámico en el Gran Sahara” (EIGS) (Nance, 2016). Sin embargo, el grueso de la organización permaneció bajo la autoridad de Belmojtar, quien mantuvo su lealtad a Al Qaeda frente a la facción disidente de Abu Walid Al-Saharaui partidaria del Daesh (Europa Press, 2016).

El 21 de julio de 2015 Al-Saharaui era destituido como miembro del grupo, al tiempo que Belmojtar pasaba a ser considerado el nuevo emir expandiendo el alcance y nivel de ambición de su organización que pasaba a llamarse “Al-Morabitum-Al-Qaeda por la Yihad en África del Oeste” (Wanafrica, 2016).

Desde punto de vista organizativo, Al-Morabitum estaba compuesto de un mando central basado en Libia y de una serie de células repartidas por los diversos países del Sahel desde Mauritania hasta Chad, así como por África occidental, que estarían enlazadas por medio de mensajeros, o utilizando diversas redes sociales convenientemente protegidas como Telegram.

Sus efectivos eran fundamentalmente tuaregs y africanos de raza negra (de la tribu Peuls de Mopti y Gao en Malí) siendo minoritarios los árabes que constituían, no obstante, una parte importante de los cuadros dirigentes. Su número es muy difícil de fijar pero podría estimarse entre 50 y 100 combatientes, aunque algunas fuentes elevan este dato hasta los 500 a 600 individuos en el primer trimestre de 2015, de los cuales unos 50 serían combatientes activos (Le Progrès, 2015). Su estrategia operativa era asimétrica del “débil al fuerte” lo que les permitía compensar su debilidad numérica.

Al Morabitum se hizo tristemente célebre por tres ataques de gran envergadura llevados a cabo en un breve plazo de tiempo en colaboración con AQMI, contra objetivos considerados “blandos”. El primero de ellos tuvo lugar el 25 de noviembre de 2015 con el asalto y toma de rehenes en el hotel Radisson Blue de Bamako. A este siguieron los atentados contra el restaurante Capuchino y el hotel Spendid de Ouadougou el 15 de enero de 2016 y, finalmente, el ataque a la estación balneario de Grand Bassam en las proximidades Abiyán en Costa de Marfil el 13 de marzo de 2016. Estos ataques sucesivos muestran una integración progresiva con AQMI que se refleja operativamente por una mayor colaboración entre ambas organizaciones (Alakhbar, 2015), como prueba el hecho de que el último de estos tres atentados en Abijan fuera únicamente reivindicado por la agencia de noticias Al-Andalus de AQMI el 13 de marzo de 2016.

En estos momentos, Al-Morabitum puede considerarse una katiba más de AQMI con quien ha constituido un consejo de la Sura cuyo objetivo es “cooperar y estudiar una estrategia común de trabajo” (Moussaoui, 2016). Por lo tanto, Belmojtar se encontraría formalmente bajo el mando orgánico de Droukdel, aunque mantendría una casi completa autonomía de planeamiento, dirección y ejecución de sus operaciones. Ello indica que la ruptura entre Belmojtar y la dirección de AQMI representada por Droukdel no se habría materializado nunca del todo y que Belmojtar podría, incluso, postularse como eventual sucesor de Droukdel.

La intervención francesa en enero del 2013 (operación Serval), expandida a partir de agosto de 2014 a toda la región del Sahel (operación Barkhane), unida al despliegue de una fuerza pacificada de la Unión Africana, que terminaría transfiriendo su autoridad en julio de 2013, a la Misión de Estabilización Integrada Multidimensional de las Naciones Unidas (MINUSMA), han logrado debilitar a los grupos yihadistas empujándolos hacia sus bases de retaguardia – situadas principalmente en la

región de Fezzan, en el suroeste de Libia –, si bien no han conseguido su erradicación, ni su neutralización operativa.

La muerte de Abu Zeid el 25 de febrero de 2013 por las tropas de Chad cerca de la región de Tigargara, en el norte de Malí tuvo el efecto de privar a Droukdel de una de sus principales antenas la región. En unos momentos en los que la intervención militar externa hizo obsoleta el proyecto de implementación de un emirato islámico del Azawad, la inestabilidad política en el norte de África, principalmente en Libia, hizo que este país se convirtiera en una tierra “más propicia para la Yihad” (Guidere, 2014, p. 50). De esta manera, desaparecido Abu Zeid, AQMI que seguiría encabezada por el „emir“ argelino Abdelmalek Droukdel estaría dividida en dos ramas regionales autónomas denominadas “Emirato del Magreb”, también llamado “emirato central” y “emirato del Sahara”. Esta última está dirigida desde octubre de 2012 por el argelino Djamel Okacha, alias Abu Yahia al-Humam, con al-Morabitum como su principal y más activa kátiba.

Durante estos últimos años, tanto AQMI como los distintos grupos que operaban en su entorno, han demostrado tener la suficiente resiliencia y capacidad de regeneración a pesar de la presión continua que están sometidos por parte de los distintos países de la región, así como de las fuerzas militares internacionales que en ella operan. Ello supone que mantienen su capacidad de actuar aunque con un carácter limitado, siguiendo una lógica de reagrupamiento con otras formaciones que le permita sobrevivir y permanecer operativo bajo la bandera de Al Qaeda. Las diferencias que separan AQMI de otros grupos locales malienses como Ansar Dine o el “Frente Liberación de Macina” que llevan a cabo una yihad local, no impiden una estrecha cooperación y coordinación en las operaciones relacionadas con la guerra en Mali.

En cuanto a la financiación (Celian, 2017), una vez agotada la fuente que suponía el pago de rescates tras la intervención francesa de 2013, una importante vía de ingresos vendría dada por el contrabando de diversos artículos de primera necesidad (alimentos, medicinas, combustible, etc.). No obstante, el dinero procedería sobre todo de donaciones privadas de Oriente Medio que circularía a través de las organizaciones humanitarias, instituciones religiosas, mezquitas o, de manera más informal, a través de una cadena de comerciantes del Sahel, que actuarían como intermediarios privados y, por tanto, particularmente difíciles de rastrear. También parte de la financiación provendría de la protección de infraestructuras petrolíferas en Libia.

Auge y Ocaso del DAESH en el Norte de África

Hasta comienzos del 2016, la historia del Daesh en el Magreb y el Sahel está plagada de éxitos militares y victorias simbólicas, cómo sería el juramento de lealtad por parte de Boko Haram en Nigeria, al igual que de la facción del grupo Al-Mora-

bitum en Mali liderada por Adnan Abu Walid Saharahui denominada “Estado Islámico en el Gran Sahara” (EIGS) e, incluso, de una escisión pro-Daesh, si bien menor, del grupo Al Shabab de Somalia (Hansen, 2016). En Libia, donde inicialmente apareció en la ciudad de Derna en la Cirenaica en octubre de 2014, el Daesh llegó a tener a partir de febrero de 2015, el control territorial de una extensa franja costera de unos 200 kilómetros en el golfo de Sidra, donde estableció un efímero emirato con sede en la ciudad de Sirte, hasta su expulsión en diciembre de 2016 (Alamillos, 2016).

En general, el meteórico auge del Daesh en África a partir del 2014 cuestionó el dominio del movimiento yihadista internacional por parte de Al Qaeda, de una manera análoga a como había ocurrido en Siria e Iraq. Sus esfuerzos se vieron alentados por la creciente popularidad del Daesh fruto, por una parte, del resultado de sus deslumbrantes victorias en Oriente Medio y, por otra, del convencimiento ampliamente expandido en las sociedades musulmanas de que el Daesh se preocupaba más por los civiles musulmanes que al Qaeda.

Inicialmente, las victorias del Daesh produjeron importantes disensiones en el yihadismo norteafricano, cuyos dirigentes se vieron sometido al dilema de aceptar la llamada lanzada por Abu Bakr al-Bagdadí a los musulmanes de todo el mundo de unirse al califato. Bajo la presión de los avances del Daesh principalmente en Libia y Egipto, se produjeron diversas deserciones en el seno de AQMI, a pesar de sus raíces regionales en África del Norte y en el Sahel. El avance del Daesh por las tierras controladas por AQMI que parecía imparable, hizo que muchos grupos regionales hasta entonces afectos a Al Qaeda decidieron cambiar su lealtad. En Argelia, “los soldados del califato” (*Jund Al-Khilafa*), antigua brigada del AQMI anunciaron en septiembre de 2014 su lealtad al califa Ibrahim, proclamando que “tenéis en el Magreb islámico a unos hombres que obedecerán vuestras órdenes” (Guidere, 2016, p. 191). Al mismo tiempo, en Túnez, la katiba *Okba Ibn Nafâa* de AQMI también se sumaba a la secesión y anunciaba su “apoyo sin prestar juramento de lealtad” al Daesh (Fauret, 2015), un movimiento que continúa en el Sinaí donde la organización yihadista Ansar Bayt al-Maqdis (“Partidarios de Jerusalén”), que afirmaba estar inspirada en Al-Qaeda, juró lealtad en noviembre de 2014 a la autoridad del Califa Ibrahim.

Por su parte, el EIGS de Al-Saharaui contaba con un número muy reducido de miembros y había perdido muchos combatientes en enfrentamientos con las partidas de Belmojtar, por lo que se encontraba prácticamente inoperativo (El Watan, 2015), centrando su actividad principalmente en la región de Gao y Menaka en Malí donde mantenía cierto apoyo (IHS, 2016). Desde su reconocimiento el 30 de octubre de 2016 por la agencia oficial Amaq del Daesh como una de sus filiales, sus ataques de alcance limitados se orientarán en lo sucesivo hacia Burkina Faso y Níger (Veilleurs, 2015).

Puede decirse que, la pertenencia del EIGS al Daesh ha proporcionado a este grupo, operativamente muy débil, una cierta visibilidad y legitimidad facilitando cierta implantación en la región. Desde el 2014, el EIGS ha sido empleado para canalizar a jóvenes senegaleses, mauritanos, malienses, nigerinos y chadianos hacia la yihad en Libia y también en Siria e Iraq. El regreso de estos combatientes a sus países de origen y la posibilidad de que se incorporen al EIGS, al igual que pueden hacerlo los restos de la MUYAO, el grupo original al que pertenecía Al-Saharaui, constituye el principal interrogante sobre el futuro del Daesh en la región.

Las Complicadas Relaciones de Boko Haram con el Daesh

En África occidental, si bien en menor medida, Boko Haram, un grupo muy activo en la cuenca del lago Chad (Níger, Chad y Camerún), mantenía desde su fundación unas relaciones con AQMI que seguían la lógica de internacionalización del movimiento yihadista. A comienzos de esta década, Boko Haram tuvo que afrontar la división de su liderazgo motivado por la fuerte rivalidad entre la jefatura histórica representada por Abubakar Shekau, partidario del Daesh y cuyos métodos sangrientos eran ampliamente cuestionados por sus propias bases, y la facción representada por Maman Nur estrechamente relacionada con Al Qaeda. Nur estableció el 2012 una nueva corriente denominada Ansaru que pretendía ser una alternativa “más humana” a la de Shekau dado que rechazaba atacar a los musulmanes y limitaba sus acciones a los objetivos gubernamentales y a los cristianos, enmarcándolos dentro del concepto “más amable” de autodefensa (Combating Terrorism Center, 2014).

Hasta el 2016, sus relaciones con Shekau fueron normalmente cooperativas, sin que se opusieran a la ocupación y control de diversos territorios en la región del lago Chad por parte de Boko Haram. Pero en algún momento de ese año ambos grupos se separaron definitivamente, con el resultado de que Ansaru se llevó consigo a cientos de seguidores de Boko Haram, incluyendo a Habib Yusuf, alias Abu Musab al-Barnawi, el hijo del carismático fundador del movimiento Mohamed Yusuf (BBC, 2016). En agosto de 2016, Daesh anunció que Habib Yusuf reemplazaba a Shekau como jefe (*wali*) de Boko Haram, al tiempo que el grupo pasaba a denominarse “Estado Islámico en África Occidental”, y se convertía oficialmente en una “provincia” (*wilaya*) del Daesh en la región (Jeune Afrique, 2016).

La estrategia de Abubakar Shekau de lanzar ataques indiscriminados contra población civil y de emplear a niños en atentados suicidas, fue sustituida, en un intento de mejorar su imagen pública, por una nueva en la que se rechazaba la violencia indiscriminada comprometiéndose a no atacar mercados o mezquitas en el norte de Nigeria y concentrando los ataques en los cristianos y en las iglesias.

Las tensiones entre ambas ramas de Boko Haram contribuyeron a debilitar el grupo (Drakeford, 2016) perdiendo la capacidad de acción que tuvo a mediados de esta

década cuando llegó a asesinar a 6.500 civiles en el 2015 y 11.000 al año siguiente, más de los que mató el Daesh en Siria e Iraq en esos años (Institute for Economics and Peace, 2015).

Igualmente, el establecimiento en el norte de Nigeria de la denominada “Fuerza Operativa Conjunta Civil” (CJTF) en los años 2011-2012, compuesta por 24.000 residentes voluntarios ligeramente armados con la misión de proteger a sus propias comunidades, se mostró con el paso del tiempo, como una estructura operativa eficiente para combatir a Boko Haram principalmente en el estado nigeriano de Borno (The Economist, 2016). A ello habría que añadir, la alianza militar establecida a finales del 2014 entre los gobiernos de Nigeria, Chad, Níger, y Camerún (La Información, 2015), que se ha traducido en una ofensiva combinada por parte de una “Fuerza Multinacional Mixta” (FMM). Hoy en día, la actividad de Boko Haram ha quedado reducida a los bosques Sambissa a caballo entre Nigeria y Camerún y a las islas del lago Chad.

De las dos facciones en las que está dividida Boko Haram, el grupo de Habib Yusuf leal al Daesh, es el más peligroso y el más organizado. Controla ciertas áreas al oeste del lago Chad, lo que le enfrenta a los ejércitos de Nigeria y Chad y se ha venido beneficiando de cierta calma antes de que se inicie la ofensiva para destruir su cadena de suministro y ocupar sus bases. Con una situación financiera particularmente compleja, la lealtad al Daesh se ha convertido para Boko Haram en la única alternativa para sobrevivir ante los importantes golpes que viene recibiendo en los últimos años.

En lo que respecta a Abubakar Shekau, aunque según declaraciones de las autoridades nigerianas (SEUN, 2016), estaría muerto, la realidad es que el 29 de diciembre de 2016 emitió un video desde el bosque Sambissa en el que anunciaba, no solamente que seguía vivo, sino que sus hombres no habían sido “expulsados de ningún sitio” (Jeune Afrique, 2016) y seguían plenamente operativos. No obstante, aunque esto sea cierto, su renuncia a mantener los lazos de lealtad con Abu Bakr al-Bagdadí, indicaría que el Daesh no cuenta con la lealtad de una parte importante de Boko Haram y, con ella, la de algunos de los líderes yihadistas más experimentados de África.

Desde agosto de 2016 se han producido importantes enfrentamientos entre los partidarios de ambas facciones de Boko Haram y el cambio de retórica y de objetivos que propugna el nuevo liderazgo de Habib Yusuf, muestra que el Daesh estaría forzando un cambio de estrategia dirigida a fomentar una lucha religiosa con el objeto de ganar el apoyo de las comunidades locales, algo que las tácticas de extrema violencia de Shekau nunca alcanzó a lograr. Lo que queda por ver, es si esta estrategia no resultará excesivamente ambiciosa dada la situación de división y de debilidad en la que se encuentra actualmente el grupo terrorista.

La Recuperación de AQMI

La proclamación del califato por Abu Bakr al-Bagdadí el 29 de junio de 2014 fue rechazada por AQMI, quien unos días después emitía un comunicado de prensa en el que rechaza la nueva institución creada “sin consulta con los líderes de los muyahidín” (Libération, 2014). Desde entonces el enfrentamiento entre ambas instituciones a nivel regional ha sido implacable lo que se ha puesto de manifiesto en los cambios de lealtades operados durante estos años. Aunque los éxitos iniciales del Daesh durante los años que van desde el 2014 al 2016 inclinó la balanza del liderazgo de la yihad regional en beneficio del Daesh, Al Qaeda se las arregló bastante bien para resistir sus esfuerzos de sustituirle como principal organización yihadista en el continente africano.

Los factores fundamentales para explicar la recuperación de AQMI hay que buscarlos en la derrota militar del Daesh en Libia a manos de las milicias de Misrata leales al gobierno de acuerdo nacional (GNA) en diciembre de 2016 y, sobre todo, en la decepción en el yihadismo internacional por la pérdida territorial del Daesh en Siria e Iraq. A ello habría que añadir la eficaz capacidad de las distintas franquicias de Al Qaeda de contrarrestar las intenciones expansivas del Daesh, atacando a las facciones que desertaban y ejecutando a los supuestos simpatizantes de este grupo rival (Hansen, 2016). Todos estos factores han sido decisivos para revertir la situación de debilidad de AQMI que ha mejorado sus opciones de convertirse en el grupo líder de la internacional yihadista en el continente para los próximos años.

La adopción por parte de AQMI de unos códigos de comunicación que seguirían las pautas del Daesh, principalmente mediante la distribución en las redes sociales de videos de propaganda más sofisticados, responden a una estrategia de presentar al grupo como una organización moderna y dinámica cuyo logo de “Al Qaeda” tendría tanto poder de atracción como el del “Estado Islámico”.

Las consecuencias de esta mejora del entorno geopolítico y de los cambios internos se traducen en una aproximación estratégica e, incluso, en una integración orgánica de los distintos grupos locales que operan en la órbita de Al Qaeda, empezando por Al Morabitum. El grupo de Belmojtar se estuviera beneficiando para sus acciones de la etiqueta mediática internacional „Al-Qaeda” que lleva un poder simbólico que “Al Morabitum” no tiene. En noviembre de 2016, el *Wall Street Journal* publicaba la muerte de su líder Mojtár Belmojtar durante un ataque aéreo francés realizado la noche del 14 al 15 de noviembre, algo que no ha sido confirmado desde entonces (Lubold, 2016), si bien lo más probable es que, según las fuentes argelinas, Belmojtar hubiera resultado seriamente herido en este ataque pero habría, no obstante, sobrevivido (Middle East Eye, 2016).

Con independencia de los golpes recibidos por los distintos grupos yihadistas, lo que es particularmente preocupante es que, bajo el liderazgo de un AQMI, varios grupos extremistas que operan en la región del Sahel están coordinando y expan-

diendo sus redes regionales (The Soufan Group, 2017), a pesar de sus distintas afinidades étnicas y tribales, dando lugar a una nueva franquicia basada en objetivos tácticos y relaciones mutuas, así como en finanzas compartidas y adiestramiento, suministro de armas y operaciones conjuntas. El 17 de marzo de 2017, el líder de AQMI Droukdel felicitaba a sus filiales sahelianas basadas en Malí por fusionarse en una entidad unida denominada “Grupo de Apoyo al Islam y a los Musulmanes” (*Jamaat Nusrat al-Islam wal Muslimeen*), en la que se incluirían Ansar Dine, la katiba *Macina*, *al-Murabitun* y las katibas del Sahara de AQMI.

Esta resiliencia de Al Qaeda y, consecuentemente, la falta de capacidad por parte del Daesh de sustituirle en el liderazgo del movimiento yihadista en África, se debe en buena medida a la correcta apreciación por parte de AQMI del carácter local que presentan los distintos grupos yihadistas en el Sahel y de la importancia que dan a su autonomía operativa. A ello habría que añadir la fuerte resistencia que han opuesto las distintas franquicias de Al Qaeda al cambio de liderazgo, así como a las propias limitaciones del Daesh incapaz de proporcionar el adecuado apoyo logístico y militar a las mismas. El resultado ha sido que aquellos grupos que habían desertado para unirse al Daesh han revertido en los últimos tiempos este proceso, retornando al seno de una Al Qaeda que parece haberse alzado con el triunfo en la agria disputa del liderazgo yihadista en la región mantenida durante los últimos años por ambos grupos.

Conclusiones

El Sahel se encuentra en una situación de transición en la que empiezan a manifestarse las nuevas tendencias que van a definir el yihadismo internacional durante los próximos años, una vez que los escenarios de Iraq, Siria y Libia van disminuyendo en importancia y se van haciéndose crecientemente hostiles a los grupos terroristas. La primera tendencia que podemos apreciar es que, a medida que aumenta la presión sobre los grupos actualmente existentes y disminuyen sus capacidades, se incrementa la aparición de nuevas alianzas entre los mismos buscando sinergias operativas. Es posible, y especialmente preocupante, que estos grupos una vez reorganizados puedan infiltrarse dentro del tejido social, sobre todo en los sectores que se sienten discriminados por sus gobiernos, para capitalizar sus agravios. Se trataría de crear nuevas redes que favorezcan la expansión de su mensaje radical y la reconstitución de sus estructuras, seriamente dañadas tras los enfrentamientos de los últimos tiempos.

Otra tendencia que se deriva de los fracasos militares de las organizaciones yihadistas y de la pérdida de prestigio de sus líderes, es la sustitución de la estrategia de control territorial del Daesh, que puede considerarse fracasada, por otra basada en la ampliación del radio de acción de las actividades terroristas buscando realizar acciones de carácter estratégico. Ello significa operar fuera de la región de Sahel dada la dificultad que tienen de encontrar y actuar contra objetivos rentables,

entendiendo por tales aquellos con repercusión internacional. Dentro de la región, su preferencia sería por los ataques espectaculares especialmente en entornos urbanos o densamente poblados, algo que pasará a ser prioritario, a medida que su control territorial vaya reduciéndose.

Una tercera tendencia vendrá dada por una intensificación de las relaciones entre las franquicias yihadistas locales y sus matrices internacionales. Las primeras buscarán en el estrechamiento de lazos y lealtades, un mayor apoyo militar y logístico que les permita sobrevivir en ambientes operativos cada vez más hostiles, mientras que las segundas recurrirán a sus franquicias como fuente de captación de eventuales reclutas, área refugio y de entrenamiento de sus combatientes y como una forma de demostrar que mantienen su alcance global.

Una cuarta tendencia es la posibilidad de que el Sahel se convierta – posiblemente junto con Afganistán –, en la única área geográfica donde los grupos yihadistas conservan una amplia libertad de movimiento y un elevado margen de actuación operativa. Las eventuales derrotas en el norte de Libia, Siria e Iraq están convirtiendo estos países en territorios cada vez más difíciles de ser utilizados por los yihadistas, por lo que los supervivientes se ven obligados a buscar refugio en zonas como el Sahel donde su seguridad y su supervivencia, les está todavía garantizada. Una quinta y última tendencia es la prevalencia de Al Qaeda sobre el Daesh en el universo de la narrativa yihadista. El Daesh ha sido la organización terrorista que más fuertemente ha sufrido en sus propias filas los conflictos en Oriente Medio y en Libia. El resultado ha sido que los diversos grupos que habían desertado de Al Qaeda para unirse al Daesh, han ido retornando progresivamente a la disciplina inicial de una Al Qaeda que parece haberse alzado con el triunfo en la disputa mantenida durante estos dos últimos años por el liderazgo yihadista. Al final, al Qaeda llegó al Sahel mucho antes que el Daesh, y Al Qaeda permanecerá allí después de que el Daesh se haya marchado, o haya desaparecido como organización terrorista. En definitiva, aunque la situación del terrorismo yihadista parece haber mejorado durante los últimos tiempos, los problemas endémicos que subyacen y alimentan el fenómeno del radicalismo en el Sahel no lo han hecho, sin embargo, en la misma medida, por lo que el problema permanece. Resolverlo exige algo más que la simple actuación policial y militar. Será necesario dar respuesta a los desafíos básicos de la región, un proceso que pasa por restablecer y reforzar la presencia del estado en las regiones infra-administradas, tanto en lo que respecta al plano económico como administrativo y de seguridad, facilitando el desarrollo individual y colectivo de su población. En un entorno donde la decadencia del Daesh está siendo compensada por el resurgimiento de Al Qaeda, resulta imprescindible resolver favorablemente la compleja ecuación de seguridad en el Sahel, si se quiere evitar que el terrorismo yihadismo se expanda por la región del Sahel y termine por convertirse en una amenaza oscura muy difícil de erradicar.

Referencias

- Alakhbar, 2015. Seules deux personnes ont mené la prise d'otages à Bamako. Disponible em <http://news.abamako.com/h/109512.html>.
- Alamillos, A., 2016. Fuerzas progubernamentales libias apuran los últimos días de Daesh en Sirte. *ABC*. Disponible em http://www.abc.es/internacional/abci-milicias-progubernamentales-anuncian-liberacion-total-capital-libia-daesh-201612051453_noticia.html.
- Baud, J., 2013. Base du Djihad au Maghreb Islamique (BDMI). *Global Terror Watch*. Disponible em <http://www.globalterrorwatch.ch/?p=4411>.
- BBC, 2013. Quién está detrás de la toma de rehenes en Argelia. *BBC*. Disponible em http://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/01/130121_argelia_operacion_desenlace_men.
- BBC, 2016. Boko Haram in Nigeria: Abu Musab al-Barnawi named as new leader. *BBC*. Disponible em <http://www.bbc.com/news/world-africa-36963711>.
- Caballero, C., 2016. Daesh amenaza África. *Mundo Negro*. Disponible em <http://mundo negro.es/daesh-amenaza-africa/>.
- Caulderwood, K., 2015. How the global cocaine industry is funding jihadist organizations. *International Business Times*. Disponible em <http://www.businessinsider.com/how-the-global-cocaine-industry-is-funding-jihadist-organizations-2015-6>.
- Celian, M., 2017. Belmokhtar est certainement aujourd'hui le cadre d'Al-Qaeda le plus influent du Sahel. *Estudio del Ifri en Libération*. Disponible em http://www.liberation.fr/planete/2017/01/06/belmokhtar-est-certainement-aujourd-hui-le-cadre-d-al-qaeda-le-plus-influent-du-sahel_1539522.
- Cristiani, D., 2013. Al-Murabitun: North Africa's Jihadists Reach into History in Their Battle against European "Crusaders". *Terrorism Monitor*, 11(9). Disponible em https://jamestown.org/wp-content/uploads/2013/10/TM_011_Issue19.pdf?x87069.
- Drakeford, C., 2016. Is Boko Haram In Decline? Terrorist Group Might Be Defeated Soon, Nigerian Army Claims. *International Business Times*. Disponible em <http://www.ibtimes.com/boko-haram-decline-terrorist-group-might-be-defeated-soon-nigerian-army-claims-2449325>.
- Echeverría, J. C., 2007. La amenaza del activismo terrorista del Grupo Salafista para la Predicación y el Combate (GSPC) argelino. *Análisis Real Instituto (ARI) n°20/2007*. Real Instituto Elcano. Disponible em http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/!ut/p/a0/04_Sj9CPykssy0xPLMnMz0vMAfGjzOKNg318fEKcHX1NTZz9QgKNXI0NDSBAvyDbUREAbg0Kqw!!/?WCM_PORTLET=PC_Z7_3SLLLTICAM54CNTQ27F300000000000_WCM&WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/elcano/elcano_es/zonas_es/ari+20-2007.
- Echeverría, J. C., 2013. Al Qaida en las tierras del Magreb islámico (AQMI) y otros grupos de su entorno: una compleja red de carácter violento. Documento de investigación 02/2013. Colección: grupos militantes de ideología radical y carácter violento región "MENA" y Asia Central n°1. IIEE. Disponible em http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_investig/DIEEINV02-2013_AlQaidaTierrasMagreb_RegionMenaxAsiaCentral.pdf.

- Echeverría, J. C., 2013. La difícil estabilización de Libia. Documento de opinión 45/2013. Disponible em http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2013/DIEEE045-2013_EstabilizacionLibia_C.Echeverria.pdf.
- El Periodista Digital, 2014. La opulenta y democrática Europa financia el terror de Al Qaeda y sus filiales con sus rescates millonarios. Disponible em <http://www.periodistadigital.com/mundo/europa/2014/08/03/la-opulenta-y-democratica-europa-financia-el-terror-de-al-qaeda-y-sus-filiales-con-sus-rescates-millonarios.shtml>.
- Europa Press, 2015. Belmojtar rechaza la 'baya' de Al Sahraui al Estado Islámico. Disponible em <http://www.europapress.es/internacional/noticia-belmojtar-rechaza-baya-saharaui-estado-islamico-20150518000959.html>.
- Fauret, S., 2015. L'internationalisation de l'État islamique. Les clés du Moyen-Orient. Disponible em <http://www.lescledumoyenorient.com/L-internationalisation-de-l-Etat.html>.
- Foreign & Commonwealth Office.uk Gov., 2013. Traffickers and Terrorists: Drugs and Violent Jihad in Mali and the Wider Sahel. Disponible em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/256619/Oct_2013_Traffickers_and_Terrorists.pdf.
- Fuente Cobo, I., 2014. La amenaza híbrida: yihadismo y crimen organizado en el Sahel. *Documento de Análisis*. Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE). Disponible em http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2014/DIEEEA57-2014_AmenazaHibridaSAHEL_IFC.pdf.
- Gallet, A. 2015. Les enjeux du chaos libyen. *Politique Étrangère*, 80(2), pp. 99-111. Disponible em https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/gallet_pe2-2015.pdf.
- Guidere, M., 2014. Histoire immédiate d'AQMI avant et après l'intervention française au Mali. *Cahier d'histoire Immédiate* n°45, pp. 37-64.
- Guidere, M., 2016. *L'État islamique en 100 questions*. Paris: Tallandier.
- Gurfinkiel, M., 2012. Meet Azawad, Africa's Newest Country. *PJ Media*. Disponible em <https://pjmedia.com/blog/meet-azawad-africas-newest-country/>.
- Hansen, S. J., 2016. The Islamic State is losing in Africa. *Foreign Policy*. Disponible em <http://www.stripes.com/the-islamic-state-is-losing-in-africa-1.444216>.
- Harmon, S. A., 2014. *Terror and Insurgency in the Sahara-Sahel Region*. London: Routledge.
- IHS, 2016. Attack in Burkina Faso likely to deter investors and indicates new Sahel jihadist hotspot in 2017. *Janes Intelligence Weekly*. Disponible em http://jan.es.ihs.com/IntelligenceWeekly/Display/1792155?from=email&E-Mail=TRUE&utm_source=MAINSEARCH&utm_medium=email&utm_term=clickfull&utm_content=190168&utm_campaign=170106.
- Institute for Economics and Peace, 2015. Global Terrorism Index 2015: Measuring and Understanding the Impact of Terrorism. New York. Disponible em <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/11/Global-Terrorism-Index-2015.pdf>.

- Jeune Afrique, 2016. Boko Haram: Nous n'avons été chassés de nulle part. *Jeune Afrique*. Disponible em <http://www.jeuneafrique.com/388139/politique/boko-haram-navons-ete-chasses-de-nulle-part-affirme-abubakar-shekau/>.
- Jeune Afrique, 2016. Terrorisme: Boko Haram est-il si proche de sa fin ?. *Jeune Afrique*. Disponible em <http://www.jeuneafrique.com/388372/politique/terrorisme-boko-haram-proche-de-fin/>.
- Johnson, T. H., 2006. Analyses of the Groupe Salafiste pour la Prédication et le Combat (GSPC). *Strategic Insights*, 5(8). Disponible em https://calhoun.nps.edu/bitstream/handle/10945/11220/Analyses_of_the_Groupe_Salafiste.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Jordan, J., 2014. Los grupos yihadistas en el Sahel, un año después de la operación militar en Malí. *Análisis GESI*. Disponible em <http://www.seguridadinternacional.es/?q=es/content/los-grupos-yihadistas-en-el-sahel-un-a%C3%B1o-despu%C3%A9s-de-la-operaci%C3%B3n-militar-en-mal%C3%AD>.
- La Informacion, 2015. Nigeria, Níger, Chad, Camerún y Benín se unen contra Boko Haram. *La Informacion*. Disponible em http://www.lainformacion.com/mundo/nigeria-niger-chad-camerun-y-benin-se-unen-contra-boko-haram_ZcpQyVS5Wa9CRh9SZ9Hau3/.
- Le Monde, 2013. Niger: Belmokhtar aurait "supervisé lui-même les attaques". *Le Monde*. Disponible em http://www.lemonde.fr/afrique/article/2013/05/24/niger-belmokhtar-aurait-supervise-lui-meme-les-attaques_3416658_3212.html.
- Le Progres, 2015. Belmokhtar peut frapper dans n'importe quelle capitale africaine. *Le Progres*. Disponible em <http://www.leprogres.fr/faits-divers/2015/03/09/belmokhtar-peut-frapper-dans-n-importe-quelle-capitale-africaine>.
- Le Watan, 2015. Mali: l'émir d'Al-Mourabitoun gravement blessé dans des affrontements. Disponible em <http://maliactu.net/mali-urgent-lemir-dal-mourabitoune-gravement-blesse-dans-des-affrontements/>
- Liberation, 2014. AQMI rejette le califat proclamé en Irak et en Syrie. *Liberation*. Disponible em http://www.liberation.fr/planete/2014/07/15/aqmi-rejette-le-califat-proclame-en-irak-et-syrie_1064258.
- Lounnas, D., 2012. AQMI et la crise malienne. *Sécurité Globale*, 2(20), pp. 43-58.
- Lubold, G. y Dalton, M., 2016. UN French Operation Targeted Elusive North African Militant, US Says. *Wall Street Journal*. Disponible em <https://www.wsj.com/articles/u-s-french-operation-targeted-elusive-north-african-militant-u-s-says-1480276417>.
- Martínez, L., 1998. *La Guerre Civil en Algérie*. Paris: Karthala.
- Mémier, M., 2017. AQMI et Al-Mourabitoun. Le Djihad sahélien réunié? *IFRI*. Disponible em https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/der.memier_aqmi-al-mourabitoun_fr_2017.compressed_0.pdf.
- Middle East Eye, 2016. Belmokhtar grièvement blessé mais toujours en vie. *Middle East Eye*. Disponible em <http://www.middleeasteye.net/fr/reportages/belmokhtar-grievement-bless-mais-toujours-en-vie-1484159733>.

- Nance, M., 2016. *Defeating ISIS: Who They Are, How They Fight, What They Believe*. New York: Sky Horse Publishing.
- Moussaoui, R., 2016. AQMI, bombe à fragmentation au sud du Sahara. *L'Humanité*. Disponible em <https://www.humanite.fr/aqmi-bombe-fragmentation-au-sud-du-sahara-604095>.
- Pintado, C., 2017. Mali y la alargada sombra del Wahabismo. *Grupo de Estudios Estratégicos (GEES)*. Disponible em <http://www.gees.org/articulos/mali-y-la-alargada-sombra-del-wahabismo>.
- Reinares, F., 2012. Un condominio yihadista en el norte de Mali: ¿cómo ha surgido?, ¿se consolidará?. *ARI* n°52/2012. Real Instituto Elcano. Disponible em http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/terrorismo+internacional/ari52-2012.
- Reinares, F., 2013. ¿Atentará AQMI en Europa?. *El País*. Disponible em https://elpais.com/internacional/2013/01/15/actualidad/1358274660_861086.html.
- Roger, B., 2013. Terrorisme: le groupe de Mokhtar Belmokhtar et le Mujao annoncent leur fusion. *Jeune Afrique*. Disponible em <http://www.jeuneafrique.com/168972/politique/terrorisme-le-groupe-de-mokhtar-belmokhtar-et-le-mujao-annoncent-leur-fusion/>.
- Roggio, B., 2013. US adds Belmokhtar's brigades to terrorist lists. *Long War Journal*. Disponible em http://www.longwarjournal.org/archives/2013/12/us_adds_belmokhtars.php.
- Seun, O., 2016. Army confirms death of Boko Haram leader, Abubakar Shekau. *Daily Post, Nigeria*. Disponible em <http://dailypost.ng/2016/09/01/army-confirms-death-boko-haram-leader-abubakar-shekau/>.
- The Economist, 2016. Nigerian vigilantes: the home guard. *The Economist*. Disponible em <http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21707958-volunteers-who-helped-beat-back-boko-haram-are-becoming-problem-home>.
- The Soufan Group, 2017. Al-Qaeda Expands in the Sahel. *The Soufan Group*. Disponible em <http://www.soufangroup.com/tsg-intelbrief-al-qaeda-expands-in-the-sahel/>.
- Touchard, L.; Ahmed, B. y Ouazani, C. H., 2012. AQMI: Abdelmalek Droukdel, l'émir caché. *Jeune Afrique*. Disponible em <http://www.jeuneafrique.com/139883/politique/aqmi-abdelmalek-droukdel-l-mir-cach/>.
- Veilleurs, 2015. L'État islamique dans le grand Sahara : une province méprisée par Al-Baghdadi. *Veilleurs*. Disponible em <https://veilleursn.wordpress.com/2016/09/08/letat-islamique-dans-le-grand-sahara-une-province-meprisee-par-baghdadi/>.
- Wanafrica, 2016. Los yihadistas de Al Murabitun estarían detrás del atentado de Burkina Faso. *Wanafrica*. Disponible em <http://www.wanafrica.com/noticias/africa/los-yihadistas-de-al-murabitun-estarian-detras-del-atentado-de-burkina-faso/>.
- Zenn, J., 2014. Leadership Analysis of Boko Haram and Ansaru in Nigeria. *Combating Terrorism Center*. Disponible em <https://www.ctc.usma.edu/posts/leadership-analysis-of-boko-haram-and-ansaru-in-nigeria>.

Radicalization Processes in the Sahel and the Trajectory of Militant Islamist Movements in Mali (2012-2018)

Alexandra Magnólia Dias

Professora Auxiliar no Departamento de Estudos Políticos da NOVA FCSH e Investigadora do IPRI. Doutorada em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science (LSE) com uma tese sobre “Uma Guerra Inter-Estatal no Pós-Guerra Fria: Eritreia-Etiópia 1998-2000”. Tem integrado e coordenado projetos de investigação no âmbito dos quais efetuou trabalho de campo em diversos Estados do “Corno de África” desde 2003, nomeadamente: na Etiópia, Eritreia e Somalilândia/Somália. Os seus interesses de investigação abarcam igualmente o espaço lusófono africano e a prevenção de radicalização através de sociedades internacionais regionais com estudos de caso Europeus e Africanos.

Abstract

This paper traces the trajectory of the various Islamist movements in Mali since the outbreak of the crisis in 2012. The paper challenges the monocausal explanations of terrorism that present religion, and in particular Islam, as its main cause. Instead the paper will provide a focus on the local context to highlight multiple cleavages. The historical context provides the background to understand tensions and rivalries within various interpretations of Islam in Mali, between so-called moderate/traditionalists, reformist and salafi jihadists. In addition, the analysis of intra-ethnic, as well as inter-ethnic rivalries in relation to the Sahel-Saharan political economy will be key to understanding the volatile pattern of alliance formation and patterns of amity and enmity that seem counter-intuitive at first glance. Finally, both the state and external actors' responses have reconfigured the Malian political and religious landscape. Mali is still characterized by divergent political orders in the making that defy the state and perpetuate violent extremism in the region.

Resumo

Processos de Radicalização no Sahel e a Evolução dos Movimentos de Militantes Islamistas no Mali (2012-2018)

O artigo situa a trajetória dos vários movimentos islamistas no Mali desde a crise de 2012. O argumento central desafia as explicações monocausais do terrorismo que apresentam a religião, e em particular o Islão, como a sua principal causa. Em contraste, o artigo analisa o contexto local para identificar as múltiplas clivagens que permeiam a sociedade do Mali. O enquadramento histórico permanece essencial para entender as tensões e rivalidades nas várias interpretações do Islão no Mali entre os denominados moderados/tradicionalistas, reformistas e os jihadistas salafi. Uma análise das rivalidades intra-étnicas, bem como inter-étnicas em relação com a economia política da região do Sahara-Sahel é central para compreender o padrão volátil de formação de alianças, bem como os padrões de amizade e inimizade que se afiguram como inesperados à partida. Finalmente, tanto as respostas do Estado, como dos atores regionais e externos reconfiguraram a paisagem política e religiosa. O processo em curso de constituição de ordens políticas divergentes continua a desafiar o Estado e influencia a perpetuação do extremismo violento na região.

This paper aims at analyzing the crisis in Mali beyond the simplistic dichotomy that trims the armed groups into secular movements and salafi jihadists. It traces the trajectory of militant and extremist Islamism in Mali since the outbreak of the most recent crisis in 2012 and up to 2018, with the epicenter of the insurgency started in the North and expanded to the Central area with ramifications beyond Mali.

The paper starts by recognizing the complex and fractured local nature of the conflict in Mali (Boubacar Ba and Morten Boas, 2017, p. 26). The ethical, as well as the methodological challenges, of researching violence play an important role in the way we understand the context, the protagonists and the evolution of the crisis. Indeed, research under a fluid situation and in a context of violence is heavily dependent upon secondary data. First-hand empirical evidence is only obtained at great risk and as a result most analysis remain conditioned by the limited access of the researchers to the protagonists and the conflict settings (Mateja and Strazzari, 2016).

In order to understand the rise and fall of any Islamist movement we have to look into the state-society relations. The origins and the bases of such movements lie within the societies in which they originate and "the form the revolt takes is primarily revolt against the local state" (Halliday, 2005, p. 241).

While both the regional and global political arenas have played a role in the outbreak of the crisis, in its evolution and in the reconfiguration of the political landscape, the domestic regional arena remains the key to understanding the crisis and the new political order in the making (Hüsken and Klute, 2015).

More than looking into the names and acronyms of the armed groups, which have changed throughout the crisis, through splintering and fusion, the paper focus on key political protagonists and on the volatile pattern of alliance formation that has tended to characterize the changes of the insurgent groups' names (Ba and Boas, 2017). Indeed, the protagonists of armed violence tend to acquire a chameleonic character and will readily resort to new strategies to continuing mobilizing support and resources and will represent their aims in accordance with the most fashionable grammar of violence for external audiences, as well as domestic. By looking into the leadership of the movements and to the key protagonists we are not dismissing or neglecting the basis upon which they mobilize support and/or recruit their followers. Neither are we focusing on their individual traits of personality (departing explicitly from the strand of the literature that focus on profiles' characterization).

The focus on the leaderships and protagonists is important in relation to the contextual factors, such as political, economic, social and religious. Indeed, some of the protagonists have either a sophisticated understanding of the local context in which they operate or tend to mobilize support among their kin. However, a focus on the

ethnic, regional, religious and economic grievances alone will not explain why at a certain juncture, a group decides to embark upon a journey into violent extremism. The relationship between these groups and the local state is paramount to understanding their trajectory.

The paper starts with the theoretical framework, by reflecting upon the role of religion in violence, among other factors. It provides a definition of key concepts in order to clarify important analytical distinctions. Then it looks at the relationship between Islam, political participation and conflict and the processes of political radicalization, including an assessment of existing cleavages in Mali, in order to understand what were the causes that lead some groups to engage in armed violence and forms of violent extremism. Next, it sets up the context against which we should understand the rise and fall of Islamist movements in Mali, their trajectories and the unfolding of the crisis. Finally, it provides an analysis of the leaderships of some of the movements and groups, closing with an assessment of the state and regional actors' responses.

Terrorism, Radicalization and Violent Extremism

Since 9/11, terrorism studies outputs and counterterrorism policies have been marked by a set of problems. The field has been characterized by a lack of debate, over-reliance on secondary data and research outcomes based on one-time visits to the field, the lack of engagement with the historical and conceptual dimensions of terrorism, the lack of multi-disciplinarity and until the rise of ISIS (or Daesh) an over-concentration on Al-Qa'eda (Jackson et al., 2009, p. 5). One of the key challenges in this field is how to overcome mono-causal explanations of terrorism and its over-emphasis on religion and Islam (in particular) as its main cause. To this effect a focus on history, context and local knowledge is required (Dalacoura, 2009). Indeed, this approach allows to explore how Islam and Islamism's various interpretations are determined by social, political and economic factors (Dalacoura, 2009). Religion is used by the most extreme variants of Islamism but it is consensual that Islam does not incite violence and is not the main reason why these organizations opt for violent methods. A recent study carried out by the United Nations Development Programme (UNDP) shows precisely the opposite: the individuals with a poor knowledge of Islam are more vulnerable to being indoctrinated and to follow the kind of dogma promoted by extremist Islamist organizations (UNDP, 2017). In contrast to the conventional perception, the UNDP study claims that the madrasas and an in-depth religious based education can be protective factors with regard to radicalization. Indeed, quality religious education "served as source of resilience to recruitment" of these interviewed in the context of the mentioned study (UNDP, 2017, p. 50).

Radicalization and violent extremism tend to be used interchangeably. Both radical and violent extremist organizations pose a challenge to the state. However, while

they do not aim to supplant the state, extremist violent organizations don't recognize the legitimacy of the state and aim to replace it (Joffé, 2012, p. 3). The state in its response to radical organizations can ultimately contribute to its transformation into violent extremist organizations.

In Africa, Islamist militancy has been on the rise for many decades (de Waal, 2004). In Africa, there are long established traditions of violent activism which inform their trajectories. Even though Wahhabi-style strands of Islamic inspiration and Salafi Jihadism have expanded internationally, domestic longer standing religious traditions still inform the movements' trajectories and practices in important ways in many places. However, it should be made clear that African Islamism is not homogeneous, and it is not more immune to extremist penetration due to an allegedly longer and well-established pacifist tradition associated with traditional Islam of Sufi inspiration (Bullejos, 2017, p. 322).

The rivalries, the violent action of jihadist groups in Sub-Saharan Africa and their connections to transnational networks of violent extremism pose a challenge to the security and stability of the states and societies in general and local groups in particular. The study of radicalization should include the motivations of radicalized youth and other groups in relation to the social, economic, political and the religious context. The next section covers the historical, as well as the contemporary context to understand continuities, as well as the radical changes since the 2012 crisis.

Understanding the Evolution of the Crisis

In 2012 the golden era of Mali as a praised example of democratization in Africa came to an end. A series of events precipitated the crisis. The Tuareg who had joined Qaddafi's Islamic legion returned with new military skills and weapons. Although the intervention in Libya did not trigger the insurgency in Northern Mali it catalysed the re-emergence of a pattern of Tuareg-led armed violence in the North.

The coup d'Etat led by a junior Captain Hamadou Haya Sanogo that led to the overthrow of President Aminata Traore in March 2012 was the first event to bring Mali into the radars of external powers. Shortly after, on 6 April 2012, the Movement for the National Liberation of Azawad (MNLA) declared unilaterally the independence of a short-lived entity named Azawad. Azawad is the name given to the region north of Timbuktu but has become synonymous of the whole region of northern Mali. This is the area that the Tuareg claim to be their traditional territory (Klute, 2011, p. 14). The MNLA did not escape internal rivalries for the control of the movements within Tuareg sub-clans, and the rivalry between noble and warrior-oriented clans, noble and vassals led to a split.

In Mali's Northern region other violent dynamics had been at play fostered by the Al-Qa'eda in the Islamic Maghreb (AQIM). AQIM is an off-shoot of the Algerian

civil war. Since 1993-94 onwards the Algerian regime within the Islamist eradication discourse labelled all the Islamists (both the Islamic Salvation Front (FIS) and the extremists) as terrorists (Dalacoura, 2009, 131). These groups found safe-haven in Northern Mali taking advantage of the absence of Malian state's agents and institutions. Their ability to mobilize support within the Malian northern society was not achieved immediately. They benefited from local support through strategically forging alliances based on marriage. As Scheele (2013) brings to our attention it is difficult to classify the Algerians as outsiders because they have been part of the socio-political landscape of Northern Mali since the 1930s. Indeed, those in Northern Mali without any kind of ties with Algerians are the exception rather than the rule. In addition to these long established connections, in the past two decades other *ulema* of various origins, including of Indian-Pakistani origins, have emerged in the Malian religious landscape.

We can trace the origins of AQIM to the Algerian Armed Islamic Groups (GIA) that came to Mali in the 1990s. In Mali they integrated as the Salafist Group for Preaching and Salvation created in 1998. Only in 2007 were the Saharan Salafi jihadist successful in establishing formal links with Al-Qa'eda and as a result created AQIM.

AQIM was not immune to internal rivalries between Arabs, Mauritians and Tuaregs, those who the other Malians pejoratively call the '*teints clairs*' (a label based on race). The Movement for Unity and Jihad in West Africa (MUJAO) was the outcome of internal rivalries and emerged as one of AQIM's splintering factions. Progressively AQIM, MUJAO, as well as Ansar ed-Dine (the latter a former ally of the MNLA who became a rival in the new religious landscape), sidelined the MNLA and took control over the North.

To add a further layer of complexity, the Northern region has been a transit point for informal trade, of both licit and illicit goods. Since the pre-colonial era, various actors have used this region to link sub-Saharan Africa, to North Africa and to the Mediterranean through trade and transport. Intra-sahelian trade of salt, cereals, dates and livestock were even more valuable. The importance of Islam and informal trade (both licit and illicit) have evolved in tandem to the point that Scheele (2012) has provided an important account of the relationship between smugglers and saints, of the connectivity of the region and North Africa, and more significantly of the family ties between northern Malian and Algerians.

The illicit traffic of human beings and drugs benefited from these well-established routes through the Sahel but it is of a much more recent breed. The traders had smuggled counterfeited cigarettes since the 1990s (Grégoire, 2013, p. 211). The militant Islamists and other insurgent groups at times offered safe transit through the areas under their control, other times clashed with the informal traders and groups involved in the transnational organized crime across the region and, in other instances, were involved and benefited from informal trade and transnational orga-

nized crime. Indeed, the state's agents benefited from these activities as well. In this region, the pattern of alliance formation was volatile and the fluidity of the situation required a sense of adaptation and flexibility to look for alternate allies when the situation so required.

The Armed Forces of Mali (FAMA) were not able to control the insurgency in the North and as the Islamist insurgents neared the city of Mopti the French President François Hollande, in an unexpected move, in January 2013, launched Operation Serval on the basis that the militant Islamists were likely to take over the capital: Bamako.

The French-led intervention added another layer of complexity and reconfigured the political dynamics. This intervention was at first welcomed by Malian citizens and the outcome was the dispersal of the operatives of the manifold insurgent movements in the North. At first sight the militant Islamists if not entirely defeated looked weakened. The FAMA regained control of most of the territory under control of the Islamists, mainly Gao, Kidal and Timbuktu. However, al Mourabitoun, one of the splintering factions of AQIM, managed to launch an attack against one of the government held positions in the North. This move had a symbolic undertone to it. On top of the casualties inflicted against the FAMA, the attacks showed that the militant Islamists still could create insecurity and hamper stabilization efforts. The attacks against the Malian armed forces and external actors have continued ever since and have expanded beyond Mali.

In the aftermath of elections in 2013, Ibrahim Boubacar Keita was elected President of Mali, replacing the President Dioncounda Traore who had assured the transition in the aftermath of the military coup.

In parallel to the military response, the Algiers peace process was launched. The outcome was the 20 June 2015 peace agreement. Not all the protagonists were at the negotiation table and other regions in Mali, significantly the Central region, were left out of the Peace agreement.

The epicenter of the crisis moved from the North to the Centre. The Front for the Liberation of Macina (FLM) entered the stage. Some suggest that this armed group was a creation of the French intelligence (Sangaré, 2016), others suggest that it was a creation of Iyad Ag-Ghali's led movement – Ansar Dine.

The FLM in conformity with the volatile pattern of alliance formation that has tended to characterize the crisis in Mali has supported Fulani (Peuls) along the border with Niger in their clashes with Tuaregs suggesting that the alliance between Ansar Dine and the FLM is a matter of convenience where and when their interests tend to converge. Loyalty is a rare commodity in a context where survival under harsh conditions is at stake and deep-seated rivalries and grievances reassert themselves in unpredictable ways. The alliances swing between patterns of enmity and amity and kinship bonds.

So far the paper has selected a set of protagonists: the Malian Armed Forces, AQIM, the MNLA, MUJAO, al-Mourabitoun, Ansar Dine and the FLM. Some of these groups have formed coalitions when their interests have converged, namely vis-à-vis the peace process, but in their origins and trajectory the divergences with regard to strategies and aims tend to play a stronger role.

The next section will focus on the leaderships of these armed groups, to understand their strategies, aims, bases of support, the extent to which they enjoy a certain degree of legitimacy among the groups they claim to represent and their political and economic expediency.

Understanding the Leaderships and the Trajectory of Islamist Movements in Mali

The most well-known leader of militant Islamists in the Sahel is beyond doubt Mokhtar Belmokhtar. He gained the epitome, which was not sufficiently confirmed by empirical evidence, of Mr. Marlboro (Salem, 2014, pp. 42-45). He has gained, as well, the epitome of the uncatchable because his death has been announced several times and subsequently he has re-appeared. The importance of Mokhtar Belmokhtar to our understanding of the trajectory of Islamist movements in the region and its implications for Mali is related to his notorious role in expanding Salafi jihadism beyond his Algerian homeland. Like other *mujahidin* across the world he fought in Afghanistan and upon return he was involved in the Algerian civil war. In the aftermath of the war he sought refuge across the border in Mali and integrated through marrying Malian of various ethnic origins in the North. He thought of himself as the Sahel Emir of AQIM but due to divergences with the leadership in Algeria he was not officially recognized. Upon the designation of Abou Zeid as AQIM's Sahel Emir he mobilized support within his own Katibah and created al-Mourabitoun through an alliance with MUJAO.

The second is one of the Tuareg leaders – Iyad ag-Ghali – of the Ifoghan warrior sub-clan. He is from Mali. Iyad ag-Ghali in the past served as one of the intermediators in the release of hostages taken by AQIM (Boilley, 2011, p. 7). This has been the most lucrative businesses for the Salafi jihadists in the region. His trajectory allows us to confirm a volatile pattern of alliance formation as Iyad ag-Ghali has been both an ally and foe of most of the protagonists involved in the crisis, including the Malian state. His allegiance to Salafi jihadism has become more consolidated with the 10-month control of the North by the various radical and extremist Islamist groups and in the aftermath of his withdrawal of the peace process. This religious transformation has not obliterated his past and identification with the Tuareg's grievances and past insurgencies. His followers tend to identify with one of the noble clans of the Tuareg – the Ifoghas. AQMI has managed to recruit supporters among the vassal clan of the Tuareg – the Imghad. As we have seen, the MNLA represented as well Tuareg grievances and diverged from Ansar Dine in its

pro-separatist stance and in its rejection of Ansar Dine strict adherence to sharia. This confirms a past feature present in other Tuareg insurgencies: that of internal division and fratricidal war (Klute, 2011).

The third one is Amadou Koufa, an Islamist preacher, and a Fulani, who is from Mali as well. His emergence to the scene as the leader of the FLM happened in 2015. The Fulani took up arms to guarantee their protection from the excesses committed in the extremist Islamist controlled-areas, namely in those under the MNLA control. After the French intervention, when the Malian armed forces made their come back the Fulani were targeted as extremist Islamists and terrorists. Koufa through an unexpected alliance with Iyad Ag-Ghali moved beyond the traditional rivalry between Tuaregs and Fulani and converged in opposition to the state and to the external actors. Amadou Koufa capitalized on local grievances and recruited followers among young Fulani herdsmen (Ba and Boas, 2017, p. 21). The reference to Macina is not a mere coincidence and is related to the jihad waged by the Fulani of the Dina of Macina, a Fulani Empire of the nineteenth century, who were initially connected to the Sokoto Caliphate (Schmitz, 2013, p. 215). At that time the Arab Kunta, who adhered to Sufi orders, were well respected *ulema* in the Azawad region, north of Timbuktu. They had an important role as mediators in the conflicts between Songhais and the Tuareg Iwillemmeden. Their influence waned with the expansion of the Fulani of the Dina of Macina but that was conjectural. With colonialism they forged an alliance with the Tuareg Ifoghas to fight against the hegemony of the Tuareg Iwillemmeden. These latter were labelled as warriors merely interested in looting and ignorant of justice and *sharia*, placing them in the same category of those targeted during the nineteenth century Jihad. The legacy of that first *jihad* was the establishment of a connection between ignorance and infidelity to the ways of the Prophet to slavery. Slavery was not justified in terms of race or skin color but in relation to ignorance of Islam. The resilience of slavery among the Tuareg and Fulani deserves to be mentioned and the adherence of descendants of slaves to Salafi jihadist groups in the Sahel has a double meaning: of gaining access to critical resources and of effacing their inferior status (Schmitz, 2013, p. 219).

MUJAO's leadership was composed of an Arab Mauritanian – Hamada Ould Mohamed Kheirou – and an Algerian of Malian origins – Abou Ali. This movement managed to recruit local followers in Gao's region among the Arabs of the Tilemsi Valley, Fulani and Songhai and among these groups' kin across the border in Niger (Bullejos and Sangaré, 2015, p. 56). Indeed, the rivalries between the Tuareg and the Fulani are not recent. For that reason several young Fulani pastoralists aligned themselves with MUJAO to obtain protection, arms and to guarantee access to a critical resource: water (Ba and Boas, 2017, p. 20).

Ansar Dine, AQIM and al-Mourabitoun all converge in their aim to replace the state with an alternative political order and one based upon the strict application of

sharia (Islamic law). Since March 2017 AQIM's Sahara/Sahel branch, Ansar Dine, the Macina Liberation Front and al-Mourabitoun have forged an alliance and have created the Jama'at Nasr al-Islam wal Muslimin.

Life in the areas under control of the extremist Islamist was difficult and the application of *hudud* (punishments) was carried out by both locals and Salafi jihadists from other places. Those targeted included Malian who identified themselves with the same ethnic group as the Salafi jihadists. The destruction of lives and historical sites and manuscripts, including Sufi tombs in Gao, has traumatized a society who was already surviving under extremely demanding and harsh local conditions. Any peaceful resolution of the conflict will need to engage with local initiatives of reconciliation. Justice will need to be included in the equation. However, the Salafi jihadists continue their insurgency and attacks against the state and external actors. For those who lived under their control, who appreciated their style of applying justice and who benefited from illicit trade, their influence is not over. We now turn to the state and other regional and external actors' responses to the different protagonists.

Understanding the State and Regional Actors' Responses (State-society Relations)

As Joffé reminds us, state and opposition, radical or extremist, must be understood in a dialectical relationship. The revolt in the first place is directed against the local state reflecting a reaction to the state's actions or lack of it. The state's reaction to the opposition will be determinant in the radicalization processes and radicalism can mutate into extremism (Joffé, 2012, p. 3).

The crisis in 2012 needs to be understood against the structural crisis of the past four decades. This region has been marked by recurrent droughts and food insecurity (Bonnecase and Brachet, 2013). The fears of religious radicalization and violent extremist are more recent and have changed the political and religious landscape.

Within Mali the northern region is characterized by a higher incidence of poverty. The average poverty rate in Mali is 64 per cent, in Timbuktu is 77 per cent, in Gao 78.7 per cent and for Kidal is 92 per cent. The youth unemployment rate in Gao was 80 per cent (Solomon, 2015, p. 68). The region is further marginalized in terms of state's institutions and agents. The road stops in Gao and the 350 kilometers route that links Gao to Kidal is no man's land sand.

Corruption during Aminata Traore's rule was rampant including complicity of high-level government officials in drug trafficking (Solomon, 2015, 71). Aminata Traore's government further divided and polarized Malian society through the tactic of co-opting Northern elites and along ethnic lines, including in the military. The events that precipitated the crisis were manifold but in the aftermath of demonstrations in Azawad, the *coup d'état* in Bamako, and the defeat of the armed forces in the North the various insurgents took control of most of the northern cities.

When the militant Islamists reached Mopti French President upon request of Mali decided to intervene and launched Operation Serval on January 2013. The United Nations Security Council resolution 2071 of 12 October 2012 had authorized ECOWAS to prepare an international peacekeeping force and be ready to intervene without further delays. This did not happen and in the aftermath of the French intervention the regional organization finally send in a 4000 force to join the French military. UN Security Council Resolution 2100 of April 2013 authorized a United Nation peacekeeping operation and ECOWAS initial force was transformed into the United Nations Multidimensional Integrated Stabilisation Mission in Mali (MINUSMA). The French transformed Operation Serval into Operation Barkhane in August 2014 to fight terrorism beyond Mali with a focus on Sahel as a region.

As the peace process has failed to stop the extremists from attacking both the Malian armed forces and the external forces, the government has made use of pro-government militias composed of the Tuareg Imghad against secession, the Ganda Izo (Songhai) and the Ganda Koy (Fulani) in their fight against the insurgents in the North. The European Union Training Mission in Mali, which predated the French intervention, has continued providing training to the Malian army and has sought to work with a regional coalition called G5 Sahel composed of Mauritania, Mali, Niger, Burkina Faso and Tchad. However, the absence of Algeria is notorious. The Tuareg and other pastoralists carry their daily lives regardless of borders and the seasonal search for grazing pastures is a strategy of survival in a harsh environment. The peril is that efforts to curb drug traffic and the illicit traffic of human beings will further deprive pastoralists of a key strategy of survival: mobility across borders.

Without a long term engagement and without addressing the set of legitimate grievances that the extremists have managed to capitalize the current predicament of instability and insecurity is likely to prevail.

Concluding Remarks

Despite the complexity of the phenomena under study and the fluid situation it is possible to close the paper with a set of well-substantiated claims put forth in the theoretical section of the paper.

First, the case study shows that radicalization is a process. Second, the relationship between ideological radicalization and radicalization of action (resulting in violent extremism) is not linear and it is not clear whether ideological radicalization is a necessary pre-condition for youth, or other groups, to engage in violent extremism. Indeed, the Fulani youth's engagement with MUJAO was not motivated primarily by indoctrination or identification with the groups' dogma and violent actions. We need to follow a more nuanced understanding of this relationship as the evidence from the Malian case shows. In the case of young people who joined the militant

and more extremist Islamist movements in Mali research suggests that ideological radicalization was not the key motivation to join and engage on violent action. Indeed, the link between views and behavior is far more complex. Third, the understanding of how the militant and extremist Islamist organizations in Mali mobilized support among youth groups with a more limited access to social media is of great heuristic value and confirms other studies that show that the role of social media in youth's radicalization tends to be overstated in comparison to face-to-face contacts, other everyday practices and contextual factors. Finally, while it is important to acknowledge that many Salafi inspired movements have not resorted to violent extremism and the diversity of Islamist organizations in Mali which operate within a secular order, the paper challenges a strand of the literature that presents Islamism in Africa as exclusively tributary of a pacifist tradition. The emergence of the FLM when taken in its historical context shows that jihadism was already among its strategies of expansion in the pre-colonial era.

Mali has seen an increase in insecurity throughout the country, initially in the North and then in the Centre. The groups that have resorted to violence include Tuareg separatists, self-defence militias and militant and extremist Islamist groups. Since the outbreak of the crisis the groups have changed, and external interventions have contributed to a reconfiguration of the competing political orders in the making. The jihadist phenomenon has been on the rise among the local population, at times fueled by local grievances, all within the context of a weak Malian state. Categorizing the different violent actors in Mali is problematic due to the porous nature of the boundaries between them and the flexible identity of the organizations operating in the field as this paper has shown. The complexity of radicalization processes and the categorization of groups constitutes a severe problem in terms of the state, regional and external actors' responses to these processes. International and national actors are attempting to address this phenomenon, but results are yet to be seen. Only through a long-term engagement with local groups and through coming to grips with the legitimate grievances of some of the groups will order be restored in Mali. In the meantime, those who have been captured between the state's and extremist Islamists' attempts at creating competing political orders will remain denied of living in a more stable and just order in Mali.

References

- Ba, B., and Boas, M., 2017. *Mali: A Political Economy Analysis*. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs.
- Bassou, A., 2017. L'État: les frontières et le territoire au Sahel: Cas du G5 Sahel. *Policy Brief* n° 17. Available at <http://www.ocppc.ma/publications/1%E2%80%99etat-les-fronti%C3%A8res-et-le-territoire-au-sahel-cas-du-g5-sahel>.

- Boilley, P., 2011. Géopolitique africaine et rébellions touarègues: Approches locales, approches globales (1960-2011). *L'Année du Maghreb*, VII, pp. 151-162. Available at <http://journals.openedition.org/anneemaghreb/1182>.
- Bonnecase, V., and Brachet, J., 2013. Les «crises sahéliennes» entre perceptions locales et gestions internationales. *Politique Africaine* n°130, pp. 6-23.
- Bullejos, D. N. and Sangaré, B., 2016. Control social y territorial del norte de Mali por el yihadismo en un contexto de crisis. *Revista Policía y Seguridad Pública*, 6(1), pp. 29-82. Available at <https://www.lamjol.info/index.php/RPSP/article/viewFile/2698/2439>.
- Bullejos, D. N., 2017. *Islam y Política en Mali: Islamización y participación política* (Ph. D). Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- Dalacoura, K., 2009. "Middle East and terrorism studies" in R. Jackson, M. B. Smyth and J. Gunning, eds., *Critical Terrorism Studies: A New Research Agenda*. London: Routledge.
- Grégoire, E., 2013. Autour d'un Livre: Judith Scheele – Smugglers and Saints of the Sahara. *Politique Africaine*, n°131, pp. 209-213.
- Halliday, F., 2005. *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Halliday, F., 2011. *Shocked and Awed: How the War on Terror and Jihad have Changed the English Language*. London: I. B. Tauris.
- Hüsken, T. and Klute, G., 2015. Political Orders in the Making: Emerging Forms of Political Organization from Libya to Northern Mali. *African Security* n°8, pp. 320-337.
- Jackson, R.; Smyth, M. B. and Gunning, J., eds. *Critical Terrorism Studies: A New Research Agenda*. London: Routledge.
- Joffé, G., 2012. *Islamist Radicalization in Europe and the Middle East: Reassessing the Causes of Terrorism*. London: I. B. Tauris.
- Klute, G., 2011. From Friends to Enemies: Negotiating nationalism, tribal identities and kinship in the fratricidal war of the Malian Tuareg. *L'Année du Maghreb*, VII, pp. 163-175.
- Marchal, R., 2012. *Is a Military Intervention in Mali Unavoidable?* Oslo: Norwegian Peacebuilding Resource Centre.
- Mateja, P. and Strazzari, F., 2016. Securitisation of research: fieldwork under new restrictions in Darfur and Mali. *Third World Quarterly*, 38(7), pp. 1531-1550.
- Salem, L. O. M., 2014. *Le Ben Laden du Sahara: Sur les traces du djihadiste Mokhtar Belmokhtar*. Paris: Éditions de la Martinière.
- Sangaré, B., 2016. *Le Centre du Mali: épicerie du djihadisme?* Bruxelles: Groupe de Recherche et d'Information sur la Paix et la Sécurité.
- Scheele, J., 2012. *Smugglers and Saints of the Sahara: Regional Connectivity in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Scheele, J., 2013. La réponse de Judith Scheele. *Politique Africaine* n°131, pp. 231-235.
- Schmitz, J., 2013. Autour d'un Livre: Judith Scheele – Smugglers and Saints of the Sahara. *Politique Africaine* n°131, pp. 213-219.
- Solomon, H., 2015. *Terrorism and Counter-Terrorism in Africa: Fighting Insurgency from Al Shabaab, Ansar Dine and Boko Haram*. New York: Springer.
- United Nations Development Programme, 2017. *Journey to Extremism in Africa: Drivers, Incentives and the Tipping Point for Recruitment*. New York: UNDP.

O Daesh no Médio Oriente e Magrebe: Derrotado, mas ainda uma Ameaça

Ana Santos Pinto

Professora auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da NOVA FCSH. Investigadora integrada do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e Investigadora associada do Instituto da Defesa Nacional (IDN).

Bruno Cardoso Reis

Professor auxiliar do Departamento de História e subdiretor do Centro de Estudos Internacionais, ISCTE-IUL. Investigador associado do Instituto da Defesa Nacional (IDN).

Resumo

Este artigo analisa o impacto e evolução da ameaça jihadista *takfiri* no Médio Oriente e Magrebe, tendo em conta a perda pelo autoproclamado Califado do Daesh do seu proto-estado territorial. Tendo em conta as dinâmicas observadas, argumenta-se que apesar da estratégia de territorialização desenvolvida pelo Daesh ter falhado, em resultado da derrota militar sofrida nos territórios do Iraque e da Síria, persistem fatores que explicam a resiliência do movimento, designadamente: a fragilidade dos Estados na sua eficácia e legitimidade; a existência de “vazios de poder” decorrentes de ambientes de conflitualidade; e a marginalização de setores das comunidades muçulmanas, em particular os mais jovens. Perante uma derrota territorial, o Daesh parece procurar evoluir na estrutura organizacional e estratégia operacional, reorientando-se para uma ação violenta descentralizada em detrimento do controlo de território. Esta transformação poderá resultar num agravamento da competição entre grupos de matriz jihadista *takfiri* e até originar novos movimentos, em resultado de cisões, ou a reorganização dos já existentes, sem que isso signifique necessariamente o desaparecimento desta ameaça violenta.

Abstract

The Daesh in the Middle East and Maghreb: Defeated but Still a Threat

The article aims to analyse the influence and development of the takfiri jihadist threat in the Middle East and Maghreb, taking into account the loss by the Daesh's Caliphate of its territorial proto-state. It is argued that although the failure of the strategy of territorialisation promoted by Daesh, as a result of a military defeat in Iraq and Syria, there are still factors that explain the movement's resilience, namely: the fragility of the State in terms of efficacy and legitimacy; the existence of “power vacuums” in areas of conflict; and the marginalization of some sectors of Muslim communities, particularly the youth. Facing territorial defeat, Daesh will likely evolve in its organizational structure and operational strategy towards more decentralized attacks instead of centralized territorial control. This transformation will possibly result in a greater competition between jihadist takfiri groups and may even lead to emergence of new movements, without necessarily resulting a significant lowering of the level of violent threat they pose.

A 9 de dezembro de 2017, o primeiro-ministro iraquiano, Haider al-Abadi, declarou a derrota do autoproclamado “Estado Islâmico” no Iraque. No mês anterior, um comunicado das forças armadas sírias anunciava “a queda do projeto da organização terrorista Daesh¹ na região” (Reuters, 2017), pese embora os combates com militantes islamitas tenham continuado em algumas áreas do território.

Entre junho de 2014² e dezembro de 2017, o Daesh perdeu 98% do território que controlava, incluindo a cidade síria de Raqqa, capital do autoproclamado Califado (Mills, 2018, p. 6). Contudo, a derrota militar da estratégia de controlo de vastos territórios no coração do Levante pelo movimento não significa o fim da ameaça que este representa. Desde logo, porque várias das razões que favoreceram a expansão do Daesh e a promessa de lealdade por grupos afiliados, em particular no Médio Oriente e Magrebe, permanecem. Entre elas, destaca-se uma importante dimensão socioeconómica, que resulta da marginalização de múltiplos setores das comunidades muçulmanas, em particular os mais jovens, afetados pela pobreza, desemprego e ausência de expectativas de desenvolvimento e bem-estar. Acresce uma componente religiosa essencial: movimentos como o Daesh ou a al-Qaeda recorrem a uma narrativa purista do Islão que apela à essência identitária dos crentes e aos princípios orientadores da sua fé. Ao conjugarem uma ideologia ultraconservadora com uma doutrina de recurso à violência, como instrumento de conquista do poder, estes grupos radicais constituem-se como uma alternativa aos regimes políticos instituídos, que acusam de traição e apostasia por alegadamente renegarem os verdadeiros princípios e valores do Islão e se subordinarem aos interesses das potências ocidentais, em detrimento dos da comunidade muçulmana (*Umma*).

Considerando os mais recentes desenvolvimentos no Médio Oriente e no Norte de África, este artigo pretende oferecer uma análise do impacto e evolução da ameaça jihadista *takfiri*³ na região, tendo em conta a perda do proto-estado territorial pelo autoproclamado Califado do Daesh. A pergunta central que orienta esta reflexão é: será que o Daesh, ao perder um núcleo territorial no Médio Oriente e Norte de África, irá desaparecer como ameaça significativa? Para responder, iremos analisar alguns dos fatores que explicam sucessos e fracassos do grupo, para avaliar até que ponto é mais ou menos provável que a ameaça desapareça, ou se transforme e transfigure.

1 Acrónimo, em árabe, de “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”.

2 A 29 de junho de 2014 Abu Bakr al-Baghdadi anunciou a criação de um Califado no Iraque e na Síria e a fundação do “Estado Islâmico” (Al Jazeera, 2014).

3 Utilização da luta violenta contra aqueles que são considerados descrentes ou apóstatas (*takfir*), à luz de uma interpretação extrema dos princípios do Islão, nomeadamente transformando a *jihad* de uma luta essencialmente interior e espiritual (“grande *jihad*”) ou legítima defesa do Islão (“pequena *jihad*”) na teologia tradicional, num grande “dever negligenciado” pela maioria dos muçulmanos para parafrasear o título da obra de um dos pioneiros deste movimento.

O artigo defende que apesar da estratégia de territorialização desenvolvida pelo Daesh ter falhado, em resultado da derrota militar sofrida nos territórios do Iraque e da Síria, permanecem fatores que justificam grande reserva em declarar finda a capacidade de ação e projeção violenta do Daesh, não só no Médio Oriente e Magrebe, mas também à escala global como movimento terrorista e como rede de propaganda radical. Tal implicaria uma evolução na estrutura organizacional e na estratégia operacional do Daesh, mais orientada para uma ação descentralizada em detrimento do controlo de território, um regresso ao modelo da insurgência e o potencial violento de ataques terroristas. Esta transformação poderá mesmo resultar num agravamento da competição entre grupos de matriz jihadista *takfiri*, como a al-Qaeda, e até originar o surgimento de novos movimentos, em resultado de cisões, ou a reorganização dos já existentes, sem que isto signifique uma redução da violenta ameaça que representam.

A relevância do tema parece-nos clara, não só pelo seu impacto nas dinâmicas regionais no Médio Oriente e Norte de África, mas também pelos efeitos de contágio que a instabilidade nessa região próxima representa para a segurança europeia. O terrorismo é, atualmente, percecionado pela maioria da população da União Europeia (UE) como a principal ameaça violenta para a segurança das pessoas (Comissão Europeia, 2017). Considerando que, desde janeiro de 2015, mais de 300 pessoas morreram numa dezena de atentados terroristas, em solo europeu, reivindicados por militantes associados ao Daesh, a que acrescem os muitos milhares de vítimas em África, na Ásia e no Médio Oriente (Erickson e Karklis, 2017), importa compreender o que possibilita a ação transnacional de grupos islamitas radicais que usam a violência para defender uma visão radical do Islão, bem como as respostas encontradas para a contenção do fenómeno.

Médio Oriente: da Ascensão à Derrota do Califado

O atual sistema de Estados do Médio Oriente resulta, sobretudo, da afirmação de interesses externos à região – em particular da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos da América – aos quais sucederam um conjunto de regimes, maioritariamente autocráticos, que procuraram, através de narrativas legitimadoras e métodos repressivos, a manutenção no poder e o controlo das múltiplas comunidades – linguísticas, étnicas e religiosas – que se encontravam sob sua soberania (Owen, 2004, pp. 13-19). Deste contexto surgem duas consequências fundamentais. Desde logo, várias comunidades, historicamente ligadas por laços sociais e culturais, foram artificialmente separadas por fronteiras formais, impostas pelos novos Estados independentes – após a dissolução do império Otomano (1908-1922), o Acordo Sykes-Picot (1916), a Conferência de San Remo (1920) e o Tratado de Lausanne (1923), e os mandatos da Sociedade das Nações daí decorrentes condicionaram o reconhecimento da legitimidade da delimitação territorial adotada. Em segundo lugar, a

organização política e social dos novos Estados foi promovida por regimes autoritários, de natureza monárquica ou republicana, que determinaram pela força uma estrutura de poder baseada no aparelho militar e/ou securitário e no apoio de uma das comunidades identitárias presentes no território, seja majoritária ou minoritária. Tal resultou no surgimento de conflitos sectários, muitas vezes patrocinados pelo próprio regime, e na promoção de percepções de marginalização por parte daqueles que não tinham acesso aos recursos e instrumentos de poder. A consolidação dos regimes do Médio Oriente, em particular os que dispõem de importantes reservas de recursos energéticos, foi ainda apoiada pelo desenvolvimento de alianças regionais e internacionais, designadamente no contexto da Guerra Fria, ao mesmo tempo que as opções políticas e económicas, ao nível interno, criavam uma crescente divisão entre elites e população, entre governantes e governados.

Sendo possível argumentar que esta caracterização poderá ser replicada a outros contextos regionais, designadamente no continente africano, o que é particular ao Médio Oriente é o contexto de conflitualidade regional. Isto porque proporciona condições mais favoráveis à conquista e consolidação do poder, quer no que diz respeito às estruturas sociais e políticas, quer porque importantes comunidades da região se encontram particularmente vulneráveis a narrativas de ódio e vingança, especialmente se estas narrativas forem baseadas ou apresentadas através de uma estrutura que estas comunidades conhecem, dependem e que consideram parte integrante da sua identidade individual e coletiva: o Islão.

Foi esta a estratégia adotada pelos movimentos de matriz jihadista *takfiri*, que lutam pela purificação da fé islâmica assente na supremacia da corrente sunita. Esta doutrina remete, assim, para uma divisão tradicional no seio do Islão, entre sunitas e xiitas, cuja cisão remonta ao momento da morte e sucessão do Profeta Maomé e que ao longo dos séculos tem assumido momentos de significativa conflitualidade. Importa salientar que se constitui como uma interpretação extrema, e minoritária, dos preceitos do Islão, com uma leitura literal da herança do Profeta. Estes movimentos, e os seus líderes – muitos deles sem formação teológica de relevo – citam, interpretam e impõem o que assumem ser a narrativa mais fidedigna – e de preferência dominante – dos princípios, valores e comportamentos adequados à fé islâmica, e que vão muito para além das fronteiras da religião, uma vez que, na prática, visam uma mudança social e política.

Assim, os movimentos islamitas radicais usam e manipulam textos e crenças religiosas por razões políticas pragmáticas: alcançar e fortalecer o poder e o controle de uma comunidade e território o mais amplo possível. No limite trata-se de reconfigurar as fronteiras do Médio Oriente, criando uma estrutura política assente e legitimada por uma narrativa religiosa, bem como potenciar fragilidades e sentimentos de injustiça e segregação na comunidade global de crentes muçulmanos.

Iraque: a Ambição do Califado

Nas últimas décadas, vários conflitos internos e regionais afetaram o Médio Oriente e tornaram mais clara – principalmente fora da região – a existência de tensões múltiplas e profundas entre grupos, que têm objetivos e perspectivas distintas sobre o modelo de organização social e política a implementar. Estas tensões não devem ser vistas apenas, ou simplesmente, como motivadas por um ódio religioso ou étnico, mas também por sentimentos reais ou percebidos de injustiça, desigualdade e segregação experimentados ao longo de décadas.

Tomemos o Iraque como exemplo. O contexto criado pelo regime de Saddam Hussein, baseado em estruturas seculares assentes na ideologia do Partido Baath e diferenciação profunda entre comunidades étnicas e religiosas (sunitas, xiitas, curdos, cristãos, turcomanos e outros), foi posteriormente agravado pela intervenção militar norte-americana e aliada de 2003. Não só porque as estruturas do Estado iraquiano entraram em colapso, dando origem a uma conjuntura de «vazio de poder», mas igualmente porque criou um ambiente propício a ações de vingança. Com o afastamento da minoria sunita das estruturas de poder verifica-se uma ascensão da comunidade xiita – maioritária no país –, resultando num conflito sectário, de violência crescente. Nesta competição envolvem-se, igualmente, atores regionais em apoio às diferentes comunidades étnicas e religiosas. Acresce a gradual afirmação do Irão, que encontra no apoio à comunidade xiita iraquiana uma oportunidade de concretizar a sua ambição regional, e que origina a resposta de atores estatais sunitas – designadamente os países do Golfo Pérsico – numa tentativa de reorganizar equilíbrios de poder no Médio Oriente.

Neste contexto de conflitualidade formam-se múltiplos grupos insurgentes, com diferentes interesses e apoios, entre os quais se destacava a estrutura operacional da al-Qaeda cuja liderança ambicionava fundar no Iraque um Estado que servisse como proto-Califado (Bunzel, 2015, p. 15), numa remissão simbólica à aspiração de concretização de um império islâmico global.

Na sequência da morte do até então líder da al-Qaeda no Iraque, al-Zarqawi, e da fusão de um conjunto grupos insurgentes presentes naquele território, em outubro de 2006 foi anunciada a criação do “Estado Islâmico do Iraque”, liderado por Abu Omar al-Baghdadi (Cameron, 2017). Em abril de 2010, o “Estado Islâmico do Iraque” passa a ser liderado por Abu Bakr al-Baghdadi que consolida e expande a ação do movimento, anunciando, três anos mais tarde, a transformação do “Estado Islâmico do Iraque” em “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” (Daesh no acrónimo em árabe). Importa salientar que esta nova designação remete para uma área territorial que vai da fronteira do Irão à costa do Mediterrâneo, onde se inclui a Jordânia, Líbano, Territórios Palestínianos, Israel e a Península do Sinai.

Com o agravamento da conflitualidade no Iraque e na Síria, e a crescente conquista de territórios nestes dois cenários, o Daesh assume uma ambição global, por enten-

der visar todas as áreas em que se verifique a presença da comunidade muçulmana, no seu conjunto a ser sujeita ao modelo de governo do Califado, entendido de acordo com a interpretação jihadista *takfiri*. É por esta razão que, em junho de 2014, al-Baghdadi anuncia o objetivo de restaurar um Califado global – enquanto modelo de governo islâmico para toda a comunidade muçulmana – e assume a designação de “Califa Ibrahim”⁴.

Síria: da Expansão ao Fim do Califado

Os contextos político-sociais no Iraque e na Síria apresentam um conjunto de semelhanças que importa destacar, considerando a interligação promovida pelo Daesh entre os dois territórios. Em primeiro lugar, ambos se caracterizam por uma competição sectária entre múltiplas comunidades étnicas e religiosas que, durante mais de cinco décadas, foram dominadas por um regime autocrático apoiado pelo Partido Baath⁵. Em segundo lugar, embora por razões distintas, a evolução dos conflitos no Iraque e na Síria resultaram, a dado momento, na incapacidade das estruturas do Estado em exercerem controlo soberano sob a totalidade do território, permitindo a existência de “vazios de poder” e a emergência de grupos insurgentes com capacidade de conquista e expansão territorial. Finalmente, em ambos os contextos, o ambiente de competição e conflito foi utilizado por atores regionais – como a Arábia Saudita, o Irão e a Turquia – e internacionais – como os Estados Unidos e a Rússia – para promover e aprofundar alianças e parcerias e, consequentemente, afirmar a sua influência.

As características particulares do conflito na Síria determinaram a existência, em paralelo, de duas linhas de confronto: por um lado, a luta entre as forças leais ao regime de Bashar al-Assad e os movimentos de oposição; por outro, a disputa entre múltiplos grupos insurgentes, que viam no contexto sírio a oportunidade de adquirir influência e acesso a recursos através do controlo de território e populações. Os movimentos de matriz jihadista *takfiri*, como o Daesh e a al-Qaeda, promoveram alianças e parcerias com múltiplos grupos, procurando rentabilizar o acesso a equipamento militar – seja oriundo da desestruturação das forças armadas iraquianas, seja por conquista às forças militares sírias –, bem como a recursos financeiros (com origem em patrocinadores externos, criminalidade organizada e extorsão às populações) e à conquista de importantes aglomerados urbanos. Entre eles destaca-se

4 Importa referir o carácter simbólico da expressão “Califa”, uma vez que de acordo com a tradição islâmica designa um detentor de poder espiritual e descendente da tribo do Profeta Maomé (Bunzel, 2015, p. 18).

5 A ideologia do Partido Baath é “areligiosa” (Devlin, 1991, p. 1407) e assenta na afirmação do nacionalismo árabe e na criação de um único Estado que unisse os territórios árabes, tendo sido particularmente influente no Iraque e na Síria.

Raqqa, uma cidade economicamente próspera na zona norte da Síria, centro de produção energética e agrícola e proclamada, em 2014, como “capital do Califado” do Daesh.

Em setembro de 2014, perante a expansão territorial do “Estado Islâmico” no Iraque e na Síria, foi formada a Coligação Internacional contra o Daesh, composta por 75 países e com a missão de combater o movimento. Contudo, no início de 2015, o Daesh e grupos associados controlavam cerca de 50% do território sírio. Perante a ameaça de proximidade dos movimentos insurgentes a Damasco, e sem o controlo de parte significativa do território, o regime de Bashar al-Assad solicita o apoio militar à Rússia, que inicia a operação militar em setembro de 2015.

Mas para além das forças armadas iraquianas e sírias, do apoio da Federação Russa e do Irão e da intervenção da Coligação Internacional, parte significativa do combate ao Daesh foi realizado por milícias curdas, nos territórios fronteiriços entre a Síria-Turquia-Iraque, apoiadas militar e financeiramente por Estados europeus e pelos Estados Unidos. Uma estratégia que, no final de 2017, acentuou a oposição da Turquia às aspirações territoriais curdas na Síria e originou a intervenção militar de Ancara na região norte do país, em particular na província de Afrin.

A partir de 2016 a contenção da expansão territorial do Daesh foi-se consolidando e, entre junho e outubro de 2017, o movimento perdeu as cidades de Mossul, no Iraque, e Raqqa, na Síria. Com as perdas territoriais decresceu, igualmente, o acesso a recursos militares e financeiros, bem como aumentou o número de baixas e deslocação de operacionais para outras áreas de conflito.

A vitória face ao “Califado” do Daesh foi declarada no final de 2017, embora permaneçam áreas restritas de domínio territorial, em particular por movimentos aliados ao autoproclamado “Estado Islâmico”. Importa, porém, salientar que a agenda do Daesh, e outros grupos de matriz jihadista *takfiri* ultrapassa as fronteiras do Médio Oriente, uma vez que apela ao globalismo militante e aproveita a existência de condições favoráveis, como guerras civis, sectarismo, fragilidade das estruturas do Estado e ausência de ação da comunidade internacional.

Magrebe: uma Segunda Prioridade do Autoproclamado Califado

O Magrebe faz parte do núcleo, predominantemente sunita e árabe, do mundo Islâmico que o autoproclamado “Estado Islâmico” considerou como uma segunda prioridade. O grupo, com origem numa radicalização da al-Qaeda no Iraque, tinha por objetivo principal a restauração de um Califado territorial unificado a partir do Levante. Ou seja, restaurar um grande império muçulmano, na linha do construído pelos sucessores imediatos do profeta Maomé, que os fundamentalistas salafistas reverenciam particularmente. Porém, se o Norte de África desde cedo fez parte desse primeiro império muçulmano, as capitais históricas do mesmo ficavam em Damasco ou Bagdade e não em Trípoli ou Tunes. Que o Levante fosse a prioridade

dos líderes do Daesh no seu esforço de construção de um núcleo territorial era natural, pois além de razões de simbolismo histórico há que ter em conta as origens sobretudo levantinas, em particular no Iraque, da sua liderança máxima.

Não deixa de ser significativo porém, desta segunda prioridade, que o Magrebe foi a única outra região onde os dirigentes máximos do Daesh procuraram estabelecer uma presença territorial diretamente subordinada a eles, e não por via de uma organização afiliada, mais concretamente na Líbia, o único Estado colapsado da região magrebina, e em particular em Sirte, a cidade natal do líder líbio deposto, Muammar Khadafi. Não faltam referências documentais que mostram que o Daesh pensava nesta região como um santuário seguro para o caso de ser necessária uma retirada dos territórios que ocupava na Síria e no Iraque (CBS News, 2015).

Um primeiro dado fundamental é que esta estratégia do Daesh de se afirmar ocupando, defendendo e governando território, claramente falhou no Magrebe, tal como no Levante. Mas isso coloca-nos perante um paradoxo: como foi possível a vitória contra a presença do Daesh em Sirte, num Estado líbio fragmentado em múltiplas milícias e sem uma visível intervenção militar externa? Será essa vitória sustentável? Será que esse tipo de ameaça, de um proto-estado terrorista, está afastada definitivamente?

Um segundo dado fundamental é que a Tunísia foi o único Estado do Magrebe onde se deram importantes atentados do Daesh, e foi também daí que saiu um maior número de voluntários do Daesh *per capita* (The Soufan Group, 2016). Como é que tal foi possível, quando a Tunísia foi o único Estado do Magrebe onde se verificou uma transição pacífica para um regime democrático liberal multipartidário, após as manifestações populares da chamada “Primavera Árabe” por via de um pacto entre islamitas moderados e partidos mais seculares? Como explicar este segundo paradoxo de que desse caso de aparente sucesso da moderação e da negociação tenham emergido tantos recrutas jihadistas *takfiri* e tantos ataques radicais? Um terceiro dado fundamental é o facto de que dois dos Estados árabes que parecem ter tido maior sucesso no combate ao Daesh são Marrocos e a Argélia. No caso de Marrocos, isto sucedeu apesar do elevado número de voluntários marroquinos recrutados pelo Daesh e de várias tentativas falhadas de organizar ataques no território marroquino. Já a Argélia se destaca por, apesar de ser vista como um foco de importantes redes jihadistas desde a década de 1990, nomeadamente a al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), foram relativamente escassos os voluntários argelinos recrutados pelo Daesh e o seu impacto parece ter-se feito sentir apenas na zona de fronteira montanhosa e desértica com a Tunísia. Importa, portanto, de seguida olhar primeiro com mais atenção para a razão de ser dos casos mais problemáticos da Tunísia e da Líbia, e depois para as razões das relativas dificuldades do Daesh na Argélia e em Marrocos.

Tunísia: o Daesh como Recusa Radical da Transição Pactuada?

Pode parecer paradoxal que, no caso da Tunísia, o relativo sucesso da transição pactuada e pluripartidária tenha resultado num recorde de recrutas *per capita* para o Daesh. Mas tal facto não é excecional em processos de transição. Por muito amplo que seja o consenso em torno do acordo de transição, existem geralmente radicais irredutíveis que se sentem derrotados e frequentes vezes apostam, em resposta, na luta armada. Um bom exemplo é a Espanha pós-Franco, que mesmo depois de uma transição pacífica, por via dos Pactos da Moncloa, sofreu durante longo tempo com o terrorismo de outros grupos radicais como a ETA. Mesmo no caso de Portugal a transição foi também acompanhada na sua fase inicial por ações terroristas dos radicais de extrema-direita e de extrema-esquerda como as FP 25. Estes grupos podem ser, e geralmente são, muito minoritários. Mas o terrorismo é a arma natural dos fracos.

Um segundo aspeto a ter em conta é o colapso na capacidade do Estado tunisino de controlo e repressão de grupos mais radicais e violentos como resultado inevitável da uma rutura institucional com o anterior regime. Uma mudança de regime inevitavelmente representa uma perda, pelo menos parcial, da capacidade e da vontade de controlo pelos organismos do Estado. Regra geral são especialmente afetadas por estes processos as instituições encarregadas da segurança interna do Estado, frequentemente vistas, por razões compreensíveis, como os órgãos de vigilância e repressão da oposição que entretanto alcançou o poder, o que leva a purgas e demissões mais ou menos generalizadas nos serviços de segurança, e inclusive até a sua extinção e substituição. E, independentemente disso, há sempre uma tendência para um retraimento muito significativo na sua ação. Foi exatamente o que sucedeu no caso da Tunísia. O resultado foi um vazio de segurança durante todo o período de transição, um período durante o qual se debateu longamente o tema difícil da reforma mais ou menos radical do funcionamento dos serviços de segurança (ICG, 2016). Só com o primeiro governo, no quadro da nova Constituição e depois de vários ataques terroristas mortais, se deram passos decisivos no sentido de ultrapassar o problema, eventualmente à custa de uma reforma mais profunda e de algumas cedências a sectores do antigo regime.

Toda a situação de natural confusão num processo de mudança de regime facilitou a deslocação de voluntários tunisinos para o Levante para combaterem o regime do Presidente Assad, algo que pareceu, inicialmente, a uma percentagem significativa da população da Tunísia uma continuação legítima da “Primavera Árabe” nascida no país magrebino. Em muitos casos, estes voluntários já teriam simpatias jihadistas. Mas noutros casos a radicalização ter-se-á dado *in loco*, na Síria, ajudada pelo facto de que os grupos jihadistas *takfiri* ligados à al-Qaeda ou ao Daesh se afirmaram como as forças militarmente mais eficazes no combate ao regime de Assad. Seja como for, a maioria destes voluntários tunisinos a combater Assad na Síria parece

ter acabado no Daesh. E manteve ligações, sobretudo via redes sociais e comunicações encriptadas, com amigos na Tunísia que foram alimentando o recrutamento para o Daesh. Quando o Daesh mudou de estratégia e passou a apelar à realização de ataques terroristas nos países de origem, a Tunísia tornou-se um alvo de eleição. Os atentados contra o Museu do Bardo e um hotel de praia em Sousse, em 2015, mostram que os turistas ocidentais eram um alvo de eleição natural – a par das instituições do Estado, como a guarda presidencial –, dada a conhecida aversão do Daesh a qualquer tipo de presença ocidental no Magrebe e genericamente no mundo Islâmico. Ao mesmo tempo, os ataques constituíam uma forma de guerra económica para agravar as dificuldades dos governos muçulmanos moderados que o Daesh considera como traidores e apóstatas. No curto prazo foram bem-sucedidos. Mas acabaram por gerar uma resposta forte, como vimos, acelerando a reforma dos serviços de segurança da Tunísia, que parece ter obtido resultados na contenção do fenómeno. O símbolo máximo da determinação do novo governo tunisino no combate a este grupo foi a construção de uma barreira na fronteira entre a Tunísia e a Líbia para dificultar o trânsito de jihadistas *takfiri* entre os dois países.

Muito significativo, também, foi o facto de países ocidentais e países vizinhos, em particular a Argélia, por razões que veremos, apoiarem fortemente o novo governo tunisino neste combate ao terrorismo do Daesh. Nomeadamente a Argélia não só cooperou ao nível da troca de informações, mas também de operações conjuntas das forças armadas de ambos os países na difícil fronteira montanhosa e desértica entre ambos, onde o Daesh tentou consolidar uma presença, chegando ao ponto de ter procurado, em vão, em março de 2016, ocupar a povoação fronteiriça de Ben Guerdane. Este nível de cooperação tem sido raro no Magrebe e mostra bem como a ameaça do Daesh foi levada a sério por vários países da região. Há, portanto, sinais de uma significativa melhoria na capacidade de resposta ao Daesh dos serviços de segurança tunisinos e das forças armadas. Mas as redes jihadistas *takfiri* ligadas ao Daesh continuaram ativas nas zonas fronteiriças e no sul, com referências a um morto e vários feridos numa coluna militar em Kasserine tão recentemente quanto dezembro de 2017 (Webdo.tn, 2017).

Cabe notar que o governo tunisino atual parece ciente do problema e da necessidade de uma resposta que vá além da repressão. Faz parte do discurso oficial e de algumas políticas muito publicitadas, ir além das respostas violentas, apostando na prevenção, na reintegração e desradicalização. E aponta para esforços em lidar com as causas profundas de descontentamento que permitiram a grupos jihadistas como o Daesh recrutar amplamente na Tunísia – nomeadamente a marginalização de certas regiões mais periféricas do país e o problema do desemprego e subemprego crónico da juventude. Resta saber até que ponto estas intenções políticas serão implementadas em ações de sucesso, uma vez que, pela sua natureza, demorará tempo a ser possível ter uma resposta. Nesse sentido será também importante

perceber se os parceiros externos da Tunísia, nomeadamente a União Europeia, sua principal parceira comercial, estarão dispostos a investir em políticas focadas de ajuda ao desenvolvimento e criação de emprego sobretudo em zonas mais marginalizadas, e não se concentrarão exclusivamente no objetivo imediato do combate ao terrorismo, por importante que este seja.

Líbia: Fragmentação e Milícias Locais, Fracasso e Dispersão do Daesh?

A Líbia não se transformou, pelo menos não ainda, numa nova Síria, apesar dos seus muitos problemas – a começar por ser um Estado recente, criado em 1951 e desde então fracamente institucionalizado. O que mostra os perigos de simplesmente presumir que todos os Estados colapsados e todos os conflitos intraestatais de tipo não-convencional são iguais. Para o tema que aqui nos importa, a grande diferença é que a presença territorial do Daesh na Líbia foi bem mais limitada no tempo e no espaço do que no caso da Síria ou do Iraque, traduzindo-se no controlo aberto de território por um período mais longo na zona de Sirte, a que foi posto fim em dezembro de 2017, depois de longos meses de combates, por milícias líbias veteranas do conflito com Khadafi, com o apoio discreto mas crucial, a nível aéreo e de forças especiais, nomeadamente por várias potências ocidentais (El Amrani, 2016; Wintour, 2016).

Não negamos que o cenário de fragmentação na Líbia encerra riscos que ficaram claros, precisamente com a ocupação de Sirte pelo Daesh. Mas a evolução da situação em Sirte e no resto do país parece mostrar que, até ao presente, não se está no caso da Líbia perante um cenário tão propício como o da Síria a um grupo como o Daesh, apesar de não faltarem notícias e declarações de responsáveis líbios a chamar a atenção para a continuação da ameaça do Daesh na Líbia, ainda que de forma mais dispersa e mais discreta (Mckernan, 2017; Schmitt, 2017).

Quais são então os fatores que explicam estas diferenças entre a Líbia e a Síria? Desde logo, as lições aprendidas com a ascensão do Daesh no Levante, quer pelos atores locais, quer pelos principais Estados vizinhos, que tinham visto o risco de deixar o Daesh entrincheirar-se num território sem um Estado funcional. Depois há também o facto de a fragmentação da Líbia ter sido, até ao presente, menos violenta e conflituosa do que na Síria. O completo colapso do regime de Khadafi, que não se verificou com o regime de Assad, levou à proliferação de milícias, mas com forte enraizamento local e que genericamente assumiram o controlo do “seu” território sem grandes ambições expansionistas.

Claro que esta é uma generalização. Há focos de conflito, nomeadamente pelo controlo das infraestruturas petrolíferas, em particular entre os dois polos de poder emergentes: as milícias que apoiam o governo de Trípoli a ocidente e o chamado “exército nacional líbio” do General Haftar a leste. Mas nada disto é comparável, para já, ao grau de intensidade e letalidade dos combates que se verificam na Síria.

O ponto central é que, como resultado destas diferenças, o Daesh teve dificuldade em encontrar verdadeiros vazios de poder na Líbia. Sirte era uma exceção, uma região marginalizada desde a morte do Coronel Khadafi – um filho da terra – e fracamente ocupada e mal governada por milícias de outras regiões.

Dito isto, um Estado fragmentado com um governo de coligação fraco imposto pela mediação internacional, com autoridade escassa no conjunto do território e controlo limitado, para não dizer nulo das milícias locais, resulta numa situação necessariamente fluída e com uma evolução difícil de prever na Líbia. E os seguidores do Daesh não desapareceram da Líbia depois da perda de Sirte, que não era, por sinal, a única zona onde o jihadismo *takfiri* estava presente no país. Mesmo em números mais reduzidos – é difícil estimar os efetivos do Daesh e o número de baixas sofridas – os seguidores do grupo continuam a ser referenciados em zonas mais remotas do país. O que parece relativamente consensual é que o Daesh na Líbia parece ter abandonado uma estratégia de controlo de território e move-se agora em pequenos grupos dispersos.⁶

Os sobreviventes do Daesh na Líbia parecem, portanto, ter regressado a uma estratégia mais irregular, mais tipicamente não-convencional. Continuarem ou não leais ao autoproclamado Califado, seria excesso de otimismo pensar que abandonaram o seu radicalismo violento, ou que deixem de aproveitar de forma oportunista, mesmo que mais discretamente, espaços onde se verifiquem vazios de segurança, por exemplo certas zonas da vastíssima fronteira do sul da Líbia com os seus vizinhos do Sahel ou, como já vimos, na fronteira desértica e montanhosa entre a Tunísia e a Argélia (Business News, 2017).

No caso da fronteira da Líbia com o Sahel trata-se de controlar regiões vastíssimas, com populações diversas, dispersas e frequentemente com queixas de marginalização, portanto, muitas vezes avessas a cooperar no combate ao jihadismo *takfiri*; ainda que seja de assinalar que se vem verificando avanços no sentido de um esforço maior dos Estados da região, com o apoio da Argélia ou da França, para responderem de forma coordenada a esta ameaça. Para isso, os Estados mais fracos do Sahel contam agora com uma presença significativa de tropas estrangeiras, nomeadamente francesas e de outros Estados europeus como Portugal e Espanha, mas também norte-americanas, que providenciam também algum apoio aéreo.

Mas seria complacente dar o problema como resolvido no Sahel. Um dos maiores riscos do momento é que os sucessos contra o Daesh e outros grupos jihadistas no Norte de África possam resultar numa migração de parte destes jihadistas *takfiri* para sul, vindo a causar problemas de segurança crescentes no Sahel e até mais a

6 Entrevista a Jamal Triki, comandante de milícia de Misrata, realizada em Sebha em março de 2017 (International Crisis Group, 2017, p. 18, nota 70).

sul como se verificou com ataques terroristas recentes, nomeadamente na Costa do Marfim (France24, 2017).

Não é claro, também, que na gestão do caso da Líbia todas as lições que deveriam ter sido aprendidas como resultado da expansão do Daesh no Levante o tenham sido. Referimo-nos sobretudo à luta por procuração que está a ter lugar entre a Arábia Saudita e o Irão. Estas lutas por procuração são menos agudas na Líbia do que Síria. Mas existem, sobretudo entre o Qatar e a Turquia por um lado, e os Emirados e o Egito, por outro, apoiando respetivamente o governo de Trípoli (que tem algumas relações com grupos islamitas) e o general Haftar (um candidato a novo homem forte da Líbia). E há também divisões a este respeito entre os países ocidentais. O risco é que uma polarização mais violenta entre estes dois polos de poder na Líbia – ambos hostis ao Daesh – possa levar ao intensificar do conflito e abrir novas brechas que possam ser aproveitadas pelas redes jihadistas *takfiri* leais ao Daesh ou a outros grupos, em particular a AQMI.

Evitar agravar a situação de desagregação na Líbia seria um primeiro passo para combater a ameaça de ocupação pelo Daesh de parte do território de onde possa melhor organizar novos ataques terroristas. O passo seguinte será apostar na consolidação do Estado na Líbia, e de o fazer não apenas pela via securitária e repressiva. Esta é uma tarefa difícil, em que os líbios terão de ter o papel principal, nomeadamente na escolha do seu modelo de governação, mas nem por isso é menos importante para os vizinhos do país.

Argélia e Marrocos: Sucessos Duradouros na Resistência ao Daesh?

No caso da Argélia e de Marrocos partimos de um dado incontornável e importante: em nenhum destes Estados se verificou um ataque bem-sucedido do Daesh. Apesar de divididos por uma rivalidade histórica, por disputas territoriais e pela questão do Saara Ocidental, os dois Estados mais ocidentais do Magrebe, mais próximos e economicamente mais relevantes para Portugal, partilham algumas características importantes para a questão que aqui nos ocupa.

Marrocos e Argélia foram dois Estados e dois regimes que resistiram à onda da “Primavera Árabe” com adaptações mínimas. Não houve colapso do Estado. As mudanças constitucionais foram mais significativas em Marrocos, mas não afetaram o núcleo duro do poder monárquico. Isso significou que fortes aparelhos de segurança, com uma experiência de décadas de combate ao terrorismo jihadista *takfiri*, não só mantiveram a sua capacidade de ação, mas viram-na até reforçada com novos meios como resposta à ameaça do Daesh. No caso de Marrocos foi mesmo criada uma nova agência de combate ao terrorismo e criminalidade organizada transnacional, alcunhada na imprensa local como o “FBI marroquino” – o *Bureau Central d’Investigation Judiciaire* (BCIJ). Esta já reclamou sucessos importantes, seja no dismantelar de redes internas, seja na transmissão de informações a

França, que levaram à localização de Abdelhamid Abaaoud na sequência dos atentados na capital francesa (Le 360, 2016).⁷

A grande questão é saber se esta resiliência do sistema político e resistência de sucesso ao Daesh e outras redes jihadistas no caso de Marrocos e da Argélia são duradouras, ou podem esconder problemas num futuro mais ou menos próximo. Que a questão se coloca é demonstrado pelo temor dos “retornados”, veteranos do combate do Daesh no Levante, manifestado abertamente por estes Estados magrebins, embora mais no caso de Marrocos do que da Argélia (20 Minutes, 2017), onde são bem mais numerosos.

Importa notar, efetivamente, que apesar da semelhança nos resultados, com a ausência de ataques bem-sucedidos do Daesh nestes dois países magrebins, existe uma diferença importante entre Marrocos e a Argélia. Marrocos destaca-se na lista dos Estados com maior percentagem de voluntários do Daesh *per capita*. Já a Argélia destaca-se pela razão oposta, como um dos Estados com menos voluntários nas fileiras do Daesh. Aí o receio maior parece ser sobretudo do contágio e da infiltração de afiliados do Daesh a partir da Líbia e da Tunísia (Muir, 2017). Pode ser que este facto reflita um maior controlo das fronteiras pela Argélia, tendo-se mesmo verificado nos últimos anos mais investimentos em homens e meios para esse efeito. Mas parece improvável que essa seja a única razão. No caso da Argélia, há também que ter em conta o peso do trauma da guerra civil argelina dos anos 1990 entre o Estado secular e o islamismo radical e violento. Há quem questione o peso real desta memória traumática hoje, tendo em conta que muitos dos jovens argelinos não viveram esses anos. Mas do nosso ponto de vista isso não significa que a memória – neste caso familiar – desses anos tenha desaparecido ou deixado de ser marcante. E há ainda que ter em conta as respostas do Estado argelino no sentido de uma certa cooptação controlada de setores islamitas, através de políticas de combate à radicalização.

No caso de Marrocos, um fator também a ter em conta no sucesso do combate ao terrorismo no reino é a legitimação religiosa histórica da monarquia, e por isso uma maior capacidade de controlo do Islão pelo Estado. A saída do país dos voluntários marroquinos do Daesh pode ser interpretada como um sinal da dificuldade de se organizarem no interior dele, e/ou da falta de apoios, seja pela eficácia das medidas de segurança do Estado, seja pela possibilidade de participação na política de grupos islamitas moderados.

Em ambos os casos, importa notar que pelo menos ao nível das declarações e também de algumas ações, os governos de Rabat e Argel não se limitaram a uma resposta repressiva e securitária, mas foram além disso, com políticas de gestão do espaço religioso no sentido da prevenção e desradicalização. Mais questionável é se

7 A respeito da política marroquina no combate ao terrorismo e radicalização ver Tamek (2014).

a resposta ao nível das políticas económicas e sociais, combate à marginalização de certos setores e regiões terá sido tão bem-sucedida, algo que os recentes incidentes no Rif marroquino vieram chamar a atenção.

Para o futuro, um dos problemas a acompanhar é, desde logo, o grau de cooperação ou rivalidade entre estes dois Estados, os melhor capacitados para combater as ações violentas do Daesh ou grupos semelhantes de jihadismo violento no Magrebe. De momento parece haver um entendimento mínimo entre Argel e Rabat, pelo menos no sentido de evitar usar estes grupos contra o Estado vizinho. Mas a cooperação efetiva parece ser relativamente reduzida. Seria também fundamental, que a tradicional rivalidade e tensões entre ambos não seja obstáculo a uma maior cooperação a nível regional seja no Magrebe, seja no Sahel. Isso é especialmente importante nesta fase em que os veteranos sobreviventes do Daesh, mantendo a filiação a este grupo ou não, estarão à procura de brechas por onde possam infiltrar-se e reconstituir-se nesta vasta região do Magrebe e do Sahel, levando a cabo ou incentivando atentados que mostrem que estão vivos e ativos.⁸

Tendo em conta o número de tentativas de atentados detetados pelos serviços de segurança marroquinos, não seria inconcebível que algum atentado do Daesh ou dos seus veteranos venha a ter sucesso em Marrocos. De momento, um ataque terrorista de jihadistas *takfiri* organizado internamente parece mais improvável na Argélia, mas não impossível, sobretudo se houver alguma falha na segurança da longa fronteira com a Líbia e a Tunísia ou mesmo com o Sahel. Uma alteração maior, um agravamento mais significativo da ameaça nestes dois Estados magrebinos só parece provável se se verificar uma crise significativa em Marrocos e na Argélia. Embora de momento não haja indicações nesse sentido, a estabilidade dos regimes marroquino e argelino pode ser abalada pelo desafio cada vez mais inadiável da sucessão presidencial na Argélia, e pela questão em aberto da popularidade a prazo das reformas constitucionais limitadas levadas a cabo em Marrocos.

Há um Futuro do Daesh no Magrebe?

É importante não desvalorizar os resultados importantes obtidos com a eliminação completa do controlo de território no Norte de África pelo Daesh, mas também de não os sobrestimar. Por um lado, é evidente que o Daesh é mais do que um simples proto-estado revolucionário, como fica evidente, desde logo, pelas suas origens como o grupo terrorista derivado da al-Qaeda. Por outro lado, é claro que em termos de capacidade de recrutamento, de produção de propaganda sofisticada, e sobretudo de coordenação de ataques, faz diferença que o Daesh tenha sofrido esta

8 A este respeito há uma série de importantes relatórios do International Crisis Group, designadamente “Algeria and its neighbours” (International Crisis Group, 2015) e “How the Islamic State Rose, Fell and Could Rise Again in the Maghreb” (International Crisis Group, 2017).

derrota no terreno e também no campo simbólico, uma vez que abalou a sua aura de invencibilidade e o apelo da restauração de um poderoso Califado no coração tradicional do mundo Islâmico.

Um conflito não-convencional, uma insurreição armada, não se resolvem com vitórias meramente convencionais, e por isso tendem a ser uma luta prolongada e difícil. Exemplo disso mesmo é o temor dos chamados «retornados do Califado», veteranos do Daesh. Aqui há que sublinhar que a ameaça parece colocar-se sobretudo no caso da Líbia como Estado colapsado. No caso de Marrocos e da Argélia é provável que estes veteranos tenham dificuldades em regressar ao país sem serem detetados e detidos. Mas há uma saída a sul, por via do Sahel.

Sendo importantes os avanços no campo da segurança no sentido mais estrito, policial e militar, tal não é suficiente, embora seja indispensável. Porém, é difícil saber qual a combinação de políticas e de investimentos que resultarão melhor no sentido de combater o sentimento de marginalização, a ideia de que se vive uma situação sem saída. Mas estas dificuldades, não devem paralisar iniciativas mais holísticas para combater o terrorismo jihadista, sendo de assinalar que um dos dados mais importantes a sobressair é a importância de se procurar o reforço de investimentos em regiões tradicionalmente mais desfavorecidas do Magrebe.

Por fim, mesmo no campo da segurança e defesa, há espaço para melhorias. Seria importante que os passos dados no sentido da cooperação e da troca de informações fossem reforçados e institucionalizados para se evitar, havendo uma perceção de menor risco de ataques, um regresso a desconfianças e reservas que possam abrir brechas por onde possam surgir novos grupos ou novos atentados. A persistente incerteza da situação na Líbia e no Sahel e a fluidez dos grupos jihadistas *takfiri* apontam para a dificuldade de prever a evolução futura desta ameaça, ainda que seja claro que de momento sofreu derrotas importantes no Magrebe. Uma ameaça violenta partilhada deveria ser um forte incentivo a uma colaboração continuada. Veremos se é o caso.

Daesh: Derrotado, mas ainda Perigoso

O projeto de expansão territorial do autoproclamado “Estado Islâmico”, em particular no Médio Oriente, mas também no Magrebe, foi militarmente derrotado. Porém, o perigo representado por movimentos de matriz jihadista *takfiri* não se limita a ganhos e perdas de território. Assenta, desde logo, na capacidade de propaganda por via de uma narrativa radical e radicalizadora, baseada em discursos identitários de natureza religiosa, procurando recrutar todos os que estejam vulneráveis para a prossecução de uma estratégia insurgente.

Se o Daesh fracassou na ambição de estabelecer um Califado no Médio Oriente e no Magrebe, teve sucesso numa propaganda sofisticada com uma grande eficácia narrativa, dando continuidade à doutrina iniciada pela al-Qaeda, mas alargando a

base de recrutamento e potenciando os múltiplos instrumentos à sua disposição, em particular as novas tecnologias.

A derrota do autoproclamado “Estado Islâmico” poderá fazer regressar aos países de origem milhares de operacionais com treino e experiência em cenários de violência extrema, o que exigirá uma abordagem integrada e eficaz de desradicalização e reintegração. Poderá, igualmente, levar à deslocação destes operacionais para outros cenários de conflito, designadamente em áreas ocupadas por grupos que prometeram lealdade ao Daesh e à causa jihadista *takfiri*, levando com eles significativas capacidades. Poderá, finalmente, provocar novas cisões e alianças entre grupos já existentes, com distintos interesses e estratégias de ação. Em boa medida, tal já aconteceu no início da década de 2000 com a al-Qaeda, dando origem ao “Estado Islâmico do Iraque”, ilustrando a grande capacidade de adaptação destes grupos, em vagas de crescente radicalização violenta.

Apesar das transformações verificadas, existem fatores cruciais que se mantêm e que ajudaram a explicar a ascensão do Daesh: a fragilidade das estruturas estatais e a existência de “vazios de poder” potenciam o surgimento e expansão de movimentos radicais e insurgentes; conflitos sectários fomentam o desenvolvimento de perceções de marginalização e revolta violenta; uma resposta simplesmente militar não resolve a natureza estrutural dos conflitos que alimentam narrativas baseadas em discursos identitários e desigualdades de acesso a recursos e estruturas de poder. Ignorar as múltiplas dimensões desta ameaça é desvalorizar o perigo que o jihadismo *takfiri* representa, não só no Médio Oriente e Magrebe, mas à escala global.

Referências

- 20 Minutes, 2017. L’Afrique du Nord s’inquiète du retour des combattants de Daesh, 16 de novembro. Disponível em <http://www.20minutes.fr/monde/daesh/2169971-20171116-afrique-nord-inquiete-retour-combattants-daesh>.
- Al Jazeera, 2014. Sunni rebels declare new ‘Islamic caliphate’, 30 de junho. Disponível em <https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/06/isil-declares-new-islamic-caliphate-201462917326669749.html>.
- APS, 2017. Terrorisme: l’Algérie maintient un haut niveau de vigilance, 23 de outubro. Disponível em <http://www.aps.dz/algerie/64343-lutte-anti-terrorisme-l-algerie-maintient-un-haut-niveau-de-vigilance-sur-son-territoire-et-aux-frontieres>.
- Armajani, J., 2012. *Modern Islamist Movements: History, Religion, and Politics*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Bunzel, C., 2015. From Paper State to Caliphate: The Ideology of the Islamic State. *Brookings Analysis Paper* n.º 19. Disponível em <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/The-ideology-of-the-Islamic-State.pdf>.

- Business News, 2017. Un militaire décédé et 5 autres blessés à Kasserine, 11 de dezemb-ro. Disponível em <http://www.businessnews.com.tn/deces-dun-soldat-a-kasserine,520,76583,3>
- Byman, D. L., 2017. The Islamic State's long-term threat to the Middle East. Brookings Institution, 28 de julho. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/markaz/2017/07/28/the-islamic-states-long-term-threat-to-the-middle-east/>.
- Cameron, G., 2017. Timeline: the Rise, Spread and Fall of the Islamic State. The Wilson Center. Disponível em <https://www.wilsoncenter.org/article/timeline-the-rise-spread-and-fall-the-islamic-state>
- CBS News, 2015. Libya a massive safe haven for ISIS now, U.N. warns, 1 de dezembro. Disponível em <https://www.cbsnews.com/news/libya-safe-haven-isis-3000-fighters-un-warns/>.
- Comissão Europeia, 2017. Europeans' Attitudes towards Security. *Special Eurobarometer 464b*. Brussels: Directorate-General for Migration and Home Affairs. Disponível em https://ec.europa.eu/home-affairs/news/europeans-attitudes-towards-security_en.
- Devlin, J. F., 1991. The Baath Party: Rise and Metamorphosis. *The American Historical Review* n.º 96, pp. 1396-1407.
- El Amrani, I., 2016. How much of Libya does the Islamic State control? *Foreign Policy*, 18 de fevereiro. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2016/02/18/how-much-of-libya-does-the-islamic-state-control/>.
- Erickson, A. e Karklis, L., 2017. Every 2017 terrorist attack, mapped. *The Washington Post*, 18 de janeiro. Disponível em https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2018/01/18/every-2017-terrorist-attack-mapped/?utm_term=.c69519f3acdd.
- France 24, 2017. Mali: cinq pays du Sahel envisagent une force commune pour 'lutter contre le terrorisme', 7 de fevereiro. Disponível em <http://www.france24.com/fr/20170207-mali-pays-g5-sahel-force-commune-lutte-contre-terrorisme-jihadistes-idriss-deby>.
- International Crisis Group, 2015. Algeria and its Neighbours. *ICG Middle East and North Africa Report* n.º 164. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/north-africa/algeria/algeria-and-its-neighbours>.
- International Crisis Group, 2016. Jihadist Violence in Tunisia: The Urgent Need for a National Strategy. *ICG Middle East and North Africa Briefing* n.º 50. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/north-africa/tunisia/jihadist-violence-tunisia-urgent-need-national-strategy>.
- International Crisis Group, 2017. How the Islamic State Rose, Fell and Could Rise Again in the Maghreb. *ICG Middle East and North Africa Report* n.º 178. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/north-africa/178-how-islamic-state-rose-fell-and-could-rise-again-maghreb>.
- Jawara, 2016. Kasserine: Un soldat retrouvé mort à son domicile, 5 de novembro. Disponível em <http://m.jawharafm.net/fr/article/kasserine-un-soldat-retrouve-mort-a-son-domicile/90/44992>.

- Le 360, 2016. Terrorisme: El Khayam, directeur du BCIJ, dit tout sur la coopération avec la France, 21 de janeiro. Disponível em <http://fr.le360.ma/politique/terrorisme-el-khayam-directeur-du-bcij-dit-tout-sur-la-cooperation-avec-la-france-61809>.
- Mckernan, B., 2017. Isis is regrouping for battle after losing Mosul and Raqqa, warn Libyan forces. *The Independent*, 27 de julho. Disponível em <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/isis-regrouping-libya-forces-mosul-raqqa-islamic-state-syria-iraq-islamic-state-a7862606.html>.
- Mills, C., 2018. ISIS/Daesh: what now for the military campaign in Iraq and Syria? *House of Commons Library Briefing* n.º 8248, 7 de março. Disponível em <https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-8248>.
- Muir, J., 2017. Nationalities of Foreign Fights. *BBC News*, 17 de outubro. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35695648>.
- Nissenbaum, D., 2015. Months of Airstrikes Fail to Slow Islamic State in Syria. *The Wall Street Journal*, 14 de janeiro. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/u-s-led-airstrikes-fail-to-slow-islamic-state-in-syria-1421271618>.
- Owen, R., 2004. *State Power and Politics in the Making of the Modern Middle* (3rd edition). London: Routledge.
- Remnick, D., 2015. Telling the Truth about ISIS and Raqqa. *The New Yorker*, 22 de novembro. Disponível em <https://www.newyorker.com/news/news-desk/telling-the-truth-about-isis-and-raqqa>.
- Reuters, 2017. Syria declares victory over Islamic State, 9 de novembro. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-islamic-state/syria-declares-victory-over-islamic-state-idUSKBN1D91QJ>.
- Schmitt, E., 2017. Warnings of a 'Powder Keg' in Libya as ISIS Regroups. *The New York Times*, 21 de março. Disponível em https://www.nytimes.com/2017/03/21/world/africa/libya-isis.html?_r=1.
- Tamek, M. S., 2014. Morocco's Approach to Countering Violent Extremism. *Washington Institute for Near Policy Policy Watch* n.º 2254, 16 de maio. Disponível em <http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/moroccos-approach-to-countering-violent-extremism>.
- The Soufan Group, 2016. The Islamic State's Tunisia Strategy, 8 de março. Disponível em <http://www.soufangroup.com/tsg-intelbrief-the-islamic-states-tunisia-strategy/>.
- Webdo.tn, 2017. Kasserine: Un soldat tué et six blessés par une mine, 11 de dezembro. Disponível em <http://www.webdo.tn/2017/12/11/kasserine-soldat-tue/>.
- Wintour, P., 2016. ISIS loses control of Libyan city of Sirte. *The Guardian*, 5 de dezembro. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2016/dec/05/isis-loses-control-of-libyan-city-of-sirte>.

Extra Dossîe

Conservadorismo Americano e o Neoconservadorismo: A Dicotomia na Cultura Política Norte-Americana

Cristiano Cabrita

Professor auxiliar na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Lusíada de Lisboa. Investigador integrado na CLIPIS – Centro Lusíada de Investigação em Política Internacional e Segurança. Investigador associado no CIEP – Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

Resumo

Durante a última campanha presidencial norte-americana, e ainda recentemente, Donald Trump assumiu com alguma insistência que era o herdeiro ideológico de Ronald Reagan. Ora, dificilmente se pode considerar Trump como um causídico do conservadorismo tradicional reaganiano tendo em conta a sua posição em temas como o aborto, a emigração, a saúde ou a política externa. Igualmente, no âmbito das primárias republicanas, o Senador Rand Paul, num comício republicano em Nashua, New Hampshire, atacou Hillary Clinton acusando-a de ser “neoconservadora” em termos de política externa. O problema que despontou durante este período de debate – e que de certa maneira não está inteiramente esclarecido – foi a imprecisão conceptual e metodológica que emergiu em torno do significado “conservador”, em geral, e do “conservadorismo americano” e “neoconservadorismo”, em particular. Na verdade, muitas vezes – erradamente – os conceitos foram confundidos e /ou diluídos num único significado. Por conseguinte, é esse o exercício clarificador que nos propusemos com a elaboração deste artigo.

Abstract

**American Conservatism and Neoconservatism:
The Dichotomy in the American Political Culture**

During the last US presidential campaign, and even more recently, Donald Trump argued with some insistence that he was the true ideological heir of Ronald Reagan. The truth, however, is to some extent different. Trump can hardly be considered as a heiritor of Reagan conservatism in view of its position on issues such as abortion, emigration, health or foreign policy. Likewise, within the Republican primaries, Senator Rand Paul, at a Republican rally in Nashua, New Hampshire, attacked Hillary Clinton accusing her of being “neoconservative” in foreign policy. The problem that emerged during this period of political debate was the conceptual and methodological imprecision that occurred when using specific concepts, such as “conservative”, “American conservatism” and “neoconservatism”, among others. In fact, often – incorrectly, we might ad – these terms have been confused and frequently misused, even in the research literature. Therefore, our main goal in this paper is, precisely, to clarify the present debate.

Durante a última campanha presidencial norte-americana, e ainda recentemente, Donald Trump assumiu com alguma insistência que era o herdeiro ideológico de Ronald Reagan. Embora o objeto da presente análise não seja esse, muito dificilmente se pode considerar Trump como um causídico do conservadorismo tradicional reaganiano tendo em conta a sua posição em temas como o aborto, a emigração, a saúde ou a política externa. A título de exemplo, Reagan ficou na História como o presidente norte-americano responsável pela impulsão da União Soviética e pelo fim da Guerra Fria. Por sua vez, o sucessor de Barack Obama na Casa Branca é contra a ideia de excecionalismo americano. Reagan abraçou-a com toda a sua a força – “a cidade no topo da colina” – vincando o papel especial dos Estados Unidos da América (EUA) no mundo. Relativamente à emigração, Reagan, em 1986, apoiou legislação para regularizar a situação de milhões de imigrantes ilegais. Já Trump tem adotado um discurso típico da extrema-direita baseado na construção de “muros” e no combate à imigração ilegal vinda do sul (visando, principalmente, o México) e dos países muçulmanos (onde a maioria é, para o republicano, radical ou terrorista). Neste ponto, o discurso do 45.º Presidente dos Estados Unidos é alimentado pelo medo e pela xenofobia enquanto o ideal do ex-governador da Califórnia era pautado pela esperança e otimismo. Além disso, contrariamente a Trump, quando Ronald Reagan se candidatou pela primeira vez à presidência dos EUA (1980) já tinha uma larga experiência política. Reagan tinha um discurso articulado sobre o papel do Estado, sobre as matérias económicas e políticas, enquanto o discurso do seu “herdeiro” é errante. Quanto à política externa, o atual presidente norte-americano tem um discurso populista, nacionalista e unilateral baseado no abandono das instituições internacionais (Baer, 2017; Caryl, 2017). Verdade seja dita, existe um ponto em comum – talvez o único – que os aproxima: antes de se afirmarem como conservadores ambos tiveram um passado liberal democrata. Igualmente, no âmbito das primárias republicanas, o Senador Rand Paul, num comício republicano em Nashua, New Hampshire, atacou Hillary Clinton acusando-a de ser “neoconservadora”, em termos de política externa. Sempre numa linha pejorativa, Paul afirmava que Clinton era herdeira de uma doutrina intervencionista que alcançou o seu expoente máximo com George W. Bush e que havia, segundo ele, prejudicado gravemente a posição dos EUA na política internacional.

E, nos últimos meses da campanha presidencial, um novo facto político emergiu na órbita da candidatura de Clinton: o apoio (mais ou menos explícito) de conservadores ideologicamente próximos do Partido Republicano como Max Boot, Robert Kagan, Elliot Cohen e William Kristol (Heilbrunn, 2014). Todos eles – excetuando Kagan que entretanto se tornou “independente” e “intervencionista liberal” – fazem parte de uma terceira geração de neoconservadores, os *neocons*, que é herdeira de uma tradição doutrinal com raízes complexas na história política norte-

-americana e que tem marcado o confronto político nos EUA nas últimas duas décadas: o neoconservadorismo.

A influência desta corrente intelectual, originalmente marxista anti-estalinista, foi visível na Administração de Ronald Reagan com ideias em torno do apoio à democracia, ao globalismo e ao anticomunismo. Contudo, seria após o 11 de setembro de 2001 que esta escola de política externa transformaria a política norte-americana. Especificamente o apoio à decisão de invadir o Iraque, em março de 2003, conotaria daí em diante os *neocons* com um certo intervencionismo democrático, unilateral e hegemónico das administrações de George W. Bush. Mas o cerne da questão é muito mais complexo.

O problema que despontou durante este período de debate – e que de certa maneira não está inteiramente esclarecido – foi a imprecisão conceptual e metodológica que emergiu em torno do significado “conservador”, em geral, e do “conservadorismo americano” e “neoconservadorismo”, em particular. Na verdade, muitas vezes – erradamente – os conceitos foram confundidos e /ou diluídos num único significado.

Por conseguinte, é esse o exercício clarificador que nos propusemos com a elaboração desta investigação. Ou seja, como é que podemos definir o conservadorismo americano? Qual é a sua importância para o entendimento da cultura política norte-americana? Como é que se distingue do neoconservadorismo? E, não menos importante, quais são as suas ramificações?

Conservadorismo Americano

A desconstrução da palavra “conservador”, sem um raciocínio muito longo e elaborado da nossa parte, levar-nos-ia muito provavelmente para algo do género: alguém que pretende manter e/ou conservar uma situação existente ou que denota aversão em mudar determinado estado de coisas. Este seria o raciocínio mais ou menos imediato. José Tomaz Castello-Branco (2014, pp. 155-156) sublinha esta forma de pensar quando afirma que a natureza do conservadorismo é *de per se* desconfiada. Desconfiada de qualquer matriz que procure, nas suas palavras, desenvolver uma “ação política com vista a alcançar um qualquer resultado previamente antecipado no plano das ideias”. É por isso que se assume mais como “anti-ideologia” do que “ideologia”. Logo, acrescenta, “o conservadorismo é mais facilmente concebível de forma negativa que de forma positiva”. De uma maneira mais clara, e num sentido limitativo do termo, o conservadorismo procura, “conservar”, “preservar”, sendo que a característica que o melhor o identifica é, precisamente, a sua “desconfiança perante a ideia segundo a qual a sociedade pode ser objeto da aplicação de um plano”.

Resumindo, pode-se afirmar que um conservador é aquele que pretende manter o *status quo* — ou seja, uma pessoa que deseja conservar as leis, as regras, os códigos

morais e de comportamento com as quais a sociedade é regida num determinado período de tempo. Um conservador sente-se confortável na ordem existente. Um conservador defende e procura manter o tradicional contra aquilo que é temporário (Critchlow e MacLean, 2009, pp. 68 e 178). Até certo ponto, pode-se dizer que um “conservador é sempre alguém radicalmente situado” (Branco, 2014, pp. 157-171). Radicalmente situado no sentido em que o “que é valorizável, aos olhos do conservador, é a experiência adquirida. O que é antigo é reconhecido precisamente porque se presume experimentado” e, sobretudo, porque resistiu ao mais importante teste: “o teste do tempo”. Como se pode constatar, portanto, é o teste da experiência que é importante para o conservador. A maioria dos conservadores contemporâneos preocupa-se com a decadência da família, com o divórcio, com os filhos fora do casamento, com a perda da autoridade, com o relativismo, com os estilos de vida alternativos, com a desintegração do tecido social, com a promiscuidade e com a criminalidade. Por que é que isto acontece? Porque, por um lado, estes fenómenos são considerados como desvios da ordem natural e também porque, por outro lado, não têm a confirmação da experiência histórica.

Ora, discorrer sobre o conservadorismo americano em apenas algumas páginas não é tarefa fácil tal a complexidade histórica daquilo que foi a sua evolução ideológica. Contudo, é possível afirmar com alguma segurança que nos últimos 50 anos o conservadorismo tornou-se uma importante corrente política nos EUA. E, muito embora o movimento seja relativamente recente, pode-se circunscrever algumas ideias gerais do pensamento conservador americano. Assim, para que o estudo não perca objetividade, iremos, em primeiro lugar, apresentar uma visão sobre os quatro pilares (Regnery, 2013, pp. 3-4) que caracterizam esta ideologia, para depois procurarmos mencionar cada especificidade de cada uma das vertentes dos vários “conservadorismos”.

O primeiro pilar do conservadorismo americano é a liberdade. Os conservadores acreditam que os indivíduos têm um “direito inato à vida, à liberdade, à propriedade, sendo que os exercem adstrito de qualquer força arbitrária e através da sua vontade natural”. Acima de tudo, significa o exercício da liberdade individual não condicionada a qualquer tipo de opressão por parte do Estado e, ao mesmo tempo, “a garantia da proteção do Estado contra qualquer tipo de opressão”. Traduz-se, portanto, no exercício da liberdade política e económica e na consagração das liberdades de expressão e religião. O conservadorismo baseia-se na premissa de que o “alcance da virtude é o propósito da nossa existência e que a liberdade é uma componente essencial dessa virtude”.

O segundo pilar da filosofia conservadora é a defesa da ideia de ordem e tradição. O conservadorismo tem na sua essência a defesa de um conjunto de valores que foram estabelecidos ao longo dos séculos e que foram os responsáveis pela edificação de uma sociedade ordeira. Os conservadores “acreditam na natureza humana”,

ou seja, acreditam que os indivíduos são capazes de construir uma “sociedade que respeite direitos existentes e que consiga também opor-se às forças do mal”. O grande fundamento é precisamente a defesa da ordem por oposição à desordem, vista como potencialmente responsável pela desagregação das sociedades. A desordem descreve tudo aquilo que o conservadorismo não é.

O terceiro pilar é a defesa do Estado de Direito (*rule of law*). O conservadorismo americano é baseado na convicção de que é crucial a existência de um sistema jurídico confiável que seja igual para todos. Isto quer dizer que tanto os governantes, como os governados estão sujeitos à *rule of law*. A *rule of law* promove prosperidade e protege a liberdade, por exemplo, através da consagração dos princípios constitucionais. Simplificando, um Governo assente nas leis e não na vontade dos homens é a única maneira de garantir a justiça.

O quarto e último pilar do conservadorismo americano é a defesa da crença religiosa. Este acto significa a adesão a conceitos mais amplos relacionados com a fé religiosa – justiça, virtude, lealdade, caridade, sentido de comunidade e sentido de dever. São nestes conceitos que os conservadores baseiam a sua filosofia. Consideram que existe uma “aliança com Deus que transcende a política e que determina um conjunto de regras para a política”. Para os conservadores tem que existir uma “autoridade superior ao homem; maior do que qualquer homem, Rei ou Governo; nenhum Estado pode exigir uma obediência total por parte dos indivíduos; nem um controle efetivo sobre todos os aspetos das suas vidas”. Tem, isso sim, que existir uma ordem moral que apoie e fortaleça a ordem política. Esta explicação vai de encontro ao pensamento de Gregory Schneider (2009, p. xii) quando este refere que o conservadorismo tem um carácter “proteano”, isto é, assume várias formas, é variável. Naturalmente, nem todos os conservadores acreditam nestes pilares de forma igual existindo, consequentemente, contradições, ou simplesmente diferentes formas de interpretar esta ideologia. E é por isso que concordamos com João Pereira Coutinho (2014, p. 16) quando este afirma que o “conservadorismo não existe”, o que existe são “conservadorismos”. Mais importante, partilhamos da convicção deste autor quando assume que o conservadorismo americano é a expressão de uma evolução do conservadorismo, evolução essa que tem na Revolução Francesa de 1789 a origem da emergência do conservadorismo moderno como ideologia.

Neste ponto não poderíamos deixar de mencionar o nome de Samuel P. Huntington (1954, pp. 454-455). O autor analisa a natureza do conservadorismo de uma maneira positiva – mas não deixando de ser provocadora para a tradição conservadora –, como uma ideologia. Por ideologia referia-se a “um sistema de ideias preocupado com a distribuição de valores político-sociais e tolerado por um grupo social importante”. Fá-lo, delimitando historicamente o seu campo de análise e socorrendo-se de três teorias que ao longo dos tempos procuraram explicar o conservadorismo como ideologia.

A primeira, a “teoria aristocrática”, define o conservadorismo como a “ideologia de um único e específico movimento histórico”. Este movimento histórico teria sido a reação das classes feudo-aristocrático-agrárias que se opuseram à Revolução Francesa de 1789 e a ascensão da classe burguesa no século XVIII e na primeira metade do século XIX. Neste caso, para Huntington, o conservadorismo estaria conotado com a ideologia associada à aristocracia; o socialismo e o marxismo expressavam a forma de pensar do proletariado e, por último, o liberalismo conotar-se-ia com a burguesia.

A segunda teoria analisada por Huntington – a “teoria autónoma” –, considera que o conservadorismo não estava circunscrito aos interesses de nenhum grupo em particular, nem dependente de nenhuma “configuração histórica de forças sociais”. Neste caso em concreto, o conservadorismo era entendido como “um sistema autónomo de ideias [...] geralmente válido”. Autónomo no sentido em que estava desprovido de circunscrições temporais e classistas, tornando o indivíduo num ser pensante que, independentemente da sua “afiliação social”, e fazendo uso da sua inteligência, ultrapassaria barreiras sociais e de classes. O resultado seria um conservadorismo mais abrangente, considerado pelo próprio autor como um tipo de conservadorismo próximo do neoconservadorismo.

A terceira teoria referida por Samuel Huntington é aquela que para o autor melhor explica o conservadorismo como ideologia. A sua abordagem é uma tentativa de conferir um maior rigor ao significado do conservadorismo enquanto ideologia. Esta teoria que Huntington denomina de “situacional” diz essencialmente que o conservadorismo é uma ideologia que está dependente da existência de uma “situação” para se afirmar como ideologia. Neste caso, Huntington vê o conservadorismo como “uma ideologia que nasce de [...] um tipo de situação histórica em que um desafio importante é direcionado às instituições estabelecidas e em que os apoiantes dessas mesmas instituições empregam a ideologia conservadora em sua defesa”. Implicitamente está um certo significado reativo em que o conservadorismo surge como defensor das instituições, em particular das instituições americanas, contra potenciais ameaças “à ordem estabelecida”.

Sobretudo, é importante dizer que a teoria “situacional” resulta da rejeição de Huntington das duas primeiras teorias. Em termos gerais, a sua negação é feita porque: (1) não concorda com a limitação que a “teoria aristocrática” faz entre a adoção de posturas conservadoras e a classe aristocrática. Ora, a História está cheia de exemplos em que autores conservadores (por exemplo, Edmund Burke), não sendo aristocratas, adoptaram uma linha conservadora; e (2) rejeita a explicação demasiado vaga da “teoria autónoma”, nomeadamente pela tentativa que faz em criar uma teoria sem ligação ao elemento histórico. Compreende-se, assim, o raciocínio de Huntington na medida em que a teoria “situacional” permite distinguir um conservador de um reacionário e permite igualmente a defesa intransigente das institui-

ções, remetendo-nos para uma definição do conservadorismo próxima da concepção burkeana.

Esta certa ideia de “emancipação” enquanto ideologia política está invariavelmente associada a Edmund Burke, mas Pereira Coutinho (2014, pp.18 e 46) avança com uma consideração que merece a nossa concordância: “Burke pode ser o precursor do conservadorismo moderno. Mas antes de iniciar essa tradição, ele é parte de uma tradição”. No seu limite, a reação conservadora de Burke apresenta-se contra a “radicalidade de quem procura destruir o presente para inscrever sobre as suas ruínas novas formas de organização política”. E, de facto, assim é. Mas já voltaremos a este ponto mais à frente quando abordarmos a ligação de Burke com o conservadorismo tradicional. Por agora importa reter que só entenderemos esta complexidade se analisarmos as dicotomias existentes entre as principais ramificações do conservadorismo americano, que consideramos como as mais importantes para entender esta análise: os tradicionalistas, os libertários, os paleoconservadores e os neoconservadores (Wolfson, 2004, pp. 216-226). Aliás, o neoconservadorismo deve ser, em parte, entendido por oposição àquilo que são os seus principais rivais conservadores. Por essa razão, como referimos no início da análise deste ponto em específico, temos que olhar primeiramente para o conservadorismo americano de maneira a que, numa segunda fase, o possamos distinguir do neoconservadorismo. É o que faremos de imediato.

Neste contexto, o conservadorismo tradicional parte de uma base que defende a lei natural e a ordem moral. É através deste sentido de organização (assente na Razão e na Fé) que o indivíduo edifica uma sociedade ordeira e organizada. Para estes tradicionalistas, a Razão existe antes da própria Civilização. Este tipo de conservadorismo consagra a família e os seus padrões tradicionais na medida em que acredita que as tradições e os costumes devem guiar o homem na sua vida societária. Ponto de interesse e distinto é o facto de abordarem a sociedade como uma entidade hierarquizada. Quer isto dizer que é no reconhecimento que as estruturas políticas conferem à existência de classes distintas, de desigualdades, de diferenças económicas e sociais que está o segredo para uma comunidade estável. A hierarquia permite a preservação de uma comunidade como um todo e não apenas a proteção de determinados indivíduos. São igualmente protetores de uma ideia de patriotismo, defendendo os princípios da civilização ocidental clássica e das grandes manifestações culturais (Farmer, 2005). O conservadorismo dito tradicional tem como grande inspirador político Edmund Burke nomeadamente na defesa que este autor faz da lei natural moral e da tradição ocidental. Sobretudo, porque Burke (2005, pp. 34-35), era um forte defensor de três pontos muito importantes para esta tradição: (a) a defesa de uma liberdade ordeira; (b) a defesa de instituições como a família, o Estado e a Igreja; e (c) a consagração constitucional dos direitos inalienáveis dos indivíduos. Disso dá conta nas suas *Reflexões sobre a Revolução em França*.

Crítico do radicalismo francês defenderia intransigentemente os direitos concretos dos indivíduos, contra a subjetividade dos direitos “abstratos”.

De facto, iniciar qualquer análise sobre o conservadorismo tradicional obriga, consciente ou inconscientemente, a olhar para trás e pensar em Burke. Este autor é uma figura impar, diríamos incontornável, para entender o percurso deste conservadorismo. E aqui temos que recuar à Revolução Francesa de 1789. Não nos podemos esquecer que o mais natural teria sido Burke apoiar esta Revolução – enquanto líder parlamentar dos *Whigs* (antepassados dos liberais) –, até porque a sua carreira parlamentar fez-se, sobretudo, por um combate às ideias dos *Tories* (antepassados dos conservadores). Surpreendentemente, ele próprio levantaria sérias dúvidas sobre a forma como havia sido conduzida esta Revolução, dúvidas essas que ficariam explanadas nas suas *Reflexões*. Basicamente, e sem querermos alongarmo-nos na análise desta obra, Burke insurgir-se-ia contra o projeto revolucionário desenvolvido na outra margem do Canal da Mancha. Para um reputado *Whig* esta abordagem podia significar o descrédito e o fim da sua carreira política. Todavia, teria o tempo como seu aliado principal e com a execução de Luís XVI, em 1793, a França mergulha num clima revolucionário despótico e anárquico, dando razão a Burke. A partir daqui como que houve uma aceitação tácita da principal mensagem deste autor e, sobretudo, do seu significado. Ou seja, a Revolução Francesa distinguia-se da Revolução Inglesa de 1688 e da Revolução Americana de 1776, fundamentalmente, por defender a existência de uma liberdade ordeira na sociedade anglo-saxónica.

Mais do que isso, tal como defende João Carlos Espada (2010, pp. 17-20), sublinhava três teses fundamentais: a de que a ideia de “revolução total é absurda” e completamente ausente da herança liberal inglesa; a defesa de uma noção em que a liberdade política e o governo limitado são números da mesma equação e, finalmente, a não menos importante asserção que considera que “para limitar o governo não é necessário recorrer a uma filosofia que faça depender tudo da escolha dos indivíduos”. Fundamentalmente, a liberdade inglesa, por oposição ao despotismo francês, existia porque não havia sido “intoxicada” pelas ideias déspotas emanadas da Revolução Francesa. Parafraseando João Espada, é aqui que reside o “mistério inglês”, ou seja, um sentido de liberdade ordeira que não se deixou contagiar pelos efeitos negativos da Revolução Francesa. No século XVIII, o tradicionalismo burkeano seria transportado para as colónias americanas através das políticas e princípios do Partido Federalista. Federalistas como John Adams e Alexandre Hamilton opunham-se à Revolução Francesa e assumiam-se como defensores da moralidade cristã. Adams advogaria a necessidade de consagrar uma ordem social, enquanto Alexander Hamilton defendia o liberalismo económico e um forte governo central. O partido *Whig* (sucessores dos Federalistas) representaria o conservadorismo burkeano na América do século XIX.

Nos EUA, o mais proeminente tradicionalista é Russel Kirk, sendo que o seu grande mérito foi ter iniciado uma viragem no conservadorismo de uma perspetiva assente numa visão lockeana para uma visão mais suave, se quisermos uma visão aristocrática burkeana. Se no período pré-Segunda Guerra Mundial o típico conservador americano assemelhar-se-ia mais a um liberal de meados do século XIX – defensor do liberalismo económico –, o conservadorismo de Burke veio acrescentar algo de diferente. A ascensão do conservadorismo dito tradicional teve como ponto de partida a obra de Russell Kirk, *The Conservative Mind*, publicada em 1953. A ideia central por detrás desta obra, na linha do pensamento de Edmund Burke, e em que o conservadorismo moderno americano se baseia, é a defesa de uma ideia de liberdade ordeira. Refere-se àquilo que são os pressupostos da vivência em sociedade, do indivíduo, da comunidade, da liberdade e da responsabilidade individual, do conceito de governação limitada e do desenvolvimento económico. Kirk (2001, pp. 8-9) descreve seis princípios norteadores do conservadorismo: (1) “conceção de uma ordem transcendente, ou corpo de lei natural, que regula a sociedade e a consciência; (2) valorização da existência humana, em contraposição com a uniformidade redutora, como o igualitarismo, e dos meios utilitários que caracterizam a maioria dos sistemas radicais; (3) a convicção de que uma sociedade civilizada precisa de ordem e de classes, em detrimento de uma sociedade ‘sem classes’; (4) a defesa da ideia de que a ‘propriedade e a liberdade’ estão intrinsecamente ligadas; (5) a desconfiança daqueles que se apresentam como ‘salvadores’ que se propõem a reconstruir a sociedade baseados em desígnios abstratos – a ideia é limitar os impulsos anárquicos e a busca desenfreada pelo poder; e (6) o reconhecimento de que a mudança pode não ser uma reforma muito salutar. As mudanças que ocorrem na sociedade devem ser feitas com ponderação e ‘prudência’”.

Esta obra apresenta-se como uma sùmula das ideias de alguns dos mais importantes pensadores conservadores anglo-americanos do século XVIII até ao início do século XX. Em termos simples, a análise de Kirk remete-nos para a conclusão de que existe uma tradição do conservadorismo americano, que pode ser reportada à fundação da República Americana. Com este livro, Russel Kirk estabeleceu uma plataforma ideológica para a aceitação do conservadorismo no seio da sociedade norte-americana.

Num outro estudo completar, intitulado *The Roots of American Order*, publicado primeiramente em 1974, Russel Kirk vai mais longe no seu argumento. De acordo com este autor, a América não é apenas a terra dos bravos e da liberdade, mas também um lugar de liberdade ordeira que torna possível a prosperidade e a liberdade num sentido mais lato. Ao analisar cinco cidades – Jerusalém, Atenas, Roma, Londres e Filadélfia – Kirk (1991, pp. 6-9; 134; 183 e 416) chega à conclusão de que as raízes da ordem norte-americana estão assentes numa tradição profunda da história humana. As primeiras raízes, segundo o autor, remontam a Jerusalém com a perceção dos

Hebreus sobre a existência de uma “moral existencial premeditada” controlada por Deus. Foram, depois, reforçadas em Atenas com uma introspecção política e filosófica dos gregos e alimentadas, posteriormente, pela experiência romana sobre a consciência social e jurídica. Neste encadeamento histórico, foram entrelaçadas com o conhecimento cristão sobre os deveres e esperanças do homem e reforçadas com o costume, o conhecimento e o valor medieval. As raízes da ordem americana foram, ainda, reforçadas por dois acontecimentos políticos que ocorreram em Londres e Filadélfia. No primeiro caso, com o nascimento do espírito parlamentar como guardiões da *common law*. No segundo caso, com a Declaração de Independência dos Estados Unidos e com o delineamento dos pressupostos fundamentais da Constituição americana. Em Filadélfia, criar-se-ia uma governação distinta do legado europeu assente na ordem e na liberdade e não em governos absolutistas. Na vertente federalista foi possível edificar uma realidade política limitativa, separativa, cuidadosamente detalhada, dos poderes governativos.

A ascensão do conservadorismo na América não pode estar dissociada de um certo declínio do liberalismo americano, que se viu perdido entre o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt e a conceção da *Grande Sociedade* de Lyndon B. Johnson. Em larga medida, o movimento conservador americano teve na sua evolução histórica dois momentos significativos: o primeiro, do ponto de vista da política externa, na luta que manteve, diga-se com sucesso, contra a União Soviética e contra o comunismo, no contexto da Guerra Fria; o segundo, reportando-se à política interna, numa linha política assumida de responsabilização societária dos problemas económico-sociais. Deste ponto de vista, o conservadorismo, naquela que era uma das suas bandeiras, defenderia que o Governo Federal não devia assumir a maior fatia de responsabilidade, mas sim fomentar uma gestão responsável das finanças públicas.

Não se pense, porém, que este processo foi fácil. Com efeito, se olharmos para a evolução do movimento conservador americano chegamos à conclusão que somente no início dos anos 50 começa a ter alguma expressão. Esta relevância assentou, em larga medida, no trabalho desenvolvido por William F. Buckley Jr. e, em particular, com a criação da revista conservadora *National Review*, em 1955.

Esta forma de pensar está bem explícita na declaração editorial que William F. Buckley fez nas páginas da *National Review*, em 19 de novembro de 1955. Ao encerrar a sua posição editorial deixava bem evidentes quais eram as suas prioridades: (1) lutar para que o “governo central (em tempo de paz) proteja a propriedade, a liberdade e a vida dos seus cidadãos; (2) combater ‘o utopianismo satânico do comunismo’; (3) defender a ‘conformidade cultural’, protegendo a excelência na sociedade; (4) defender intransigentemente o sistema político bipartidário; (5) potenciar o liberalismo económico e o normal funcionamento dos mercados; e (6) opor-se contra qualquer tipo de política destinada a ceder soberania nacional a favor de organizações internacionais, como as Nações Unidas, ou a fomentar ideias

de governos mundiais”¹. Esta concepção “neoburkeana” refletia um desejo de “parar, refletir, reconsiderar” e talvez de “voltar ao passado” que grassava dentro dos círculos conservadores (Wolfson, 2004, p. 218). Em suma, a mais-valia política que Buckley veio trazer para o conservadorismo americano foi agregar a visão tradicional deste conservadorismo com uma visão interna baseada na liberalização econômica e com uma visão externa destinada a combater o comunismo, lançando as futuras bases ideológicas do conservadorismo presidencial do Presidente Ronald Reagan.

No que concerne ao libertarianismo, o mais importante é a liberdade. Para David Boaz (1998, pp. 2-18) a questão é muito simples: “o libertarianismo é a visão que defende que cada pessoa tem o direito de viver a sua vida conforme bem entende desde que respeite os direitos dos outros”. Qualquer que seja o objetivo político a atingir, a prerrogativa da liberdade deve servir de guia para o alcançar. Sublinha-se a liberdade individual, a liberdade política, a liberdade econômica e a liberdade de associação. Por outras palavras, representa o oposto do autoritarismo. Ao contrário dos liberais americanos, defensores de uma ordem dominada pelo Estado, e dos conservadores tradicionais que consideravam e acreditavam na autoridade religiosa, os libertários consideram que estes princípios são um atentado à liberdade individual (Schneider, 2009, p. xiii).

Segundo Boaz, existem um conjunto de ideias chave que sumarizam o libertarianismo: em primeiro lugar, os libertários encaram o indivíduo como a “principal unidade de análise social”. Sublinhando a importância da dignidade individual, o indivíduo assume os seus direitos mas também as suas responsabilidades. Depois, é frisada a importância dos direitos individuais que são inatos aos seres humanos e não conferidos por qualquer governo. É na segurança dos direitos constituídos, como o direito à liberdade, à vida e ao desenvolvimento económico que reside a essência do homem libertariano. Em terceiro lugar, encaram a necessidade de garantir um “certo grau de ordem” na sociedade, embora esta ordem seja diferente da liberdade ordeira burkeana associada ao conservadorismo tradicional. Aqui, a ordem nasce espontaneamente e deriva de uma vontade coordenada dos indivíduos na prossecução dos seus propósitos. Em quarto lugar, assumem a defesa do Estado de Direito (*rule of law*), sendo que a sociedade deve ser construída com base no seu reconhecimento. Por palavras mais simples, os indivíduos têm um conjunto de direitos salvaguardados e garantidos, que também são os direitos dos outros indivíduos, os quais merecem igual proteção perante a Constituição e que estão, obviamente, salvaguardados pela legislação. A quinta ideia chave enunciada por

1 Declaração editorial de William F. Buckley, *Our Mission Statement*, 19 de novembro de 1955. Disponível em <http://www.nationalreview.com/articles/223549/our-mission-statement/william-f-buckley-jr>.

Boaz diz respeito à questão da limitação do governo. Desde logo, são céticos acerca do papel autoritário desempenhado pelo Estado. Neste campo, as posições dos libertários divergem e podem ir desde a simples limitação da intervenção do governo até posições mais extremas que consideram que o Estado simplesmente não devia existir. Basicamente defendem que o poder não deve estar todo concentrado no Estado e que deve existir algum tipo de controlo constitucional sobre o mesmo.

Em termos económicos, consideram que: (1) o liberalismo económico é a melhor maneira de aumentar a prosperidade e por conseguinte a liberdade individual de cada um; (2) os indivíduos devem poder “guardar o fruto do seu trabalho”, aumentando a dignidade do trabalho. Aplica-se, neste caso, uma lógica de redistribuição justa dos rendimentos dos indivíduos contrariando a ideia de que a maior parte do rendimento deve estar nas mãos dos burocratas ou dos políticos; (3) todos os indivíduos prosperam se existir um mercado livre. Isto é, numa sociedade livre e justa onde exista uma “harmonia de interesses natural”, os conflitos sociais são reduzidos pela existência deste liberalismo económico. Por último, os libertarianos são firmemente contra a guerra, vista como opositora da liberdade num sentido lato até porque, segundo este conservadorismo, o conflito serve apenas para conferir mais poder às classes governantes.

Um dos autores que teve grande impacto no libertarianismo foi Barry Goldwater com a publicação de *The Conscience of a Conservative*. Para Goldwater (1960, pp. 11-18), a grande diferença entre o conservadorismo e o liberalismo é que o primeiro toma em consideração o “homem como um todo, enquanto os liberais têm propensão para olhar somente para o lado material da natureza humana”. O conservadorismo procura o “aumento espiritual” do homem como a principal “preocupação da filosofia política”, em detrimento do aspeto económico tão efusivamente defendido pelos liberais. No seguimento da herança burkeana, Barry Goldwater vinha fazer a defesa do conceito de um governo limitado baseado na observação em princípios constitucionais, “a constituição é um sistema de limitações contra a tendência natural do governo em expandir-se na direção do absolutismo”.

A terceira ramificação do conservadorismo que enunciámos é o paleoconservadorismo. O termo *paleoconservador* foi utilizado na década de 80 para distinguir entre aquilo que eram os conservadores tradicionais e os neoconservadores. Embora sejam conotados como herdeiros de um conservadorismo apoiado nos pressupostos de Russel Kirk, os paleoconservadores não são conservadores tradicionais na verdadeira aceção da palavra. O paleoconservadorismo defende a tradição; a noção de um governo limitado; a defesa de uma sociedade civil estruturada; o anticolonialismo e o antifederalismo (Scotchie, 1999, pp. 75-78). Tem uma relação crítica com o neoconservadorismo, nomeadamente no que concerne à intervenção militar,

ao multiculturalismo e à emigração legal. Para este conservadorismo, a ideia extrapolada pelo neoconservadorismo de uma cruzada global democrática é rejeitada. De igual modo, os paleoconservadores não partilham o entusiasmo dos neoconservadores ou libertários pelo capitalismo. Enquanto a esquerda denuncia o capitalismo por causa das desigualdades que gera, os paleoconservadores levantam algumas reticências devido ao seu igualitarismo. Para este conservadorismo, o capitalismo, ao gerar mudanças rápidas do ponto de vista económico, cria um efeito revolucionário ameaçador da ordem social. Por isso, são bastante conservadores no que diz respeito à cultura e ao livre comércio, opondo-se a noções amplas de liberalismo económico, mas também à globalização e à emigração (Dueck, 2010, p. 258). Assumem-se como os verdadeiros herdeiros de uma tradição conservadora crítica do Estado Social, considerado como o principal culpado da falência do Estado norte-americano. Ao contrário dos tradicionalistas, os paleoconservadores consideravam que o conservadorismo tinha perdido o contacto com a verdadeira tradição conservadora, muito em parte devido ao desenvolvimento económico-social das sociedades contemporâneas (Wolfson, 2004, p. 219).

O conservadorismo paleoconservador ganhou um impulso na década de 90 através de Patrick Buchanan quando este procurou reformular o Partido Republicano com as suas ideias. O seu objetivo não passava por recuperar antigos fundamentos conservadores mas sim operar uma profunda reforma de direita. Buchanan assumir-se-ia contra o liberalismo económico e contra a globalização no plano económico; contra a emigração e a favor de políticas a favor da natalidade no plano social; e defensor do isolacionismo na política externa. Existe uma passagem da sua obra *Where the Right Went Wrong* (2004, p. 17) que não resistimos a partilhar e que explana a sua forma de pensar: “o liberalismo económico faz a uma nação o que o álcool faz a um homem. Primeiro retira-lhe energia e vitalidade; depois a sua independência e finalmente a sua vida”. Depois desta introdução ao pensamento conservador, vejamos agora o que se entende por neoconservadorismo.

Neoconservadorismo

Adam Wolfson (2004, p. 216) considera que o “neoconservadorismo representa uma resposta natural do conservadorismo à modernidade, pelo menos na América, uma resposta com as suas próprias qualidades distintas, o seu próprio estilo e substância, as suas próprias forças e fraquezas”. A asserção de Wolfson não anda longe da verdade. De facto, o neoconservadorismo representa, primeiramente, uma rutura com o liberalismo dos anos 60 e 70. Daqui resultará posteriormente uma aproximação de um conjunto de intelectuais ao campo conservador, daí o nome *neo* (novo) conservador. Aproximação que far-se-á com ideias distintas do denominado conservadorismo americano. Aqui é necessário efetuar uma chamada de atenção. A viragem destes intelectuais para o campo conservador tem duas dimensões. Uma

relacionada com a política interna e uma outra direcionada para assuntos de política externa.

Em 1973, o escritor socialista Michael Harrington (1974, p. 435) popularizou o termo “neoconservador” num ataque que fez nas páginas da revista *Dissent* a figuras intelectuais como Irving Kristol, Daniel Bell, Daniel Patrick Moynihan e Nathan Glazer. Harrington reconhecia que os neoconservadores eram tão diferentes entre si que não consistiam uma escola de pensamento coerente, quanto mais um movimento político na verdadeira aceção da palavra. Estava, porém, convencido que a resposta daqueles às “falhas do Estado Social nos anos 60” tinha garantido uma espécie de estatuto de “fenómeno social/intelectual”.

Segundo Garry Dorrien (2004, p. 7) o rótulo de neoconservadores foi avançado por Harrington como forma de apelidar um antigo grupo de aliados e, assim, promover um “ato de dissociação”. Mas, como é que podemos definir um neoconservador? Existem múltiplas abordagens.

No prefácio da sua memória autobiográfica, e abordando o surgimento do cunho “neoconservador”, Kristol (2003, pp. 11-12) adverte que muito embora o reconheçam como o “padrinho” do movimento neoconservador, o termo correto é “tendência” ou “convicção”. Continuando com a sua análise, afirma que “a palavra corresponde mais a uma descrição do que a uma prescrição. Descreve a erosão da crença liberal entre um grupo relativamente reduzido, mas talentoso, de académicos e intelectuais, e o deslocamento deste grupo (que foi gradualmente ganhando adeptos) em direção a um ponto de vista mais conservador: conservador, mas em muitos aspectos diferente do conservadorismo tradicional do Partido Republicano” (Kristol, 2011, pp. 11-12) considerava o neoconservadorismo como apenas uma “tendência” e não um “movimento”, devido à sua extensa heterogeneidade. Pela mesma ordem de ideias, ao descrever-se como um neoconservador Daniel Bell (1978, p. xi) afirmaria: “sou um socialista em termos económicos, um liberal em política e um conservador em cultura”.

Todavia, para Kristol (2011, pp. 149-150) este “vago consenso” unificador desta diversidade assumia-se como o defensor de alguns pontos importantes: (1) “o neoconservadorismo não é hostil à ideia do Estado Social, mas é crítico da versão da Grande Sociedade (*Great Society*) deste Estado Social; (2) o neoconservadorismo tem um grande respeito – ou melhor, aprendeu a ter respeito – pelo poder dos mercados para responder eficientemente às realidades económicas preservando, ao mesmo tempo, um grau máximo de liberdade individual; (3) o neoconservadorismo respeita os valores tradicionais e as instituições: a religião, família e a ‘cultura elevada’ da sociedade ocidental e rejeita o processo de ‘contracultura’ que assolou os EUA nas décadas de 70 e 80; (4) o neoconservadorismo reafirma a tradicional ideia americana de igualdade, mas rejeita o igualitarismo – a condição de igualdade para todos os cidadãos – como um objetivo adequado à governação; e (5) em polí-

tica externa, o neoconservadorismo acredita que a democracia americana não sobreviverá muito tempo num mundo que é manifestamente hostil aos valores americanos [...]. Assim, os neoconservadores são críticos do isolacionismo pós-Vietname, tão popular no Congresso, e muitos também suspeitam da ‘détente’”.

Mais tarde Kristol (2004, p. 34) viria a reforçar a sua convicção de que o neoconservadorismo não era um “movimento” mas sim algo mais do que uma tendência, uma verdadeira “persuasão”, com um papel político muito específico a desempenhar: “converter o Partido Republicano, e o conservadorismo americano em geral, contra as suas próprias vontades, num novo tipo de política conservadora adequada à governação de uma democracia moderna.

Com efeito, no que diz respeito à política interna, Irving Kristol (2004a, pp. 145-148) tinha uma posição singular. Aquela ideia de modernidade começava, em parte, por avançar com uma nova abordagem à questão do Estado Social distanciando-se dos parâmetros do conservadorismo americano. Segundo o próprio, o que os conservadores deviam procurar do ponto de vista interno era uma política, “consistente com os princípios morais da nossa civilização [dos EUA] e os princípios básicos da nossa nação”. Do ponto de vista económico, Kristol – criticando o conservadorismo tradicional –, sublinhava o seguinte: a hostilidade do conservadorismo tradicional para, por exemplo, com a segurança social leva a uma certa “impotência política e à ruptura da política social”. O Estado social neoconservador garantia a consagração da segurança social. Por isso, via no sistema liberal de Estado Social a fonte de todos os problemas: crime juvenil; problemas com drogas; alcoolismo e a destruição do sistema público de educação.

A base daquilo que é a reforma interna proposta por Kristol e por conseguinte, do pensamento neoconservador, pode ser deduzida através de uma política assente na responsabilização social. Ou seja, o indivíduo tinha direito a viver do Estado Social se a sua conduta fosse responsável e não negligente ou dolosa. Uma coisa era ter uma conduta responsável que considerasse viver do subsídio de desemprego como algo estritamente provisório, socialmente reprovável e fruto de circunstâncias infelizes; outro ponto era ter uma conduta que visasse unicamente planear a sua vida tendo em mente a obtenção do subsídio de desemprego ou o apoio concedido pela segurança social. Quem não quisesse assumir uma conduta responsável deveria procurar ajuda em Fundações ou em Instituições Particulares de Solidariedade Social e não depender do Estado para resolver os seus problemas. A regra principal tinha que ser esta. Por outras palavras, se fosse o comportamento do indivíduo o responsável pela dependência do sistema de segurança social, então não teria direito a usufruir deste benefício, ou teria apenas direito a uma pequena parte deste benefício.

Pela mesma ordem de ideias, o contributo do pensamento neoconservador no que concerne à política económica é muito menor do que por exemplo o seu contributo

para a política externa. Esta constatação deriva das circunstâncias e é facilmente previsível. Por exemplo, a política econômica desenvolvida por Ronald Reagan nos anos 80 privilegiou a redução da despesa do Estado; a redução dos impostos federais e a redução nos impostos sobre ganhos de capital e rendas; a maior regulação de economia por parte do Estado; e, a redução de inflação através de um maior controle no que concerne à oferta de dinheiro (Stelzer, 2004, pp. 195-197).

A política fiscal neoconservadora tem uma peculiaridade própria, isto é, são contra a política do conservadorismo tradicional que via o orçamento de Estado como algo que devia refletir os gastos com a despesa e a entrada de receitas. Toda e qualquer política governamental devia encontrar este ponto de equilíbrio. Os neoconservadores não concordam com esta visão, altamente limitativa da despesa pública, o que por sua vez cria um menor desenvolvimento econômico junto das empresas e dos cidadãos, levando a uma inversão no ciclo de crescimento da economia de um país, neste caso dos EUA. Por outro lado, esta visão conservadora entra em choque com uma das grandes prioridades da política neoconservadora que se prende com o investimento militar. Tal visão limitaria este baluarte do neoconservadorismo. Simplesmente, o neoconservadorismo não vê problemas na existência de um *deficit*, porque isso não significa necessariamente que a economia esteja estagnada. De certa forma, o que o neoconservadorismo propõe é uma economia mais flexível, independentemente das repercussões a longo prazo.

Do ponto de vista da política externa, Irving Kristol (2004, pp. 35-36) considerava que “não exist[iam] um conjunto definido de convicções neoconservadoras [...], somente um agregado de atitudes que decorr[iam] da experiência histórica”. Destas, destacavam-se a ideia de “patriotismo”; a rejeição da concepção de um governo mundial e de todas as instituições multilaterais; capacidade de distinguir aliados de inimigos; defesa do interesse nacional e promoção da democracia no exterior. Para Norman Podhoretz, (1996, p. 20) o termo neoconservadorismo não devia ser encarado como um “movimento” mas sim como uma “tendência” visto que “nunca teve, nem nunca aspirou a ter um tipo de organização central, característica de um movimento”.

Stefan Halper e Jonathan Clarke (2004, pp. 10-11) consideram que não é fácil identificar os neoconservadores porquanto este “movimento” não é uma “organização”, não realiza convenções ou encontros e não existe uma linha divisória absoluta que determina quem é e quem não é um neoconservador. Por isso, tal como Podhoretz (1996, p. 20) parece-lhes excessivo utilizar a palavra “movimento” pois argumentam que lhe falta uma certa “coesão intelectual”. A única certeza é que o neoconservadorismo procura defender posições de direita e não obriga os seus membros a usarem um “colete-de-forças ideológico” ou mesmo a fazerem um “teste de admissão”. Todavia, adiantam que o neoconservadorismo moderno une-se em torno de três temas comuns: (1) “uma fé emanada de uma convicção reli-

giosa de que a condição humana é definida como uma escolha entre o bem e o mal e que o verdadeiro caráter político deve ser encontrado na vontade do primeiro (os neoconservadores) combater o segundo; (2) uma asserção de que a determinante fundamental na relação entre os Estados assenta no poder militar e na vontade de o usar; e, (3) um enfoque prioritário no Médio Oriente e no Islão Global do ponto de vista dos interesses externos.

De um outro prisma, Adam Wolfson (2004, p. 226), considera que a expressão que melhor caracteriza o neoconservadorismo é “disposição intelectual”, Michael Gove (2004, p. 269), caracteriza o neoconservadorismo como uma “disposição” familiarizada com um “ambiente político em que a democracia de massas e a diversidade étnica são realidades comprovadas”. Além disso, neste ambiente político – onde as respostas da esquerda à modernidade demonstraram ser incipientes – verifica-se a existência de um “Governo forte” e de um crescimento económico associado. Segundo Francis Fukuyama (2006, p. 7), “o legado neoconservador é diverso e complexo, cujas raízes podem ser traçadas até ao início dos anos 40” o qual “gerou um corpo de ideias coerente que esteve na base de um conjunto alargado de escolhas políticas internas e externas”. Não obstante, sublinha quatro princípios comuns: (1) “uma preocupação com a democracia, direitos humanos, e mais genericamente com a política interna dos Estados; (2) a convicção de que o poder americano pode ser utilizado para propósitos morais; (3) um cepticismo sobre a capacidade do direito internacional e das instituições internacionais resolverem os principais problemas de segurança; e, (4) uma visão que defende que uma engenharia social ambiciosa, muitas das vezes, leva a consequências inesperadas, menosprezando frequentemente os seus próprios fins”. Outros investigadores (Halper e Clarke, 2004, p. 41) analisam esta corrente como “um movimento filosófico de significância política”, mas que não pode ser considerado como um “movimento de massas”. Para João Marques de Almeida (2003, p. 62) é uma “corrente intelectual com um programa de política externa bem definido”. Em suma, ultrapassando este conjunto de definições, os novos conservadores desempenhariam um papel relevante na vitória da Guerra-fria, ganhando crédito político junto do Partido Republicano culminando nas vitórias eleitorais de Ronald Reagan em 1980 e em 1984, na conquista Republicana do Congresso em 1994, e na conquista do poder por parte de George W. Bush a partir de 2000.

Conservadorismo Americano e Neoconservadorismo: o Debate

Posto isto, quais são as diferenças entre o conservadorismo tradicional e o neoconservadorismo? Por exemplo, Joshua Muravchik (2004, p. 64) considera que o neoconservadorismo é uma “sensibilidade” que está quase sempre pronta para utilizar o poder americano, partilhando com o conservadorismo tradicional a necessidade de ter uma grande força militar, menosprezando ao mesmo tempo os ideais pacifis-

tas. Todavia, a grande distinção entre esta corrente e o conservadorismo tradicional está na forma mais pró-ativa que o neoconservadorismo utiliza o poder militar para garantir a segurança do país. Outra diferença, enunciada por Muravchik, é que o neoconservadorismo coloca uma carga maior no “aspecto ideológico e político do conflito”. Finalmente, o “entusiasmo pela democracia”. Relativamente a este aspecto, enquanto os conservadores não gostam particularmente de estarem associados a “programas doutrinários de libertação do mundo” para os neoconservadores, não há, nem pode haver, reticências ou “ambivalências” sobre a defesa intransigente da democracia, no espírito do rumo inicialmente trilhado pelos Pais Fundadores (*Founding Fathers*) (Branco, pp. 167 e 225).

Num outro contributo, Gregory Schneider (2009, p. xii) considera que o conservadorismo americano tem algumas características distintas como: o respeito pela tradição, o apoio à ideia do republicanismo, a preservação de um “Estado de Direito e da religião cristã” bem como a defesa da “civilização ocidental a partir dos desafios da cultura modernista e governos totalitários”. Já para Adam Wolfson (2004, pp. 216-223) o neoconservadorismo é uma “resposta conservadora à modernidade”. E, apesar de estar associado a assuntos de política externa, é na sua característica ideológica interna que se encontra a principal distinção em relação às suas correntes “rivais”, o tradicionalismo e o libertarianismo. Nas suas raízes históricas e filosóficas, segundo Wolfson, “os tradicionalistas olham para Edmund Burke, os libertários olham para Adam Smith ou Friedrich Hayek, e os *neocons* para Alexis de Tocqueville”. Na opinião deste autor, as principais diferenças entre o neoconservadorismo e as suas “rivais” relacionam-se com a forma como vêem a política. Para a primeira corrente é uma prioridade, para as restantes duas nem tanto. Por outro lado, os tradicionalistas colocam debaixo dos holofotes de investigação a cultura e a História como o “fator primário das relações humanas”, enquanto o libertarianismo dá prioridade à economia. Nesta linha de encadeamento, outro fator de diferenciação é a afinidade que o neoconservadorismo demonstra pela estrita observância de todos os fatores relacionados com a democracia. Finalmente, o neoconservadorismo, ao contrário do tradicionalismo, não tem qualquer tipo de sentimento nostálgico pelo passado, interpretando o projeto “neo-burkeano” como uma “simples futilidade”. Assim sendo, é notória a preocupação em enumerar as virtudes de Tocqueville, caracterizando o conceito do tradicional como de segundo plano, num contexto mais alargado de proteção da democracia americana. Assume-se, portanto, como uma corrente mais pragmática e objetiva, vocacionada para defender o «modo democrático de vida» e as suas “formas constitucionais” no imediato, e não em olhar para os resquícios do passado à procura de respostas para o presente.

Do mesmo modo, segundo Murray Friedman (2005, pp. 121 e 134), o conservadorismo tradicional olha “com nostalgia para o passado de uma América pastoral

composta por pequenas cidades e comunidades muito próximas”, enquanto o neoconservadorismo, por outro lado, sente-se “à vontade no moderno mundo industrial”. Acrescenta ainda este autor que para os conservadores tradicionais estes neoconservadores não representavam mais do que uma simples “divisão da esquerda”, não os considerando uma “autêntica variante do conservadorismo”. Muravchik (2007, p. 20) avança com outro ponto de distinção entre os conservadores tradicionais e os neoconservadores: a relação com a União Soviética. Com efeito, o centro do conservadorismo tradicional via a relação com a União Soviética como uma relação de poder, desprovida de cariz ideológico, sendo que a melhor forma de lidar com aquele Estado seria através do desenvolvimento de uma política externa tendo por base a *détente* de Henry Kissinger. Pelo contrário, a batalha ideológica maniqueísta, de contornos morais, era o grande motor do neoconservadorismo na relação com a União Soviética. Muito embora Irving Kristol (2011, pp. 33-34) ter escrito que o neoconservadorismo era a “primeira variante do conservadorismo americano” o que é um facto é que existem diferenças notórias entre as duas correntes.

O principal ponto de distinção entre o conservadorismo e o neoconservadorismo reside, conforme foi mencionado por Adam Wolfson, nas raízes filosóficas. Enquanto o neoconservadorismo encontra em Leo Strauss a sua referência mais imediata, e tem em Alexis de Tocqueville o seu legado mais antigo, o conservadorismo americano é guiado pela influência de Edmund Burke. Resumindo, entendemos que a citação de Garry Dorrien (2004, p. 8) exemplifica de uma forma clara as diferenças entre o conservadorismo dito tradicional e o neoconservadorismo:

“Os *neocons* contestavam o seu rótulo e as suas insinuações, protestando com o facto de que não tinham nada em comum com os conservadores americanos. Muitos nem sequer conheciam qualquer conservador pessoalmente. Para eles, os conservadores eram apenas *country clubbers*, reacionários, racistas e Republicanos, nada como os *mainstream* Democratas ou os fortes sociais-democratas. Aos neoconservadores faltava uma certa nostalgia conservadora. Não ansiavam por uma Cristandade Medieval, por uma Inglaterra *Tory*, pelo Velho Sul, ou pelo capitalismo *laissez-faire*. Eram modernistas, apoiantes do movimento de Direitos Civis, confortáveis com a ideia de um Estado Social mínimo, e um número alargado tinha também habilitações na área das ciências sociais. Muitos eram igualmente Judeus de Nova Iorque que contestavam o antisemitismo e a xenofobia da velha direita. [...] Chamar-lhes conservadores era insultuoso”.

Distinções à parte, pode-se afirmar que é a partir da década de 70 que o neoconservadorismo define com critério a sua própria dimensão político-ideológica. Primeiro, como um reflexo das suas posições na política interna. E, depois, na definição das suas principais considerações sobre a política externa norte-americana. O compromisso neoconservador com “o modo de vida americano” serviria de ponte ideológica para um aproximar com as prioridades políticas de Ronald Reagan. Assim sendo, a partir desta década, estando num ponto de maturidade ideológica

e filosófica, o pensamento neoconservador torna-se mais ativo na definição das suas principais reflexões sobre a política externa norte-americana, através da emergência daquilo que Justin Vaïsse (2010, pp. 6-13) denomina de “segunda geração” do neoconservadorismo.

Conclusão

Como foi possível constatar, a ascensão do conservadorismo na América, entre os anos 50 e 60 do século XX, está indubitavelmente ligada ao declínio do liberalismo americano, que viu-se perdido entre o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt e a concepção da *Grande Sociedade* de Lyndon B. Johnson. Em larga medida, o movimento conservador americano teve na sua evolução histórica dois momentos significativos. O primeiro, do ponto de vista da política externa, na luta que manteve, diga-se com sucesso, contra a União Soviética e contra o comunismo, no contexto da Guerra-fria. O segundo, reportando-se à política interna, numa linha política assumida de responsabilização societária dos problemas económico-sociais.

Todavia, o nosso estudo permitiu verificar que o processo de ascensão do movimento conservador americano foi complicado e só conseguiu assumir alguma expressão com o trabalho desenvolvido por William F. Buckley Jr. e, em particular, com a criação da revista conservadora *National Review*, em 1955. Na verdade, Buckley veio trazer uma nova visão para o conservadorismo americano, agregando a visão tradicional deste conservadorismo com uma visão interna baseada na liberalização económica e com uma visão externa destinada a combater o comunismo. Fundamentalmente, o conservadorismo americano rege-se e define-se pela defesa de quatro pilares; um compromisso inabalável com a liberdade; a proteção da ideia de ordem e tradição; a defesa do Estado de Direito e da crença religiosa.

Desta base ideológica surgiram um conjunto de ramificações importantes. Desde o libertarianismo de Barry Goldwater com a defesa acérrima daquilo que são os direitos dos indivíduos, o Estado de Direito (*rule of law*) que se expressa, no limite, na segurança dos direitos constituídos, como o direito à liberdade, à vida e ao desenvolvimento económico; passando pelo conservadorismo paleoconservador de Patrick Buchanan e a sua visão reformista de direita; até ao neoconservadorismo que representou uma rutura com o liberalismo dos anos 60 e 70. Daqui resultará posteriormente uma aproximação de um conjunto de intelectuais ao campo conservador, daí o nome *neo* (novo) conservador. Aproximação que far-se-á com ideias distintas do denominado conservadorismo americano. A viragem destes intelectuais para o campo conservador teria duas dimensões. Uma relacionada com a política interna – nomeadamente devido a ascensão da denominada Nova Esquerda com a sua plataforma contestatária do Governo Federal – e uma outra direcionada para assuntos de política externa, na luta que estes intelectuais na defesa da democracia contra a União Soviética e o comunismo

Em suma, o conservadorismo americano é determinante para o entendimento não só da complexidade inerente à cultura política norte-americana, mas também da própria evolução histórica do país. As suas raízes são tão importantes que a existência de uma tradição deste conservadorismo pode ser reportado à própria fundação da República Americana. Embora seja conotado como pilar daquilo que seria a base ideológica do conservadorismo presidencial do Presidente Ronald Reagan é de salientar a sua evolução – e respetivas ramificações –, as quais vieram acrescentar um novo conteúdo empírico ao debate nos EUA. Nesse sentido, cremos que é fundamental ter presente esta complexidade para corrigir um conjunto de imprecisões conceptuais e metodológicas que emergem recorrentemente no debate político norte-americano.

Referências

- Almeida, J. M., 2003. Os Neo-Conservadores e a Ideia de “Império”. *Nova Cidadania*, V(18). Disponível em <http://www.novacidadania.pt/>.
- Baer, D., 2017. Donald Trump Is No Ronald Reagan. *Foreign Policy*. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2017/03/02/donald-trump-is-no-ronald-reagan/>
- Bell, D., 1978. *The Cultural Contradictions of Capitalism: 20th Anniversary Edition*. New York: Basic Books.
- Boaz, D., 1998. *Libertarianism: A Primer*. New York: The Free Press.
- Branco, J., 2014. “Conservadorismo”. In: J. C. Rosas e A. R. Ferreira, eds., *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Lisboa: Almedina, pp. 155-167.
- Buchanan, P., 2004. *Where the Right Went Wrong: How Neoconservatives Subverted the Reagan Revolution and Hijacked the Bush Presidency*. New York: St. Martin’s Press.
- Burke, E., 2005. *Reflections on the Revolution in France*. Stilwell: Digireads.
- Caryl, C., 2017. The unbridgeable difference between Reagan and Trump. *The Washington Post*. Disponível em https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2017/06/08/the-unbridgeable-difference-between-trump-and-reagan/?utm_term=.c967404b5e23.
- Clarke, J. e Halper, S., 2004. *America Alone: The Neoconservatives and the Global Order*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coutinho, J., 2014. *Conservadorismo*. Alfragide: Dom Quixote.
- Critchlow, D. e Maclean, N., 2009. *Debating the American Conservative Movement: 1945 to the Present*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Dorrien, G., 2004. *Imperial Designs: Neoconservatism and the New Pax Americana*. New York: Routledge.

- Dueck, C., 2010. *Hard Line: The Republican Party and U.S. Foreign Policy since World War II*. Princeton: Princeton University Press.
- Espada, J. C., 2010. *O Mistério Inglês e a Corrente de Ouro: Ensaios sobre a Cultura Política de Língua Inglesa*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Farmer, B., 2005. *American Conservatism: History, Theory, and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Friedman, F., 2005. *The Neoconservative Revolution: Jewish Intellectuals and the Shaping of Public Policy*. New York: Cambridge University Press.
- Fukuyama, F., 2006. *America at the Crossroads: Democracy, Power, and the Neoconservative Legacy*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- Goldwater, B., 1960. *The Conscience of a Conservative*. Hillman Books: New York.
- Gove, M., 2004. "The Very British Roots of Neoconservatism and its Lessons for British Conservatives". In: I. Stelzer, ed., *Neoconservatism*. London: Atlantic Books.
- Heilbrunn, J., 2014. The Next Act of the Neocons: Are Neocons Getting Ready to Ally With Hillary Clinton?, *The New York Times*. Disponível em <https://www.nytimes.com/2014/07/06/opinion/sunday/are-neocons-getting-ready-to-ally-with-hillary-clinton.html>.
- Huntington, S. P., 1957. Conservatism as an Ideology. *The American Political Science Review*, 51(2), pp. 454-455.
- Kirk, R., 1991. *The Roots of American Order* (3rd ed.). Washington, D. C.: Regnery Gateway.
- Kirk, R., 2001. *The Conservative Mind: from Burke to Eliot* (7^ªed). Washington: Regnery Publishing.
- Kristol, I., 2003. *Neoconservadorismo: autobiografia de uma ideia*. Lisboa: Quetzal Editores-Bertrand Editora.
- Kristol, I., 2004. "The Neoconservative Persuasion: What it was, and what it is". In: I. Stelzer, ed., *Neoconservatism*. London: Atlantic Books, pp. 33-37.
- Kristol, I., 2004a. "A conservative Welfare State". In: I. Stelzer, ed., *Neoconservatism*. London: Atlantic Books, pp. 145-148.
- Kristol, I., 2011. What Is a "Neoconservative"? In: G. Himmelfarb, ed., *The Neoconservative Persuasion: Selected Essays, 1942-2009*. New York: Basic Books, pp. 148-150.
- Muravchik, J., 2004. "The Neoconservative Cabal". In: I. Stelzer, ed., *Neoconservatism*. London: Atlantic Books, pp. 243-257.
- Muravchik, J., 2007. The Past, Present, and Future of Neoconservatism. *Commentary*, 124(3). Disponível em <https://www.commentarymagazine.com/articles/the-past-present-and-future-of-neoconservatism/>.
- Podhoretz, N., 1996. Neoconservatism: A Eulogy. *Commentary*, 101(3). Disponível em <https://www.commentarymagazine.com/articles/neoconservatism-a-eulogy/>.

- Regnery, A., 2012. The Pillars of Modern American Conservatism. *Intercollegiate Review*, 47(1). Disponível em <https://home.isi.org/pillars-modern-american-conservatism>.
- Schneider, G., 2009. *The Conservative Century: From Reaction to Revolution*. New York: Rowman & Littlefield.
- Scotchie, J., ed., 1999. *The Paleoconservatives: New Voices of the Old Right Hardcover*. New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 75-78.
- Stelzer, I., ed., 2004. *Neoconservatism*. New York: Atlantic Books.
- Vaïsse, J., 2010. *Neoconservatism: The Biography of a Movement*. Harvard: Harvard University Press.
- Wolfson, A., 2004. "Conservatives and Neoconservatives" In: I. Stelzer, ed., *Neoconservatism*. London: Atlantic Books, pp. 216-226.

Tornar-se Polícia: A Construção da Identidade de uma Profissão

Fernanda Carneiro da Silva

Doutorada em Gestão (ISCTE-IUL). Mestre em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos (ISCTE-IUL). Técnica Superior de Higiene e Segurança no Trabalho. Atualmente é Chefe da Divisão de Gestão e Consultoria de RH, na Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública. Da sua atividade profissional destacam-se as funções de investigadora no Centro de Investigação (ICPOL) do ISCPSI, funções docentes, funções de coordenação de projetos e de assessoria em organismo internacional ligado a projetos da UE. Tem como áreas de docência, de estudo e de investigação, a gestão de recursos humanos, a segurança e higiene no trabalho, o direito e o comportamento organizacional.

Resumo

Esta análise tem como principal objetivo contribuir para a compreensão do fenómeno da construção da identidade profissional de polícia, inspirado no modelo de Pratt, Rockmann e Kaufmann, permitindo perceber quais as dinâmicas associadas aos processos identitários no contexto da Polícia de Segurança Pública. A metodologia utilizada é denominada “Gioia Methodology” e a questão base em que assenta a análise é “como constroem os polícias recém-admitidos as suas identidades profissionais?”.

Esta análise, longitudinal e de natureza qualitativa, captou a essência das transformações que se vão desenvolvendo e enraizando, ao longo do tempo, no contacto com a profissão de polícia. O levantamento diacrónico da informação, feito ao longo de dois anos, permitiu identificar os fatores, captar as dinâmicas, reconhecer a essência das transformações operadas nos novos polícias, e tipificar os mecanismos através dos quais ocorrem essas mudanças.

Abstract

Becoming a Police Officer: The Construction of a Professional Identity

This analysis has as main objective to contribute to the understanding of the construction of professional identity, inspired by the model of Pratt, Rockmann and Kaufmann and focused on the dynamics associated with the identity processes of Public Security Police new officers. The methodology used is “Gioia Methodology” and the basic question is “how to build the new police their professional identities?”.

This longitudinal analysis, qualitative in nature, captured the essence of the transformations that take root, over time, within the police officer corps. The diachronic information survey, done over two years, made it possible to identify the factors, capture the dynamics, recognize the transformations and typify the mechanisms by which these changes occur.

Introdução

O trabalho é, para a maioria dos indivíduos, um domínio da vida fonte de significado e autodefinição (Ashforth e Mael, 1989), onde se configura e renova a forma como se percebem a si e aos outros, em contexto laboral (Ibarra, 1999; Pratt, 2000). Dada a histórica e potencialmente crescente importância das profissões, em todos os tipos de organizações, delineadas pelo seu campo de conhecimentos e competências específicas, e assumida que está a centralidade da identidade, na forma como os indivíduos criam sentido e “determinam” os seus ambientes, ganha relevância o estudo da identidade profissional, para destacar a identidade da pessoa da identidade da organização (DeFillippi e Arthur, 1996). Ser profissional não se resume ao conhecimento técnico, inclui também os valores e ética, profissionais, e as ligações que se estabelecem com a comunidade (Neary, 2015).

O aumento da diversidade na força de trabalho, a complexidade dos contextos sociais e a maior exigência das profissões, levam muitas vezes ao subjugo as identidades pessoais face às imposições das identidades coletivas (Kreiner et al., 2006). Não raras vezes, as exigências dos grupos sociais, impelem os indivíduos a sucumbir às necessidades, valores e identidades do colectivo. No entanto, uma conformidade estrita pode resultar na homogeneidade excessiva de um grupo social, tornando-se prejudicial para a criatividade, inovação, tomada de decisão e outros processos sociais (Dukerich, Kramer e McLean Parks, 1998).

Ainda que os indivíduos procurem permanentemente novas formas de manter e expressar a sua individualidade, mantêm contudo o desejo de pertencer a algo superior (Ashforth e Mael, 1989; Dutton, Dukerich, e Harquail, 1994). Na verdade, esta dialética, traduz a principal força impulsionadora das dinâmicas de identidade. Da mesma forma, Brewer (1991) no seu modelo “distintividade ótima” argumentou que as identidades individuais refletem duas necessidades humanas básicas que estão em tensão: uma para a inclusão (em que sou semelhante aos outros?) e outra para a individualidade (em que sou diferente dos outros?). Nas situações ideais, estas funções duais concorrem para: (1) prevenir a disfunção de identidade e (2) permitir processos de identidade saudável. Ao serem atingidos os objetivos de inclusão e singularidade, surge o equilíbrio que reduz o stress e os conflitos e, concomitantemente, promovem o bem-estar e a satisfação.

Foi com o aparecimento das várias correntes de pensamento no campo da sociologia das profissões, desde as teorias funcionalistas, passando pelo interacionismo simbólico, e já na década de 70 do século passado, com as novas teorias da profissão, que a evolução do conceito de profissão se tem afirmado como uma marca importante e distintiva das sociedades ocidentais modernas. Para Freidson (2001), a profissão consiste num trabalho especializado, pago e realizado em tempo integral, que possui uma base teórica inculcada no conhecimento técnico-científico. Para além de outras, as profissões têm ainda como característica essencial, controlar

a divisão do trabalho e delimitar as fronteiras jurisdicionais, ou seja os domínios profissionais exclusivos.

Neste sentido, a atividade policial configura uma profissão, exercida por um grupo social particular, com uma formação específica, que partilha um conjunto de normas, regras, crenças, valores e uma identidade própria. Todavia, o atributo “profissional” é, segundo Bayley e Bittner (1984), uma peculiaridade da polícia moderna, e revela a manifesta atenção dada à melhoria da qualidade no desempenho da atividade policial e respetiva profissionalização, a qual se baseia, essencialmente, nas inovações tecnológicas colocadas ao serviço do trabalho policial, no rigor dos processos de recrutamento, seleção e formação; na melhoria do padrão remuneratório; no planeamento de carreiras; na hierarquia de enquadramento funcional permanente; na atuação reflexiva do elemento policial, assente num nível mais elevado de qualificação e formação e na procura de uma relação mais estreita entre a polícia e a comunidade.

Segundo Monjardet (1996) existem três dimensões estruturais que convergem no sistema policial. A polícia como: (1) instrumento de poder que lhe permite prosseguir a sua missão, qualificado por uma repartição e especialização de tarefas, por uma contextura hierárquica e por um conjunto de saberes, procedimentos e técnicas; (2) serviço público, suscetível de ser exigido por qualquer cidadão; e (3) grupo profissional especializado, que possui competências exclusivas, com identidade e interesses próprios. A profissão de polícia caracteriza-se, ainda, na sua dimensão simbólica, pelo significado social relacionado com as perceções, expetativas e estratégias de legitimação utilizadas pelos seus membros.

O ambiente no qual se sustenta a vida profissional é uma comunidade de pessoas, onde as relações entre indivíduos e grupos são fonte de aprendizagem, inspiração e satisfação ou fonte de frustração e mal-estar, uma vez que se endereçam poderosas mensagens acerca “de quem somos e o que valemos” (Gersick, Bartunek e Dutton, 2000). As relações interpessoais nas organizações são, deste modo, essenciais na promoção do sentido de coletividade, significado e pertença (Ibarra, 1999), promovendo o suporte instrumental no desenvolvimento da carreira, através do apoio e orientação, das redes sociais, da proteção e defesa, do suporte emocional, como o aconselhamento, a amizade e o *role modeling* e, simultaneamente, ajudando a desenvolver a autoestima e a identidade profissional (Thomas, 1993).

Assim, os profissionais e aqueles que partilham a responsabilidade pelo seu bem-estar (os seus superiores e mentores) enfrentam a tensão para a preservação das identidades pessoais, no contexto das exigências omnipresentes da identidade social, organizacional e profissional (Kreiner et al., 2006). A esta inevitabilidade, está associada uma resposta adaptativa por parte dos indivíduos que é proporcionada através da fluidez da identidade, permitindo acompanhar o ritmo das transformações ambientais, assegurando o equilíbrio entre as vertentes da estabilidade e

da mudança, confirmando os valores nucleares do sentido de si, por um lado, e por outro, potenciando a evolução das organizações ao mesmo tempo que mantém uma certa ambiguidade que garante a flexibilidade organizacional para a adaptação à mudança, sem ruturas Gioia, Shultz e Corley (2000). Nesta medida, a identidade apresenta-se como um conceito multifacetado e dinâmico que deriva dos papéis sociais (Thatcher e Zhu, 2006), fortemente influenciada pela forma como nos vemos, como percebemos os outros e estes nos percebem a nós e, como somos vistos pela sociedade em geral (Beijaard, Meijer e Verloop, 2004).

A identidade profissional está em constante transformação e alinhamento (Corley, Gioia e Fabbri, 2000; Ibarra, 1999), o que a torna um instrumento de adaptação social, imprescindível, que permite a manutenção das características essenciais do indivíduo, enquanto responde às exigências do contexto laboral, manifestando-se, por esta via, essencial na gestão das pessoas e sustentabilidade das organizações. Assim, a instabilidade adaptativa defendida por Gioia et al. (2000), observa-se agora ser fundamental à coerência entre a identidade pessoal e profissional, e à sobrevivência das organizações, asserção discordante da visão tradicional apresentada por Albert e Whetten (1985), que preconiza a permanência das características identitárias. Daí que, a identidade evocada numa certa situação é, principalmente, determinada pela sua importância subjetiva e relevância situacional. A importância subjetiva das identidades é preditora da maioria das relações interpessoais e respetiva organização dessas relações, nos diferentes contextos sociais (Ashforth, 2001). Várias identidades podem coexistir no indivíduo, uma pode ser mais saliente do que as outras, a qualquer momento, dependendo do contexto (Turner, 1999). Assim, a relevância situacional de uma dada identidade é determinada pelo contexto social, na medida em que uma certa identidade é percebida como socialmente apropriada numa determinada situação (Ashforth, 2001).

A investigação sobre identidade tem demonstrado um enorme benefício em estudar organizações, atividades ou profissões em que a estrutura de trabalho sugere uma captura muito intensa do indivíduo, conduzindo à exigência de uma particularmente forte identidade pessoal (Kreiner et al., 2006). São campo fértil para o estudo da identidade, designadamente, situações em que a identidade e ou imagem de uma organização estão em crise (Dutton e Dukerich, 1991) ou profissões que são de alguma forma problemáticas em termos identitários (Ashforth e Kreiner, 1999). As exigências de identidade referem fatores situacionais em que os indivíduos estão sob pressão extrema para a integração ou segmentação das suas identidades pessoais e sociais, ou seja o stress e as tensões experienciadas por um indivíduo, em relação à interação dissonante entre a sua identidade pessoal e uma determinada identidade social.

As complexas interações entre influências individuais e situacionais levam-nos ao estudo das dinâmicas da construção da identidade profissional, na procura de

explicações e consequências, deste fenómeno no mundo do trabalho. Os profissionais desempenham papéis significativos nas organizações e na sociedade (Pratt et al., 2006), tornando crucial que se compreendam as dinâmicas que estão na base do processo de construção da sua identidade profissional.

A importância do estudo da construção da identidade profissional em contexto policial, centra-se, não apenas, na importância da experiência de “tornar-se” polícia, através da aprendizagem dos saberes para o exercício da função policial e das relações no trabalho, mas também na aquisição dos valores e internalização e validação dos papéis profissionais, consubstanciados numa base de conhecimento e de cultura, comuns, sobre o que é ser polícia num determinado modelo de polícia profissional.

Dada a complexidade que caracteriza o conceito de identidade, bem como a diversidade concetual de que é alvo, a nossa primeira preocupação é delimitar concetualmente os construtos, e identificar as principais singularidades que os caracterizam.

Identidade Pessoal, Identidade Social e Identidade Organizacional

A identidade pessoal constitui um conceito autorreferente, o qual diz respeito às características que diferenciam um indivíduo de outro (Brewer, 1991), enquanto as identidades sociais são autocategorizações em unidades sociais que despersonalizam o autoconceito, e podem incluir diversas categorias, tais como: a origem, o género, os papéis profissionais e a filiação organizacional (Ashforth, 2001).

A identidade social fornece, deste modo, as bases de resposta à questão “quem sou eu?”, interpreta e organiza as ações e experiências intra e interpessoais. Para além disso, proporciona motivação, padrões de comportamento e o ajustamento necessário, em resposta às mudanças no ambiente social e físico (Markus e Wurf, 1987). De forma adicional, a identidade constrói-se quando o “eu” se torna “nós”, isto é, quando há incorporação das características do social no autoconceito do indivíduo (Brewer, 1991; Hogg e Terry, 2001). Assim, a identidade social fornece uma resposta parcial à questão “quem sou eu?”, constituindo uma das facetas do autoconceito que deriva da categorização social feita pela perceção de pertença (Tajfel e Turner, 1985).

Apesar das tensões originadas pelos conflitos entre a manutenção da identidade pessoal e das identidades sociais, os indivíduos pretendem a estabilidade do autoconceito ao longo do tempo e nas diferentes situações (Steele, 1988) de forma a manterem a estabilidade da perceção do sentido de si (Dutton et al., 1994) e a facilitar a autoexpressão, por não terem de esconder os seus atributos (Shamir, 1991).

Por sua vez, a identidade organizacional percebida constitui um construto de nível individual e refere-se às crenças acerca dos atributos da organização, isto é, os aspetos nucleares de uma organização que são percecionados como relevantes e distintivos por cada um dos seus membros (Albert e Whetten, 1985). Pratt e Foreman (2000) alertam para a existência de múltiplas concetualizações de identidade orga-

nizacional, cujo reconhecimento, deve levar ao desenvolvimento de estratégias que conduzam à uniformização dessas percepções, permitindo o aumento da eficácia dos processos de gestão.

Apesar da multiplicidade de definições teóricas do conceito de identidade organizacional que se encontram na literatura, são vários os autores que defendem que este construto não apresenta um caráter perene, sendo alvo, ao longo do tempo, de uma permanente construção, revisão e mudança (Hall, 1992). Contrariamente à posição manifestada por Albert e Whetten (1985), relativamente ao caráter duradouro da identidade organizacional, os atributos enunciados por estes autores, a saber, centrais, distintos e duradouros, têm vindo a ser questionados. A este propósito Gioia, et al. (2013) referem ser cada vez mais consensual as organizações apresentarem identidades instáveis, apesar dos membros percecionarem as suas identidades como permanentes.

A par da considerável atenção ao vínculo psicológico entre as organizações e os seus membros, Albert, Ashforth e Dutton (2000), observaram que os conceitos de identidade e identificação permitem avaliar a ação humana no quadro organizacional, e muito embora tenham gerado uma grande atenção teórica, foram relativamente poucos, os estudos empíricos que se dedicaram à análise dos seus efeitos e, por outro lado, na argumentação de Ashforth, Rogers e Corley (2011) na sua maioria, a investigação sobre identidade centrou-se apenas num determinado nível de análise.

Identidade Profissional, Antecedentes e Consequentes

A identidade profissional apresenta-se como um componente da identidade social, que consiste numa autodefinição como membro de uma profissão, estando associada ao desempenho do papel profissional (Dutton, Roberts e Bednar, 2010). A identidade profissional é o conceito que descreve como nos vemos dentro de nossos contextos profissionais e como comunicamos isso aos outros. Ibarra (1999) sugere que a identidade profissional evolui através da socialização e da observação dos pares, ao passo que Larson (1977) argumenta que é baseada na experiência partilhada.

A identidade profissional pode ser estabelecida e apoiada pela infraestrutura organizacional, o que contribui para a criação de um sentimento comum de partilha, entre os profissionais. A forma como descrevemos o que fazemos é um poderoso meio para promover a nossa profissão e o trabalho que fazemos (Neary, 2014). Esta assunção é importante na medida em que ajuda ao posicionamento individual e coletivo no trabalho, deixa de ser apenas a percepção de um indivíduo a desempenhar o seu papel profissional e passa a ser percebido como parte de um grupo profissional (Neary, 2014). Esta forma de identidade social diz respeito à interação dos indivíduos e grupos no local de trabalho e relaciona-se com a forma como as

pessoas se comparam entre si e se diferenciam dos outros grupos profissionais (Khapova, Arthur e Svensson, 2007). A identidade profissional refere-se à “constelação de atributos, crenças, valores, motivações e experiências em termos dos quais as pessoas se definem como profissionais” (Ibarra, 1999, pp. 764-5).

De acordo com Brott e Kajs (2001), “tornar-se profissional” implica ocorrências a dois níveis distintos: (1) nível estrutural, que diz respeito à formação inicial e aos procedimentos de entrada na profissão, e (2) nível atitudinal que se refere a atitudes, valores, conhecimento, crenças e competências, que são compartilhadas entre os membros de um grupo profissional, e estreitamente relacionadas com o papel profissional (ver também Chreim, Williams e Hinings, 2007). Por sua vez, as atitudes, ao serem apropriadas pelo indivíduo, tornam-se a autoconceitualização subjetiva associada ao papel profissional adotado.

A integração dos atributos pessoais com a formação profissional, permitem ao indivíduo contextualizar a sua nova identidade numa comunidade profissional, na qual o *self*¹ profissional vai ser testado através do *feedback* dos outros (Gibson, Dollard e Moss, 2010). Esta comunidade auxilia o novo profissional a estabelecer e manter a necessária convivência com os padrões, as expectativas e as normas da profissão. Este é o processo de desenvolvimento da identidade profissional, que comporta várias etapas e pode ser intrapessoal e interpessoal (Gibson et al., 2010). O processo intrapessoal consiste numa individuação que resulta de um ciclo de autonomia e dependência durante a aquisição de competências profissionais (Auxier, Hughes e Kline, 2003). Na primeira etapa do ciclo, os novos profissionais dependem das figuras de autoridade e dos especialistas para a aprendizagem conceitual, para a aprendizagem experimental e para as avaliações externas, durante os programas de aprendizagem. Na segunda etapa, os novos profissionais relacionam-se com especialistas na profissão e recebem *feedback* sobre as suas competências profissionais adquiridas durante a instrução formal, sendo que este *feedback* permite direcionarem, paulatinamente, o seu desempenho para um *locus* interno de regulação, à medida que examinam, processam e internalizam avaliações externas que lhe vão sendo dirigidas. A fase final deste ciclo refere-se à confirmação, para a sustentação da identidade profissional, ocorre quando os indivíduos adquirem a capacidade para se autoavaliarem, conjugando a experiência prática com a teoria por forma a unir as identidades pessoal e profissional (Auxier et al., 2003).

Por sua vez, os aspetos interpessoais do processo envolvem a comunidade profissional e o seu papel na modelagem comportamental do novo profissional (Gibson

1 O *self* – o “eu” – seguindo a clarificação enunciada por Ashforth et al. (2011), diremos que os níveis do *self* se referem à forma como o indivíduo concebe a sua identidade. Deste modo, o indivíduo pode definir-se por referência ao nível individual (sou ambicioso), a uma díade (eu sou um amigo), a um grupo (sou um membro da equipa) ou a uma organização ou setor.

et al., 2010). De acordo com O'Byrne e Rosenberg (1998), o processo de aculturação profissional é reforçado através da interação do novo colaborador com a comunidade profissional em geral, na qual participa ativamente, especialmente por força das suas obrigações profissionais.

As dinâmicas subjacentes à construção da identidade profissional, quer ao nível estrutural quer ao nível atitudinal, revelam o carácter processual desta construção ao longo do tempo (Kuzmic, 1994) e à medida que o indivíduo interage e constrói relações com outros profissionais, formadores, colegas e superiores hierárquicos. Também Schein (1978) defende que a identidade profissional se desenvolve com o passar do tempo, envolvendo a aprendizagem das práticas e saberes profissionais e o desenvolvimento do talento e dos valores da profissão. Este processo pode ser visto como uma reação individual de ajustamento. Por exemplo, examinando o processo de customização da identidade profissional de médicos, em diferentes especialidades, Pratt et al. (2006) notam que a construção da identidade promove mudanças que, por sua vez, permitem aos colaboradores uma melhor adaptação às exigências do trabalho. Os indivíduos ao detetarem incongruências entre as tarefas que desenvolvem e a sua identidade profissional, desencadeiam um processo de ajustamento, ou seja, de modificação da identidade, sob certas circunstâncias, em particular, da severidade da contradição e da força da sua identidade profissional. No que respeita aos antecedentes da identidade profissional, vários autores têm contribuído para a revelação dos fatores com influência neste construto. A este respeito, Walsh e Gordon (2008) referem que a distintividade e a valorização do estatuto (*status enhancement*) são dois importantes fatores que contribuem para o desenvolvimento da identidade profissional. Os grupos profissionais cuja imagem social se apresente como positiva e prestigiante, permitem que os seus membros construam uma imagem pessoal positiva, cujos traços pessoais constituem uma extensão das características que definem os grupos a que pertencem (Hogg e Terry, 2001). Desta forma, a construção da identidade profissional será favorecida quando os indivíduos têm possibilidade de utilizar as identidades dos grupos de trabalho, quando estes lhes oferecem maiores níveis de distintividade positiva (na comparação com outros grupos) e uma maior valorização do seu estatuto profissional.

Também a identidade organizacional, através das características que tornam a organização empregadora única e especial, desempenha um importante papel no desenvolvimento da identidade profissional (Barney, 1991). As competências organizacionais representam a capacidade da organização em utilizar de forma eficiente os seus recursos e obter resultados positivos em termos de *performance*, o que constitui a origem da sua vantagem competitiva, uma vez que, assim sendo, as competências organizacionais se tornam raras, únicas e difíceis de imitar pela concorrência (Barney, 1991). Desta forma, quando as competências organizacionais contribuem para o sucesso organizacional, para uma boa reputação e para criar um sentido de

diferenciação (ou distintividade), os profissionais tendem a desenvolver uma forte identificação organizacional, o que, por sua vez, irá contribuir para a construção da sua identidade profissional, por permitir ao indivíduo manter uma auto-imagem positiva (Pratt, 2006).

O alinhamento entre os valores da organização e os valores associados à profissão (Walsh e Gordon, 2008), é outro fator antecedente da identidade profissional. Para Ashforth e Kreiner (1999, p. 147), a identidade profissional refere-se “a um conjunto de características distintivas e duradouras que caracterizam o modo de trabalhar”, sendo que cada profissão possui a sua própria missão e valores, os quais são independentes da cultura organizacional (Trice, 1993). Quando os valores da profissão entram em conflito com os valores organizacionais, isto é, estão desalinhados entre si, os indivíduos tornam-se suscetíveis de desenvolver um sentido de identidade profissional mais fraco do que aquele que desenvolveriam se a organização empregadora permitisse o alinhamento entre a identidade profissional e a identidade organizacional (Ashforth e Kreiner, 1999).

Finalmente, a possibilidade dada pelas organizações aos seus colaboradores de conciliarem, as suas vidas familiares com as exigências do trabalho (*job embeddedness*) influencia positivamente o desenvolvimento da sua identidade profissional (Mitchell, Holton, Lee, Sablinski e Erez, 2001). De um modo geral, pode afirmar-se que os mecanismos enunciados pela teoria da identidade social como explicativos da identificação, atrás descritos, são retomados, no essencial, para compreender a formação da identidade profissional, pelo menos, tal como sistematizado por Walsh e Gordon (2008).

Relativamente aos consequentes da identidade profissional, é-lhe atribuída a promoção do desenvolvimento do significado que os indivíduos atribuem às suas profissões, determinando desta forma os comportamentos que irão exibir nos contextos de trabalho e os desempenhos individuais (Walsh e Gordon, 2008).

Não existindo, ainda, considerável investigação sobre o modo como a identidade profissional influencia outros aspetos relacionados com o trabalho, Walsh e Gordon (2008), seguindo a linha de investigação de Ashforth e Mael (1989) e outros autores (Foreman e Whetten, 2002; Pratt e Foreman, 2000) sugerem que, associado a uma identidade profissional, forte, os colaboradores de uma organização: (1) desenvolvem um sentido de compromisso mais forte, ou seja, elevados níveis de implicação afetiva; (2) exibem altos padrões de desempenho, congruentes com as expectativas da organização; e (3) demonstram menor intenção de saída.

Não obstante os desenvolvimentos na literatura sobre o tema, mais investigação é necessária para se avaliarem os impactos da identidade profissional noutras dimensões associadas ao contexto organizacional, como, por exemplo, as reconversões profissionais, a mobilidade funcional, as implicações ao nível da saúde do trabalhador, nomeadamente, nas profissões já identificadas como sujeitas a elevados níveis

de stresse ou de desgaste rápido, na contingência atual, de uma clara tendência para o aumento do número de anos do ciclo de vida ativa do trabalhador.

A Construção da Identidade Profissional

Apesar do interesse crescente nas questões da identidade, os investigadores sabem relativamente pouco acerca do processo de construção da identidade profissional. Não obstante os avanços na explicação deste fenómeno torna-se necessária mais pesquisa que permita identificar outros preditores do progresso e adaptação da autodefinição, associado ao contexto de trabalho, bem como explorar outras possibilidades que intervenham no processo de formação e mudança da identidade profissional (Ibarra, 1999, 2003; Pratt et al., 2006).

Como forma de obter um melhor entendimento do processo de construção da identidade profissional apresentamos, em seguida, uma reflexão em torno do modelo de construção da identidade profissional na abordagem de Pratt et al. (2006).

Abordagem de Pratt e Colaboradores para a Construção da Identidade Profissional

Numerosos são os fatores com influência no processo de construção da identidade profissional, todavia por razões de economia, não nos é possível neste artigo, expor o contributo, já conhecido na literatura, de cada uma das teorias, pelo que nos centramos na abordagem desenvolvida por Pratt et al. (2006) relativa ao estudo do mesmo fenómeno, a qual apresenta um contributo valioso, tendo mesmo inspirado a realização da presente investigação.

Embora muitos investigadores tenham começado a assinalar fatores importantes relativos ao processo de construção da identidade profissional, os primeiros a detalhar como este processo ocorre, entre os profissionais, foram Pratt et al. (2006), através de um estudo longitudinal, com duração de 6 anos, no contexto específico da medicina, nos Estados Unidos da América (EUA). Deste modo, o estudo de Pratt et al. (2006) baseou-se nos dados recolhidos em três grupos distintos, a saber, médicos radiologistas, médicos-cirurgiões e médicos dos cuidados paliativos, por forma a captar diferentes perceções de como a construção da identidade profissional se processa neste contexto de trabalho. No âmbito deste estudo e partindo da crítica às teorias da validação social das novas identidades (Ashforth, 2001) e dos modelos de identidade de papel (Ibarra, 1999), os autores identificaram tipos e fontes específicos de estratégias que auxiliam a personalização da identidade profissional, bem como fontes de validação dessas mesmas identidades. De forma adicional, o estudo de Pratt et al. (2006) alerta para o papel da motivação² na construção da identidade

2 Tal como afirmam Hess e Orthmann (2011) um polícia está automotivado quando conhece os objetivos da organização policial e escolhe atingi-los. Contudo, é da responsabilidade das che-

profissional, que assenta na teorização sobre o “*meaningful work*”, donde se extrai a premissa que o trabalho tem significado para o indivíduo, na medida em que reflete o que o indivíduo é (Pratt e Ashforth, 2003). Desta forma, alcançar o alinhamento entre a identidade e o trabalho é um motivador fundamental para a construção da identidade, o que inclui a relação entre o “*ser*” e o “*fazer*” (Pratt et al., 2006).

Relativamente à transição de papéis, Pratt et al. (2006) completaram os trabalhos feitos nas décadas de 70 e 80 do século XX (e.g. Hall, 1968) mostrando que os ciclos de aprendizagem do trabalho estão associados aos ciclos de aprendizagem da identidade, ou seja, a aprendizagem do trabalho está intimamente ligada com a aprendizagem acerca da identidade. No modelo de Pratt et al. (2006), os comportamentos no trabalho são muitas vezes comparados com expectativas sobre quem os desempenha e as identidades construídas são validadas pelos outros, com idêntica posição social.

Estudos anteriores defendem que a relação entre a socialização e a mudança de identidade, onde é evidente a mudança dos indivíduos para se ajustarem ao trabalho e vice-versa (Ashforth e Saks, 1996; Van Maanen e Schein, 1979), transforma ou modifica a identidade dos seus membros. Para Schein (1978), o indivíduo ao adotar uma nova identidade profissional descarta-se da antiga, asserção que Pratt et al. (2006) discordam, uma vez que defendem uma mudança da identidade profissional de natureza incremental, através do enriquecimento da identidade existente, ou do remendo de duas ou mais identidades coexistentes ou, ainda, do recurso ao uso temporário de uma outra identidade de suporte, até que a nova identidade se fortaleça.

A organização socializa os indivíduos em grupo e o contributo esperado para a construção da identidade profissional é o grau de conformidade alcançada internamente pelo consenso conseguido, via necessária à criação de sentido, mais facilmente conseguida através da limitação dos membros do grupo à exposição de diferentes fontes de identidade (Pratt et al., 2006). As organizações que isolam os seus membros têm um elevado grau de controlo sobre a criação de sentido. Nestes casos, os indivíduos viram-se para o interior das suas organizações em busca de significados (fardas, rotinas, símbolos). Assim, quando a aprendizagem do trabalho é feita em regime de internato (residência), limita o contacto com outras pessoas, e por esta via, a organização limita o potencial de fontes de identidade, nas quais os indivíduos procuram significado para o seu trabalho. Por isso, a organização influencia o processo de construção de uma identidade, na medida em que pode constranger as fontes de identidade no contexto organizacional e, por essa via, limitar as escolhas dos seus constituintes.

fias promover ações no sentido de sustentar e reforçar os padrões motivacionais destes profissionais.

Especificamente, no que concerne às descobertas de Pratt et al. (2006), estes autores verificaram a ocorrência de mudanças nas identidades profissionais que variavam no grau de intensidade, as mudanças mais ligeiras eram reveladoras de uma compreensão mais aprofundada da identidade profissional, enquanto as mudanças mais intensas envolviam mudanças drásticas na identidade profissional.

De forma adicional, Pratt et al. (2006) verificaram que as mudanças mais significativas ao nível da identidade estavam associadas a mudanças no contexto de trabalho, em termos de conteúdos e/ou processos e ainda, quando os indivíduos não se identificavam com o trabalho que desenvolviam, existia uma maior probabilidade de sofrerem modificações nas suas identidades profissionais, o que se devia, em parte, pela avaliação da integridade do trabalho implicar uma desvalorização, induzindo o profissional a um esforço de reconciliação entre o autoconceito profissional e o conteúdo real do trabalho que era chamado a desenvolver. O resultado destas violações à integridade do trabalho origina diferentes padrões de identificação profissional, influenciando, por esta via, o processo de construção da identidade profissional.

O processo de desenvolvimento da identificação profissional fomenta mudanças na identidade profissional, permitindo que os colaboradores de uma organização se ajustem e se adaptem às exigências do trabalho. Os profissionais, ao detetarem incongruências entre as tarefas que desenvolvem e a sua identidade profissional, iniciam um processo de ajustamento. Assim, existem circunstâncias que promovem mudanças na identidade profissional, entre outras, o conteúdo do trabalho, a severidade da violação da identidade e a força da identidade.

Os três tipos de estratégias de personalização da identidade profissional identificadas por Pratt et al. (2006) designam-se enriquecimento (*enriching*); remendar (*patch*) e amparar (*splint*), e descrevem os padrões ou modelos de identidade usados, para fazer face às exigências do trabalho. Estes padrões envolvem crenças internalizadas pelas experiências da socialização prévia e fatores externos do contexto organizacional. Quando os princípios básicos da identidade permanecem os mesmos, os indivíduos seguem uma estratégia de enriquecimento, a compreensão torna-se mais profunda, mais variada e rica. No entanto, quando reconhecem uma má combinação entre a identidade e o trabalho, personalizam a sua identidade através de uma estratégia de tipo remendar levando a que sejam utilizadas identidades alternativas que auxiliem o indivíduo a encontrar um sentido no trabalho que desenvolve. Este remendar leva à criação de uma identidade nova para colmatar as deficiências na compreensão da sua identidade profissional. Por fim, a estratégia de amparar é utilizada quando existem violações da identidade, ou seja, quando o trabalho desenvolvido é incongruente com o conceito profissional tal como percebido pelos indivíduos, os quais não reconhecem na sua atividade profissional uma fonte de significado da identidade. Neste último caso, a identidade prévia do

trabalhador ampara a, ainda fraca, identidade definida pela profissão, fornecendo uma identidade provisória, enquanto o conteúdo e/ou o processo de trabalho e o crescimento da base de conhecimentos acontece, até que a identidade profissional se fortaleça.

Segundo estes autores, são as violações de integridade da identidade no trabalho, e não a iniciação na profissão que motiva a construção da identidade. Reconhecendo que o confronto com novas situações pode provocar violações de integridade, não se pode assumir apenas que a novidade das tarefas constitui o único motivo que provoca alterações na identidade profissional. Os mesmos autores observaram que mesmo sendo o trabalho já conhecido, este pode levar a mudanças na identidade se este não estiver de acordo com as percepções individuais. Estas mudanças de identidade podem ocorrer, quando os indivíduos com baixo grau de autonomia no trabalho e identidades bem desenvolvidas (aqueles que experienciaram menor violação de integridade) tenham um enriquecimento da sua identidade. Por outro lado, os indivíduos com baixo grau de autonomia no trabalho e sujeitos a severas violações de integridade irão experienciar remendos nas identidades ou identidades de suporte, dependendo do grau de desenvolvimento da sua identidade profissional.

Para uma Visão mais Ampla do Processo de Construção da Identidade Profissional

Todo o campo teórico relevante construído até então para a compreensão da construção da identidade profissional (ver Carneiro da Silva, 2016), não levou em linha de conta a existência de fatores inerentes ao exercício das profissões cuja integração poderá enriquecer o entendimento do processo de construção da identidade profissional. Mais, concretamente, importa destacar três ordens de fatores: os que caracterizam a motivação para a opção pela profissão; os que integram mecanismos de autoregulação da imagem individual e do estabelecimento de objetivos; e os efeitos das variáveis que descrevem a posição dos indivíduos no contexto organizacional no qual o processo de construção da identidade tem lugar. Deste modo, importa empreender uma reflexão mais aprofundada sobre fatores oriundos de literatura que poderão ser mobilizados no sentido de ampliar a compreensão das variáveis intervenientes na construção da identidade profissional. Estes fatores podem ser agrupados em dois agregados distintos, de acordo com a fase em que o indivíduo se encontre relativamente à sua escolha profissional.

Assim, numa fase anterior ao abraçar da profissão é relevante considerarmos: (1) o papel da motivação na escolha da profissão; (2) a vocação profissional e as escolhas de carreira e; (3) os esquemas cognitivos e sua relevância na escolha da carreira profissional (Carneiro da Silva, 2017). Posteriormente, após opção pela profissão, é fundamental abordar os fatores que remetem para o intenso processo de mudança

da identidade individual no decorrer do processo de socialização³ em contexto organizacional, de cuja análise e resultados, nos ocuparemos nas páginas seguintes.

Método

Amostra

Participaram no presente estudo 30 indivíduos, a amostra foi escolhida aleatoriamente do grupo dos recém-admitidos ao CFA. A caracterização da amostra está patente na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica da amostra

Distrito de Residência		Idade	
Beja	6,7%	21-23	43,3%
Braga	13,3%	24-26	50,0%
Coimbra	10%	27-29	6,7%
Leiria	10%		
Lisboa	3,3%	$M = 23,9; DP = 1,59$	
Portalegre	6,7%	$Min = 22; Máx = 28$	
Porto	13,3%		
Setúbal	20%		
Viana do Castelo	3,3%	Estado Civil	
Vila Real	3,3%	Solteiro	93,3%
Viseu	6,7%	Casado	6,7%
Madeira	3,3%		
Género		Habilitações	
		11º Ano	26,7%
Masculino	93,3%	12º Ano	70,0%
Feminino	6,7%	Licenciatura	3,3%

- 3 A socialização pode ser entendida como um processo de desenvolvimento de papéis através do qual a organização transmite a cultura organizacional (Kramer, 2010). Segundo Porter, Lawler e Hackman (1975), existem três fases no processo de socialização, “o pré-encontro”, tem início antes da entrada para a organização, sendo o momento em que o indivíduo começa a formar uma imagem acerca da organização, com base na pesquisa de informação sobre o funcionamento e os seus valores, dando início à formação das expectativas; “o encontro” e caracteriza-se pela entrada do indivíduo na organização. É neste período que as diferenças entre as expectativas do recém-chegado e a realidade da organização se tornam evidentes, provocando muitas vezes um choque com a realidade e a surpresa no indivíduo. Esta fase é, comumente, caracterizada por sentimentos de stresse, de excitação, de otimismo e de descoberta. Na última fase do modelo mudança e aquisição, o indivíduo procura adaptar-se ao ambiente de trabalho através de estratégias que permitam ajustar-se às novas situações e a responder às exigências do trabalho, o que pode conduzir a uma mudança nos valores e ao desenvolvimento pessoal.

Instrumentos e Procedimento

Para efeitos do presente estudo, foi elaborado um guião de entrevista, no qual figuram diferentes questões relativas à PSP e às vivências dos alunos durante o Curso de Formação de Agentes (CFA). Foram realizadas entrevistas em profundidade em dois momentos distintos: T1- Fevereiro e março de 2009, início do CFA e T2- Fevereiro e março de 2011. Esta segunda vaga de entrevistas decorreu passados dois anos desde a entrada dos recém-admitidos ao CFA e cerca de ano e meio já como Agentes da Polícia de Segurança Pública, no pleno exercício de funções, distribuídos pelo dispositivo policial, a nível nacional.

As questões do guião repartiam-se por vários temas relativos ao contexto policial e às perceções dos recém-admitidos, designadamente, sobre: (1) a profissão de polícia e as expectativas relativas ao desempenho futuro; (2) as experiências na EPP e as atividades próprias da profissão; (3) as relações estabelecidas com colegas e superiores hierárquicos; (4) as atitudes da família e amigos relativamente à sua nova profissão; e (5) as mudanças de atitude e/ou comportamentos vivenciadas (sentidas) em si mesmos desde a sua admissão, nos vários contextos (trabalho, família, amigos e sociedade em geral).

As entrevistas em ambas as vagas tiveram uma duração média de 60 minutos, e após uma explicação inicial do estudo e dos seus objetivos era pedida autorização para que a entrevista fosse gravada. Após a realização das entrevistas, efetuou-se a sua transcrição, bem como a respetiva análise de conteúdo, que teve por base o procedimento de codificação e de análise utilizado por Pratt et al. (2006).

É, ainda, de referir que o guião de entrevista utilizado na segunda vaga sofreu algumas alterações relativamente ao guião inicial, como forma de ajustar as questões à nova realidade profissional, bem como retirar algumas questões cuja repetição não revelava pertinência para esta fase do estudo. Não obstante as alterações que o guião de entrevista sofreu, o seu objetivo manteve-se inalterado, tendo sido asseguradas as questões que nos levariam a perceber quais as transformações sofridas nas perceções dos entrevistados relativamente a si próprios, à profissão, às atividades relacionadas e às relações interpessoais, em contexto policial.

Codificação e Análise Qualitativa dos Dados

A análise de conteúdo das entrevistas realizou-se de forma iterativa, sendo que as condições suscitadas pelos recém-admitidos representam os fatores cujo contributo se afigura relevante no processo de construção da identidade profissional. A análise de conteúdo decorreu, deste modo, em três etapas principais (Pratt et al., 2006):

- (1) *Criação de categorias provisórias e códigos de primeira ordem.* Nesta primeira fase, identificaram-se as frases referentes às crenças dos alunos através de *open coding*, desagregando a informação iterada pelos entrevistados em unidades diferenciadas, cujo objetivo era o de formar categorias provisórias e códigos de primeira

ordem. Na análise da segunda vaga de entrevistas verificou-se que a nova informação por vezes não se ajustava às categorias existentes ou obrigava à sua alteração. Assim, nesta fase, concetualizaram-se em categorias as frases obtidas nas entrevistas da primeira vaga, tendo-se originado um total de 22 códigos provisórios. Os conceitos provisórios foram, posteriormente, utilizados na elaboração das questões das entrevistas da segunda vaga de forma a aperfeiçoar o método de obtenção de informação.

- (2) *Integração de códigos de primeira ordem e criação de categorias teóricas.* Nesta fase, consolidaram-se os códigos de cada vaga de entrevistas, ou seja, sumariaram-se as categorias escolhidas de acordo com a semelhança entre os conceitos e reduziu-se informação redundante, originando 15 categorias distintas. Estas categorias tornaram-se cada vez mais abstratas à medida que iam sendo consolidadas e identificadas as relações entre as categorias e subcategorias.
- (3) *Delimitação da teoria através do agrupamento de dimensões teóricas.* Após a criação das categorias, procurou-se identificar as dimensões subjacentes, de modo a compreender como as diferentes categorias se ajustavam para formar uma edificação coerente. Esta etapa de selecionar categorias-chave a partir da informação originou a construção de 6 dimensões teóricas, à semelhança da metodologia de Pratt. et al. (2006) de tipo *theory building*, as quais consistem no grau mais elevado de abstração. Após a obtenção de um quadro estrutural, procedeu-se ao ajustamento da informação obtida com a compreensão emergente da teoria.

Resultados

Resultados da Primeira Vaga de Entrevistas: Dimensões da Identidade Profissional

Do trabalho efetuado sobre as entrevistas foram encontradas seis dimensões teóricas: (1) descrição do trabalho; (2) requisitos do trabalho; (3) internalização do papel profissional; (4) construção da identificação profissional; (5) mecanismos de autoavaliação e validação; e (6) crescimento da identidade. Seguidamente, apresentam-se os resultados para cada uma das dimensões teóricas identificadas, incluindo as categorias teóricas que lhes deram origem, bem como excertos dos relatos dos entrevistados que espelham essas mesmas categorias e dimensões.

A primeira dimensão teórica encontrada, *Aprendizagem do Trabalho*, é formada pelas categorias: aquisição dos conhecimentos base e saliência do papel a incorporar. Na construção dos códigos de primeira ordem, foram selecionados relatos dos recém-admitidos sobre as aprendizagens e experiências na EPP e sobre a sua perceção acerca das características do “bom polícia” e do grau de exigência e profissionalismo da função policial. A categoria, aquisição dos conhecimentos base, refere a utilidade do CFA na aprendizagem do trabalho policial, como uma fonte de novas experiências que forma e prepara os novos polícias para a função policial.

"Aqui aprendo um pouco das técnicas, de táticas, um pouco de tudo."

"Vou-me tornar polícia através da aprendizagem."

"Num dia aprendemos o que se calhar aprendíamos em 10 dias na universidade."

"É uma mais-valia os polícias nos darem aulas porque têm a experiência da rua."

"Não é só com os livros que as pessoas aprendem, é também com os exemplos."

A categoria, saliência do papel a incorporar, respeita às características e afinamento do papel de polícia, à ideia de profissionalismo associado à função e ao grau de exigência dos desempenhos individuais, bem como às expectativas de aplicação das aprendizagens, adquiridas no processo de formação, no quotidiano da prática profissional futura.

"O bom polícia é o que se está sempre a construir e adaptar às novas circunstâncias, está sempre atualizado, vai crescendo."

"Um bom polícia tenta transmitir um ar seguro de si, sentido de responsabilidade, saiba fazer minimamente o que lhe é pedido e se não souber informar-se com superiores e colegas."

"Um bom polícia tem que ser uma pessoa honesta, verdadeira, ajudar o próximo, e ter espírito de camaradagem."

"Um bom polícia é humano, compreensivo, conhece a lei, é companheiro, zela pelos interesses dos outros."

"Para ser um bom polícia são necessárias 4 coisas: capacidade física, capacidade intelectual, técnica e espírito."

A dimensão teórica, *Requisitos do Trabalho*, é constituída pelas categorias: vocação, motivação e responsabilidade. Na construção dos códigos de primeira ordem, foram selecionados relatos dos novos polícias, sobre as exigências da função policial que ilustram a categoria respetiva, no caso, a relevância da vocação, a necessidade da motivação e sentido de responsabilidade. A categoria, vocação, traduz um conjunto de aptidões naturais e interesses específicos e exprime um sentimento de desejo de dedicação exclusiva à função de polícia e traduz uma avaliação afetiva positiva desta profissão.

"Tem de se querer, acho que tenho vocação... Não é qualquer pessoa que pode ser polícia, é preciso ter uma vocação própria para lidar com as coisas que a polícia lida..."

"Não me imagino a fazer outra coisa... vocação é gostar do que estamos a fazer... é ter um perfil, é ter um dom."

"É um sonho estar aqui... Já senti orgulho, sem dúvida, nas aulas práticas...orgulho de pertencer a esta classe."

A categoria, motivação, refere-se à força interior que se manifesta pela vontade de ser polícia e exprime o compromisso dos entrevistados em trabalhar afincadamente para se tornarem bons profissionais.

"Não sei se darei um bom polícia, mas estou-me a esforçar para ser o melhor que posso. Tento estudar, cumprir o que eles pedem, fazer os exercícios, tentar dar o melhor possível."

"Espero ser um bom polícia, vou trabalhar para isso."

"Quando vejo um polícia na rua vejo-o como um colega e como uma ambição a chegar lá, vejo a minha futura profissão à minha frente."

Por fim, a categoria responsabilidade respeita ao sentido de obrigação de responder por atos próprios de acordo com uma maior consciência da importância e reconhecimento da missão e valores da profissão de polícia.

"Estou mais responsável... Sinto que tenho de cumprir o meu dever, sentido de responsabilidade."

"Adquiri responsabilidade... agora acordo sozinho, antes a minha mãe tinha de me acordar."

Quanto à dimensão teórica, Internalização do Papel **Profissional**, é constituída pelas categorias: autocategorização, autorregulação e artefactos e símbolos. Na construção dos códigos de primeira ordem, foram selecionados relatos sobre a gradual consciencialização e adaptação às modificações necessárias, no sentido do ajustamento e interiorização do papel profissional que ilustram a categoria respectiva. A categoria, autocategorização, abrange todo um conjunto de características e comportamentos específicos, enquanto polícias, através dos quais se autoavaliam como pessoas e como profissionais.

"Desde o momento que entramos aqui começamos logo a pensar como um polícia."

"Acho que está-se a construir um polícia dentro de mim, vai-se construindo com as instruções e muito com as experiências aqui vividas."

"Já me sinto diferente dos amigos, não entro em certas brincadeiras."

"Senti-me polícia, talvez a partir da segunda semana (...) nós aqui já somos polícias."

A categoria, autorregulação, reflete o reconhecimento da importância do autocontrolo do indivíduo no desempenho da função policial. A necessária gestão das emoções faz apelo a comportamentos de contenção e domínio de si, condizente com o que é esperado do profissional de polícia.

"Quando dizem mal da polícia enervoo-me mas não reajo."

"Quando vejo infrações dá-me vontade de agir."

"Um polícia é-o 24h por dia, está sempre vigilante (...) somos polícias nas 24 horas."

"A farda fica no cacifo mas o polícia não."

Finalmente, a categoria, artefactos e símbolos, alude a um conjunto de objetos e representações simbólicas, como o fardamento, as armas e as insígnias, os quais são parte integrante da cultura policial.

"A farda (...) traz-nos autoridade e responsabilidade, mais respeito.""

"Com a arma ainda senti mais orgulho."

"A farda traz-me uma posição perante as pessoas diferente."

Quanto à dimensão teórica, *Construção da Identificação Profissional*, esta é constituída pelas categorias: violações à identidade do trabalho⁴, estratégias de enriquecimento

4 Snow e Anderson (1987) definiram a identidade no trabalho como o conjunto de atividades laborais em que o indivíduo se empenha e que lhe permitem criar, desenvolver e sustentar a sua identidade pessoal, desde que seja congruente e suporte o seu autoconceito. A identidade

e estratégias de amparo. Na construção dos códigos de primeira ordem, foram selecionados relatos sobre percepções incongruentes com a realidade esperada, a modificação de comportamentos e atitudes, e sobre o seu desenvolvimento pessoal ilustrando a categoria respectiva. A categoria, violações à identidade do trabalho, reflete percepções incongruentes de identificação profissional que não se encontram alinhadas com a identidade profissional de polícia existindo, dessa forma, uma clivagem entre ambas.

"Não falo muito sobre o que se passa na EPP com os amigos e a família porque ainda não sou polícia."

"Pensei que fosse mais rigoroso e acho que devia ser."

A categoria, estratégias de amparo (*splinting*), ilustra um estado psicológico dos indivíduos que se desencadeia ao detetarem incongruências entre o conceito profissional e o trabalho que desenvolvem. De salientar que relativamente a este aspeto, alguns entrevistados não reconhecem, em pleno, o contributo da formação no desenvolvimento da identidade profissional de polícia.

"Já modifiquei a postura em variadas coisas (...), tornei-me mais sério, já tomo decisões por mim próprio."

"Desde que aqui estou já mudou alguma coisa, agora não bebo..."

"Já modifiquei certas atitudes (...) mudei os hábitos do dia-a-dia, melhorei a minha atitude, postura, passei a ser mais responsável."

"Estou mais disciplinado..."

Por fim, a categoria, estratégias de enriquecimento (*enriching*), ilustra um conjunto de mudanças atitudinais e comportamentais nos novos polícias, desde que ingressaram na EPP, principalmente, ao nível de uma maior maturidade e responsabilidade.

"Estou mais madura (...) é uma mudança radical, ganha-se maturidade e autoridade."

"Aqui há regras e nós ao adquirirmos essas regras, estamos a evoluir."

"Tenho os olhos mais postos no futuro, cresci."

"O polícia vai-se construindo, vai sempre crescendo."

A dimensão teórica, *Mecanismos de Autoverificação⁵ e Validação*, é formada pelas categorias: socialização e modelos de identidade de papel. Na construção dos códigos

no trabalho envolve a formação, reparação, manutenção, reforço ou revisão das construções identitárias que produzem sentido, coerência e um caráter distintivo (Sveningsson e Alveson, 2003).

- 5 Os benefícios da autoverificação incluem a coerência psicológica, a qual se refere à percepção de conformidade com a realidade, o que facilita a validação das percepções do *self*; auxilia na redução da ansiedade; e no aumento dos níveis de bem-estar, já que a exposição contínua a acontecimentos não-verificáveis poderá ser prejudicial para a saúde (North e Swann Jr., 2009).

de primeira ordem, foram selecionados relatos dos novos polícias sobre a exemplaridade do seu papel na sociedade, da importância dos modelos policiais (instrutores), e da sua adaptação ao papel profissional exemplificando cada uma das categorias emergentes, nesta dimensão. A categoria, socialização, refere-se a estratégias de acolhimento e integração na EPP com influência na validação das identidades profissionais em construção que decorrem das experiências vivenciadas com o grupo de pares.

"Aprendi a conviver numa camarata, muitas horas com as mesmas pessoas."

"O mais difícil foi a ordem unida, não estava habituado."

"O facto de andarmos juntos é bom."

A categoria, modelos de identidade de papel, refere a relevância do papel dos superiores hierárquicos, dos polícias mais antigos e dos instrutores, os quais contribuem para a aprendizagem da função policial e dos valores da profissão.

"Somos instruídos a ser um exemplo a seguir..."

"Alguns superiores hierárquicos, nossos formadores, quase todos, são modelos a seguir, pela postura, maneira de organizar o que vão dizer..."

"Tenho um instrutor que gosto da maneira de ser dele reconheço-lhe autoridade"

No respeitante à dimensão teórica, *Crescimento da Identidade*, esta é formada pelas categorias: competências percebidas, e autoestima e identificação. Na construção dos códigos de primeira ordem, foram selecionados relatos sobre as competências consideradas necessárias à eficácia no trabalho policial, ao reforço da autoestima e do sentido de pertença em cada uma das categorias. A categoria, autoeficácia, refere-se aos contributos do CFA relevantes para a aquisição e desenvolvimento de competências centrais ao exercício da função policial, como sejam, conhecimentos técnicos e práticos ao nível do trabalho policial, bem como das normas e padrões de conduta esperados.

"Um polícia precisa de ter postura, perfil e carácter."

"O mais importante é a aquisição dos comportamentos."

"Desde o momento que entrei para aqui até hoje já evolui bastante a nível de conhecimentos e competências"

"Um polícia tem de ser humano, fazer, cumprir a lei e ter postura dentro da sociedade."

"Um polícia tenta transmitir um ar seguro de si"

A categoria, autoestima, respeita à autoconfiança, segurança, valor pessoal e outros aspetos que contribuem para a manutenção de uma auto-imagem positiva e congruente com a função e identidade profissional de polícia.

"Sinto-me bastante importante por estar aqui num Instituto de Polícia"

"Penso-me como polícia e não como civil, sinto-me mais importante"

"A minha autoestima aumentou"

"Estou mais confiante na vida"

Por último a categoria, sentido de pertença, enfatiza a progressiva vinculação do indivíduo à comunidade policial através do reforço do vínculo afetivo entre pares e da consciencialização da sua pertença a este grupo profissional.

“Estou-me a fazer polícia através das aulas e do espírito de grupo.”

“Se não houver aquele espírito de grupo não funcionará”

“Nós já interiorizamos o que é ser polícia através da vivência com os polícias.”

Em síntese, dos resultados da 1ª vaga de entrevistas, emergiram 6 dimensões teóricas que agregam um total de 16 categorias.

Resultados da Segunda Vaga de Entrevistas: Dimensões da Identidade Profissional

Entre as entrevistas realizadas em T1 e T2 decorreu um lapso temporal de aproximadamente 2 anos. Em T2, a maior parte das categorias sofreram alterações decorrentes das mudanças que corporizam o percurso de edificação do “ser” polícia. Não obstante, mantêm-se as seis dimensões teóricas que emergiram da primeira vaga. A modificação verificada deslinda o processo de transformação, pelo qual passam os novos agentes, no sentido da construção das suas identidades profissionais, sendo notória, na 2ª vaga das entrevistas, a construção de um arquétipo concetual sobre a profissão muito mais denso e consistente, patente nos relatos dos novos agentes da PSP. A natureza longitudinal desta investigação permitiu, desta forma, identificar os fatores e tipificar os mecanismos através dos quais ocorrem mudanças no indivíduo, ao longo do tempo e no contacto com a profissão.

A dimensão teórica, *Descrição do Trabalho*, é formada pelas categorias: aprendizagem em contexto real e experiência e desempenho. Na construção dos códigos de primeira ordem, foram selecionados relatos dos novos polícias sobre a aprendizagem do trabalho em contexto real, a experiência profissional, a autoeficácia e o desempenho que a seguir se apresentam. A categoria, aprendizagem em contexto real, reflete a elevada importância dos conhecimentos e competências que advêm da experiência prática associada ao trabalho policial, colocando em segundo plano, o contributo do CFA.

“Sinceramente na EPP aprende-se muita teoria que na rua não vai fazer muita falta. (...) na minha opinião o curso de agentes tem que ser ainda mais prático.”

“A transformação é aqui fora quando saímos da escola, é onde pomos em prática aquilo que aprendemos. Mais tarde e já “dentro” da Instituição Policial, e depois de estar em contacto permanente com a realidade, aí sim já me revejo enquanto polícia ...”

“De forma alguma aprendi a ser polícia na EPP (...) os saberes transmitidos pelos formadores e as suas experiências como polícias, foram bons alicerces e importantes, na transmissão de alguns valores, sem dúvida algumas muito úteis, os estágios também foram muito importantes, mas o sentimento de que aprendi a ser polícia aparece mais tarde.”

A categoria, experiência e desempenho, está intimamente ligada à aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e comportamentos exigidos para o exercício

das funções próprias de uma profissão. O sentimento de autoeficácia, vinculado pela percepção de sentir-se capaz no desempenho da sua atividade, é reforçado pela experiência. Este aspeto é revelador da ideia do contributo do CFA, ser menor do que aquele que advém da prática profissional, e por isso, menos relevante para o desempenho das funções de polícia, sendo a experiência profissional determinante da percepção de autoeficácia.

“Ser polícia é estar sempre disponível para ajudar o próximo, ser isento, respeitador, humilde e ter muita vontade de trabalhar, nunca se acomodando, temos que estar sempre atualizados, acompanhando a evolução da nossa sociedade.”

“Ser polícia é ser uma pessoa humilde, justa e íntegra no que está a fazer, transmitir à população que podem contar com a polícia, e não ter medo de assumir os seus atos.”

“O mais importante nesta profissão é eficácia do serviço prestado, sentir-me útil, sentir-me bem comigo mesma e com os outros.”

“Sou e sinto-me totalmente polícia. Ser polícia é exatamente isto que estou a viver: apanhar bandidos, suspeitos de prática de crimes, levá-los à justiça, fazer com que as pessoas sintam orgulho em nós pois apanhamos os culpados!”

No que diz respeito à dimensão teórica, *Requisitos do Trabalho*, esta é constituída pelas categorias: dedicação à causa pública e empenho e responsabilidade. Na construção dos códigos de primeira ordem, foram selecionados relatos dos novos polícias sobre a natureza social e grau de exigência da função policial. A crescente consciencialização do valor da experiência em contexto real para a eficácia policial e para a concretização da função social da profissão. A categoria, dedicação à causa pública reforça os resultados encontrados na primeira vaga, é reiterado o sentimento de utilidade pública desta profissão, da necessidade da vocação para abraçar esta profissão e que esteve na origem da escolha de carreira, bem como a motivação para a causa pública, através da participação ativa no cumprimento da missão da PSP, mesmo perante as adversidades desta profissão.

“É mais do que uma simples profissão, para mim é uma vocação, uma concretização de olhos postos no bem comum, servindo o público em geral, sem me servir.”

“Polícia é uma profissão pela qual há que ter gosto em tê-lo, visto ser uma função que exige muito de nós em que por vezes nos afastamos um pouco da nossa vida pessoal, a nível de horários é muito exigente, onde se trabalha por turnos e aos fins-de-semana.”

“Eu penso que até agora tenho tentado ser um bom polícia, tenho retirado boas influências para ser cada vez melhor. Trabalhar com dedicação em função da sociedade com o devido respeito pela vida dos cidadãos e pelo bem comum, não medindo esforços e sem benefício próprio.”

“Todos os dias trabalho com dedicação tento sempre fazer o que me compete, sou honesto, coerente e responsável, tento sempre fazer o meu melhor e contribuir para uma sociedade melhor.”

Por fim a categoria, empenho e responsabilidade, refere uma percepção de maior sentido de eficácia, patente na demonstração e reconhecimento do seu contributo efetivo na concretização dos objetivos operacionais da PSP à medida que vai tendo mais experiência na função. O crescente sentido de responsabilidade, que acompa-

nha os novos agentes de polícia, no trabalho quotidiano, revela a interiorização do sentido de dever, inerente ao desempenho da função policial.

“A minha experiência diz-me que um polícia deve todos os dias trabalhar com empenho, sempre com responsabilidade, honestidade, coerência.”

“Neste tempo na Polícia muita coisa mudou, pois o sentido de responsabilidade aumentou muito, agora sinto e vejo os problemas da sociedade com outros “olhos”, mas a mudança que esta responsabilidade me deu faz-me sentir melhor cidadão.”

Quanto à dimensão teórica, *Internalização do Papel Profissional*, esta é constituída pelas categorias: autodefinição e violações à identidade profissional. Nesta dimensão, para a construção dos códigos de primeira ordem, foram selecionados relatos sobre o sentido de si enquanto polícias, através da transformação operada pela alteração dos padrões de identificação profissional. A categoria, autodefinição, expressa a aceção de si próprios enquanto polícias, a consolidação da interiorização dos valores e missão subjacentes à profissão de polícia. É manifesto o elevado sentido de responsabilidade que os novos agentes adquiriram na prática profissional.

“Sim, isso significa que psicologicamente já interiorizei que sou polícia e quais as minhas funções.”

“Ser polícia não é só quando se veste uma farda, ou se está a trabalhar, esta é a diferença da maioria das profissões, isto porque se eu estiver de folga na terra (Coimbra), e vir uma pessoa a ser assaltada, não vou ficar quieto a olhar, vou intervir, ou outra situação qualquer que não possa intervir diretamente, posso sempre chamar via 112.”

“Sou polícia e sinto-me como tal, mas apercebo-me que o “sentir-me polícia” é um sentimento crescente, ou seja, não é o facto de vestir uma farda de Polícia que me irá tornar num, é necessário aprender a agir como tal, saber interagir com as pessoas, estar constantemente atualizado, basicamente é resolver os problemas daqueles que precisam quando estes já não têm como, não sabem ou têm medo de resolver.”

“Sem qualquer dúvida um polícia é polícia a tempo inteiro, 24 sobre 24 horas, não há maneira de ir para casa e mudarmos isso.”

Relativamente à categoria, *violações à identidade profissional*, respeita à incongruência entre o que são e o que fazem, ou entre as expectativas acerca do que pensavam ser a função policial e as funções que lhe estão na realidade acometidas.

“Ainda não sei o suficiente para o ser mas tento todos os dias alcançar esse ideal de bom polícia.”

“Com 2 anos de polícia ainda não se sente verdadeiramente o que é ser polícia, ser polícia significa poder ajudar o cidadão a viver em harmonia em sociedade. O mais complicado é fazer com que, aqueles que cometem ilícitos, crimes, sejam apanhados e levados a justiça para que paguem pelo que fizeram o que às vezes não é possível por diversos motivos.”

“Confrontamo-nos com muitos aspetos que muitas vezes não sabemos o que fazer como reagir, a vida é mesmo assim imprevisível, uma explosão de emoções, fatos inexplicáveis de perder o juízo...”

Um aspeto relevante recai na ainda fraca perceção de autoeficácia assumida por alguns dos novos polícias. Este facto evidencia, a consciencialização do grau de

exigência funcional, donde deriva um sentimento de carência de conhecimentos e experiência, relevantes para o exercício da atividade policial.

No que respeita à dimensão teórica, *Construção da Identificação Profissional*, esta é constituída pelas categorias: estratégias de enriquecimento e estratégias de amparo. Na construção dos códigos de primeira ordem, os novos polícias falam sobre o seu desenvolvimento pessoal. É neste processo de transformação do candidato em polícia que se traduz o processo de construção e consolidação da sua identidade profissional, ilustrados pelos relatos sobre modificação de comportamentos e atitudes (*enriching*) e relatos sobre perceções incongruentes com a realidade esperada (*splinting*). Quanto à categoria, estratégias de enriquecimento (*enriching*), esta ilustra, de forma muito marcante, um conjunto de mudanças atitudinais e comportamentais ao nível pessoal e profissional desde que os novos polícias concluíram o CFA e iniciaram o pleno exercício da sua função policial. As principais mudanças sentidas dizem respeito, por um lado, a perceções de maior maturidade e responsabilidade e, por outro lado, a sentimentos de maior autoeficácia; ambas as situações reveladoras da utilização de estratégias de enriquecimento (*enriching*) na construção da identidade profissional.

“Acho que me tornei uma pessoa mais forte, mais capaz muito mais independente, consegui isso a ver que comparada com outras pessoas não tenho problemas, estou longe da minha família mas estou bem.”

“Nos primeiros tempos sentia-me mais um suporte que propriamente um agente, havia muita dependência dos elementos mais antigos e com mais experiência, todavia esse sentimento de insegurança desapareceu com o acumular de ocorrências e novas experiências.”

“A postura, a forma de ver o mundo. Não olho para o que se passa à minha volta da mesma forma, gosto de dizer que ganhamos uma visão mais azul do mundo.”

“Creio que me tornei menos emocional (mais frio), derivado às situações de stresse vividas diariamente no trabalho.”

“Mudou tudo, a minha independência, a minha maneira de ser com as pessoas, a maneira de pensar, sinto-me diferente sei que cresci...”

“Adquiri muitos conhecimentos alguns dos quais pus em prática, quero aprender mais, o que faz de mim uma pessoa melhor preparada, madura, não dá para enganar somos o centro das atenções a farda diferencia, somos o ponto de socorro.”

Relativamente à categoria, estratégias de amparo (*splinting*), esta traduz algumas incongruências entre o conceito profissional e o trabalho que alguns dos novos agentes de polícia desenvolvem, sendo notória a perceção de algumas limitações que os impede de se sentirem, verdadeiramente, polícias, necessitando para isso, da aprendizagem resultante da experiência profissional.

“Ainda não sei o suficiente para o ser mas tento todos os dias alcançar esse ideal de bom polícia.”

“Com 2 anos de polícia ainda não se sente verdadeiramente o que é ser polícia. Ser polícia significa poder ajudar o cidadão a viver em harmonia em sociedade.”

“Não lhe vou dizer que sou bom polícia acho que me falta passar por muito, talvez daqui a uns anos consiga dizer-lhe.”

“Após passar por um período de alguma insegurança e desconfiança sobre tudo o que me rodeia, porque a profissão também nos traz destas coisas, passo a passo e lentamente vou-me tornando naquilo que eu escolhi...”

No que concerne à dimensão teórica agregada, *Mecanismos de Autoavaliação e Validação*, esta é formada pelas categorias: espírito de corpo e modelos de identidade de papel. Na construção dos códigos de primeira ordem foram selecionados relatos dos novos agentes que falam da sua adaptação às exigências do papel profissional, esta realidade traduz a importância da componente relacional para o exercício da profissão e também sobre a importância do papel dos superiores hierárquicos na validação de comportamentos, assumidos como modelos de papel. A categoria, espírito de corpo, refere-se a processos originados pela influência da interação com o grupo, que decorrem da experiência profissional e que têm influência na validação das identidades profissionais que estão a formar, com especial relevância para a camaradagem que se vive nas várias esquadras e em todos os ambientes policiais.

“Para além de sermos colegas de trabalho conseguimos estabelecer uma relação entre nós de amizade e confiança, o que é, na minha opinião, o mais importante.”

“Os meus colegas de agora, aqueles com quem faço serviço, sei que posso contar com eles e mais aqueles que são da minha secção, pois convivo mais tempo e conheço melhor estou mais à vontade.”

“Espírito de grupo é fundamental na Polícia. Ser colega é uma obrigação na Polícia porque um colega ajuda o outro por dever, por obrigação, porque o seu papel profissional assim o exige, mas na Polícia em maior parte das vezes existe uma relação mais que colega, que é uma grande amizade particularmente nos grupos onde se trabalha.”

“Penso que todos nós quando chegamos a Lisboa para começar a exercer a nossa profissão, o fator camaradagem acaba por ser determinante para a adaptação e mais tarde para a aquisição de conhecimento a nível policial.”

Relativamente à categoria, modelos de identidade de papel⁶, esta salienta a importância do exercício da boa liderança dos superiores hierárquicos, o apoio e a exemplaridade proporcionados, fundamentais para o contributo, esperado, na gestão e desenvolvimento dos subordinados, quer a nível pessoal, quer a nível profissional.

6 A identidade de papel refere-se a significados internalizados, relativos a um papel do qual o indivíduo se apropria (Burke e Stets, 2009), as pessoas desempenham múltiplos papéis, organizados hierarquicamente pela saliência e importância. O papel é uma construção social, constituindo um quadro de referência comportamental. O desempenho do papel é avaliado pelos membros do grupo, o que gera, na pessoa avaliada, emoções ligadas ao respeito e à estima, que consolidam ou enfraquecem a sua identidade (Siebert e Siebert, 2007). Os papéis proporcionam, desta forma, uma das mais construtivas e poderosas fontes de legitimação dos comportamentos. O grau em que a organização promove e facilita a consistência dos comportamentos no trabalho, influencia os indivíduos na formação da sua identidade profissional ao redor dos valores e crenças organizacionais (Pratt, 2000).

“O mais importante é que eu sinta que ao olhar para o superior hierárquico, veja nele um modelo a seguir, nomeadamente tentar a união entre todos os elementos da esquadra, o respeito e a interajuda.”

“Um superior hierárquico tem que saber muito bem motivar os elementos policiais e além disso apoiá-los, no caso de um Comandante de Esquadra não é só estar no gabinete mas sim pisar o terreno acompanhar o dia-a-dia de perto e mais do que ninguém estar disponível 24 horas para se deslocar à esquadra ou à área para apoiar os subordinados.”

“Conheço superiores hierárquicos (oficiais) que tem um vasto conhecimento Policial e são grandes profissionais, e que passam uma grande motivação para o resto do efetivo desempenharem bons serviços. Aprendemos muito com eles, e em certas situações precisamos recorrer a eles, face ao seu conhecimento e também ao estatuto que têm na sociedade.”

No respeitante à dimensão teórica, *Crescimento da Identidade*, esta é formada pelas categorias: autoeficácia e experiência e identidade profissional. Na construção dos códigos de primeira ordem foram selecionados relatos dos novos polícias sobre as mudanças na perceção de autoeficácia e o reforço das competências pela experiência de trabalho e respetivos efeitos na identidade. A categoria, autoeficácia, salienta as mudanças sentidas pelos novos agentes em termos profissionais, sentem-se mais capazes de aplicar os conhecimentos adquiridos para melhor desempenharem as suas funções.

“Sinto-me polícia, isso significa ser útil para a sociedade, e que tenho aptidões físicas, morais e psicológicas para o ser.”

A categoria, experiência e identidade profissional, inclui não só, a aquisição e reforço de competências, mas também aspetos de natureza identitária fundados nas dinâmicas em contexto de trabalho. Estamos perante a perceção de competências associadas a diferentes padrões de identificação, que, por sua vez, se conjuga na relação entre estes e a construção da identidade profissional.

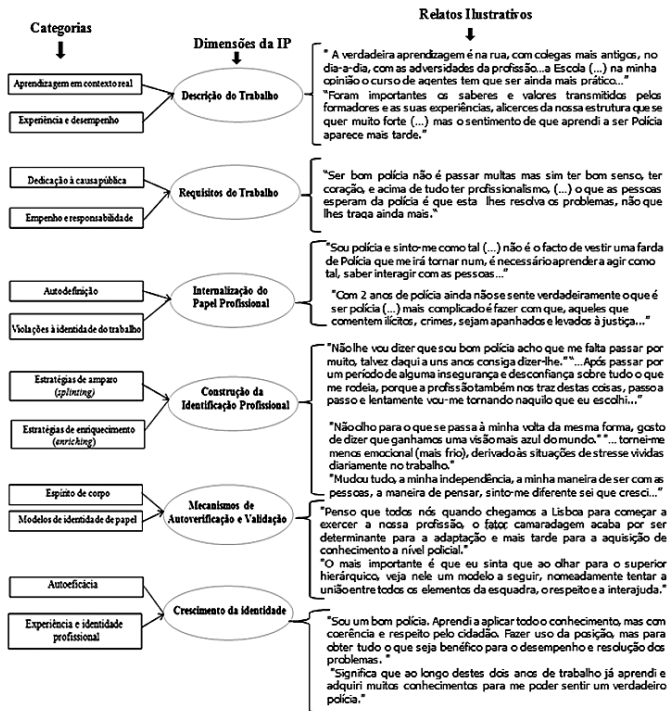
«Adquiri mais conhecimentos, mais autoconfiança.»

«A maneira de pensar muda sempre um pouco e adquirir conhecimentos novos.»

Na figura 1 resumem-se os resultados das entrevistas, das quais emergiram 6 dimensões teóricas que agregam um total de 12 categorias, ilustradas com os respetivos relatos dos novos polícias.

Este trabalho permitiu-nos acompanhar o crescimento da identidade profissional dos recém-admitidos na PSP, desde a sua entrada no curso de formação e por um período de dois anos. A maior parte das categorias sofreram alterações entre T1 e T2 decorrentes das mudanças que corporizam o percurso de edificação do “ser” polícia. A visão ampla do processo de construção da identidade profissional que este estudo permitiu, identificou as fases e, nestas fases as dinâmicas que se vão operando no indivíduo ao nível pessoal e profissional (ver figura 3), ao longo do período de tempo analisado, no contacto com a profissão de polícia e nas vivências em contexto de trabalho.

Figura 1 – Síntese dos resultados das entrevistas: dimensões da identidade profissional



Discussão e Conclusão

O presente estudo, cujo propósito foi o de analisar os processos e dinâmicas de construção da identidade profissional de polícia, recorreu a entrevistas semiestruturadas, em dois momentos distintos. Os participantes foram, deste modo, entrevistados num primeiro momento que coincidiu com o início do CFA, e num segundo momento, dois anos após a primeira vaga de entrevistas, ou seja, cerca de um ano e meio, em pleno exercício efetivo de funções, uma vez que o CFA teve a duração de 9 meses. A realização de um estudo longitudinal, de cariz qualitativo, é uma oportunidade para se examinarem os processos de construção da identidade, sendo impraticável através de estudos descritivos que não comportam uma dimensão temporal.

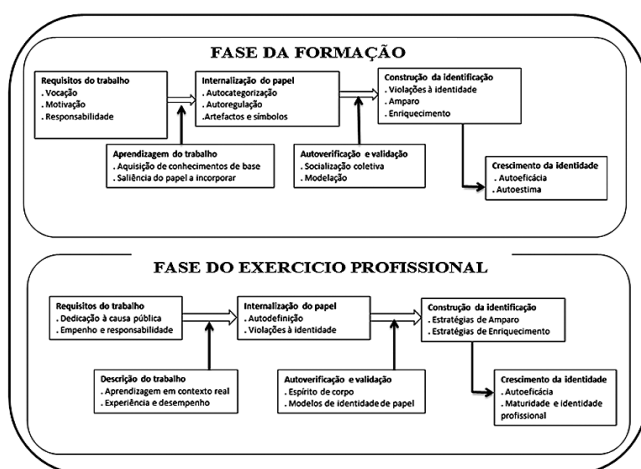
No que respeita à construção da identidade profissional, o nosso trabalho foi baseado na abordagem de Pratt et al. (2006) e, à semelhança destes autores, foi-nos permitido constatar que também a nossa amostra revelou mudanças sistemáticas na identificação profissional. Estas modificações devem-se à exposição a estímulos de ordem social e profissional, destacando-se as decorrentes das exigências do contexto de trabalho e das ligações profissionais.

Das razões que concorrem para estas modificações de nível profissional e social, podemos elencar as que derivam da necessidade de desenraizamento social, por via da deslocalização dos novos polícias, devida à dispersão e abrangência territorial da atividade policial. As áreas de atuação da PSP têm maior confluência nos grandes centros urbanos, facto que explica que, um elevado número de polícias, aí seja colocado. Por esta via, a maioria destes profissionais tem, no início de carreira, em razão da sua colocação, a necessidade de migrar da sua área de residência para as grandes cidades, sendo forçado ao afastamento do seu núcleo familiar e, por consequência, obrigado a construir um novo círculo social e novas estruturas de suporte.

É neste contexto que a construção das relações no trabalho e a perceção de suporte organizacional se tornam fundamentais para o sucesso e bem-estar destes profissionais. A par de uma profunda exigência em termos emocionais da profissão de polícia, em virtude da natureza “conflituosa” da função e da necessária e fundamental capacidade de intervenção clarividente e isenta do polícia, em todo o tipo de situação, exige sempre, dada a visibilidade desta profissão, um comportamento de acordo com um padrão socialmente reconhecido, onde a identidade pessoal do profissional, ainda que dissonante, se confronta e se conforma de forma continuada, com as exigências de identidade associadas à profissão de polícia.

A figura seguinte resume o modelo explicativo do processo de construção da identidade profissional de polícia que propomos com base nos dados recolhidos. Pela análise da figura 2, verifica-se que o modelo nos apresenta as fases e dinâmicas de construção da identidade policial, e que este comporta duas fases, a fase da formação e a fase do exercício profissional, e ainda que cada uma destas fases é composta por um conjunto de 6 dimensões, onde se agregam as categorias que as fizeram emergir.

Figura 2 – Modelo de construção da identidade profissional de polícia



Carneiro da Silva, F. (2016)

A princípio, e como forma de preparar os recém-admitidos para os desafios futuros, a PSP integra-os num estágio de formação intensivo, o Curso de Formação de Agentes (CFA). Durante este curso, aprendem as normas e padrões de conduta da PSP, para além de todo um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que constituem a base da formação policial. O recém-admitido começa, desta forma, uma fase progressiva de ajustamento das crenças e emoções iniciais à nova realidade. Ainda nesta etapa, toda a informação partilhada e *feedback* recolhido, sobre si e o seu desempenho, são determinantes no modo como o próprio se autoperceciona e avalia, enquanto futuro polícia.

Assim, esta investigação permite-nos afirmar que os novos polícias, desde cedo, no percurso feito na PSP, utilizam, para a conformação e reforço da sua identidade profissional, dois tipos de estratégias, presentes na tipologia de Pratt et al. (2006), em concreto, as estratégias de enriquecimento (*enriching*) e as estratégias de amparo (*splinting*). As estratégias de enriquecimento começaram a ser utilizadas logo durante o CFA, no entanto, foi com o início do exercício profissional que estas estratégias se revelaram mais marcantes, tendo levado a mudanças mais profundas, quer ao nível das atitudes, quer ao nível comportamental, o que culminou na interiorização de novos hábitos e regras, ajustados à realidade profissional da polícia. Estes resultados, para além de encontrarem semelhanças com o estudo de Pratt et al. (2006), encontram sustentação teórica no trabalho de Dutton et al. (2010), o qual alerta para a importância da mudança nas identidades dos colaboradores na fase de adaptação ao contexto de trabalho. Sendo certo que estas mudanças contribuem para a integração e ajustamento do profissional em contexto de trabalho, e do incremento nas relações de cooperação e solidariedade entre colegas e superiores hierárquicos, e bem assim como para uma melhoria da qualidade dessas relações. Quanto à utilização de estratégias de amparo, verificámos que a sua utilização decorria de violações à identidade profissional, particularmente, quando os recém-admitidos ou os novos agentes, não percecionavam correspondência entre a formação que recebiam ou o trabalho que desenvolviam, e as conceções pessoais sobre o que consideravam ser “ser polícia”. Estas violações revelaram-se mais frequentes quando os entrevistados se encontravam a frequentar o CFA e menos frequentes quando os novos agentes já se encontravam no exercício efetivo de funções. Nestas circunstâncias, os indivíduos referiam ainda não se sentirem polícias, uma vez que detetavam ou que lhes faltava conhecimentos importantes para o exercício pleno da função, ou que o trabalho que desempenhavam estava aquém das expectativas pessoais sobre o que pensavam ser o trabalho de polícia. Este resultado apresenta destacada relevância em contexto policial (e não só), na medida em que para o bom desempenho das funções, assim como para o desenvolvimento de relações saudáveis no local de trabalho, é importante uma autoavaliação positiva da própria identidade profissional (Dutton et al., 2010). Contrariamente, uma autoavaliação nega-

tiva da identidade profissional pode constituir um obstáculo relativamente ao sentido de autoeficácia e, esse aspeto, influenciar negativamente a satisfação no trabalho, a implicação afetiva e o bem-estar do indivíduo.

No que concerne aos resultados obtidos nas restantes dimensões teóricas, foi possível perceber que a dimensão aprendizagem no trabalho e a dimensão descrição do trabalho focam os conteúdos e processos de trabalho, adquiridos ao longo do tempo, quer em contexto de formação, quer em contexto profissional. Os conteúdos e processos aprendidos mostraram, também, ter influência nas dinâmicas da construção da identidade profissional na medida que facilitaram, grandemente, o desempenho profissional, sendo esse conteúdo mais marcante quando os novos agentes contactam com a realidade profissional.

A aprendizagem relativa aos processos, conteúdos e procedimentos do trabalho policial constituem uma base para a construção da nova identidade profissional que, por um lado, se torna mais complexa e estável e, por outro lado, permite uma melhor adaptação à realidade laboral, assim como potencia a qualidade das relações estabelecidas em contexto de trabalho (Dutton et al., 2010). Com a passagem do Curso de Formação de Agentes para o contexto de trabalho, os novos polícias passaram a privilegiar o “saber fazer” próprio da profissão em vez do “saber-saber” transmitido ao longo do CFA, sendo a experiência profissional adquirida um elemento preponderante, na autoavaliação que estes agentes fazem dos seus desempenhos.

Relativamente à dimensão teórica requisitos do trabalho, é notória a grande ênfase colocada na vocação para se optar pela profissão de polícia, estando associado a este fator outros aspetos, como a motivação e o sentido de responsabilidade. De um modo geral, os aspetos mencionados como requisitos do trabalho de polícia mantêm a sua relevância para os entrevistados, independentemente do momento em que estes foram sujeitos às entrevistas. A exceção a esta tendência, diz respeito à perceção do valor social da função policial e ao sentimento de responsabilidade, que se revela de maior intensidade no segundo momento de entrevistas, isto é, quando os novos agentes já se encontravam no ativo há cerca de ano e meio e que revela forte orientação para a comunidade, assim como a preocupação dos agentes em serem úteis à sociedade. Ao nível da construção das identidades profissionais, são vários os investigadores que assumem que a presença de qualidades virtuosas (por exemplo, dedicação, altruísmo), bem como de comportamentos orientados pelo motivo paixão, promovem a construção de identidades profissionais positivas, assim como facilitam a construção de relações interpessoais de qualidade no contexto de trabalho (Dutton et al., 2010).

Na dimensão teórica internalização do papel profissional, podemos constatar que no período de tempo decorrido entre a admissão e os dois anos de antiguidade na PSP, é manifesta uma mudança a nível comportamental e na perceção de si pró-

prios. Esta mudança deve-se à interiorização dos valores da profissão de polícia e à tomada de consciência, relativa à exigência de elevado sentido de responsabilidade no quotidiano da prática policial. Alguns dos novos agentes assumem ainda uma certa relutância na assunção plena do sentido de si, enquanto polícias, sendo que esta particularidade se fundamenta na avaliação da autoeficácia e é devida à percepção de que ainda lhes falta adquirir conhecimentos e experiência relevantes para o exercício da função, o que configura uma violação à identidade profissional. A percepção de competência está associada a diferentes padrões de identificação profissional, à semelhança dos resultados do trabalho desenvolvido por Pratt et al. (2006). Quanto à dimensão teórica construção da identificação profissional, verificou-se existir uma melhor conciliação entre as identidades profissionais dos entrevistados e o trabalho desenvolvido quando estes já se encontravam no ativo, o que sugere que a vivência da prática profissional reforça a identificação profissional, ao longo do tempo, por comparação ao período que reporta ao processo formativo inicial. Esta alteração nos padrões de identificação conduz à interiorização dos valores, normas e regras de conduta que caracterizam o trabalho de polícia e tem relação com o processo de construção da identidade profissional (Pratt et al., 2006). Não obstante, verificou-se, em ambos os momentos de recolha de dados, a existência de violações à identidade profissional, sendo estas mais salientes no momento em que os entrevistados frequentavam o CFA. Esta constatação pode, em parte, dever-se a uma ainda fraca vivência no seio da cultura e prática profissional, levando os recém-admitidos a não se sentirem, ainda, polícias. No entanto, já no decorrer da atividade profissional alguns dos agentes sentiam, também, limitações em termos de conhecimentos, ou seja, percecionavam ser necessário adquirir mais experiência na função. Associada à percepção de falta de conhecimento e competências importantes para o desempenho do trabalho policial, alguns dos novos agentes revelaram não se sentirem plenamente confiantes da sua eficácia, e por isso “verdadeiros” polícias, mesmo após o decurso de ano e meio, no exercício de funções. Todavia, estes constituem uma minoria (três indivíduos no conjunto da amostra de 30 entrevistados).

No que diz respeito à dimensão mecanismos de autoavaliação e validação, os entrevistados reconheceram o importante papel do grupo de pares e dos seus superiores hierárquicos no fortalecimento das suas identidades profissionais. Durante o CFA são fatores determinantes o bom ambiente entre os colegas de curso no reforço das aprendizagens, assim como a orientação, monitorização e *feedback* dos instrutores na promoção do desenvolvimento pessoal e profissional. Após o início da sua atividade policial, nas esquadras onde são colocados, o espírito de grupo entre colegas é a forma de fortalecerem a união, a interajuda e a cooperação, e a liderança empreendida pela hierarquia, a motivação e o constante desenvolvimento pessoal e profissional. Este resultado vai ao encontro dos evidenciados na literatura, na medida

que a coesão do grupo e o suporte organizacional percebidos são variáveis com influência na motivação e satisfação do colaborador (Rhoades e Eisenberger, 2002), assim como são referidos como facilitadores da superação de situações negativas que decorram do contexto de trabalho (Lazarus e Folkam, 1984).

Por fim, no que respeita à dimensão crescimento da identidade, foi possível observar que os entrevistados percebem níveis acrescidos de competência, assim como exibem padrões de identificação mais fortes com a sua profissão e com a própria PSP. Em ambos os casos, as constatações relatadas mostraram-se mais salientes depois dos novos agentes estarem no ativo, o que nos leva a pensar que as vivências decorrentes do contexto profissional permitem fortalecer as competências adquiridas durante o curso, bem como adquirir novas competências, o que, por um lado, promove mudanças importantes no sentido da consolidação da identidade profissional de polícia, e por outro lado, fortalece a identificação com a instituição de trabalho. Também este resultado se encontra alinhado com a aceção de Dutton et al. (2010), na medida que a aprendizagem decorrente da experiência de trabalho é uma fonte de avaliação para o indivíduo, o que influencia a forma como este se percebe e o valor que a si atribui.

Importa salientar que, apesar das dimensões descritas terem apresentado uma evolução, as modificações encontradas resultam de um processo dinâmico e interdependente, no qual as alterações numa dimensão influenciam e são influenciadas pelas alterações nas restantes dimensões. Percebe-se, assim, que o indivíduo que se candidata à PSP traz consigo um conjunto de crenças, emoções e expectativas, que estão na base da sua escolha profissional. É, no entanto, à medida que o indivíduo contacta diretamente com as estruturas da PSP, que o padrão de identificação sofre alterações mais profundas.

Os resultados deste estudo revelaram que a percepção do contributo do CFA é positiva, no entanto, quando concluído este período de formação, os recém agentes policiais, confrontam-se com novos desafios e exigências, pelo que o modo como irão dar resposta a esses desafios, o grau de sucesso com que cumprirão os seus deveres, assim como o suporte prestado pela organização e pelos pares e superiores hierárquicos serão fatores determinantes na transformação, reforço e estabilização das suas identidades profissionais e, também, na manutenção dos padrões de identificação com a profissão de polícia.

Em suma, os resultados do presente trabalho mostraram-se congruentes com os resultados obtidos por Pratt et al. (2006), quando, desde uma fase inicial, se revelaram mudanças sistemáticas na identificação profissional de polícia, patente nas transformações, no sentido de si, percebidas no tempo decorrido entre a primeira e a segunda vaga de entrevistas, para fazer face às exigências do trabalho. À semelhança destes autores, as mudanças ao nível da identificação profissional nos polícias, variam no grau de intensidade. As mudanças mais ligeiras eram revelado-

ras de uma compreensão mais aprofundada da identidade profissional, enquanto as mudanças mais intensas envolviam mudanças drásticas na identidade profissional e estavam associadas a mudanças no contexto de trabalho em termos de conteúdos e/ou processos.

Esta investigação permitiu confirmar o recurso à utilização de estratégias diferenciadas no sentido da construção da identidade profissional, desde que os novos polícias entraram no curso de formação de agentes. Os recém-admitidos, utilizavam estratégias de enriquecimento, o que significa que os princípios básicos da identidade permanecem os mesmos, mas a compreensão torna-se mais profunda, mais variada e rica. Estas estratégias foram utilizadas em fase muito precoce, levando todavia a mudanças mais profundas, quando já se encontravam em efetividade de funções, mostrando por esta via, que os ciclos de aprendizagem do trabalho estão associados aos ciclos de aprendizagem da identidade.

Quanto à utilização das estratégias de amparo, verificada nos casos em que a identidade prévia do novo polícia ampara a, ainda fraca, identidade definida pela profissão, verificamos que a sua utilização decorria de violações à identidade profissional, quando não percecionavam correspondência entre a formação ou trabalho que desenvolviam e a sua conceção do “ser polícia”, fornecendo uma identidade provisória, até que a identidade profissional tenha a oportunidade de se fortalecer, através do reforço de competências e da perceção de autoeficácia. Segundo Pratt et al. (2006), são as violações de integridade da identidade no trabalho, e não a iniciação na profissão, que motiva a modificação da identidade.

Não obstante o presente estudo resultar de uma análise de dois anos, mais tempo de acompanhamento era requerido por forma a averiguar se, em fase posterior, os novos polícias, fariam uso da estratégia remendar (*patching*). Esta estratégia resulta de uma má combinação entre a identidade e o trabalho, levando a que sejam utilizadas identidades alternativas que auxiliem o indivíduo a encontrar sentido no trabalho que desenvolve.

Os resultados deste estudo permitem-nos afirmar que, apesar dos momentos de formação serem importantes para a profissão de polícia, a aprendizagem da função policial e o processo de construção da identidade profissional são profundamente influenciados pela socialização dos agentes em contexto real de trabalho e pela experiência que advém da prática profissional no terreno, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do compromisso com a profissão, como uma carreira para a vida e, de uma identidade comum, um sentimento de comunidade e de solidariedade entre todos (Freidson, 2001).

Por último, perante os resultados deste estudo e, especificamente, no que respeita ao objetivo que inspirou este nosso trabalho, o de verificar, se, no essencial, o modelo desenvolvido por Pratt et al. (2006), para compreender o papel do trabalho e dos ciclos de aprendizagem da identidade no trabalho, no processo de construção

da identidade profissional, concluímos que foi concretizado, na medida em que se verifica ser também útil para explicar este fenómeno no seio da instituição policial. O estudo das dinâmicas de construção da identidade profissional dos polícias que levamos a cabo neste estudo qualitativo evidenciou que este processo é adequadamente descrito pelas dimensões reveladas, e que estas vão lançar as bases para a construção de um instrumento de medida, deste complexo processo, que seja sensível às dimensões preconizadas no contexto da PSP.

Concluindo, este levantamento diacrónico de informação, feito ao longo de dois anos, possibilitou a análise das transformações sofridas pelos novos polícias desde a sua admissão, até ano e meio após, o início do desempenho efetivo de funções, não teriam sido possíveis coligir, através de estudos descritivos que não comportam esta dimensão temporal. Os dados recolhidos neste percurso, revelaram a elevada importância atribuída às relações interpessoais no trabalho, em especial com os superiores hierárquicos e com os colegas, ao papel fundamental da aprendizagem do papel profissional, da intensa exigência em termos da conduta, especificadas nos requisitos do trabalho policial, e da relevância dos mecanismos de autoverificação em termos de ajuste e orientação do novo polícia, na fase de adaptação ao papel profissional, como fatores que contribuem grandemente para a construção da identificação profissional de polícia.

De forma adicional, foi possível constatar que a formação ministrada na EPP apesar de muito útil no processo de aprendizagem da função policial de novos agentes da PSP é, também, percecionada como pouco ajustada à realidade de trabalho sendo, desse modo, avaliada como “muito teórica e pouco prática”. Este estudo longitudinal tornou possível constatar que as mudanças mais notórias, na construção das identidades profissionais destes novos polícias, ocorreram no contacto com a prática profissional. Assim, tendo por base as fragilidades percecionadas pelos novos polícias, no sistema de aprendizagem do trabalho policial, deve ser considerada uma orientação estratégica que leve à sua superação, na medida em que eventuais incongruências entre a formação ministrada e a prática profissional podem levar o profissional a fazer uso de estratégias de amparo (*splinting*) da sua, ainda fraca, identidade profissional, devido a violações de integridade da identidade no trabalho e, assim, afetar negativamente a consolidação da identidade profissional de polícia, uma vez que o ciclo de aprendizagem do trabalho e o ciclo de aprendizagem da identidade operam em simultâneo.

Neste sentido, a informação recolhida nesta investigação tem implicações práticas muito relevantes para a PSP pois permite, não só, perceber os fatores que mais contribuíram para a construção da identificação profissional do polícia, mas também utilizar estes dados para se ajustarem ou desenvolverem novas políticas de gestão e desenvolvimento de recursos humanos, particularmente ao nível do processo formativo e, essencialmente, no acompanhamento destes profissionais, na fase inicial

do exercício efetivo de funções, por exemplo, através de um regime de tutoria, por um período razoável, que fosse parte integrante do sistema de formação inicial e de integração profissional dos novos agentes policiais.

Revela-se, assim, determinante o contexto de acolhimento e integração dos novos polícias, para que estes, através de estratégias de customização da identidade profissional, se vão ajustando ao ambiente profissional, daí resultando o progressivo reforço do vínculo e a integração no *self* dos valores, regras e normas da instituição policial, que são a base para a construção da sua identidade profissional e indispensáveis à manutenção de identidades pessoais saudáveis.

Referências

- Albert, S.; Ashforth, B. E. e Dutton, J. E., 2000. Organizational identity and identification: Charting new waters and building new bridges. *Academy of Management Review*, 25(1), pp. 13-17.
- Albert, S., e Whetten, D., 1985. Organizational identity. In: B. M. Staw e L. L. Cummings, eds., *Research in Organizational Behavior*, 7(2), pp. 263-295.
- Ashforth, B. E., e Mael, F., 1989. Social identity theory and the organization. *Academy of Management Review*, 14(1), pp. 20-39.
- Ashforth, B. E. e Saks, A. M., 1996. Socialization tactics: Longitudinal effects on newcomer adjustment. *Academy of Management Journal*, 39(1), pp. 149-178.
- Ashforth, B. E. e Kreiner, G. E., 1999. How can you do it?: Dirty work and the challenge of constructing a positive identity. *Academy of Management Review*, 24 (3), pp. 413-434.
- Ashforth, B. E., 2001. *Role Transitions in Organizational Life: An Identity-based Perspective*. New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates.
- Ashforth, B. E.; Rogers, K. M. e Corley, K. G., 2011. Identity in organizations: Exploring cross-level dynamics. *Organization Science*, 22(5), pp. 1144-1156.
- Auxier, C.; Hughes, F. e Kline, W., 2003. Identity development in counselors-in-training. *Counselor Education & Supervision* n°43, pp. 25-38.
- Barney, J., 1991. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, 17(1), pp. 99-120.
- Bayley, D. H. e Bittner, E., 1984. Learning the skills of policing. *Law and Contemporary Problems*, 47(4), pp. 35-59.
- Beijaard, D.; Meijer, P. C. e Verloop, N., 2004. Reconsidering research on teachers' professional identity. *Teaching and Teacher Education* n°20, pp. 107-128.
- Brewer, M. B., 1991. The social self: On being the same and different at the same time. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17(5), pp. 475-482.

- Brott, P. E. e Kajs, L. T., 1998. *Developing the Professional Identity of First-Year Teachers Through a "Working Alliance"*. NAAC Journal Online. Disponível em <http://www.alt-teachercert.org/Working%20Alliance.html>
- Burke, P. J. e Stets, J. E., 2009. *Identity Theory*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Chreim, W. e Hinings, 2007. Interlevel influences on the reconstruction of professional role identity. *Academy of Management Journal*, 50(6), pp. 1515-1539.
- Carneiro da Silva, F., 2016. *Ser Polícia: a Dinâmica de Construção da Identidade de uma Profissão*. Tese de Doutorado. Lisboa: ISCTE, IUL.
- Carneiro da Silva, F., 2017. Ser Polícia: A minha escolha. *Nação e Defesa* nº146, pp. 134-158.
- Corley, K. G.; Gioia, D. A. e Fabbri, T., 2000. "Organizational identity in transitions over time". In: D. Rousseau e C. Cooper, C., eds., *Trends in Organizational Behavior*. Chichester: Wiley, pp. 95-110.
- DeFillippi, R. J. e Arthur, M. B., 1996. "Boundaryless contexts and careers: A competency-based perspective". In: M. B. Arthur e D. M. Rousseau, eds., *The Boundaryless Career: A New Employment Principle for a New Organizational Era*. New York: Oxford University Press, (pp. 116-131).
- Dukerich, J. M.; Kramer, R. e McLean-Parks, J., 1998. "The dark side of organizational identification". In: D. A. Whetten e P. C. Godfrey, eds., *Identity in Organizations: Building Theory through Conversations*. Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 245-256.
- Dutton, J. E. e Dukerich, J. M., 1991. Keeping an eye on the mirror: image and identity in organizational adaptation. *Academy of Management Journal*, 34(3), pp. 517-554.
- Dutton, J. E.; Dukerich, J. M. e Harquail, C. V., 1994. Organizational images and member identification. *Administrative Science Quarterly*, 39(2), pp. 239-263.
- Dutton, J. E.; Roberts L. M., e Bednar, J., 2010. Pathways for positive identity construction at work: Four types of positive identity and the building of social resources. *Academy of Management Review*, 35(2), pp. 265-293.
- Foreman, P. e Whetten, D. A., 2002. Members' identification with multiple-identity organizations. *Organization Science*, 13(6), pp. 618-635.
- Freidson, E., 2001. *Professionalism: The Third Logic*. Chicago: University of Chicago Press.
- Gersick, C.; Bartunek, J. e Dutton, J., 2000. Learning from academia: The importance of relationships in professional life. *Academy of Management Journal*, 43(6), pp. 1026-1045.
- Gibson, D. M.; Dollardhide, C. T. e Moss, J. M., 2010. Professional identity development: A grounded theory of transformational tasks of new counselors. *Counselor Education & Supervision*, 50(1), pp. 21-38.
- Gioia, D. A.; Schultz, M. e Corley, K. G., 2000. Organizational identity, image, and adaptive instability. *Academy of Management Review*, 25(1), pp. 63-81.
- Gioia, D. A.; Patvardhan, S. D.; Hamilton, A. L. e Corley, K. G., 2013. Organizational identity formation and change. *The Academy of Management Annals*, 7(1), pp. 123-192.

- Hall, R. H., 1968. Professionalization and bureaucratization. *American Sociological Review*, 33(1), pp. 92-104.
- Hall, D. T., 1992. Career indecision research: Conceptual and methodological. *Journal of Vocational Behavior*, 41(3), pp. 245-250.
- Hess, K. M. e Orthmann, C. H., 2011. *Management and Supervision in Law Enforcement* (6th edition). New York, USA: Cengage Learning.
- Hogg, M. A. e Terry, D. J., 2001. "Social identity theory and organizational processes". In: M. A. Hogg e D. J. Terry, eds., *Social Identity Processes in Organizational Contexts*. Philadelphia: USA: Psychology Press, pp. 1-12.
- Ibarra, H., 1999. Provisional selves: Experimenting with image and identity in professional adaptation. *Administrative Science Quarterly*, 44(4), pp. 764-791.
- Ibarra, H., 2003. *Working Identity: Unconventional Strategies for Reinventing your Career*. Boston, Mass: Harvard Business School Press.
- Karp, S. e Stenmark, H., 2011. Learning to be a police officer: Tradition and change in the training and professional lives of police officers. *Police Practice and Research: An International Journal*, 12(1), pp. 4-15.
- Khapova, S.; Arthur, M. e Svensson, C., 2007. Professional identity as the key to career change intention. *Career Developmental International*, 12(7), pp. 584-595.
- Kramer, M. W., 2010. *Organizational Socialization: Joining and Leaving Organization*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Kreiner, G. E.; Hollensbe, E. C. e Sheep, M. L., 2006. On the edge of identity: Boundary dynamics at the interface of individual and organizational identities. *Human Relations*, 59(10), pp. 1315-1341.
- Larson, M., 1977. *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. Berkeley: University of California Press.
- Lazarus, R. S. e Folkman, S., 1984. *Psychological Stress and the Coping Process*. New York, NY: Springer.
- Markus, H. e Wurf, E., 1987. The dynamic self-concept: A social psychological perspective. *Annual Review of Psychology*, 38(1), pp. 299-337.
- Mitchell, T. R.; Holtom, B. C.; Lee, T. W.; Sablinski, C. J. e Erez, M., 2001. Why people stay: Using job embeddedness to predict voluntary turnover. *The Academy of Management Journal*, 44(6), pp. 1102-1121.
- Monjardet, D., 1996. *Ce que fait la Police: Sociologie de la Force Publique*. Paris: Éditions La Découverte.
- Neary, S., 2014. Professional identity: What I call myself defines who I am. *Career Matters*, 2(3), pp. 14-15.
- Neary, S., 2015. Professional identity: What's that and what does it have to do with me? *NGCE news*, n°44, pp. 15-17.

- O'Byrne, K. e Rosenberg, J. I., 1998. The practice of supervision: A sociocultural perspective. *Counselor Education & Supervision*, 38(1), pp. 34-42.
- Porter, L. W.; Lawler, E. E. e Hackman, J. R., 1975. *Behavior in Organizations*. London: McGraw-Hill.
- Pratt, M. G. e Foreman, P. O., 2000. Classifying managerial responses to multiple organizational identities. *Academy of Management Review*, 25(1), pp. 18-42.
- Pratt, M. G. e Ashforth, B. E., 2003. "Fostering meaningfulness in working and at work". In: K. S. Cameron, J. E. Dutton e R. E. Quinn, eds., *Positive Organizational Scholarship: Foundations of a New Discipline*. San Francisco: Berrett-Koehler, pp. 309-327.
- Pratt, M.; Rockmann, K. e Kaufmann, J., 2006. Constructing professional identity: the role of work and identity learning cycles in the customization of identity among medical residents. *Academy of Management Journal*, 49(2), pp. 235-262.
- Rhoades, L. e Eisenberger, R., 2002. Perceived organizational support: A review of the literature. *Journal of Applied Psychology*, 87(4), pp. 698-714.
- Schein, E., 1978. *Career Dynamics*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Shamir, B., 1991. Meaning, self and motivation in organizations. *Organizational Studies*, 12(3), pp. 405-424.
- Siebert, D. C. e Siebert, C. F., 2007. Help seeking among helping professionals: A role identity perspective. *American Journal of Orthopsychiatry*, 77(1), pp. 49-55.
- Steele, C. M., 1988. "The psychology of self-affirmation: Sustaining the integrity of the self". In: L. Berkowitz, ed., *Advances in Experimental Social Psychology*. San Diego, CA: Academic Press, pp. 261-302.
- Sveningsson, S. e Alvesson, M., 2003. Managing managerial identities: Organizational fragmentation, discourse and identity struggle. *Human Relations*, 56(10), pp. 1163-1193.
- Tajfel, H. e Turner, J. C., 1985. "The social identity theory of intergroup behavior". In: S. Worchel e W. G. Austin, eds., *Psychology of Intergroup Relations*. Chicago: Nelson-Hall, pp. 7-24.
- Thatcher, S. M. B. e Zhu, X., 2006. Changing identities in a changing workplace: Identification, identity enactment, self-verification, and telecommuting. *Academy of Management Review*, 31(4), pp. 1076-1088.
- Thomas, D., 1993. Treasonable or trustworthy text: Reflections on teacher narrative studies. *Journal of Education for Teaching*, 19(4/5), pp. 231-249.
- Trice, H., 1993. *Occupational Subcultures in the Workplace*. Ithaca, NY: ILR Press.
- Turner, J. C., 1999. "Some current issues in research on social identity and self-categorization theories". In: N. Ellemers, R. Spears e B. Doosje, eds., *Social Identity*. Oxford: Blackwell, pp. 6-34.
- Van Maanen, J. e Schein, E. H., 1979. Toward a theory of organizational socialization. *Research in Organizational Behavior*, 1(1), pp. 209-264.
- Walsh, K. e Gordon, J. R., 2008. Creating an individual work identity. *Human Resource Management Review*, 18(1), pp. 46-61.

REVISTA NAÇÃO E DEFESA

Números temáticos publicados

1998	84	Inverno	Uma Nova NATO numa Nova Europa
	85	Primavera	Portugal e o Desafio Europeu
	86	Verão	O Desafio das Águas: Segurança Internacional e Desenvolvimento Duradouro
	87	Outono	O Estado em Mudança
1999	88	Inverno	Mulheres nas Forças Armadas
	89	Primavera	Portugal na NATO: 1949-1999
	90	Verão	Economia & Defesa
	91	Outono	Operações de Paz
2000	92	Inverno	Portugal e as Operações de Paz na Bósnia
	93	Primavera	Novos Rumos da Educação para a Cidadania
	94	Verão	Democracia e Forças Armadas
	95/96	Outono-Inverno	Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz
2001	97	Primavera	Nova Ordem Jurídica Internacional
	98	Verão	Forças Armadas em Mudança
	99	Outono	Segurança para o Século XXI
	100	Inverno	De Maastricht a Nova Iorque
2002	101	Primavera	Europa e o Mediterrâneo
	102	Verão	Repensar a NATO
	103	Outono-Inverno	Novos Desafios à Segurança Europeia
	Extra	Dezembro	Cooperação Regional e a Segurança no Mediterrâneo (C4)
2003	104	Primavera	Evolução das Nações Unidas
	Extra	Abril	A Revolução nos Assuntos Militares
	105	Verão	Soberania e Intervenções Militares
	106	Outono-Inverno	A Nova Carta do Poder Mundial
2004	107	Primavera	Forças Armadas e Sociedade. Continuidade e Mudança
	Extra	Julho	Educação da Juventude. Carácter, Liderança e Cidadania
	108	Verão	Portugal e o Mar
	109	Outono-Inverno	Segurança Internacional & Outros Ensaios
2005	110	Primavera	Teoria das Relações Internacionais
	111	Verão	Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido
	112	Outono-Inverno	Número não Temático
2006	113	Primavera	Número não Temático
	114	Verão	Segurança na África Subsariana
	115	Outono-Inverno	Portugal na Europa Vinte Anos Depois

2007	116	Primavera	Número não Temático
	117	Verão	Número não Temático
	118	Outono-Inverno	Políticas de Segurança e Defesa dos Pequenos e Médios Estados Europeus
2008	119	Primavera	Transição Democrática no Mediterrâneo
	120	Verão	Número não Temático
	121	Outono-Inverno	Estudos sobre o Médio Oriente
2009	122	Primavera	O Mar no Pensamento Estratégico Nacional
	123	Verão	Portugal e a Aliança Atlântica
	124	Outono-Inverno	Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO
2010	125	Primavera	Visões Globais para a Defesa
	126		O Conceito Estratégico da NATO
	127		Dinâmicas da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia
2011	128		O Mar no Espaço da CPLP
	129		Gestão de Crises
	130		Afeganistão
2012	131		Segurança em África
	132		Segurança no Mediterrâneo
	133		Cibersegurança
2013	134		Ásia-Pacífico
	135		Conselho de Segurança da ONU
	136		Estratégia
2014	137		Reflexões sobre a Europa
	138		Brasil
	139		Portugal na Grande Guerra
2015	140		Nuclear Proliferation
	141		Arquipélago dos Açores
	142		Índia
2016	143		Terrorismo Transnacional
	144		The EU Comprehensive Approach: Concepts and Practices
	145		Leituras da Grande Guerra
2017	146		Drones
	147		Brexit

Política Editorial

Nação e Defesa é uma publicação periódica do Instituto da Defesa Nacional que se dedica à abordagem de questões no âmbito da segurança e defesa, tanto no plano nacional como internacional. Assim, *Nação e Defesa* propõe-se constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspetivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes para as questões de segurança e defesa, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com as problemáticas de segurança mais recentes.

A Revista dá atenção especial ao caso português, sendo um espaço de reflexão e debate sobre as grandes questões internacionais com reflexo em Portugal e sobre os interesses portugueses, assim como sobre as grandes opções nacionais em matéria de segurança e defesa.

Editorial Policy

Nação e Defesa (Nation and Defence) is a journal edited by the Portuguese National Defence Institute, focused on security and defense issues both at a national and international level. Thus, *Nação e Defesa* is a open forum for the exchange of ideas and views concerning the various paradigms and theoretical approaches relevant to security and defence.

The journal pays special attention to the portuguese situation, being a space for reflection and debate over the broad choices that Portugal faces in terms of security and defence, as well as other international security issues with potential impact over the portuguese interests.

NORMAS DE COLABORAÇÃO

O artigo proposto para publicação deverá ser enviado via correio eletrónico para idsn.publicacoes@defesa.pt

O texto terá de observar as seguintes normas:

- Ter entre 30.000 a 50.000 caracteres (espaços incluídos) em Word for Windows.
- Ser acompanhado de um resumo em português e em inglês (até 1000 caracteres cada).
- Ser redigido de acordo com a norma de Harvard disponível em <http://libweb.anglia-ac-uk/referencing/harvard.htm>

O artigo, sem indicação do autor e acompanhado pela Ficha de Identificação (disponível em <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/FichadeAutor.pdf>) devidamente preenchida, será apreciado em regime de anonimato pelo Conselho Editorial da revista.

Os artigos aprovados pelo Conselho Editorial pressupõem o direito de publicação exclusiva na revista Nação e Defesa.

A revista Nação e Defesa poderá publicar artigos já editados noutras publicações mediante autorização por parte da respetiva Editora.

Todo o artigo publicado é da inteira responsabilidade do autor, sendo a revisão das provas tipográficas da responsabilidade do Instituto da Defesa Nacional.

O pagamento dos honorários aos autores (150 € por artigo) será efetuado por transferência bancária. Cada autor receberá três exemplares da revista na morada indicada.

Os casos não especificados nestas Normas de Colaboração deverão ser apresentados ao Coordenador Editorial da Nação e Defesa.

PUBLICATION NORMS

The submitted article will have to be sent by email to idsn.publicacoes@defesa.pt

The text should obey to certain requirements:

- It should have between 30.000 and 50.000 characters (spaces included), and must be presented as a Microsoft Word document.
- The author should provide an abstract of the article (until 1000 characters).
- Written according to the Harvard reference system available at <http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm>

The article should not contain any reference to its author. The sole means of identifying the author is a duly filled ID form (<http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/FichadeAutor.pdf>), so its submission is compulsory.

The journal's Editorial Board, on an anonymous basis, will appraise the text. The article's approval by the Editorial Board implies the possession of exclusive publishing rights by *Nação e Defesa*. The publication of non-exclusive articles by this journal depends upon acknowledgment of the legitimate holder of the article's publishing rights.

The author shall hold full responsibility for the content of the published article. The *Instituto da Defesa Nacional* is responsible for the article's typographical revision.

The author's honorarium for each published article (150 €) will be paid by bank transfer. Three issues of the journal will be sent to the address indicated in the ID form.

All cases not envisioned in these Norms should be presented to the Editorial Coordinator of *Nação e Defesa*.



NAÇÃO E DEFESA

Revista quadrimestral

Nome/Name _____

Morada/Adress _____

Localidade/City _____

Cód. Postal/Zip _____ NIF _____

Country _____

E-mail _____

Tel./Phone _____

☐ Renovação/Renewal – Assin. nº/Subscrip. nr. _____

☐ Nova assinatura/New subscription

Assinatura/Signature _____

Data/Date _____

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa
PORTUGAL

Assinatura Anual/Annual Subscription (3 nºs /issues)

☐ Instituições/Institutions 40,00 €

☐ Individuais/Individuals 25,00 €

☐ Estudantes/Students 20,00 € (anexar comprovativo deste ano)

Números Anteriores/Previous Issues – 8,50 € cada/each + portes/
/postage charges

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Pré-Pagamento/Prepayment

☐ **Numerário**

☐ **Cheque** nº _____ Banco _____ à ordem do IDN

☐ **Transferência Bancária** NIB 0781 0112 0000 000 7777 20
(anexar comprovativo da Transferência)

☐ **Bank Transfer** (compulsory for foreign subscriptions)

IBAN – PT50 0781.0112 0000 000 7777 20

BIC (SWIFT) – IGCPTPL

www.idn.gov.pt
ids.publicacoes@defesa.pt
tel. + 351 21 392 46 00 Fax + 351 21 392 46 58

EXTRA DOSSIÊ

CRISTIANO CABRITA CONSERVADORISMO AMERICANO E O NEOCONSERVADORISMO: A
DICOTOMIA NA CULTURA POLÍTICA NORTE-AMERICANA FERNANDA CARNEIRO DA SILVA
TORNAR-SE POLÍCIA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE UMA PROFISSÃO

